

Revista do Arquivo

Uma publicação online do Arquivo Público do Estado de São Paulo

Nº6

Dossiê Temático

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO Aplicada aos Arquivos

1 Ensaio
9 Artigos
18 Autores

[CLIQUE AQUI](#)

INTÉRPRETES DO ACERVO

MUNDOS DO TRABALHO E MUNDO DOS ARQUIVOS
JOHN FRENCH FALA DE SUA EXPERIÊNCIA
COM OS ARQUIVOS

PRATA DA CASA

REGISTROS DOCUMENTAIS DA IMIGRAÇÃO
CERTIDÕES E MEMÓRIAS

ARQUIVO EM IMAGENS

IMAGENS DA IMIGRAÇÃO
MEMÓRIAS DA ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA, PATRIMÔNIO DO MUNDO

VITRINE

**PRECIOSIDADES DIGITALIZADAS: A HEMEROTECA
DIGITAL BRASILEIRA E A INSÔNIA DOS PESQUISADORES**

MEMÓRIAS DE UMA METRÓPOLE



I SEMINÁRIO DOCUMENTOS PÚBLICOS NA ERA DIGITAL

IEDA PIMENTA BERNARDES

DESAFIOS DA GESTÃO E PRESERVAÇÃO DIGITAL

DR. JOSÉ CARLOS VAZ – USP

AS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E A MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA

GRUPO DE TRABALHO SIGADoc

GESTÃO DE DOCUMENTOS DIGITAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO

Video
Completo

Revista do Arquivo

Uma publicação *online* do Arquivo Público do Estado de São Paulo

ISSN 2447-908X

Ano II - Nº 6 - abril de 2018

Capa

Criação representativa de circuito eletrônicos e arquivos – Núcleo de Comunicação/APESP

Índice

1

CAPA

PÁGINAS INICIAIS 1 – 4

EDITORIAL 5 - 6

APRESENTAÇÃO 7 - 8

ENSAIO

O arquivista na aurora digital: diálogo com Bruno Delmas

Lenora de Beaurepaire da Silva Schwaitzer 9 - 15

ARTIGOS

Documentos arquivísticos digitais: um descompasso entre a teoria e a prática no Brasil

Vanderlei Batista dos Santos 16 - 33

Diplomática: dos diplomas aos documentos digitais

Natália Bolfarini Tognoli 34 - 46

Perspectivas da preservação da memória digital brasileira a partir da experiência do Arquivo Nacional

Érika Maria Nunes Sampaio, Jorge Phelipe Lira de Abreu & Raquel Dias Silva Reis..... 47 - 62

Relações entre o vínculo arquivístico e a autenticidade de documentos nato digitais: alguns apontamentos a respeito dos metadados

Karina Veras Praxedes & Kíssila da Silva Rangel..... 63 - 76

O uso da tecnologia nos arquivos: educação, difusão, identidade e pesquisa

Lúcia Maria Velloso de Oliveira, Leandro Jaccoud & Priscila Vaisman 77 - 86

A implementação de repositórios digitais e os requisitos dos usuários: o caso do Instituto Hercule Florence

Roberto Fray da Silva, Francis Melvin Lee & Edson Satoshi Gomi 87 - 101

Sistema de Gerenciamento de Acervos no Arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros: o amplo acesso aos documentos e as dúvidas dos pesquisadores

Denise de Almeida Silva 102 - 112

Camadas de ausência e a produção de sentido através do cinema de arquivo

Andréa França & Nicholas Andueza 113 - 128

Cinema e políticas públicas de digitalização no Brasil	129 - 146
Ingrid Rodrigues Gonçalves	

INTÉRPRETES DO ACERVO

Apresentação	147
---------------------------	------------

Entrevista: Mundos do trabalho e o mundo dos arquivos John French fala de suas experiências nos arquivos	148 - 157
---	------------------

PRATA DA CASA

Registros documentais da imigração: certidões e memórias	158 - 169
---	------------------

VITRINE

Apresentação	170
---------------------------	------------

Preciosidades digitalizadas: a <i>hemeroteca digital brasileira</i> e a insônia dos pesquisadores Estevão de Melo Marcondes Luz	171 - 174
---	------------------

Memórias de uma metrópole

Adelia Atas, Elsa Machado Maglio & Nidia Reis de Paiva	175 - 177
--	------------------

ARQUIVO EM IMAGENS

Apresentação	178
---------------------------	------------

Memórias da administração pública, patrimônio do mundo

Imagens de imigração em São Paulo na primeira metade do século XX	179 - 188
---	------------------

ESPECIAL SEMINÁRIO

Documentos públicos na era digital – vídeo completo

Apresentação	189
---------------------------	------------

Desafios da gestão e preservação digital

Por Ieda Pimenta Bernardes – APESP	190 - 207
--	------------------

As tecnologias da informação e a modernização da gestão pública

Por Dr. José Carlos Vaz – USP	208 - 217
-------------------------------------	------------------

Gestão de documentos digitais no Estado de São Paulo

Grupo de trabalho SIGADoc – APESP	218 - 223
---	------------------

Vídeos das palestras do seminário <i>Documentos públicos na era digital</i>	224 - 226
--	------------------

In memoriam	227 - 229
--------------------------	------------------

EXPEDIENTE

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Governador
Márcio França

SECRETARIA DE GOVERNO

Secretário de Governo
Saulo de Castro Abreu Filho

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Coordenador
Fernando Padula Novaes

Diretora Técnica do Departamento de Preservação e Difusão do Acervo

Camila Brandi de Souza Bentes

Diretora Técnica do Departamento de Gestão do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo

Ieda Pimenta Bernardes

Centro de Difusão e Apoio à Pesquisa

Flávio Ricci Arantes

Coordenação Geral/ Editor Responsável

Marcelo Antônio Chaves

Coordenação Executiva

Solange A. Moraes Ananias

Equipe Editorial

Glaice Meire Machado

Kátia Regina Barbosa

Rodolfo Martins Candido

Andrea Delmiro Oliveira

Mayara Oliveira da Silva (estagiária)

WebMaster

Cintya Takahaschi

Criação Gráfica/Núcleo de Comunicação

Dalete Rodrigues Dias

Conselho Editorial

Ana Paula Palamartchuk – UFAL
Aldrin Armstrong Silva Castellucci – UNEB
Andrea Casa Nova Maia – UFRJ
Anne G. Hanley – Northern Illinois University
Claudio Antonio Santos Monteiro – USS
Giselle Martins Venancio – UFF
Heloisa de Faria Cruz – PUC-SP
Jaime Rodrigues – UNIFESP
James Woodard – Montclair State
John French – Duke University
Luis Augusto Ebling Farinatti – UFSM
Luis Filipe Silvério Lima – UNIFESP
Magda Ricci – UFPA
Mara Regina do Nascimento – UFU
Meize Regina de Lucena Lucas – UFCE
Pedro Puntoni – USP
Robson Norberto Dantas – UESC
Temis Gomes Parente – UFTO
Tiago Luís Gil - UNB
Vítor Wagner Neto de Oliveira – UFMS
Viviane Trindade Borges - UDESC

Autor Corporativo

Arquivo Público do Estado de São Paulo
Rua Voluntários da Pátria, 596 – Santana
CEP 02010-000 São Paulo – SP

Publicação

Em português; periodicidade semestral

EDITORIAL

*Há, com frequência, uma dose de narcisismo da geração em como as novas mídias e as tecnologias de comunicação são avaliadas por contemporâneos; em outras palavras, há uma forte tendência de pensar que nossa geração é aquela que tem o tipo certo de tecnologias que fará tudo mudar.*¹

Marko Ampuja

Os arquivos mais organizados, em geral, apropriam-se de técnicas e tecnologias para fins de exercício de suas funções. Os afazeres em arquivos estão vinculados às esferas da comunicação; da movimentação, acondicionamento e guarda de grandes volumes (em geral, documentos e caixas de documentos); e também de tudo o que diz respeito à localização, transporte e disponibilização de documento. Há, ainda, conhecimentos aplicados à preservação de diversos tipos de suportes documentais. Lembremos dos enormes mecanismos de geração de cópias por meio de equipamentos fotoelétricos, de fitas magnéticas, das técnicas para empreender desinfestações ou mesmos dos robôs usados para localizarem e disponibilizarem documentos em grandes depósitos “inteligentes”.

Entretanto, nenhum dos avanços tecnológicos impactou de forma tão decisiva na formação dos profissionais de arquivo quanto aqueles ligados à chamada tecnologia da informação. Na mal chamada “era da informação”, esperar-se-ia que os arquivos recebessem o reconhecimento de sua função estratégica. Afinal, o saber-fazer dos arquivistas não é senão o tratar as informações (e seus suportes) para que estas estejam preservadas e acessíveis a todos.

Mas, não é bem assim o que ocorre. Se, desde a década de 1980, a área dos arquivos parece florescer na prática e na teorização sobre os mesmos, é no âmago dessa chamada “era da informação” que se percebe aqui e ali o desprestígio ou mesmo possibilidades de retrocesso de políticas de arquivos no Brasil. É do alto de sua reconhecida competência técnica que Vanderlei dos Santos conclui em seu artigo, que *as instituições vêm repetindo o comportamento dicotômico de afirmar que as informações são recursos estratégicos e, ao mesmo tempo, não investir em programas de gestão de documentos e informações, quer sejam ou não digitais.*

De fato, assistir ao desempenho de um autômato ou um sistema automatizado operando costuma causar-nos espanto, sensação de estranhamento e de vulnerabilidade, ou de encantamento. Porém, isso está na base da fetichização da tecnologia no mundo atual. É necessário, no entanto, o esforço para enxergar que por detrás de todo o mecanismo há a imprescindível ação da inteligência e da mão humanas. De elaboradores e de operadores. É o que nos alerta o mesmo Vanderlei Santos: “*o certo é que o fator humano é um dos principais responsáveis pelo sucesso ou pelo fracasso de qualquer mudança institucional em que precise*

¹ Marko Ampuja, *A Sociedade em rede, o Cosmopolitismo e o “Sublime Digital”: reflexões sobre como a História tem sido esquecida na Teoria Social Contemporânea*. Disponível em: <file:///C:/Users/Indefinido/Downloads/295-870-1-PB.pdf>

ser considerado e, sobremaneira, na execução de políticas de gestão de documentos arquivísticos”.

Tecnologia é a expressão permanente e acabada da relação do ser humano com o seu ambiente e se vincula à incessante busca pelo fim do sofrimento causado pelo esforço penoso do trabalho. Entretanto, a evidência é historicamente comprovada: a tecnologia aprisionada para atender aos interesses de uma minoria que a controla e a explora significará a aniquilação humana e não a sua libertação como muitos apregoam.

Por outro lado, a visão equivocada fundada no determinismo tecnológico obscurece o papel estruturante daqueles que detêm o poder de decisão, inclusive sobre as escolhas de equipamentos a serem usados. Conforme afirma José Carlos Vaz, em vídeo disponível nesta edição, a tecnologia é também uma *construção social*.

Encerro este singelo editorial com as certas palavras de **Alicia Barnard Amozorrutia**:

Para lidar com o imensurável número de dados que se encontram nos servidores das instituições, cujas características, como unicidade, suporte de uma ação ou atividade, a inter-relação com outros documentos e o valor probatório que cumprem ou o qualificam como um documento de arquivo digital, requer profissionais da arquivística, e estes ainda não têm preparo para lidar com esse ambiente, pois é fato que apenas esses profissionais sabem tratar de contextos, conhecem planos de classificação e de temporalidade documental, fatores imprescindíveis para a produção, gestão e preservação de documentos de arquivos digitais. Essa falta leva a consequências desastrosas, tanto para a prestação de contas, quanto para a transparência ou preservação desses materiais a longo prazo [tradução livre minha].²

Boa leitura!

Marcelo Chaves

² Trecho extraído da apresentação do livro *Archivos electrónicos: textos y contexto II*. 1ed. Puebla: Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, 2013, v. 1, p. 111-133. Serie Formación Archivística, organizado por Alicia Barnard Amozorrutia.

APRESENTAÇÃO

Creemos ser dispensável justificativa para a opção dos editores da *Revista do Arquivo* pelo tema desta edição. Mas, ainda assim, vale lembrar que a nossa instituição tem sido desafiada a buscar solução tecnológica de sistemas com perfil arquivístico para uso na administração pública paulista. Em decorrência, temos realizado eventos para estimular a reflexão e troca de experiências a respeito de sistemas de gestão de documentos e de processos eletrônicos. Esse não é desafio apenas do APESP, sabemos.

Por outro lado, entendemos ser agora o momento mais oportuno para ampliar e acelerar esse debate. E a *Revista* se alinha a esse esforço coletivo.

Nesta edição, estão publicados 1 ensaio e 9 artigos.

ENSAIO

Lenora Schwaitzer nos brinda com um ensaio que é um primor. Ela discorre sobre o papel do arquivista na era do documento digital, em diálogo com o arquivista francês Bruno Delmas. Vale muito a pena conferir.

ARTIGOS

Vanderlei Batista dos Santos é uma das maiores autoridades no tema do dossiê desta *Revista*. O seu artigo aqui publicado é um instigante convite ao debate na área da arquivologia. Repensar os fundamentos da arquivística, questionar a “tradição”, preservar informação e não o suporte; forma fixa do documento de arquivo está em cheque? Não é suficiente que o documento tenha sido acumulado pela instituição no exercício de suas funções para ser considerado arquivístico; “documento arquivístico potencial”; ciclo vital com três idades do documento? Distância entre o que preceitua a teoria arquivística e a prática nas instituições públicas e privadas na gestão de documentos digitais. Eis algumas das belas polêmicas trazidas por Vanderlei nesse artigo, originalmente publicado pela *Red Nacional de Archivos de Instituciones de Educación Superior y el Archivo Histórico Universitario de la Benemérita Universidad Autónoma de Puebla*, sob coordenação de Alicia Barnard Amozorrutia.

Natália Tognoli com o seu *Diplomática: dos diplomas aos documentos digitais*, em narrativa didática e esclarecedora nos explica como os conhecimentos da Diplomática são cruciais para aferir a autenticidade de documentos desde a Idade Média aos atuais nato digitais, e revela o necessário diálogo dessa disciplina com a arquivologia e a ciência forense digital.

Já o trio de autores **Érika Maria Nunes Sampaio, Jorge Phelipe Lira de Abreu e Raquel Dias Silva Reis** faz um giro por conceitos implicados na preservação digital, para nos apresentar o Arquivemática, solução tecnológica adotada pelo Arquivo Nacional para preservação do acervo permanente. Artigo apresentado no XII CAM/2017, em Córdoba.

As autoras, **Karina Veras Praxedes e Kíssila da Silva Rangel**, também cariocas, refletem sobre a identificação do vínculo arquivístico e seu registro à luz da definição de metadados mínimos como imprescindível para a presunção da autenticidade em documentos nato digitais. Também este artigo consta nos anais do XII CAM/2017, em Córdoba.

Outra colaboração para o dossiê da nossa *Revista* que vem do Rio de Janeiro relata a experiência da *Fundação Casa de Rui Barbosa* no uso da tecnologia para propor atividade

de difusão (exposição virtual). Assinam o artigo **Lúcia Maria Velloso de Oliveira, Leandro Jaccoud e Priscila Vaisman**.

Dois outros estudos de caso relatam experiências de renomadas instituições especializadas em arquivos privados, com a adoção de Sistemas de Gerenciamento de Acervos (SGA). Assinam pelo Instituto Hercule Florence **Roberto Fray da Silva, Francis Melvin Lee & Edson Satoshi Gomi** e pelo Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), **Denise de Almeida Silva**.

Primando pela pluralidade de abordagens que tangenciam o tema da tecnologia aplicada aos arquivos, esta *Revista* apresenta o *cinema de arquivo* veiculado por envolvente discurso de epistemologia da história produzido por **Andréa França e Nicholas Andueza**. O cinema também é foco no artigo de **Ingrid Rodrigues Gonçalves** que reflete sobre os efeitos da digitalização do filme no Brasil.

O nosso entrevistado da seção **INTÉRPRETES DO ACERVO** é dos Estados Unidos. Trata-se do historiador brasilianista **Jonh French** que nos concedeu belo depoimento em que narra suas experiências pelos arquivos, de lá e de cá. Emília Viotti, a importância dos profissionais dos arquivos, seu amor pelo nosso país, além de outros interessantes assuntos aparecem na entrevista com French.

O intenso e dinâmico serviço de certidões de imigração realizado pelo **Núcleo de Assistência ao Pesquisador (NAsP)**, dirigido por Aparecido Oliveira da Silva, é o **PRATA DA CASA** desta edição.

Fotografias que flagram o movimento de **Imigração** no início do século XX em São Paulo é também o tema que inspira o **ARQUIVO EM IMAGENS**.

Por fim, a seção **VITRINE** traz belo texto de **Estevão Luz** sobre suas experiências com o acervo digitalizado da Biblioteca Nacional, enquanto que **Adelia Atas, Elsa Machado Maglio e Nidia Reis** de Paiva nos apresentam a interessantíssima filmoteca da Emplasa. Não deixem de ler.

ESPECIAL

Esta especial seção renova a oportunidade para assistirmos as palestras que compuseram o 1º seminário **Documentos públicos na era digital**, organizado pelo DG/SAESP, realizado em abril do ano passado. Além dos vídeos, disponibilizamos a apostila completa desse seminário e três textos que discorrem sobre o tema do dossiê da *Revista*. Atente-se para o texto de **Ieda Bernardes (DG-SAESP/APESP)** que propõe denso apanhado sobre política de gestão e preservação de documentos digitais na administração pública e seus aspectos legais; em seguida, transcrição da palestra do **Prof. José Carlos Vaz (USP)** que apresenta desafios da administração pública em adotar padrões sustentáveis de incorporação de tecnologia da informação e de modernização da gestão; por fim, o relato do Grupo de Trabalho SIGA-Doc, do APESP, assinado por **Alexandre R. Alves, Camila G. Ribeiro, Elisângela M. Queiroz, Igor B. Marangone, Letícia G. Bacalhau e Rogério F. G. de Andrade**.

IN MEMORIAM

A *Revista do Arquivo* rende singela homenagem à historiadora **Emília Viotti da Costa** e à nossa querida colega **Maria Rita Rosa Rodrigues Alves**.

Bom usufruto!

ENSAIO

O ARQUIVISTA NA AURORA DIGITAL: DIÁLOGO COM BRUNO DELMAS

Lenora de Beaurepaire da Silva Schwaitzer*

9

1. INTRODUÇÃO

Este ensaio tem o objetivo de apresentar breve reflexão quanto ao papel do arquivista no tempo presente e possui, como linha condutora, três textos de Bruno Delmas. O primeiro foi produzido para a abertura de evento realizado em 2007 no Instituto Fernando Henrique Cardoso, o segundo compõe coletânea desse mesmo Instituto que recebeu o título “Arquivos para quê?”, publicado em 2010, e o último, integra obra do mesmo órgão, “Dar nome aos documentos: da teoria à prática”, publicada em 2015.

No primeiro texto, Delmas (2007) destaca que, no curso da história da humanidade, as mudanças de suporte promoveram alterações na sociedade e que a produção dos documentos em codificação binária ocasiona uma tripla ruptura, que estão intrinsecamente conectadas: a) mudança da escrita, de seus suportes e da conservação da escrita; b) mudança do uso social da escrita; c) mudança dos Estados e de seus papéis.

No segundo, Delmas (2010, p. 93) inicia afirmando que a prática arquivista está contida entre o momento de produção de um documento e o que um usuário o acessa num arquivo para concluir, em síntese, que o arquivista é o profissional que “permite às sociedades atravessarem o tempo”. E o último trabalho que norteia este ensaio discorre sobre a diplomática e sua aplicabilidade para a identificação dos documentos de arquivo.

Considero relevante esclarecer que a eleição do autor e dos textos aqui elencados não é fruto do acaso, mas decorre do fato de que Delmas identifica claramente alguns pontos que são cruciais para o desenvolvimento deste ensaio, a saber: a) a quebra de paradigma advinda da produção dos documentos digitais, e em particular, para os documentos das instituições públicas; b) os limites para a atuação do arquivista; c) o uso da diplomática.

* Bacharel em Direito, Arquivologia e Biblioteconomia, todos pela Universidade Federal Fluminense - UFF, especialista em Políticas Informacionais e Organização do Conhecimento pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ e especialista em Gestão Pública pelas Faculdades Integradas de Jacarepaguá – FIJ, mestre em Bens Culturais e Projetos Sociais pela Fundação Getúlio Vargas, mestre em Justiça Administrativa pela UFF e doutora em História, Política e Bens Culturais pelo CPDOC/FGV. É servidora concursada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região onde atualmente exerce o cargo de Assessora de Documentação, Informação e Memória da Secretaria Geral do TRF2.

O que se pretende objetivamente ressaltar é a necessidade de se redefinir o que é ser arquivista em uma sociedade que cada vez demanda transparência dos órgãos públicos e que produz de forma acelerada documentos digitais. Destaca-se ainda a importância da diplomática para as novas atividades desse profissional.

O argumento central aqui apresentado é que o século XXI enseja a ampliação das atividades do arquivista, que além de se preocupar cada vez mais com a organização e acesso dos documentos do arquivo permanente e de envidar maiores esforços para efetuar a avaliação e destinação dos documentos já produzidos, independentemente do formato, deve também atuar junto aos sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos para a produção de documentos arquivísticos autênticos, confiáveis e acessíveis ao longo do tempo, valendo-se da diplomática para dar conta destas novas atividades.

2. FUNDAMENTAÇÃO

É incontroverso dizer que o registro de informações em uma forma tangível e material como prova de ação – notadamente das práticas comerciais e das decisões estatais – guarda estreita relação com o desenvolvimento das civilizações e que, ao longo do tempo, é possível identificar a necessidade de organização dos registros produzidos e mantidos como prova de determinada ação e de criar meios eficazes para acesso ao seu conteúdo (SILVA ET AL. 1998).

Pode-se ainda afirmar que a profissão do arquivista, conforme destacado por Delmas (2010), confunde-se inicialmente com a figura do escriba do antigo Egito, que detinha duas atribuições específicas – a de escrita e guarda - e que, aos poucos, tais atribuições se separam para consolidar as práticas de organização e guarda dos documentos produzidos do arquivário do final da Idade Média e do *commis d'ordre* do século XIX.

Incontestável também é que, com a Revolução Francesa, os arquivos passam a ser identificados como fontes de informação em que se localizam referências à Arquivística como uma prática teórica, ainda que como “ciência auxiliar” da História, e como uma área profissional específica, a do arquivista. É ainda nesta mesma oportunidade que surge um organismo (normalmente o Arquivo Nacional) responsável pela elaboração de políticas de arquivo com abrangência nacional e que se formula, em 1841, o princípio de respeito aos fundos, basilar para a Arquivística, de autoria do arquivista francês Natalis de Wailly.

Sabe-se ainda que o crescimento exponencial da produção de documentos já identificado, em 1898, pelo “Manual de Arranjo de Descrição de Arquivos”, da Associação dos

Arquivistas Holandeses, a eclosão de duas Guerras na primeira metade do século XX, os avanços tecnológicos e o crescimento exponencial da produção documental característico desse século ao mesmo tempo que consolidam uma área de conhecimento e que impelem a separação entre Arquivística e História, promovendo a primeira a uma ciência autônoma, ensejam nova ruptura, principalmente nos países anglo-saxões, que estabelecem mais um interesse da Arquivística, denominada *records management*, e outra área de atuação profissional, a que antecede a do recolhimento dos documentos ao arquivo.

Indolfo (2013) leciona que o norte-americano Philip C. Brooks é identificado como o primeiro profissional a fazer referência ao ciclo vital dos documentos, conceito que se materializou na criação de programas de gestão de documentos e na implantação de arquivos intermediários. De acordo com Jardim (1987, p. 35), Burnet traduz a gestão de documentos como o “processo de reduzir seletivamente a proporções manipuláveis a massa de documentos, que é característica da civilização moderna, de forma a conservar permanentemente os que têm um valor cultural futuro” e resulta não apenas do reconhecimento da incapacidade (espacial, econômica e técnica) de se assegurar tratamento adequado para toda a massa documental recolhida pelas instituições arquivísticas, mas também da necessidade de se tratar a documentação para acesso do interessado.

Delmas (2015) comenta que a disseminação dos computadores pessoais a partir da década de 1970 marca o início de uma era que se traduz na popularização de uma ferramenta tecnológica que auxilia na produção cada vez mais rápida e automatizada dos documentos. Somado a este, advém um novo fenômeno, o das redes de comunicação entre computadores, que enseja nova explosão documental e faz com que não se possa conceber, nos dias atuais, ambientes de trabalhos corporativos ou pessoais que prescindam de alguma forma de produção de documento digital.

Estamos diante, como dito no início deste ensaio, de uma ruptura profunda, decorrente não apenas da mudança da escrita, do suporte e de sua conservação, mas também que evidencia o aumento da demanda por transparência do Estado. Se a criação e organização do Arquivo Nacional francês promoveram a reunião de documentos que se encontravam em instituições diversas a fim de assegurar o livre acesso aos arquivos públicos que, conforme decreto de 25 de junho de 1794, deveriam ser entendidos como propriedade da nação, no caso do Brasil, o direito fundamental de acesso à informação, assegurado no art. 5º da Constituição Federal brasileira de 1988, fomentou a edição da Lei de Arquivos (Lei 8159/91), instigou medidas

para a organização do até então denominado “arquivo morto”¹ das instituições públicas e ensejou a publicação da Lei de Acesso à Informação (LAI) que vem servindo de alicerce para iniciativas diversificadas de organização dos arquivos em fase intermediária e permanente.

Para dar respaldo às atividades de um arquivo no mundo atual, nunca se exigiu tantos conhecimentos e profissionais de arquivo para assegurar, como ressaltado por Delmas (2010, 85), “[...] de forma permanente, o acesso dos arquivos aos seus produtores ou a terceiros, segundo as leis e regulamentos em vigor, que ele deve conhecer perfeitamente”. Ainda de acordo com esse autor, o arquivista deve possuir vasto conhecimento cronológico dos documentos; dialogar com os produtores de arquivos; compreender os problemas administrativos inerentes ao arquivo; e deve possuir fundamentos em história e na história da instituição, no direito, na diplomática, na arquivística e em tecnologia da informação. Em sendo assim, além de uma gama diversificada de competências, o profissional de arquivo deve estar inteirado quanto às inovações tecnológicas e aos procedimentos necessários para a digitalização, descrição e acesso aos documentos de guarda permanente.

Neste particular, as políticas de arquivo vêm se mostrando verdadeiros basilares para a prática arquivística. Não somente o Conarq mas também os arquivos públicos vêm publicando normas que auxiliam as atividades diárias nos arquivos. São manuais que auxiliam na elaboração de ferramentas de gestão, como o plano de classificação e a tabela de temporalidade, os modelos de requisitos para sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos, parâmetros para digitalização de documentos, diretrizes para implantação de repositórios digitais confiáveis, apenas para citar alguns.

Por outro lado, observa-se o aumento exponencial das iniciativas para encontrar soluções para as massas documentais acumuladas. Embora não seja o foco deste ensaio, não se pode deixar de enfatizar que nem todas as alternativas identificadas condizem com os princípios arquivísticos e que a escolha por descarte em massa e por procedimentos de digitalização descontrolados irão resultar em perdas maciças de informações geradas no último século. E quanto a este aspecto, o arquivista deve identificar argumentos, com base em todos os

¹ Para fins deste ensaio, será utilizado o conceito de arquivo morto para “os documentos acumulados de forma aleatória em diferentes espaços da instituição. Esses documentos freqüentemente podem ser encontrados na biblioteca (quando a instituição possui uma), em quartos de depósito de materiais de limpeza, em ‘vãos’ de escadas, dentro de caixas em ‘cantos’ da sala de materiais utilizados em aulas de educação física, fanfarra e até mesmo em banheiros desativados”, conforme destacado por Zaia (2005, p. 159)

conhecimentos acima referidos, para que ocorram diálogos em prol de alternativas que minimizem o impacto para a memória da instituição a que se encontra vinculada.

Entretanto, o uso crescente de tecnologias digitais não enseja apenas a digitalização dos documentos produzidos em papel visando à redução da massa documental acumulada, mas incentiva a adoção de ferramentas que registrem as informações em codificação binária. Conforme destacado por Delmas (2015, p.45), os documentos digitais possuem vantagens consideráveis, principalmente na perspectiva do amplo e ilimitado acesso que o formato propicia e “cabe, desde já, ao arquivista, a todos, interessar-se profundamente por esses documentos” e esse interesse não vai reduzir a importância da Diplomática contemporânea.

Ainda segundo lição essencial de Delmas (2015), na realidade atual, a Diplomática analógica do papel e dos documentos tradicionais, que auxilia na descrição, análise, avaliação e destinação dos documentos, por meio do estudo da gênese e da tradição dos documentos, deve conviver com a Diplomática digital, que estuda os dados digitais. Conforme destacado com propriedade pelo autor,

O procedimento digital converteu o documento e seu suporte em dados digitais, em um objeto imaterial. Os dados não são mais ligados fisicamente a um suporte material. Essa imaterialidade apresenta grandes vantagens bem conhecidas, ela os converte em dados, e assim, facilita o tratamento e o acesso instantâneo. Face aos benefícios práticos dessa conversão, a imaterialidade apresenta também constrangimentos não menos conhecidos, especialmente a dependência do usuário de uma máquina para acessar o documento (DELMAS, 2015, p. 48)

Ainda segundo Delmas (2015), além da vulnerabilidade do documento digital e da dependência tecnológica ao seu acesso, este documento não deve ser produzido sem a intervenção de um arquivista diplomata, que deve acompanhar o documento ao longo de sua gênese e difusão, visando à sua conservação e acesso. Para isso, deve assegurar a observância de normas padronizadas como as que descreve o *Open Archival Information System* (OAIS), as que asseguram a integridade e autenticidade do documento, as de identificação, validação, certificação e as de segurança da informação e também o uso de metadados que promovem uma forma rápida de localização do documento.

Em acréscimo ao defendido por Delmas (2015) e com respaldo nas atividades diárias que envolvem o controle de documentos produzidos em sistema informatizado de gestão de documentos, a reflexão aqui desenvolvida é no sentido de que o arquivista diplomata não pode se limitar ao acompanhamento do documento digital ao longo de seu ciclo de vida, mas deve atuar junto ao próprio sistema para a produção de *templates* ou modelos de documentos

que observem sua diplomática a fim de assegurar a produção de um documento arquivístico autêntico, confiável, único e acessível ao longo do tempo.

Com isso, a disciplina criada por Mabillon para comprovar a autenticidade de um documento a partir do estudo de sua gênese, forma e tradição e que serve como base para a avaliação dos documentos na fase intermediária, deve ser usada para a inserção nos sistemas os metadados que irão viabilizar a própria gênese de um documento que ainda não foi produzido, e com isso assegurar seu adequado controle, acesso e destinação.

3. CONSIDERAÇÕES

Sendo assim, a mudança de suporte desloca a atividade do arquivista para uma outra fase do ciclo de vida do documento, ao da produção do documento. Se a explosão documental impeliu o arquivista a antecipar sua atividade da fase permanente para tratar o documento na fase intermediária, a mudança de suporte promove nova mudança, desta vez deslocando a atenção do arquivista para a um momento anterior à própria gênese do documento e criando uma nova área de atuação do arquivista, que Delmas (2015) denominou de arquivista diplomata e que prefiro identificar como *arquivista digital* que deve assegurar que o documento produzido em sistemas informatizados sejam classificados, descritos e produzidos de forma controlada em sua origem.

Desta forma, e como consequência dos avanços tecnológicos, o profissional de arquivo, responsável pela preservação e acesso dos documentos de guarda permanente, deve atuar antes mesmo de sua gênese, devendo acompanhá-lo em todo o seu ciclo de vida. Isso faz com que o arquivista digital se equipare ao escriba do antigo Egito, a partir do momento que assegura a produção, a guarda e o acesso ao documento institucional.

Mais do que nunca, a figura de Janus, deus romano das mudanças e tradições, porteiro celestial representado com duas cabeças e que remete ao passado e ao futuro é a representação compatível a este profissional do presente e do futuro da humanidade.

REFERÊNCIAS

DELMAS, Bruno. *Archives, États et sociétés: les enjeux du XXIe siècle*. 2007. Disponível em: <http://www.ifhc.org.br/index.php?module=conteudo&class=acervo&event=ver&id_conteudo=396>. Acesso em 21 abr. 2011.

_____. **Arquivos para quê?:** Textos escolhidos. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010.

_____. **Por uma Diplomática contemporânea: novas aproximações.** In: SEMINÁRIO “DAR NOME AOS DOCUMENTOS: DA TEORIA À PRÁTICA”. 2013. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2015.

INDOLFO, Ana Celeste. **Dimensões político-arquivísticas da avaliação de documentos na administração pública federal (2004-2012)**. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT, Rio de Janeiro, 2013.

JARDIM, José Maria. **O conceito e a prática de gestão de documentos.** *Acervo*, Rio de Janeiro, v.2, n.2, p.35-42, jul./dez. 1987.

SILVA, Armando Malheiro et al. **Arquivística: Teoria e prática de uma ciência da informação.** Porto : Afrontamento, 1998.

Leia o próximo artigo 

ARTIGO

DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS DIGITAIS: UM DESCOMPASSO ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA NO BRASIL¹

Vanderlei Batista dos Santos*

16

Resumo

Os documentos digitais são uma realidade que tem se mostrado cada vez mais presente na teoria e na prática arquivísticas brasileiras, seja em debates em eventos da área seja no dia a dia das instituições e na normatização e legislação promulgadas pelo Estado. Todavia percebe-se um descompasso entre os modelos teóricos criados em estudos acadêmicos e a implantação efetiva dessas teorias por meio de projetos cujo escopo seja o tratamento dos documentos digitais no viés da Arquivística. Esse estudo visa identificar, discutir e, em alguns casos, propor estratégias de enfrentamento de várias das questões que envolvem esse tema tão caro aos arquivistas na sociedade da informação.

Digital records: the gap between the archival theory and practice in Brazil

Abstract

Digital record is an increasingly reality in Brazilian archival theory and practice, whether in debates at technical events or in institutional routines and in the regulation and legislation promulgated by the Government. However, there is a gap between the theoretical models created in academic studies and the effective implementation of these theories in digital record management projects under Archival Science view. This study aims to identify, discuss and, in some cases, propose strategies to face some of the issues related to this important topic for archivists in the information society

¹ Publicado originalmente como capítulo do livro *Archivos electrónicos: textos y contexto II*. 1ed. Puebla: Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, 2013, v. 1, p. 111-133. Serie *Formación Archivística*, organizado por Alicia Barnard Amozorrutia.

* Arquivista. Doutor em Ciência da Informação. Câmara dos Deputados. Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos – CTDE/Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ
Email: vanderbsantos@gmail.com

1. Introdução

A discussão sobre a gestão de documentos arquivísticos digitais² está avançando a passos largos no Brasil e no mundo. Todavia, considera-se que esses debates estão ocorrendo em âmbito ainda muito restrito. No Brasil, discussões sistemáticas e difundidas têm se restringido à Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos – CTDE, do Conselho Nacional de Arquivos – Conarq e ao TEAM Brasil, da fase três do Projeto Interpares³. Apesar de não limitadas a esses casos, as demais iniciativas não têm tido ampla discussão ou divulgação, senão por meio de seus resultados finais na web ou em eventos técnicos, como é o caso de legislação específica elaborada pelos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro e no âmbito federal.

No Brasil, a discussão sobre a gestão dos documentos arquivísticos digitais se inicia, de forma sistemática, com a retomada das atividades da CTDE, do Conarq. Apesar de criada na primeira reunião ordinária do Conarq, em 15 de dezembro de 1994, a CTDE viria a ser instalada e definida sua composição apenas no ano seguinte, por meio da Portaria/Conarq n° 8, de 23 de agosto de 1995. Apesar disso, somente com sua reestruturação, pela Portaria n° 60, de 7 de março de 2002, e contando com representante de vários setores do governo e da sociedade civil é que a CTDE passou a ser mais efetiva, embora mantendo seus objetivos iniciais, quais sejam:

Propor instrumentos legais, normas e procedimentos técnicos para utilização da Informática nos arquivos, visando à gestão, à disseminação de informação, bem como a definição do valor probatório e a preservação dos documentos eletrônicos (CONARQ/Portaria n° 8/1995; CONARQ/Portaria n° 60/2002).

Anos mais tarde, em 2007, O Brasil passa a fazer parte do Projeto Interpares, sob a responsabilidade do Arquivo Nacional e com a Presidente da CTDE como diretora do TEAM Brazil. As cinco instituições participantes (Ministério da Saúde, Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, Câmara dos Deputados, Arquivo Municipal de Porto Alegre e Arquivo Público do Estado de São Paulo) concluíram nove estudos de caso.

Presente na nova composição da CTDE, integrante do TEAM Brazil e envolvido, desde 2002, com capacitação profissional de servidores da administração pública brasileira na gestão de documentos digitais, em cursos curtos de formação geral, busquei promover uma ponte

² Termo adotado pelo entendimento de que “eletrônicos” abrange outros documentos não produzidos, acumulados e acessíveis por meio de sistema computacional, como, por exemplo, as fitas cassete de áudio, muito comuns nas décadas de 1980 e 1990.

³ *International Research on Permanent Authentic Records in Electronic Systems* - InterPARES. Vários dos profissionais da CTDE são servidores de algumas das instituições participantes do TEAM Brazil. Em sua versão atual, denominado Interpares Trust (<https://interparestrust.org/>), o projeto tem como foco estudos sobre a confiabilidade dos documentos arquivísticos e dados digitais na internet.

entre os debates levados a termo naqueles grupos de pesquisa e os estudos desenvolvidos no âmbito de um mestrado e um doutorado em Ciência da Informação, que incluíam as abordagens legais do tema, e as necessidades práticas das instituições.

Ao longo de uma década na execução dessa atividade, me foi possível sistematizar as dificuldades apontadas pelos alunos das mais diversas formações profissionais, embora fossem com mais frequência arquivistas, tecnólogos e juristas. São essas dificuldades que norteiam o enfoque deste artigo.

2. A Arquivística: alguns conceitos fundamentais

A Arquivística vem passando pelo repensar de seus fundamentos, principalmente, a partir da década de 1980 e da presença maciça dos computadores no cotidiano administrativo das instituições públicas e privadas. Essa situação tem sido marcada por alguns autores (THOMASSEN, 1999; SILVA *et al*, 1999, por exemplo) como uma fase pós-custodial, na qual o foco da disciplina estaria não nos depósitos de documentos, mas nas informações orgânicas da instituição. Ante essas novas demandas, para as quais o arquivista passa a ter o papel de organizador, provedor e disseminador de informações orgânicas, considera-se que a Arquivística tem como objetivo

A acessibilidade perene aos conteúdos informacionais orgânicos de interesse primário, com alta qualidade da informação, e de interesse secundário, acrescida de questões referentes à autenticidade (confiabilidade, acurácia) dos documentos e controle de acesso e eliminação de documentos e informações (SANTOS, 2011, p.120-121).

Para isso, a Arquivística conta com suas metodologias tradicionais, embora renovadas, para organizar, preservar e manter acessíveis essas informações, observando seu contexto e suas características originais, bem como as regras e restrições de acesso. Assim sendo, a disciplina tem como objeto

A informação orgânica registrada, principalmente em sua manifestação estruturada e em seu conjunto, quais sejam os documentos e os fundos arquivísticos e, também, o papel dos arquivos como instituição (arquivos públicos, arquivos institucionais) na preservação e na concessão de acesso às informações (SANTOS, 2011, p.121).

Essas primeiras definições buscam endossar um dos entendimentos pacíficos entre aqueles envolvidos com os documentos arquivísticos digitais: a preservação tem foco na informação e não no suporte. A preservação adequada do suporte de uma informação em meio digital não implica no acesso àquela informação. A obsolescência tecnológica obriga a instituição a adotar procedimentos de migração que envolvam atualizações periódicas de suportes e de formatos. Nesse fato encontra-se uma das primeiras dificuldades observadas nas instituições.

São raras aquelas que possuem planejamento de preservação digital, o que pode sinalizar para a compreensão de que o paradigma de preservação do suporte como garantia de acesso à informação, oriundo da análise dos documentos em papel, continua prevalecendo.

Em continuidade aos aspectos definitórios, propõe-se que

Documento arquivístico é um conjunto de dados estruturados, apresentados em uma forma fixa, representando um conteúdo estável, produzido ou recebido por pessoa física ou jurídica (pública ou privada), no exercício de uma atividade, observando os requisitos normativos da atividade à qual está relacionado, e preservado como evidência da realização dessa atividade” (SANTOS, 2011, p.136)

E, ainda

Arquivo é o conjunto de documentos arquivísticos acumulados por instituição pública ou privada no exercício de suas funções, ou por pessoa física no decurso de sua existência, preservado como evidência dessas funções institucionais, ou das ações dos indivíduos (SANTOS, 2011, p.136).

A ideia é distinguir, claramente, “arquivo” e “documento arquivístico” que, embora inter-relacionados, podem e devem ter valorizadas suas características individualizantes. Afinal, o documento arquivístico está vinculado a uma ação específica, aqui denominada “atividade”, enquanto que o arquivo refere-se ao conjunto das ações da instituição, ou seja, suas funções. Essa é uma visão que busca afastar-se da tradição de definir arquivo como um conjunto de documentos arquivísticos e estes como as unidades que compõem um arquivo.

Essas definições têm como uma de suas repercussões mais importantes a identificação da “fixidez” (*fixity*) como uma característica do documento arquivístico. A produção de um “documento” visa ao registro e à transmissão de um fato sem distorções, assim a existência de um conteúdo estável e de uma forma fixa são pressupostos para que esses objetivos sejam atingidos. Segundo o Projeto Interpares (INTERPARES 2 PROJECT, 2010), a forma fixa refere-se ao fato de o documento ter sempre a mesma aparência ou apresentação, enquanto que um conteúdo estável relaciona-se ao entendimento de que a informação e os dados contidos no documento permanecem imutáveis.

Até aqui não se encontra discordância significativa ao conceito. Porém, no mundo digital, em que a fixidez não é mais refém do suporte no qual o documento foi originalmente registrado, esta característica evoluiu para contemplar a flexibilidade do ambiente tecnológico. Apesar de o conteúdo permanecer imutável, a forma fixa passa a ser interpretada dentro de uma variabilidade limitada⁴, qual seja, a

⁴ Para melhor entendimento desse conceito, sugere-se a leitura de Duranti e Thibodeau (2006).

Qualidade de um documento arquivístico que assegura que suas apresentações documentais são limitadas e controladas por regras fixas e um armazenamento estável do conteúdo, da forma e da composição, de modo que a mesma interação, pesquisa, busca ou atividade por parte do usuário sempre produza o mesmo resultado (INTERPARES 2 PROJECT, 2010).

Decorre deste fato que, desde que previstas pelo autor do documento e controladas por regras fixas, é permissível variações na apresentação do documento. Podemos citar, por exemplo, uma planilha de análise de distribuição de renda que, além da forma original, pode ser apresentada nos modelos de pizza ou de colunas, mantendo o mesmo conteúdo informacional.

Esse conceito, apresentado em várias edições do curso, não obteve boa aceitação da maioria dos tecnólogos e por parte dos outros profissionais, inclusive de juristas e arquivistas. Em geral, consideram que o documento possui ou não forma fixa e conteúdo estável. Portanto, segundo eles, no que parece indicar uma visão conservadora do problema, se há variação não há documento. É preciso investir no convencimento de que os conceitos tradicionais não podem ser empecilhos para visões mais amplas. Mesmo porque, ainda há uma fixidez dentro de um limite conhecido, tecnologicamente possível e administrativamente aceitável de variação.

Para a próxima abordagem, observam-se as características dos documentos arquivísticos listadas por diversas normas e autores. Segundo dispõe a ISO 15.489/2001, qualquer documento que a instituição almeje declarar arquivístico oficial (*authoritative records*) precisa apresentar as seguintes quatro características: autenticidade (*authenticity*), confiabilidade (*reliability*), integridade (*integrity*) e disponibilidade ou acessibilidade (*usability*). O e-ARQ Brasil (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2011, p.21-22) acrescenta a essas características outras duas, a “organicidade” e a “unicidade”. Duranti (1994) e Pearce-Morse (2005), apesar de citarem a autenticidade, apontam as demais como imparcialidade, naturalidade, inter-relacionamento e unicidade. Enquanto da definição de Fuster Ruiz (1999) para documento arquivístico, pode-se depreender várias das características já apontadas, mas adicionalmente, indivisibilidade e caráter seriado. No âmbito do Projeto Interpares (INTERPARES 3 PROJECT, 2011), por sua vez, são apontadas a forma fixa, o conteúdo estável, o vínculo arquivístico e um contexto identificável como características do documento arquivístico.

Apesar de apontar para a falta de entendimento entre os pesquisadores e entre as normatizações da área, a lista das características apresentada, permite uma visão geral dos aspectos a serem observados na produção e manutenção de um documento arquivístico digital. Tal fato é ratificado pela necessidade de a instituição declarar um documento como “arquivístico”, tornando-o um registro oficial, qual seja o documento arquivístico autoritário (*authoritative record*), conforme previsto na ISO 15.489/2001 e endossado pelo Interpares 3 Project (2011).

Assim, não é suficiente que o documento tenha sido acumulado pela instituição no exercício de suas funções para ser considerado arquivístico, conforme preceitua a definição mais difundida e aceita pela área. É preciso que a instituição, de forma efetiva e consciente, o declare como tal, e aja para garantir a preservação de suas características essenciais, qualificando-o como referência formal sobre suas ações. Esse fato altera substancialmente a tradicional política arquivística das instituições, pois significa que qualquer documento que se almeje arquivístico tem que estar inserido e gerenciado pelo sistema de gestão de documentos, garantindo seu registro e o monitoramento de suas alterações, uso e destinação⁵.

É nesse escopo que surge o conceito de “documento arquivístico potencial”, inicialmente, no âmbito das análises dos documentos dinâmicos (DURANTI; THIBODEAU, 2006), que serve para indicar sistemas informatizados com potencial para criar documentos arquivísticos sob demanda, mas que não os produz em forma fixa e os mantém no curso normal das atividades atuais. Tal conceito, incluindo outras características diplomáticas de um documento arquivístico (por exemplo, a identificação da ação a que se refere e das pessoas envolvidas, vínculo arquivístico e contexto), pode ser ampliado ao uso geral. Isso permitiria a identificação de documentos incompletos e, ao mesmo tempo, ofereceria subsídios para que o produtor revisasse seus procedimentos a fim de garantir a criação de documentos arquivísticos adequados.

Essas não foram interpretações bem aceitas pelos profissionais participantes do curso. Houve quem discordasse peremptoriamente da possibilidade de uma base de dados vir a constituir, por si só, um documento arquivístico, independente de qualquer ação tomada pela instituição. Outros se manifestaram descrentes quanto a existência de uma forma armazenada de um documento arquivístico digital sobre a qual o produtor pode implementar sua política de preservação. Esses consideraram como solução única a produção de uma forma manifestada, principalmente, quando adotados formatos que permitem a fixação da forma documental e estabilização do conteúdo, como o PDF/A⁶.

⁵ A correta gestão de documentos arquivísticos digitais requer a adoção de um sistema informatizado de gestão arquivística de documentos (Sigad) e deve estar associada a um repositório de preservação digital confiável (RDC-Arq). Nesse contexto, a CTDE elaborou a Orientação Técnica n.º 3/ 2015 com “Cenários de uso de RDC-Arq em conjunto com o Sigad”. Esse material encontra-se disponível no endereço: http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/ctde/Orientacoes/Orientacao_tecnica_rdc_arq_2015_v8_pub.pdf.

⁶ Sugere-se, adicionalmente, a leitura da Orientação Técnica n.º 4/2016 - Recomendações de uso do PDF/A para Documentos Arquivísticos, elaborado pela CTDE e que se encontra disponível em http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/ctde/Orientacoes/Orientacao_tecnica_4.pdf.

Também houve o já esperado confronto com a visão tradicional de que um documento arquivístico não precisa ser declarado como tal, desde que seja produzido no exercício das funções institucionais.

Outra questão que merece registro é o uso de “gestão de documentos” distinguindo-a da “administração de arquivos” no país, reproduzindo uma prática comum em parte da Europa e nos Estados Unidos, ao mesmo tempo em que, de forma contraditória, se defende o conceito de ciclo vital, com as três idades tradicionais integradas, inclusive na legislação que regulamenta a profissão de arquivista outorgando-lhe a responsabilidade de agir sobre os arquivos em todas as suas fases.

Para garantir a autenticidade dos documentos arquivísticos digitais é essencial que os arquivistas exerçam uma supervisão contínua sobre eles, desde a produção. Essa ação está bem definida na expressão “*records continuum*” utilizada pelos australianos. Os defensores do *records continuum* argumentam que as três idades são estanques e que cada fase está vinculada a um profissional. Tal visão parece provir da compreensão que o conceito não evoluiu ao longo das décadas, incorporando, por exemplo, a proposta canadense de integração acadêmica e profissional das três idades, e que, desde modo, pode continuar representando adequadamente as fases do tratamento documental.

Entende-se que a existência simultânea dessas visões demanda um aprofundamento discursivo que não tem ocorrido e, como resultado, dificulta seu entendimento e aplicação pelos profissionais. Um possível resultado direto disso é a falta de clareza quanto a necessidade de adoção de um sistema de gestão de documentos preparado para exportar metadados e documentos correntes para sistemas de preservação de documentos permanentes⁷ ou de longo prazo de guarda.

3. As práticas institucionais brasileiras

Há uma distância significativa entre o que preceitua a teoria arquivística e a prática das instituições públicas e privadas brasileiras na gestão de documentos digitais. Nessa parte do artigo são abordadas algumas das características mais significativas.

3.1 Instrumentos de gestão de documentos arquivísticos e os sistemas informatizados

A primeira questão que se sobressai quando analisamos as práticas institucionais de desenvolvimento e adoção de políticas arquivísticas é a atual inexistência formal e efetiva de

⁷ Numa visão ampliada, as Diretrizes para a Implementação de Repositórios Arquivísticos Digitais (RDC-Arq), aprovadas pela Resolução nº 39/2015 do Conarq, postulam que essas ações de preservação em repositórios devem abranger, também, as fases corrente e intermediária. Disponível em: http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/diretrizes_rdc_arq.pdf

instrumentos mínimos de gestão documental (plano de classificação e tabela de temporalidade) e sua implementação por meio de sistema informatizado, em um número significativo de instituições.

O Conselho Nacional de Arquivos (2004, Art. 3º) considera que a adoção de um sistema informatizado de gestão arquivística de documentos é imprescindível à correta gestão de documentos digitais com vistas a garantir a integridade e a acessibilidade de longo prazo dos documentos arquivísticos. O modelo de requisitos brasileiro para esse tipo de sistema foi aprovado três anos mais tarde (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2007) e prevê a adoção de instrumentos de classificação e de temporalidade documental.

Esse fato não se restringe ao Brasil. A existência desses instrumentos de gestão está também prevista nos modelos de requisitos adotados por países como África do Sul, Austrália, Estados Unidos, Nova Zelândia e, também, aqueles desenvolvidos pela União Europeia (Moreq 2010) e pelo Conselho Internacional de Arquivos, seja nominalmente ou pela inserção de requisitos de organização intelectual e de avaliação e eliminação de documentos.

Apesar disso, as instituições parecem ainda não terem compreendido que sem a elaboração e a adoção formal desses instrumentos, que envolvem o diagnóstico de inúmeros aspectos de gestão documental e do entendimento dos negócios da instituição, quaisquer ações adicionais estão propensas ao fracasso.

Pelo entendimento equivocado de que há espaço computacional inesgotável, mesmo aquelas instituições que possuem tabela de temporalidade não a tem utilizado em relação aos documentos digitais, senão inserindo-a entre os metadados de gestão, mas sem aplicação efetiva. Em outras palavras, mesmo que os documentos aos quais se referem tenham seus prazos de guarda esgotados, os registros nas bases de dados, e os próprios documentos digitais, não são sistematicamente eliminados. A questão não é se há ou não espaço de armazenamento disponível, mas se é necessário preservar determinados documentos e informações. A Arquivística oferece metodologia para se definir critérios para, com reduzida subjetividade, identificar os documentos e informações que podem ser eliminados, inclusive aqueles em meio digital.

Uma questão relevante que não tem repercutido com a intensidade necessária entre os arquivistas é o planejamento de contingência relativo à gestão de documentos. No E-Arq Brasil (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2011, p.24; p.36) está explícito que o projeto de um sistema de gestão arquivística de documentos deve incluir um “plano de segurança da informação (física e lógica) e de contingência” e lista, ainda, o “plano de prevenção contra desastre” como instrumento de apoio à gestão de documentos. É uma orientação saudável, mas muito longe da realidade das instituições públicas.

A prática nacional mais comum ainda é o uso dos sistemas de gestão como ferramenta de controle de tramitação de documentos em suporte não digital, sendo possível, portanto, utilizar livros de registro de tramitação como contingência à indisponibilidade do sistema, mantendo, paralelamente *backups* do sistema. Todavia, os processos institucionais têm se estruturado sobre plataformas tecnológicas, migrando os registros documentais para o mundo digital e reduzindo a produção de documentos em papel. Nessa situação de substituição do papel pelo meio digital não caberia utilizar o livro de tramitação visto que não haveria um documento físico para tramitar, senão por meio do sistema. Restaria, então, o *backup*.

Por outro lado, também não se deveria restringir a cópias de segurança e *backups*, afinal, a restauração do sistema à sua última cópia - dependendo do caso - resulta na perda dos dados mais recentes, portanto, também resulta em algum prejuízo. A frequência de execução dos *backups* é, portanto, uma decisão estratégica. Então, talvez o problema não seja simplesmente restaurar o sistema, mas garantir o acesso aos documentos arquivísticos gerenciados por ele.

Algumas vezes, mesmo que o sistema apresente problema de acesso, se os documentos digitais estiverem organizados de uma forma intelectual previamente definida, como por exemplo, de acordo com a estrutura do plano de classificação, permanecerão acessíveis por outras vias. Apesar de representar uma brecha na segurança, ressalta-se que tal recurso é uma contingência e não uma regra e deve ser monitorado e auditado cada vez que for executado.

3.2 Cultura organizacional, recursos tecnológicos e divisão de responsabilidades

Para iniciar esta parte, questiona-se até que ponto a cultura organizacional, a qualificação e o envolvimento efetivo dos profissionais de uma instituição podem influenciar na implantação de uma política de gestão de documentos arquivísticos digitais. Algumas dessas questões poderão ser esclarecidas pela pesquisa de mestrado intitulada “Antecedentes à Resistência na Implementação de Sistemas de Gestão Eletrônica de Documentos”⁸. Seu autor, a partir da visão dos usuários dos sistemas, se propõe a analisar se essas causas têm relação com a participação dos profissionais na escolha e na implantação da tecnologia ou se o impacto da informatização das atividades de gestão documental no cotidiano dos empregados não foi mensurado adequadamente. Por enquanto o certo é que o fator humano é um dos principais responsáveis pelo sucesso ou pelo fracasso de qualquer mudança institucional em que precise

⁸ A pesquisa está sendo desenvolvida por Allan Muniz, em parceria com a EBAPE/FGV do Rio de Janeiro. Disponível no endereço: <http://pesquisa.fgv.br/index.php?sid=66646&lang=pt-BR>, acesso em: 1º mar. 2012.

ser considerado e, sobremaneira, na execução de políticas de gestão de documentos arquivísticos⁹.

Por outro lado, as instituições vêm repetindo o comportamento dicotômico de afirmar que as informações são recursos estratégicos e, ao mesmo tempo, não investindo em programas de gestão de documentos e informações, quer sejam ou não digitais. Sem recursos financeiros é complicado adquirir tecnologia e capacitar servidores. Como resultado direto desse comportamento, existem instituições que precisam utilizar serviços de correio eletrônico e de repositórios digitais gratuitos para atender às suas necessidades. Nesse sentido, como exigir requisitos de segurança da informação quando os documentos estão submetidos a procedimentos externos e, muitas vezes, desconhecidos?

Segundo o Conselho Nacional de Arquivos (2006, Art. 2º), cabe aos órgãos da administração pública a responsabilidade de gerenciar seus documentos digitais, assegurando sua preservação, autenticidade e acessibilidade até sua destinação, qual seja a eliminação ou o recolhimento à instituição arquivística na sua esfera de competência. Apesar de que tal atribuição seria facilitada com a disponibilidade de recursos financeiros, algumas ações podem ser tomadas, independentemente disso. Dentre elas destacam-se, na ausência de um sistema de gerenciamento informatizado, a definição de áreas de armazenamento dos documentos digitais em rede, a adoção de regras para nomeação de documentos digitais e, também, a identificação de mídias de armazenamento (CDROM, DVD etc.). As mídias devem ser identificadas, regra geral, com o código de classificação e o ano de gravação e, quando possível, com alguma informação adicional sobre o conteúdo. Quanto à nomeação de documentos digitais, eis algumas orientações:

- a) o nome com o qual o documento digital é identificado deve obrigatoriamente oferecer informações sobre seu conteúdo, possibilitando que a leitura deste único item permita saber do que se trata o documento; por exemplo: “20-5_Aquisicao de material permanente_2008.pdf”;
- b) não usar caracteres especiais (#, §), acentos ou termos de ligação (proposições, artigos, conjunções etc.); por exemplo: “10-2_Atata reuniao comissao 12_2011.rtf” e não “10-2_Atata **de** reunião **de** comissão #12_2011.rtf”;

⁹ A pesquisa foi concluída sob o título “Antecedentes à resistência à implementação de sistemas de informação: uma análise de sistemas de gestão eletrônica de documentos” e seus resultados podem ser consultados no link <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/9954>, destacando-se a importância da “relação do sistema com os fatores sócio-políticos da organização e não somente o alinhamento do mesmo sistema em termos de tarefas e funções no nível operacional” (hipótese H4) para a resistência à implantação dos sistemas de gestão (p.79).

- c) quando realizar cópias para sistemas diferentes, atentar para possíveis mudanças não intencionais no nome do documento; ocorre que certos caracteres podem não ser reconhecidos por alguns computadores e, às vezes, substituídos ou, simplesmente, excluindo automaticamente; outras vezes, o novo sistema insere traços de sublinhar entre os termos do nome do arquivo; por exemplo: "10-2_Ata reuniao comissao_2011.rtf" e não "10-2_Ata de reunião de comissão_2011.rtf" que se tornaria "10-2_Ata_de_reunio_de_comisso_2011.rtf";
- d) incorporar a classificação arquivística e o ano de produção no título de modo a permitir a organização do acervo digital da mesma forma que o acervo físico e, também, o uso facilitado da tabela de temporalidade; por exemplo: "032-4 Contrato aquisicao computadores_2008.odt";
- e) quando o computador for usado apenas como ferramenta de redação, sendo os documentos impressos e assinados, se as vias digitais não forem imediatamente apagadas, devem ter seu nome terminado com "_incomp", de incompleto; esses documentos digitais não teriam que passar por qualquer tipo de avaliação quanto à eliminação; com essa identificação, qualquer um que os encontrem saberá que não se trata de documentos completos e efetivos, estando autorizada sua eliminação; por exemplo: "032-4 Contrato aquisicao computadores_2008_incomp.odt";
- f) fotografias deverão ser nomeadas de acordo com vários outros itens adicionais: 1) sigla de nome dos fotógrafos; 2) data da produção; 3) número de ordem; por exemplo: "022-1 Curso primeiros socorros_heg_20080402_001", que pode significar: cursos realizados pela instituição (022-1), registro do fotógrafo Héctor García (heg), feitas em 2 de abril de 2008 (20080402), sendo esta a primeira fotografia (001) de uma série que pode ir até 999.

Os aspectos práticos de uso das tecnologias também devem ser respeitados pelos arquivistas e tecnólogos na definição das normas de gestão de documentos digitais. O Conselho Internacional de Arquivos (2005), exemplificando a definição de formatos para a produção de fotografias digitais, observa que, apesar de reconhecido como formato ideal para a preservação de imagens digitais fixas, a adoção do TIFF leva às seguintes dificuldades:

- as imagens a cores em TIFF são muito grandes, e portanto a sua transmissão em rede é lenta e dispendiosa;
- muitos usuários não dispõem de *software* que os possibilite lidar facilmente com as imagens TIFF; e

- alguns formatos, que não o TIFF, permitem aos que detêm os direitos sobre as imagens um maior controle sobre aquilo que o usuário final pode fazer com elas (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2005, p.46)

Alguns profissionais entrevistados durante a execução de um projeto de gestão de documentos fotográficos digitais (SANTOS, PINTO e SCHAPER, 2005) afirmaram, também, que a velocidade de captura fotográfica da imagem em TIFF é inferior, por exemplo, ao formato JPEG. Isso faz com que o foco da imagem se perca com mínimas instabilidades da mão do fotógrafo. O que significa dizer que é necessário ampliar o número de imagens capturadas para garantir um mínimo de imagens de qualidade. A escolha do formato, então, demanda atender também aos requisitos de produção.

Nessa questão teórica que envolve a Arquivística e as Tecnologias, é preciso enfrentar e definir formalmente as fronteiras que demarcam as responsabilidades dessas áreas no âmbito institucional. Apesar de parecer óbvio para alguns, na realidade não o é. Questões de poder e cultura organizacional estão presentes nessa análise e têm colaborado para a indefinição das ações entre os arquivistas e os tecnólogos.

Pode-se ilustrar tal fato com as inúmeras normas de gestão de correio eletrônico, elaboradas pelas áreas de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC, que determinam a responsabilidade do usuário, titular da caixa postal de correio eletrônico, pela eliminação periódica das mensagens contidas na sua caixa postal, a fim de evitar que fique cheia e possa continuar recebendo novas mensagens (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1996; MINISTÉRIO DOS ESPORTES, 2003; GOVERNO DO ESTADO DO ACRE, 2003; GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO, 2011; MINAS GERAIS, 2003; 2012). Essa orientação, pragmática no sentido tecnológico, é frontal à competência padrão das áreas de Arquivo – também definidas em normas internas específicas – de se manifestar quanto à eliminação de documentos. Esse papel do Arquivo, inclusive, é ratificado quando aquelas normas afirmam que o correio eletrônico institucional deve ser usando exclusivamente com fins institucionais.

Embora as normas raramente mencionem a necessidade de identificar as mensagens de correio eletrônico que devam ser incorporados aos arquivos, é claro que estar vinculado aos “fins institucionais” é uma das principais características dos documentos arquivísticos. As mensagens de correio eletrônico não poderiam, conseqüentemente, serem eliminadas a critério dos interesses do titular da caixa postal.

3.3 Embasamentos administrativo e legal

É recorrente na literatura jurídica brasileira o entendimento de que a legislação em vigor atende a mais de 95% (noventa e cinco por cento) dos aspectos relativos aos usos e abusos dos documentos digitais e tecnologias em geral (ROSSINI *apud* CÓDIGO PENAL..., 2007), apontando essas possíveis equivalências em artigos e livros (PECK *apud* REVISTA GALILEU, 2008, p.45). Santos (2005) ratifica essa afirmação, por meio de um levantamento da legislação brasileira com impacto no uso dos documentos digitais e/ou criminalização de delitos com a utilização de tecnologias, demonstrando a extensão dos aspectos específicos já regulamentados.

Ainda assim, duas ações comumente praticadas no Brasil demonstram que a prática tem superado os aspectos legais, mesmo que busque respaldo em entendimentos jurídicos. A primeira ação refere-se ao uso da imagem das assinaturas dos autores nos moldes do que poderia ser entendido como assinatura digital por um leigo. Ocorre da seguinte forma, os responsáveis pela “expedição de documentos em grande quantidade com o mesmo teor e para diversos destinatários” incorporam a assinatura digitalizada do autor no documento digital, convertem-no para o formato PDF, e o encaminham, sem a inserção de selos de validação adicionais, senão o endereço de correio eletrônico do emissor. Essa prática foi considerada aceitável em observação ao princípio constitucional de “eficiência” administrativa, por conferir “celeridade ao andamento dos processos” (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2011). Ainda assim, não se deve ignorar que tal procedimento resulta num documento de valor questionável frente a terceiros.

A segunda ação a ser analisada é o tratamento concedido às mensagens de correio eletrônico consideradas arquivísticas. Na atualidade, uma vez consideradas “importantes”, as mensagens são impressas e tratadas como um documento em suporte papel. Em geral, os responsáveis elaboram documentos discorrendo sobre o conteúdo da mensagem e utilizam a impressão como um anexo. Em outros casos, utilizam carimbo de “confere com o original” para dar credibilidade à mensagem. Além disso, como já mencionado, a gestão da caixa de correio eletrônico é de responsabilidade do usuário, titular da caixa, que gerencia, na verdade, a disponibilidade de espaço de armazenamento para recebimento de novas mensagens. Assim, a mensagem, “arquivística” ou não, pode ser apagada imediatamente após sua impressão.

Tal discricionariedade do usuário exige que as instituições possuam requisitos claros e objetivos para identificação e tratamento das mensagens de correio eletrônico¹⁰ que deverão

¹⁰ Vários dos questionamentos aqui expostos estão contemplados na Resolução nº 36/2012 do Conarq, que dispôs “sobre a adoção das Diretrizes para a Gestão arquivística do Correio Eletrônico Corporativo pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos – SINAR”, disponível integralmente em:
http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/Correio_eletronico_completo_2.pdf

ser tratadas como documentos arquivísticos, frente ao número exponencial de mensagens recebidas diariamente por cada caixa postal. Ainda assim, como comprometer de forma eficaz os servidores com os interesses institucionais de gestão dos documentos digitais?

4. Considerações finais

Atualmente, há uma série de estudos e projetos que envolve a teoria e prática de gestão de documentos arquivísticos digitais, incluindo vários já concluídos. Apesar disso, ainda não é de conhecimento público um caso que tenha obtido êxito em todas as suas nuances. Entre as iniciativas que, certamente, colaborarão para mudar essa situação destaca-se o Projeto Interpares 3 que tem por escopo a verificação, pelas mais diversas instituições públicas e privadas do mundo, da pertinência dos conceitos desenvolvidos no âmbito das duas primeiras fases daquele projeto, incluindo intenso investimento nas atividades de difusão e debate de suas teorias e dos resultados obtidos pelas instituições.

Esse artigo partiu do princípio que muitas das propostas teóricas atualmente aceitas para a gestão dos documentos arquivísticos digitais demandam o repensar da tradicional visão da Arquivística sobre a gestão de documentos em geral, o que significa que os arquivistas precisam atualizar seus conhecimentos.

Por outro lado, os gestores das instituições precisam conscientizar-se que a evolução dos seus processos de negócio por meio da informatização, apesar de inexorável, demanda o respeito a certas regras e etapas de implementação. Primeiro é preciso conhecer e dimensionar os problemas da instituição, para, só então propor soluções adequadas à sua realidade. Entre as questões mais importantes inseridas nas propostas de solução da gestão de documentos arquivísticos devem estar os aspectos jurídicos e o impacto das mudanças na cultura institucional, qual seja, o papel essencial dos funcionários para o êxito do trabalho.

É salutar observar que a maioria das instituições públicas brasileiras ainda não possuem plano de classificação e a tabela de temporalidade de documentos arquivísticos, instrumentos imprescindíveis a eficácia de gestão de documentos. Não existindo o entendimento da necessidade de elaboração e uso desses instrumentos, é possível que sua preocupação com os documentos arquivísticos digitais já se inicie embasada em pressupostos falsos. Além disso, tal fato pode indicar instituições que desconhecem sua realidade documental e necessitam de intensa conscientização de seu pessoal sobre as vantagens de um programa de gestão de documentos e de suas responsabilidades individuais para o sucesso de programa.

Pela análise das expectativas de profissionais de mais de 50 instituições que estiveram presentes em cursos sobre a gestão de documentos arquivísticos, pode-se concluir que os recursos, os impactos e o prazo de execução de um projeto de gestão de documentos digitais

que incorpora as modernas teorias e práticas arquivísticas foram subdimensionados. Não coincidentemente, ao responderem uma enquete sobre a situação do projeto de gestão de documentos digitais nas suas instituições, anos depois de participarem do treinamento, mais de 70% dos profissionais afirmaram que haviam avançado de forma insignificante desde sua participação do curso. A justificativa mais comum foi que as alterações que precisaram ser feitas no escopo inicial do projeto aumentaram significativamente os recursos envolvidos, tornando-o pouco atraente para a direção da instituição. Podem ser acrescentados outros aspectos muito comuns, dentre eles:

- falta de treinamento sobre as relações entre as funções profissionais e os recursos tecnológicos disponíveis;
- não padronização no uso de *softwares* ou formatos para documentos digitais;
- importância aos documentos oficiais em papel;
- tecnofobia ou o medo de perder todos os documentos em decorrência do uso de tecnologias;
- tecnofilia ou a crença de que a digitalização, por exemplo, pode resolver todos os problemas de gestão documental;
- frustração decorrente do uso anterior de *softwares* de gestão documental mal desenvolvidos e que, portanto, não atenderam às expectativas.

A teoria e a prática arquivísticas demandam maiores esforços de discussão e de difusão dos aspectos referentes ao tratamento dos documentos digitais. Essa necessidade pode ser parcialmente suprida por programas governamentais para a gestão dos documentos que vão além da legislação e permitam a proliferação de experiências de sucesso.

Para concluir, lembramos que, segundo os *Archives de France* (DHÉRENT *et al*, 2002), um dos papéis dos arquivistas, em relação aos documentos arquivísticos digitais, é auxiliar os produtores quanto à criação de documentos e manutenção de dados a fim de que sejam preservados sua autenticidade, sua confiabilidade, sua integridade e capacidade de migração. Nesse sentido, é, também, essencial a atualização dos currículos dos cursos superiores de Arquivologia no Brasil de modo a incluir, obrigatoriamente, a discussão de temas relevantes ao perfil, às funções e às responsabilidades do arquivista frente aos documentos arquivísticos digitais.

Referências

- CÂMARA DOS DEPUTADOS (Brasil). Portaria n° 96, de 20 de agosto de 2004. Disciplina a utilização do Serviço de Correio Eletrônico da Câmara dos Deputados.
- CÓDIGO PENAL BRASILEIRO cobre 95% dos crimes eletrônicos, diz promotor. Disponível em: <http://www.htmlstaff.org/ver.php?id=6298> Acesso em: 3 abr. 2007.
- CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. COMITÉ DE ARQUIVOS CORRENTES EM AMBIENTE ELECTRÓNICO. **Documentos de Arquivos Eletrônicos**: manual para arquivistas. Paris (França): ICA/CIA, 2005. Estudos n° 16.
- CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). **e-ARQ Brasil**: modelo de requisitos para sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos. Rio de Janeiro : Arquivo Nacional, 2011. (Versão 1.1)
- CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). **Resolução nº 20, de 16 de julho de 2004**. Dispõe sobre a inserção dos documentos digitais em programas de gestão arquivística de documentos dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm> Acesso em: 10 jan. 2008.
- CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). **Resolução nº 25, de 27 de abril de 2007**. Dispõe sobre a adoção do Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos e-ARQ Brasil pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos - SINAR.
- DHÉRENT, Catherine *et al.* **Les archives électroniques**: manuel pratique. Direction des Archives de France, 2002.
- DURANTI, Luciana; THIBODEAU, Ken. The Concept of record in interactive, experiential and dynamic environments: the view of InterPARES. **Archival Science** (2006), v. 6, p.13–68.
- FUSTER RUIZ, Francisco. **Archivística, archivo, documento de archivo...** necesidad de clarificar los conceptos. *Anales de documentación*, 2, 1999, p.103-120. Disponível em: <http://revistas.um.es/analesdoc/article/view/2631/2611> Acesso em: 10 set. 2011.
- GOVERNO DO ESTADO DO ACRE (Brasil). **Portaria Normativa Intersecretarial nº 1/2003**. Dispõe sobre a utilização do Correio Eletrônico, via rede de comunicação de dados do Governo do Estado do Acre. Disponível em: http://www.florestadigital.acre.gov.br/wps/wcm/connect/455f4400434572caa12ab9577be773aa/Portaria_Normativa_Intersecretarial_n_1.pdf?MOD=AJPERES Acesso em: 2 mar. 2012.
- GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO (Brasil). CONSELHO SUPERIOR DO SISTEMA ESTADUAL DE INFORMAÇÃO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO. Resolução nº 009/2011. Dispõe sobre

- as Normas de Segurança para Uso do Correio Eletrônico Corporativo no âmbito do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso. Anexo 1 - **Norma de Segurança Estadual para Uso do Correio Eletrônico Corporativo** (Proposta). Disponível em: http://www.unemat.br/prpdi/dati/docs/Anexo_I_NS_resolucao_009_2011.pdf Acesso em: 22 fev. 2012.
- INTERPARES 2 PROJECT (The). **Diretrizes do produtor:** a elaboração e a manutenção de materiais digitais: diretrizes para indivíduos. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2010.
- INTERPARES 3 PROJECT (The). **Terminology Database.** Disponível em: http://www.interpares.org/ip3/ip3_terminology_db.cfm?letter=az Acesso em: 15 set. 2011.
- MINAS GERAIS (Brasil). CONTAGEM. **Decreto nº 1784, de 13 de fevereiro de 2012.** Disciplina a criação de e-mail institucional para todos os servidores da Administração Direta do Poder Executivo do Município de Contagem. Disponível em: http://www.contagem.mg.gov.br/arquivos/legislacao/dec_-_1784.pdf Acesso em: 27 fev. 2012.
- MINAS GERAIS (Brasil). SECRETÁRIO DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO. **Resolução SEPLAG nº 71, de 28 de novembro de 2003.** Dispõe sobre padronização e utilização dos Serviços de Correio Eletrônico Oficial dos Órgãos e Entidades do Poder Executivo da Administração Pública Estadual Direta, Autárquica e Fundacional.
- MINISTÉRIO DAS CIDADES (Brasil). **Processo nº 80000.005066/2011-96.** 2011. Consulta acerca da legalidade do uso de assinatura digitalizada em documentos oficiais impressos expedidos pelo Ministério das Cidades.
- MINISTÉRIO DOS ESPORTES (Brasil). **NS-MI-3.** Portaria nº 22, de 28 de março de 2003. Correio eletrônico (e-mail). Disponível em: <http://intranet.esporte.gov.br/arquivos/legislacao/normasRegulamentadoras/normaEmail.pdf> Acesso em: 15 mar. 2012.
- PEARCE-MOSES, Richard. **A glossary of archival and records terminology.** Society of American Archivists, 2005. Disponível em: <http://www.archivists.org/glossary/> Acesso em: 10 jan. 2011.
- REVISTA GALILEU. **Mal.com:** o lado sombrio da internet. Abril. 2008, p.40-48. Disponível em: <http://pppadvogados.com.br/Publicacoes.aspx?v=1&nid=104> Acesso em: 10 jan. 2009.
- SANTOS, Vanderlei Batista dos. **A teoria arquivística a partir de 1898:** em busca da consolidação, da reafirmação e da atualização de seus fundamentos. Tese (doutorado) - Universidade de Brasília, Faculdade de Ciência da Informação, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2011. 268 fl.

SANTOS, Vanderlei Batista dos. **Gestão de documentos eletrônicos**: uma visão arquivística. Brasília : ABARQ, 2005. 2ª. ed. rev.ampl.

SANTOS, Vanderlei Batista dos; PINTO, Denize Pereira; SCHAPER, Mônica Eva P. **Projeto de gestão arquivística da documentação fotográfica digital produzida pelo Serviço Fotográfico da Coordenação de Divulgação da Secretaria de Comunicação Social da Câmara dos Deputados**. Brasília : <s/p>, 2005.

SILVA, Armando Malheiro; RIBEIRO, Fernanda; RAMOS, Júlio; REAL, Manuel Luís. **Arquivística**: teoria e prática de uma Ciência da Informação. Porto/Portugal : Edições Afrontamento, 1999. Vol. 1.

THOMASSEN, Theo. **The development of archival Science and its european dimension**. 1999. Disponível em: <http://www.daz.hr/arhol/thomassen.htm> Acesso em: 4 maio. 2009.

Agradecimentos

Meu muito obrigado a Rafael Saiani e Daniela Francescutti pelas leituras e sugestões.

Leia o próximo artigo 

ARTIGO

DIPLOMÁTICA: dos diplomas aos documentos digitais

Natália Bolfarini Tognoli*

Resumo

A Diplomática nasce na França, com o objetivo de estabelecer critérios para verificar a autenticidade de documentos solenes, os chamados diplomas. Com o passar do tempo, a disciplina tem seus estudos expandidos aos documentos do século XXI, quando seu método é aplicado aos documentos digitais, notadamente na América do Norte. O presente artigo busca elucidar as contribuições da Diplomática para os documentos arquivísticos digitais. Para tanto, recorre-se a uma revisão de literatura sobre os marcos teóricos da disciplina, traçando seu percurso histórico-conceitual, dos diplomas até os documentos digitais, quando se inicia um profícuo diálogo entre a Diplomática, a Arquivologia e a ciência forense digital.

Palavras-chave: Diplomática Contemporânea. Ciência forense digital. Arquivologia.

Abstract

Diplomatics is born in France, with the purpose of establishing criteria to verify the authenticity of solemn documents, the so-called *diplomas*. Over time, the discipline has expanded its studies to the 21st century documents, when its method is applied to digital records, notably in North America. This article aims to elucidate the contribution of Diplomatics to digital records. In order to do so, a review of the literature on the theoretical framework of the discipline is made, tracing its historical-conceptual trajectory, from diplomas to digital records, when a fruitful dialogue between Diplomatics, Archival Science and Digital forensics.

Keywords: Contemporary Diplomatics. Digital Forensics. Archival Science.

INTRODUÇÃO

Os desafios impostos aos arquivistas nos últimos anos, face à crescente produção de documentos em meio digital, levou a Arquivística a repensar suas bases teóricas e suas relações entre disciplinas a fim de garantir não apenas a produção de documentos em ambiente digital, mas também a preservação a longo prazo desses documentos e de sua autenticidade.

Nesse contexto específico, a Diplomática, disciplina até então dedicada a verificar a autenticidade de diplomas da Idade Média, é chamada a auxiliar a Arquivística na identificação dos requisitos necessários à produção, organização e preservação dos documentos

* Bacharel em Arquivologia. Mestre e Doutora em Ciência da Informação pela Unesp.

De 2014 a 2018 foi professora Assistente no curso de Arquivologia da Unesp. Atualmente é Professora Adjunta no Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense - UFF.

Suas áreas de interesse são: Diplomática. Organização do Ccnhecimento Arquivístico. Epistemologia da Arquivística. Justiça social em Arquivologia e Epistemologia Social.

contemporâneos, chegando a configurar-se enquanto uma nova disciplina, ou uma nova abordagem, voltada exclusivamente aos documentos de arquivo, nomeada como Diplomática Contemporânea ou Diplomática Arquivística.

Nos contextos teórico e metodológico da Arquivística contemporânea, a Diplomática destaca-se como uma das três abordagens que emergiram no Canadá, em meados dos anos 1980, juntamente com a Arquivística Integrada e a Arquivística Pós-moderna, reconfigurando a prática arquivística tanto em âmbito nacional quanto internacional.

O presente artigo busca elucidar as contribuições da Diplomática aos documentos arquivísticos digitais. Para tanto, recorre-se a uma revisão de literatura sobre os marcos teóricos da disciplina, traçando seu percurso histórico-conceitual dos diplomas até os documentos digitais.

2. A Diplomática em sua origem: dos diplomas à forma do documento diplomático

Distinguir os documentos (*urkunde, acte*) falsos dos verdadeiros sempre foi o objetivo da Diplomática, e a razão da grande maioria de seus estudos. Tanto os diplomatas clássicos, quanto os modernos tinham como objetivo analisar os documentos que serviam de testemunho para a verificação de fatos, ora com um objetivo prático-jurídico, ora com um objetivo de contar os fatos dos passados em uma perspectiva historiográfica. Para fazê-lo, ou seja, para compreender o documento enquanto autêntico ou falso faz-se necessário, primeiramente, o estudo de sua forma.

Nesse contexto, podemos entender a Diplomática como uma arte crítica, que busca, por meio da compreensão da forma documental, discernir a autenticidade e/ou falsidade do documento. Logo, a Diplomática é a arte que estuda a essência do documento, ou seja, sua forma.

A delimitação do objeto de estudo é um dos pilares do desenvolvimento de uma disciplina. Ao lado da teoria, o objeto confirma o status científico de uma área, especificando e delimitando seu campo de ação.

No âmbito dos estudos diplomáticos, a delimitação do objeto só veio anos após a anunciação da disciplina. Ao ser enunciada por Mabillon, no tratado *De re diplomatica*, de 1681, a disciplina diplomática, cujo nome tem origem em seu objeto de estudo, o diploma, não teve seu objeto explicitamente definido, ficando subentendido que limitava-se ao estudo dos documentos em seu sentido mais restrito, qual seja, instrumentos autênticos e atos solenes do poder exercido pelos soberanos. Esses instrumentos dividiam-se em quatro gêneros principais:

documentos eclesiásticos (*chartes ecclésiastiques*), diplomas reais (*diplomes royaux*), documentos públicos (*actes publics*) e documentos privados (*cédules privé*).

Somente em meados do século XIX, com as obras de Diplomática Moderna, começa-se a definir mais claramente o objeto de estudo da Diplomática, o *documento diplomático*, e destaca-se um aperfeiçoamento de sua crítica geral e especial, marcando um período de evolução da área.

Em 1867, é cunhada, pela primeira vez, a definição de documento, entendido como o objeto de estudo da Diplomática, segundo a palavra alemã *Urkunde*¹, ou seja, um “testemunho escrito, redigido segundo uma forma determinada – variável com relação ao lugar, à época, à pessoa, ao negócio, sobre fatos de natureza jurídica” (SICKEL, 1867, p. 02).

A definição de Sickel restringe a análise diplomática aos documentos criados em decorrência de um fato de natureza jurídica – excluindo, portanto, todos os documentos que não possuem tal natureza, como alguns documentos de arquivo, por exemplo –, aceitando-se somente aqueles que possuem uma forma determinada, ou seja, uma forma que condiz com seu conteúdo jurídico, capaz de dar ao documento fé pública e valor de prova.

Especificamente no tocante à forma, pode-se dizer que esta estrutura o documento fornecendo os elementos necessários e as regras de composição para que um determinado negócio jurídico possa ser reconhecido como idôneo para a atuação de sua função. Assim, o documento diplomático terá a mesma forma quando houver a mesma problemática jurídica. Essa forma será determinada por regras estabelecidas pelo Direito.

Essas regras determinam os modelos aos quais os atos devem se conformar. Elas agem principalmente sobre o teor, propondo ao redator os termos técnicos, as expressões ou frases já feitas, os tipos de composição fornecidos por meio dos formulários. Elas ordenam também todo o aspecto exterior, determinam rigorosamente o tipo de suporte material da escritura, a tinta, a própria escritura, o modo de inserir os sinais de validação (DUMAS, 1932, p. 30, tradução nossa).

Ainda segundo o autor, a forma dos atos é tudo aquilo que é condicionado por regras. Essas regras determinam os elementos intrínsecos e extrínsecos do documento, ou seja, o texto propriamente dito, os caracteres aplicados aos documentos, que lhes conferem força probatória, assim como os meios para redigi-lo.

¹ *Urkunden ist eine Schriftliche, in entsprechende Form gekleidete Erklärung über Gegenstände oder Vorgänge rechtlicher Natur*" (SICKEL, 1867, p. 02).

O método diplomático proposto por Mabillon consistia em analisar as partes internas e externas do documento (seus elementos) inserido em uma série cronológica ou em um conjunto específico de documentos de uma determinada época ou lugar. Seus elementos eram confrontados e analisados com base em um contexto pré-estabelecido.

A partir dos estudos de Sickel, o método diplomático é aperfeiçoado com uma maior ênfase no ato jurídico e na gênese do documento. Nesse contexto o método proposto por Mabillon evolui, e as fórmulas pré-estabelecidas dão lugar à *forma* do documento. Esta, determinante para a criação de um documento juridicamente válido e relevante, passa a ter uma importância muito maior, assim como sua análise. A partir disso, novos elementos são incorporados ao método diplomático, e novas definições aparecem.

É nesse cenário que surge, em 1867, pela primeira vez, a divisão entre texto e protocolo no documento, proposta na definição dos elementos de Sickel, quando este estudava as fórmulas dos documentos carolíngios. “Eu chamo texto a parte central do documento e formulário ou protocolo o conjunto de fórmulas iniciais e finais. Texto e protocolos são, portanto, os caracteres intrínsecos dos documentos (SICKEL, 1867, p. 107).

Décadas depois, iniciam-se os movimentos de expansão do objeto de estudo da Diplomática para além das fronteiras europeias, jurídicas e medievais. Visando a delimitar claramente o domínio da Diplomática, Tessier recorre à distinção entre objeto material e objeto formal, entendendo o primeiro como aquilo que requer a observação do diplomata, e o segundo como o ângulo sobre o qual o diplomata considera o documento a ser examinado.

Tessier (1930, p. 258) define como objeto material da Diplomática os *actes instrumentaires* – entendidos como “os escritos autênticos, ou sob autenticação privada, destinados ao conhecimento da realização de um ato jurídico, quer ele se refira ao direito público, quer ao privado” –, entendendo ato jurídico como aquele que pode produzir, modificar ou extinguir obrigações ou direitos.

Na concepção do autor, os *actes instrumentaires* deveriam englobar, também, os documentos preparatórios e os redigidos para constatar e constituir prova de fatos jurídicos, compreendido como “acontecimentos que levam ao nascimento, transmissão, transformação, extinção de direitos sem implicar a intervenção de uma vontade intencional” (TESSIER, 1930, p. 258).

A junção dos *actes instrumentaires* aos documentos preparatórios e àqueles que constituem prova de fatos jurídicos significa um grande passo em direção à expansão dos

domínios da Diplomática, assim como de sua aproximação à Arquivística, uma vez que se define o conteúdo desta como parte dos estudos daquela, como o próprio Tessier destacou.

É possível constatar neste momento uma aproximação dos estudos diplomáticos aos documentos de arquivo, objeto de estudo da Arquivística, que nessa época já possuía um *status* disciplinar formado, notadamente com a enunciação do Princípio da Proveniência (1841) e a publicação de manuais importantes, como o Manual de Arranjo e Descrição da Associação dos Arquivistas Holandeses (1890), o *Manual of Archival Administration* (1922), de Sir Hilary Jenkinson, e o *Manual di Archivistica* (1928), de Eugenio Casanova.

3 Diplomática e Arquivologia: primeiras aproximações

Na década de 1960, estava claro que o campo de estudo da Diplomática deveria ser expandido para além dos documentos de natureza estritamente jurídica. Ao defender uma expansão da problemática da Diplomática a todos os documentos de arquivo, sem limitação cronológica, Bautier propunha uma ampliação do objeto para além daqueles testemunhos redigidos segundo a observação de formas determinadas que garantem ao documento natureza jurídica e força probatória.

Para o autor o documento deveria ser compreendido em função do fundo ao qual pertencia, advogando pela sua compreensão enquanto documento de arquivo – documentos que fazem parte de um mesmo fundo e que guardam relações orgânicas entre si –, o que garantiria ao diplomata uma melhor compreensão do contexto no qual o documento foi gerado, uma vez que as fontes são claramente maiores.

Para Bautier, um documento não poderia ser verdadeiramente compreendido fora do contexto ao qual pertencia. Assim como os arquivistas têm muito clara essa relação, os diplomatas também deveriam apoiar-se na perspectiva de fundo e conjunto, oferecidos pela Arquivística.

[...] A crítica dos documentos é surpreendentemente facilitada pela sua aproximação aos documentos anteriores e posteriores a eles, assim como pela reunião de peças de um mesmo dossiê [...] Nós estamos convencidos que os diplomatas seriam muito mais conscientes deste aspecto se eles tivessem sempre acreditado na noção de que o documento diplomático é essencialmente um documento de arquivo, quer dizer, uma peça em um conjunto, um elemento em um fundo (BAUTIER, 1961, p. 212, tradução nossa).

A perspectiva de uma disciplina mais contemporânea, voltada aos documentos de arquivo, encontraram fulcro nas discussões que se seguiram sobre a produção, organização e preservação de documentos em um novo contexto tecnológico. Quando Bautier lançou as bases

para uma disciplina mais “elástica”, na década de 1960, ele não poderia imaginar que o método, uma vez utilizado para a análise dos documentos medievais, passaria a fazer parte da Arquivística enquanto uma ferramenta tida como essencial para o estudo dos documentos contemporâneos.

Em 1987, o aporte teórico e metodológico da Diplomática à Arquivística encontra respaldo nos estudos da documentação contemporânea a partir das pesquisas da italiana Paola Carucci. Em sua obra, *Il documento contemporaneo: diplomatica e criteri di edizione*, a autora extrapola os limites de estudo do campo da Diplomática, aplicando seu método e definições à documentação contemporânea da administração pública italiana.

Carucci destaca a tendência atual de dilatar o conceito de documento além dos limites da relação com a natureza rigorosamente jurídica de seu conteúdo. Segundo a autora (1987, p. 29), “tal tendência, que reconduz a uma ampliação dos fins da diplomática da análise do documento (e de seus procedimentos) para o estudo da instituição que o produz, encontra – paralelamente – uma justificativa na evolução teórica da arquivística”. A justificativa recai sobre o fato de que à Diplomática, ao contrário do que se estudara até então, não cabe mais o papel único e exclusivo de identificar os elementos do documento para a verificação de sua autenticidade. Com a evolução do Direito e uma diferente concepção de Estado, os princípios jurídicos foram modificados, assim como a relevância de certos elementos utilizados para legitimar os documentos. Em outras palavras, a Diplomática do documento contemporâneo não se limita mais ao estabelecimento das características de autenticidade e/ou falsidade documental, encontrando uma nova finalidade no campo dos estudos arquivísticos, ao propor a observação do contexto de criação dos documentos, a partir de uma análise da parte para o todo.

Mais uma vez, é possível observar o papel do objeto na mudança de foco da disciplina. Ao extrapolar os limites cronológicos e de natureza jurídica, a Diplomática amplia seu campo de atuação e encontra na Arquivística uma parceria de sucesso, especialmente no que tange aos documentos digitais.

Em 1989, Luciana Duranti propôs novos usos para a Diplomática, a partir da aplicação de sua crítica aos documentos contemporâneos na América do Norte. Assim como Carucci, a autora afirma que, para aplicar o método de análise dos documentos medievais aos contemporâneos, não é necessário reformular o conjunto de princípios e métodos da Diplomática estabelecidos nos manuais do século XIX, mas somente adaptá-los ao estudo dos

conjuntos documentais contemporâneos, uma vez que a aplicação recai agora nos documentos arquivísticos, que mantêm uma relação direta do contexto com o conjunto.

A Diplomática, no contexto da Arquivística, permite que o arquivista chegue à compreensão do conjunto documental e de seu contexto a partir da crítica do documento. Desse modo, a análise do arquivista desloca-se desde o contexto documental imediato do material que examina até o amplo contexto funcional dos criadores de documentos e de suas relações. Essa análise, assim como a crítica de um documento medieval, é feita por meio do estudo da forma do documento, que se manifesta em seus elementos internos e externos (DURANTI, 2013).

A Diplomática Arquivística é, portanto, a integração da teoria arquivística e diplomática sobre a gênese, constituição interna e transmissão dos documentos; e sobre as suas relações com os fatos neles representados, com outros documentos produzidos no decurso das mesmas funções e atividades, e ainda com os seus criadores.

No entanto, as contribuições da Diplomática contemporânea aos estudos arquivísticos vão além da recuperação do contexto por meio da análise da forma. Desde 1999, os estudos sobre a criação e manutenção de registros digitais autênticos têm se beneficiado da Diplomática, seja no tocante às suas definições, seja no tocante à crítica do documento.

4 A Diplomática e os documentos digitais: uma nova abordagem da disciplina

Os estudos de Duranti sobre a Diplomática aplicada aos documentos de arquivo se destacam, especialmente, por fornecerem alguns conceitos e definições fundamentais aos estudos dos documentos eletrônicos, como é o caso do Projeto InterPARES.

O projeto InterPARES (*International Research on Permanent Authentic Records in Electronic Systems*), desenvolvido por Luciana Duranti em parceria com a *University of British Columbia*, teve início em 1999, com o propósito de desenvolver um conhecimento teórico e metodológico essencial para a preservação permanente de documentos digitais autênticos, e para formular políticas, estratégias e padrões capazes de assegurar essa preservação.

O projeto de pesquisa usou conceitos e métodos de várias disciplinas, incluindo Diplomática, Arquivística, Direito, Ciência da Computação, Engenharia da Computação e Estatística, contando com um grupo de pesquisadores dos setores público e privado de diversos países: Canadá, Estados Unidos, Irlanda, Hong Kong, China, Suécia, França, Itália, Portugal, Austrália, Reino Unido e Holanda.

Os conceitos e as definições da Diplomática foram essenciais para determinar a características necessárias ao documento eletrônico. O grupo definiu primeiramente o documento, entendido como aquele que é criado (feito ou recebido e reservado para ação ou referência) por uma pessoa física ou jurídica no curso de uma atividade prática, como um instrumento e subproduto dela. Finalmente, um registro eletrônico foi definido como um registro criado em forma eletrônica.

Sob a perspectiva da Diplomática contemporânea, um documento eletrônico, como sua contrapartida tradicional, é um complexo de elementos e suas relações. Possui certo número de características identificáveis, incluindo uma forma documental fixa, um conteúdo estável, um vínculo arquivístico com outros documentos dentro ou fora do sistema, e um contexto identificável. Participa em, ou apoia, uma ação, de maneira procedimental ou como parte do processo de tomada de decisões, e pelo menos três pessoas (autor, escritor e destinatário) estão implicadas na sua criação (DURANTI, 2005, p. 33)

Um documento tem forma fixa quando seu conteúdo binário é armazenado de tal forma que a mensagem que ele carrega possui a mesma apresentação documental de quando salvo pela primeira vez. O conteúdo estável diz respeito à imutabilidade de sua mensagem, o que significa que os dados não podem ser alterados, deletados ou reescritos. No entanto, aos documentos digitais é permitida a chamada variabilidade limitada (*bounded variability*) quando há mudanças na apresentação do documento que são previstas, controladas e limitadas.

Tendo especificado as características necessárias de um registro, o grupo de pesquisa decidiu aceitar a suposição fundamental da Diplomática de que, independentemente das diferenças na natureza, proveniência ou data, todos os registros possuem uma forma documentária típica, que contém todos os elementos possíveis de um registro.

Como um dos principais objetivos do projeto era estabelecer exigências conceituais para assegurar a autenticidade dos registros eletrônicos, outro conceito discutido foi o da autenticidade, definida como a confiabilidade do registro como tal. “Em outras palavras, o termo refere-se ao fato de que um registro é o que se propõe a ser, não sendo falsificado ou corrompido” (DURANTI, s/d, p.9).

A partir da Diplomática o grupo de pesquisa do Projeto pôde identificar os elementos contidos em documentos eletrônicos, constatando que eles podiam ser encontrados nos documentos tradicionais. Logo, os elementos formais eram os mesmos. A partir disso, ficou mais fácil criar modelos de documentos eletrônicos que pudessem prover as características buscadas pelo projeto, a saber: autenticidade e confiabilidade de um registro.

Segundo o Glossário de documentos arquivísticos digitais, elaborado pela Câmara Técnica de documentos eletrônicos, do Conselho Nacional de Arquivos, em parceria com os resultados do Projeto InterPARES, “a autenticidade é definida como a qualidade do documento ser o que diz ser e que está livre de adulteração ou qualquer outro tipo de corrupção”, enquanto que a confiabilidade é “a credibilidade de um documento arquivístico enquanto uma afirmação do fato, ou seja, quando um documento pode sustentar o fato ao qual se refere” (CONARQ, 2016).

A primeira fase do projeto foi finalizada em 2001. Nesse período, os pesquisadores lidaram com registros criados em bases de dados ou por sistemas de gerenciamento de documentos, produzindo exigências e métodos para criação, manutenção, seleção e preservação de documentos digitais autênticos, em sua maioria, frutos de atividades administrativas.

Em 2002, teve início a segunda fase do projeto, cujo objetivo era o estudo dos documentos digitalmente produzidos em sistemas interativos, dinâmicos e experimentais, como subproduto das atividades artísticas, científicas e governamentais.

A segunda fase terminou em 2007, definindo padrões e métodos para a criação e manutenção dos registros autênticos nos ambientes propostos inicialmente.

Também em 2007, iniciou-se a terceira fase do projeto. Após identificar e definir os métodos e padrões, e o conhecimento necessário para que os profissionais da informação possam gerenciar o enorme fluxo informacional contido nos ambientes interativos, dinâmicos e experimentais, os pesquisadores do projeto colocaram na prática todo esse conhecimento, trabalhando com arquivos e documentos arquivísticos em organizações de pequeno e médio porte, desenvolvendo programas de treinamento ao redor do mundo. O objetivo dessa terceira fase foi dar vazão a todo o conhecimento gerado nas duas primeiras fases do projeto, e teve duração de 5 anos, terminando em 2012.

Em 2013, os pesquisadores do InterPARES iniciaram um novo projeto, intitulado InterPARES Trust (ITrust 2013-2018) que consiste em gerar conhecimento teórico e metodológico para desenvolver políticas locais, nacionais e internacionais, procedimentos, padrões e legislação para assegurar a segurança de documentos digitais e dados confiáveis na Internet, a fim de garantir a memória digital daqueles dados salvos na nuvem, por exemplo.

O sucesso de aplicação das definições e do método da Diplomática aos documentos contemporâneos, notadamente no Canadá e nos países que fazem parte do Projeto InterPARES,

levou Duranti a definir uma nova abordagem de estudos da Diplomática intitulada Diplomática digital.

Segundo Rogers (2015), o que a Diplomática Digital tenta fazer é identificar todos os elementos necessários dos metadados que devem ser criados, gerenciados e preservados para identificar singularmente um documento e mostrar sua integridade através do ciclo de vida, da criação ao uso, reuso e preservação.

Essa nova abordagem busca contribuir para a criação e manutenção de registros digitais autênticos desenvolvendo-se em duas linhas: digitalização de fontes históricas e o uso de ferramentas digitais que apoiam a crítica diplomática através da análise dos elementos internos e externos da forma, ou seja, dos metadados (OCR – Reconhecimento ótico de caracteres); e a aplicação da teoria e de princípios da Diplomática na análise de documentos nascidos digitais.

Mas como a Diplomática, uma disciplina do século XVII, pode subsidiar o estudo dos documentos digitais?

A aplicação da Diplomática pode ser feita de duas formas: a primeira é por meio da análise dos elementos externos e internos do documento, ou seja, do estabelecimento dos metadados necessários a serem capturados, gerenciados e preservados para que o documento possa ter sua autenticidade preservada ao longo do ciclo vital; e a segunda é a partir de uma aplicação conceitual da disciplina, notadamente na definição do que é um documento autêntico e confiável, por exemplo.

É importante lembrar que, assim como nos documentos em papel, os atributos dos documentos digitais (forma fixa, conteúdo estável, organicidade) também devem ser estabelecidos e mantidos.

No entanto, estabelecer esses atributos em um ambiente digital pode não ser tão simples quanto parece. Como defini-los se a forma de um objeto digital pode não ser nem fixa e nem estável em um sentido tradicional? Se ela pode resultar tanto de uma atividade humana ou administrativa quanto de um processo tecnológico? Se os objetos digitais podem ser infinitamente reproduzidos, e seu significado e a determinação de sua confiabilidade e autenticidade dependem do conhecimento de seu contexto e proveniência? Se eles existem em uma rede fluida e horizontal onde a autoria e propriedade podem ser difíceis ou impossíveis de determinar? E os elementos intrínsecos e extrínsecos de uma forma não dependem e nem estão ligados a um meio físico? (Rogers, 2015).

De fato, tudo isso pode não estar facilmente visível, uma vez que o que costumávamos ver em um documento, agora está escondido de nós. Não se trata de reconhecermos os elementos internos e externos do documento em sua forma conceitual, tal como é visto na tela mas de reconhecê-los, também, em sua forma física – enquanto uma inscrição de sinais – e lógica – enquanto um objeto reconhecido e processado por hardware e software.

O reconhecimento dos elementos internos e externos, portanto, se dá nas três camadas do documento (conceitual, física e lógica), o que demanda um conhecimento ainda mais especializado da Diplomática, uma vez que muitos dos elementos não estão visíveis. Segundo Rogers (2015), no ambiente digital eles podem ser visíveis no documento conceitual, mas eles também existem na representação lógica do documento. Dessa forma eles podem estar explícitos nos dados do documento (conteúdo) ou capturados manualmente ou automaticamente como metadados associados ao documento conceitual. Esses metadados podem ser imediatamente visíveis (ex. nome do arquivo, pasta), visíveis através de ferramentas disponíveis aos usuários do sistema que armazena os documentos (ex. tamanho do arquivo, datas de criação ou modificação), ou visíveis apenas por meio de uma investigação mais complexa que usa ferramentas especializadas como a ciência digital forense, por exemplo.

Quando os objetos entram em contato uns com os outros, deixam traços deles mesmos. Esses traços podem ser observados a olho nu, ou estarem “disfarçados” e serem observáveis apenas através de ferramentas específicas (por exemplo, um microscópio). Esses traços são a base de estudo da ciência forense.

Com o aumento do uso dos sistemas digitais, o sistema legal teve que lidar com a evidência na forma de traços de atividades dentro e entre esses sistemas. O estudo dessas atividades em forma de traços digitais relacionados em um sistema legal é conhecido como ciência digital forense (*digital forensics*) que, assim como a Diplomática é uma ciência investigativa (Cohen, 2015).

O investigador forense busca em um hard drive ou em qualquer outro aparelho de armazenagem digital, peças individuais de informação (traços) que têm ou possam ter valor probatório para reconstruir eventos.

Em 2001, o *Digital Forensics Research Workshop* definiu a disciplina como

[...] a utilização de métodos cientificamente derivados e comprovados para a preservação, coleção, validação, identificação, análise, interpretação, documentação e preservação da prova digital derivada de fontes digitais, com o propósito de facilitar ou promover a reconstrução de eventos considerados criminosos, ou auxiliar na antecipação de ações não autorizadas consideradas

prejudiciais a operações planejadas (DIGITAL FORENSICS RESEARCH WORKSHOP, 2001, p. 15).

Nos últimos anos, observa-se uma tentativa de aproximação entre ambas as áreas no tratamento da documentação digital. Enquanto a Diplomática é uma ciência antiga, com definições e método centenários, a ciência forense digital é uma disciplina relativamente nova, com apenas algumas décadas de existência. No entanto, esta última possui metodologias e um corpo de práticas bem estabelecidos em um melhor entendimento do contexto investigativo do ambiente digital, o que seria complementar para os estudos diplomáticos dos documentos digitais.

Ao combinar o método e conceitos da Diplomática com as ferramentas da ciência forense digital, os arquivistas se aproximam de soluções para os problemas de identificação e análise de documentos em ambientes digitais.

Considerações

Desde o início do desenvolvimento da Diplomática, observa-se uma consistência metodológica cuja prática consiste em investigar um documento em sua essência, ou seja, em sua forma, abstraí-lo e sistematizá-lo.

Tal investigação tem seu objeto de estudo transformado ao longo do tempo – dos diplomas aos documentos digitais –, o que garante à disciplina abordagens distintas, variantes de acordo com a época e o lugar, mas que mantêm em seu núcleo um método analítico-comparativo estável e confiável.

Ao realizar a crítica diplomática o arquivista desconstrói o documento para identificar e localizar elementos que revelam sua proveniência, relações, confiabilidade e autenticidade (Rogers, 2015). A identificação desses elementos precede qualquer processo de organização arquivística, o que demonstra a importância dos estudos diplomáticos pelos arquivistas, seja para sua aplicabilidade aos documentos medievais, seja aos documentos digitais, como se pretendeu demonstrar neste trabalho.

Referências

BAUTIER, Robert-Henri. Leçon d'ouverture du cours de Diplomatique à l'École des Chartes. *Bibliothèque de l'École des Chartes*, 1961, p. 194-225.

CARUCCI, Paola. *Il documento contemporaneo: diplomatica e criteri di edizione*. Roma: La Nuova Italia Scientifica, 1987.

COHEN, Frederick B. Digital diplomatics and forensics: going forward on a global basis. *Records management Journal*, vol. 25, 1, 2015, p. 21-44.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. CAMARA TECNICA DE DOCUMENTOS ELETRONICOS. Glossário de documentos arquivísticos digitais. 7ª versão, 2016. Disponível em: http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/ctde/Glossario/2016_glosctde.pdf

DIGITAL FORENSICS RESEARCH WORKSHOP, 2011. Disponível em <http://www.dfrws.org/2001/dfrws-rmfinal.pdf>. Acesso em 02 de março de 2012.

DUMAS, Auguste. La Diplomatique et la forme des actes. *Le Moyen Age*, n. III, 1932, p. 5-31.

DURANTI, Luciana. *Diplomatics of electronic records*. Publicação eletrônica [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <nataliabtognoli@yahoo.com.br>, em 26 nov. 2005.

DURANTI, Luciana. From digital diplomatics to digital records forensics. *Archivaria*, 68, 2009, pp. 39-66.

DURANTI, Luciana. (Coord). InterPares project. *International Research on Permanent Authentic Records in Electronic Systems*. Disponível em <http://www.interpares.org.index.html>. Acesso em 03 dez. 2005.

DURANTI, Luciana. From classical diplomatics to digital diplomatics. Apresentação. Oslo, 2013.

ROGERS, Corinne. Diplomatics of born digital documents – considering the documentary form in a digital environment. *Records management Journal*, vol. 25, 1, 2015, pp. 6-20.

SICKEL, Theodor Von. *Beiträge zur Diplomatik*, v. 1-8, Wien, 1861-1882.

TESSIER, Georges. Leçon d'ouverture du cours de diplomatique à l'École des chartes. In: *Bibliothèque de l'École des Chartes*, 1930, tome 91, pp. 241-263

Leia o próximo artigo 

ARTIGO

PERSPECTIVAS DA PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DIGITAL BRASILEIRA A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DO ARQUIVO NACIONAL¹

Érika Maria Nunes Sampaio*
Jorge Phelipe Lira de Abreu**
Raquel Dias Silva Reis***

47

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo problematizar a preservação de documentos arquivísticos com o advento da tecnologia digital, revisitar conceitos fundamentais para a preservação digital, apresentar as iniciativas do Arquivo Nacional brasileiro no desenvolvimento de condições de infraestrutura organizacional e tecnológica capazes de preservar e dar acesso aos documentos digitais recolhidos em cumprimento às suas atribuições, especialmente no que diz respeito à adoção do *Archivematica*, repositório arquivístico digital confiável de código aberto e livre, para a manutenção de objetos digitais a longo prazo.

Palavras-chave: Preservação digital. Documento arquivístico digital. Repositório arquivístico digital confiável. Arquivo Nacional.

ABSTRACT

The present article aims to problematize the preservation of records with the advent of digital technology, to revise fundamental concepts for digital preservation, to present the initiatives of the Brazilian National Archive in the development of organizational and technological infrastructure conditions capable of preserving and giving access to digital documents collected in fulfillment of their assignments, especially with regard to the adoption of *Archivematica*, a reliable, open source and free digital archival repository for the maintenance of digital objects in the long term.

Keywords: Digital preservation. Digital record. Reliable digital archive repository. National Archives.

¹ Publicado originalmente em ACTAS DEL XII CONGRESO DE ARCHIVOLOGÍA DEL MERCOSUR, tomo II, p. 65-79, pela Red de Archiveros graduados de Córdoba, 2017.

* Arquivista da equipe de Preservação de Documentos Digitais do Arquivo Nacional (erikasampaio@arquivonacional.gov.br).

** Arquivista e mestre em Gestão de Documentos e Arquivos pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (j.phelipeabreu@gmail.com).

*** Arquivista da Coordenação Geral de Gestão de Documentos (COGED) do Arquivo Nacional (raquel.reis@arquivonacional.gov.br)

INTRODUÇÃO

Preservar documentos nunca foi tarefa fácil. A degradação resultante do manuseio, do passar do tempo e das características do suporte utilizado, evidenciam a necessidade de ações de prevenção, conservação e restauração que atendam às necessidades de permanência do documento em longo prazo. Essa permanência deve seguir critérios arquivísticos estabelecidos que envolvem, dentre outros, critérios de segurança, armazenagem, preservação e acesso. É essencial que os documentos de arquivo, desde sua produção, atendam às recomendações arquivísticas estabelecidas para que estes documentos estejam tal como foram produzidos quando chegarem à fase permanente.

Com o passar do tempo, o suporte no qual as informações eram registradas passou por muitas transformações. O que antes se registrava em pedra, pergaminho ou papiro passou a ser registrado em papel, fita magnética, microfilme, e é o que conhecemos como documento tradicional, convencional ou analógico. Hoje, o documento também pode ser digital devido aos avanços tecnológicos na área de Tecnologia da Informação.

As técnicas de preservação convencionais não davam mais conta da realidade digital. A preservação digital apresenta-se como um novo paradigma que enfrenta questões acerca do tratamento do suporte e, conseqüentemente, do documento cuja informação encontra-se registrada. São materiais novos, documentos novos, novas questões. O que fazer para preservar documentos digitais, levando em conta desafios como obsolescência tecnológica, fragilidade dos suportes, questões acerca da autenticidade e manutenção dos documentos digitais em ambiente seguro, por exemplo? Como garantir que esses documentos mantenham suas características tal como foram produzidos?

A preocupação da comunidade arquivística nacional e internacional com o tema foi se intensificando, de acordo com a crescente e permanente evolução tecnológica. A revisitação de conceitos já consagrados na Arquivologia foi necessária, bem como a formulação de novos conceitos que se apresentavam frente às características concernentes ao documento digital e ao seu tratamento, tais como: documento arquivístico digital, repositório arquivístico digital confiável – RDC-Arq, normalização de formatos, componente digital, dentre outros, contribuindo para a ampliação do campo teórico da Arquivologia (LACOMBE; RONDINELLI, 2016).

No Brasil, algumas instituições têm trabalhado com a questão da preservação digital tendo em vista o tratamento técnico dos acervos arquivísticos digitais. A adoção de

procedimentos, políticas, rotinas e repositório digital vem ganhando destaque, e a implementação de sua prática nas instituições públicas no país vem crescendo.

Preocupado com as questões de preservação dos documentos arquivísticos digitais produzidos pelos órgãos e instituições públicas, o Arquivo Nacional brasileiro assumiu o desafio e o pioneirismo nas ações de preservação digital no país. Os trabalhos neste sentido vêm sendo desenvolvidos seguindo critérios estabelecidos na Política de Preservação Digital elaborada por este órgão, que orienta o recolhimento de acervos arquivísticos digitais da Administração Pública Federal. Tal Política é um dos produtos do Programa Permanente e Preservação e Acesso a Documentos Arquivísticos Digitais – AN Digital, iniciado em 2010. O programa é dividido em linhas de ação nas quais se baseiam a execução de projetos pré-definidos, seguido de cronograma de execução e previsão orçamentária.

A iniciativa do Arquivo Nacional mostrou-se oportuna e necessária, pois a crescente produção da documentação arquivística digital nas instituições e órgãos governamentais evidenciou a necessidade da abordagem arquivística para tratamento técnico destes documentos. Segundo o art. 42, do Decreto nº 9.150, de 04 de setembro de 2017, é missão do Arquivo Nacional o recolhimento dos documentos permanentes da Administração Pública Federal. Isto posto, preservar a memória, que agora também é digital, também é sua responsabilidade. É imprescindível, portanto, o planejamento, a implementação e a manutenção de uma rotina de ações que garantam que esses documentos estejam preservados e disponíveis permanentemente. Dessa forma, o Arquivo Nacional continuará cumprindo com sua missão, garantindo que os documentos arquivísticos digitais recebam tratamento técnico adequado, pois estes documentos serão disponibilizados aos cidadãos. Como o próprio Arquivo Nacional descreve, “Sem um programa permanente de preservação e acesso a documento arquivísticos digitais, não haverá Arquivo Nacional no futuro.” (ARQUIVO NACIONAL, 2010, p.6)

Neste sentido, este artigo abordará a questão da preservação em relação aos documentos arquivísticos digitais, tendo como base as atividades desenvolvidas no Arquivo Nacional para preservação e acesso aos documentos permanentes digitais da Administração Pública Federal Brasileira.

ASPECTOS CONCEITUAIS

Os computadores saíram do domínio exclusivamente militar para compor os cenários das organizações públicas e privadas, num processo desencadeado no final da Segunda Guerra Mundial. Os registros, até então em suportes convencionais, alteram-se essencialmente e assumem novas características. Produzidos em ambientes eletrônicos, são registrados em suportes magnéticos e ópticos, em formato digital (CONARQ, 2011). Se por um lado, a produção de documentos em ambiente digital apresenta uma série de vantagens no que diz respeito à facilidade de produção, transmissão e acesso, por outro lado, implica em documentos altamente sensíveis e manipuláveis, além de sujeitos à rápida obsolescência tecnológica e à fragilidade do suporte. O documento arquivístico digital, segundo Rosely Curi Rondinelli consiste numa

“Unidade indivisível de informação constituída por uma mensagem fixada num suporte (registrada), com uma sintática estável”, “produzido e/ou recebido por uma pessoa física ou jurídica, no decorrer das suas atividades”, “codificado em dígitos binários e interpretável por um sistema computacional”, em suporte magnético, óptico ou outro (RONDINELLI, 2013, p. 235).

Para Rondinelli (2013, p. 231), a novidade ultrapassa a peculiaridade do suporte; o documento escapa por completo dos padrões conhecidos, tanto “a linguagem alfabética registrada no papel de leitura direta, bem como sua relação inextricável com o suporte”. No universo digital tudo é escrito em códigos binários e para que os documentos sejam compreensíveis aos olhos humanos necessitam da interação entre *hardware* e *software*, numa “sofisticação tecnológica que passa despercebida à maioria dos usuários”. Segundo a autora, o cenário se torna mais complexo com as tecnologias de rede, com sua elevada capacidade comunicacional.

Para compreender a complexidade apresentada pela produção e preservação de documentos em ambiente digital, torna-se fundamental apreender as características do documento arquivístico digital segundo a Diplomática. De acordo com Luciana Duranti (2010, p. 10), a Diplomática identifica a necessidade das seguintes características no documento arquivístico digital: 1) forma fixa; 2) conteúdo estável; 3) ligações explícitas a outros documentos dentro ou fora do sistema digital, através de um código de classificação ou outro identificador único (relação orgânica); 4) um contexto identificável da produção; 5) o envolvimento de cinco pessoas identificáveis: autor (pessoa responsável pela emissão do documento), destinatário (pessoa para quem o documento é destinado), redator (pessoa responsável pela articulação do conteúdo), originador (pessoa responsável pelo espaço de onde o documento é enviado ou no qual ele é gerado e salvo) e produtor (pessoa em cujo fundo ou arquivo o documento existe); 6)

uma ação em que o documento participa ou que o documento apoia tanto processualmente quanto como parte do processo decisório. Para Duranti

Com sistemas digitais complexos, as características que criam mais problemas são as duas primeiras: forma fixa e conteúdo estável. Podemos dizer que um registro digital tem uma forma fixa se seu conteúdo binário é armazenado para que a mensagem que transmite possa ser renderizada com a mesma apresentação documental que tinha na tela quando foi salva pela primeira vez, mesmo que sua apresentação digital tenha sido alterada, como, por exemplo, do Word para pdf. Podemos também dizer que um documento digital tem uma forma fixa se o mesmo conteúdo pode ser apresentado na tela de várias maneiras diferentes, mas em uma série limitada de possibilidades pré-determinadas: nesse caso, teríamos diferentes apresentações documentais da mesma (por exemplo, dados estatísticos vistos como um gráfico circular, um gráfico de barras ou uma tabela) (2010, p. 11, tradução nossa).²

A discussão da autenticidade emerge com mais intensidade com a chegada da tecnologia digital, uma vez que documentos produzidos no computador são mais suscetíveis a alterações, legais ou ilegais e a supressões voluntárias ou involuntárias. Conforme Rogers

Os documentos arquivísticos digitais diferem significativamente dos registros em papel. Eles são voláteis e estão sujeitos a perda, alteração intencional ou não intencional, contaminação ou corrupção, mesmo quando eles ainda estão sob a custódia de seu criador. Sua autoria, procedência ou cadeia de custódia pode ser difícil ou impossível de determinar. Eles podem ser transmitidos, compartilhados e copiados com facilidade. Sua acessibilidade está sujeita a obsolescência e incompatibilidade de hardware e software. Mesmo que o criador se baseie em um documento arquivístico digital no curso dos negócios e mantenha sua cadeia de custódia ininterrupta, a fragilidade e a vulnerabilidade dos documentos arquivísticos digitais exigem ações explícitas para proteger a autenticidade do documento. Além disso, a confiabilidade e a acurácia não estão mais diretamente ligadas à autenticidade e podem ser comprometidas em conjunto ou separadamente (Duranti, 2005; Duranti; MacNeil, 1997; Duranti; Thibodeau, 2006; MacNeil, Gilliland-Swetland, 2005). Quando os produtores usam serviços baseados em nuvem, esses desafios são multiplicados (ROGERS, 2016, p. 17, tradução nossa).³

² Do original “With complex digital systems, the characteristics that create the most problems are the first two: fixed form and stable content. We can say that a digital record has a fixed form if its binary content is stored so that the message it conveys can be rendered with the same documentary presentation it had on the screen when first saved, even if its digital presentation has been changed, for example, from Word to .pdf. We can also say that a digital record has a fixed form if the same content can be presented on the screen in several different ways but in a limited series of pre-determined possibilities: in such a case we would have different documentary presentations of the same record (e.g. statistical data viewed as a pie chart, a bar chart, or a table)”

³ Do original “Digital records differ significantly from paper records. They are volatile and subject to loss, intentional or unintentional alteration, contamination, or corruption, even when they are still in the custody of their creator. Their authorship, provenance, or chain of custody may be difficult or impossible

Nesse sentido, os estudos de preservação digital, na medida em que investigam a natureza dos documentos arquivísticos digitais e seus atributos, apoiam a presunção de autenticidade. Segundo Eastwood (apud ROGERS, 2016, p. 20, tradução nossa), as contingências que dão autenticidade aos documentos "são observáveis não no próprio documento, mas nos procedimentos de criação, manutenção e preservação". Assim, a preservação configura-se apenas em parte como uma questão técnica, mas "é um componente de uma ampla agregação de serviços, políticas e partes interessadas interligadas, que, juntas, constituem um ambiente digital" (LAVOI; DEMPSEY apud ROGERS, 2016, p. 32, tradução nossa).

Para Rogers (2016, p. 25), a confiabilidade de um documento arquivístico é de responsabilidade exclusiva do seu produtor, por meio da forma e modo de produção do documento e da credibilidade dos atores envolvidos em sua produção. Por outro lado, a autenticidade, segundo Duranti e MacNeil (1996, p. 56, tradução nossa), se relaciona à maneira, à forma e ao estado de transmissão do registro, ao modo de sua preservação e custódia e "é protegida e garantida pela adoção de métodos que garantem que o registro não seja manipulado, alterado ou de outra forma falsificado após a sua criação, ou seja, o registro é precisamente tão confiável como era quando feito, recebido e retido".

Portanto, Duranti e MacNeil (1996, p. 57) afirmam que no que diz respeito à preservação e à custódia, a maior diferença entre documentos arquivísticos tradicionais e digitais consiste no fato da autenticidade em arquivos tradicionais ser mantida com a preservação da mesma forma e do mesmo estado de transmissão em que foram produzidos, recebidos e retidos, enquanto que os arquivos digitais necessitam de migração contínua, tendo em vista a sua vulnerabilidade e a rápida obsolescência de hardware e software.

Nesse cenário, há uma separação entre as funções do produtor de documentos, primeiro responsável pela confiabilidade e autenticidade, e o preservador de documentos, responsável pela autenticidade em longo prazo (ROGERS, 2016, p. 26). Desse modo, a presunção de autenticidade é inferida com base nas evidências sobre como os documentos foram criados e mantidos. Essa evidência pode ser fornecida pelo produtor ou por meio de uma análise mais

to determine. They may be transmitted, shared, and copied with ease. Their accessibility is subject to hardware and software obsolescence and incompatibility. Even if the creator relies on a digital record in the course of business, and maintains its unbroken chain of custody, the fragility and vulnerability of digital records demands explicit action to protect the record's authenticity. Furthermore, reliability and accuracy are no longer directly linked to authenticity and may be compromised together or separately (Duranti, 2005; Duranti; MacNeil, 1997; Duranti; Thibodeau, 2006; MacNeil, Gilliland-Swetland, 2005). When creators use cloud-based services, these challenges are multiplied."

profunda, como a comparação de documentos com cópias preservadas em outros lugares (redundância), análise forense, testemunho de terceiros ou análise de trilhas de auditoria (MACNEIL; GILLIANDSWETLAND apud ROGERS, 2016, p. 28).

Sendo assim, os metadados se constituem em recurso fundamental para a análise do documento arquivístico digital. São eles “dados estruturados que descrevem e permitem encontrar, gerenciar, compreender e/ou preservar documentos arquivísticos ao longo do tempo” (CONARQ, 2016, p. 29) e surgem da necessidade imposta pelo uso das tecnologias da informação de registrar outras informações, além das descritivas, para garantir sua compreensão e acessibilidade ao longo do tempo. Segundo Jordan Bass (2012, p. 36), sem metadados, os documentos são simplesmente dados desprovidos de estrutura e significado contextual. Os metadados servem, portanto, para atestar e avaliar a autenticidade.

Os metadados são declarações legíveis por máquinas e por humanos sobre os recursos de informação que permitem o controle físico, intelectual e técnico sobre esses recursos. Os usuários criam e anexam e, em seguida, mantêm e preservam metadados, automaticamente e/ou manualmente, ao manter seus documentos arquivísticos digitais, documentos e dados. Esses metadados podem ser técnicos, administrativos ou descritivos. Eles codificam e acompanham a identidade e a integridade do material ao longo do tempo e em toda a mudança tecnológica (ROGERS, 2016, p. 31, tradução nossa).⁴

Pelo panorama exposto, a autenticidade tem sido a principal preocupação dos estudos sobre a natureza e preservação dos documentos arquivísticos digitais. Segundo Rogers (2016, p. 32), os estudos podem ser classificados de acordo com seu foco, que pode ser o desenvolvimento de padrões, estruturas e sistemas de repositório; definição e utilização de esquemas de metadados; a natureza dos objetos digitais; as tecnologias de preservação; e os formatos de arquivo. Para a autora todos os projetos que se dedicam às questões mencionadas compartilham um objetivo comum, a preservação de documentos arquivísticos digitais confiáveis, embora nem todos abordem a autenticidade de maneira explícita.

A preservação de arquivos digitais se constitui numa iniciativa urgente em virtude da rápida obsolescência da tecnologia digital no que diz respeito a suportes, formatos e

⁴ Do original “Metadata are the machine- and human-readable assertions about information resources that allow for physical, intellectual and technical control over those resources. Users create and attach, and then maintain and preserve metadata, either automatically and/or manually, when maintaining their digital records, documents, and data. These metadata may be technical, administrative, or descriptive. They codify and track the identity and integrity of the material over time and across technological change.”

plataformas. Preservar documentos arquivísticos digitais constitui-se em tarefa complicada, segundo Josep Lluís de la Rosa i Esteva e José Antonio Olvera Cañizares

Preservar um objeto digital não é o mesmo que preservar, por exemplo, um livro ou uma fotografia, nem é muito menos como preservar um certificado, um diploma ou um documento assinado em papel. Assim como se pode colocar um livro em uma estante, uma foto em uma caixa, um diploma emoldurado em uma parede ou uma escritura de uma propriedade em um arquivo e (se se mantêm secos e seguros) olhá-los 50 anos depois, não ocorre o mesmo com um objeto digital porque, em muitos casos, os materiais digitais são considerados mais frágeis que os materiais físicos (ROSA I ESTEVA; CAÑIZARES, 2014, p. 135, tradução nossa).⁵

Assim, define-se preservação digital como o “conjunto de ações gerenciais e técnicas exigidas para superar as mudanças tecnológicas e a fragilidade dos suportes, garantindo acesso e interpretação dos documentos digitais pelo tempo que for necessário” (CONARQ, 2015, p. 7), bem como a manutenção de seus atributos de identidade e integridade para apoiar a presunção de autenticidade. Flores e Machado expõem as medidas que devem ser tomadas para a preservação arquivística dos documentos digitais como a adoção de políticas e a adoção de plano de preservação.

Preservar documentos digitais é uma atividade diferente de preservar documentos analógicos devido às complexidades e especificidades dos digitais, porém de igual relevância social, cultural, informativa e histórica. Inicialmente a preservação de documentos digitais deverá ser a definição de políticas, e a partir destas, elaborar o plano de preservação contendo as estratégias de preservação com eficácia comprovada, e que sejam de conhecimento do acervo. Durante a elaboração do plano de preservação deve-se ter em mente as propriedades significativas dos documentos que se queiram preservar, da mesma forma, deve-se atentar para os conceitos de forma fixa e conteúdo estável (FLORES; MACHADO, 2015, p.204-205).

Conforme mencionado no documento do CONARQ sobre o Repositório Digital Confiável (RDC-Arq) “a preservação dos documentos arquivísticos digitais, nas fases corrente, intermediária e permanente, deve estar associada a um repositório digital confiável” (CONARQ, 2015, p. 4). Numa definição mais detalhada, um repositório consiste em “um complexo que apoia o gerenciamento dos materiais digitais, pelo tempo que for necessário, e é formado por

⁵ Do original “preservar un objeto digital no es lo mismo que preservar, por ejemplo, un libro o una fotografía, ni mucho menos como preservar un certificado, un diploma o un documento firmado en papel. Así como puedes poner un libro en un estante, una foto en una caja, un diploma enmarcarlo en una pared o una escritura de propiedad en un archivo y (si se mantienen secos y seguros) mirarlo 50 años después, en cambio lo mismo no ocurre con un objeto digital porque, en muchos casos, los materiales digitales son considerados más frágiles que los materiales físicos”.

elementos de hardware, software e metadados, bem como por uma infraestrutura organizacional e procedimentos normativos e técnicos” (CONARQ, 2015, p. 9).

Conforme o Conarq (2015), um repositório arquivístico digital confiável (RDC-Arq) deve gerenciar documentos e metadados seguindo princípios e práticas da arquivística no que tange à gestão documental, descrição multinível e preservação. O RDC-Arq será responsável por proteger características do documento arquivístico, como a autenticidade e a organicidade, possibilitando o acesso em longo prazo destes documentos. Além disso, é preciso estar em conformidade com a ISO 16.363:2012, que trata de um conjunto de critérios para mensurar a confiabilidade do repositório digital (FLORES; ROCCO; SANTOS, 2016, p. 122).

Segundo Flores, Rocco e Santos (2016, p. 122), é fundamental que, quando do desenvolvimento de um repositório digital, sejam considerados os requisitos abordados no modelo de referência Open Archival Information System (OAIS), um modelo conceitual desenvolvido pelo Consultive Committee for Space Data Systems – CCSDS, que culminou na norma ISO 14721:2003. O modelo OAIS, preocupado com a confiabilidade e preservação a longo prazo dos documentos, “descreve as funções de um repositório digital e os metadados necessários para a preservação e o acesso dos materiais digitais gerenciados pelo repositório, que constituem um modelo funcional e um modelo de informação” CONARQ (2015, p. 8).

Desse modo, como instrumento para as práticas de preservação digital, aponta-se como solução tecnológica o “Repositório Digital” que, conforme Rocha (2015), pode ser compreendido a partir de várias definições que abordam seus diferentes aspectos, e que a autora define como

[...]um ambiente tecnológico complexo para o armazenamento e a gestão de materiais digitais. Este ambiente é composto por uma solução informatizada na qual se captura, armazena, preserva e se provê acesso aos objetos de informação digitais. Um repositório digital é, então, um complexo formado por elementos de hardware (dispositivos de armazenamento), software, serviços, coleção de informação digital e metadados associados a esses objetos de informação. Todo este conjunto tem como objetivo apoiar a gestão de materiais digitais pelo tempo que seja necessário (ROCHA, 2015, p.183)

No que se refere, especialmente, à manutenção da autenticidade, à adoção de procedimentos arquivísticos e aos requisitos de confiabilidade, o uso de um Repositório Arquivístico Digital Confiável é imprescindível, pois é a solução tecnológica que se apresenta para garantir que os documentos preservarão suas características tal como foram criados, além de permitir a integração com outros sistemas e repositórios.

Embora o aprofundamento teórico e o desenvolvimento das ações de preservação digital nos acervos arquivísticos tenham crescido no Brasil, ainda há muito a se avançar. Recentemente, tem-se iniciado diálogos entre algumas instituições públicas que tentam utilizar repositórios para tratamento dos seus arquivos digitais, visando à aplicação efetiva da tecnologia. Destaca-se que, para isso, é imprescindível o investimento em infraestrutura tecnológica e capacitação constante de recursos humanos nessa área.

A preservação dos documentos arquivísticos digitais, sejam eles nato-digitais – originalmente criados e mantidos em ambiente digital – ou representantes digitais, – cópias digitais de documentos arquivísticos analógicos – deve obedecer aos procedimentos e padrões definidos em instrumentos orientadores, bem como na observação de boas práticas desta atividade. Só assim um efetivo programa de preservação poderá ser desenvolvido plenamente.

Apresenta-se na próxima seção aspectos do gerenciamento de documentos arquivísticos digitais em RDC-Arq no Arquivo Nacional do Brasil.

O USO DO ARCHIVEMATICA NO ARQUIVO NACIONAL

O Programa Permanente de Preservação e Acesso a Documentos Arquivísticos Digitais – AN Digital, iniciado em 2010, é composto de quatro linhas de ação - Prospecção, Modelos de Negócios, Sistema de Preservação e Acesso e Gestão do Programa – que, juntas, compreendem treze projetos.

O Projeto 07 - Desenvolvimento do Sistema abrange a implementação do repositório arquivístico digital confiável, para o qual, após estudos e análises realizados, foi escolhida a ferramenta Archivematica⁶. A decisão do Arquivo Nacional do Brasil referente ao Archivematica se justifica, basicamente, por esta ferramenta estar em conformidade com o modelo OAIS e ser capaz de atender a demanda desta instituição enquanto custodiadora final dos documentos arquivísticos digitais da Administração Pública Federal.

Os pacotes para admissão no repositório - SIP (Submission Information Package) - são preparados para serem inseridos no repositório. A partir de então, são realizados diversos micro-serviços que originam outros dois tipos de pacotes: o AIP (Archival Information Package), que contém os arquivos normalizados em formatos adequados para preservação, e o DIP (Dissemination Information Package) que contém os arquivos que serão disponibilizados para a disseminação, normalizados em formatos adequados para tal.

⁶ Trata-se, em linhas gerais, de um sistema gratuito de preservação digital de código aberto, que possibilita o acesso de longo prazo de documentos digitais.

No momento, estão sendo realizados testes no Archivematica, na versão 1.6, nos quais são observadas as rotinas de admissão (ingest), a execução da normalização prevista na política de preservação do repositório e a configuração do ambiente. Está prevista para 2018 a entrada em produção do repositório, que atenderá os representantes digitais do Arquivo Nacional, e os acervos digitais já recolhidos.

Para orientar os procedimentos de entrada da documentação digital no Arquivo Nacional, foram publicadas a Política de Preservação Digital do Arquivo Nacional e a Instrução Técnica nº 01/2016, produtos do desenvolvimento do Projeto 05 - Abordagem de gestão e preservação digital - que indicam, dentre outras orientações, os formatos de arquivo que deverão ser encaminhados para admissão no Archivematica.

Embora os esforços empregados no desenvolvimento do programa AN Digital e o desenvolvimento do repositório arquivístico digital confiável ainda estejam em curso, o Arquivo Nacional atualmente já disponibiliza acesso aos documentos digitais, sejam originais digitais ou representantes digitais. A partir de 2009 os representantes digitais começaram a ser disponibilizados na internet através do SIAN – Sistema de Informações do Arquivo Nacional, em um processo contínuo de alimentação dessa plataforma. Desde 2010 o Arquivo Nacional também disponibiliza, de forma presencial, a consulta a todos os representantes digitais, incluindo os que ainda não foram inseridos no SIAN. A organização desses representantes digitais segue critérios estabelecidos, previstos no Manual de Procedimentos para Organização dos Representantes Digitais do Arquivo Nacional, atualizado e publicado em sua segunda versão em 2017, que visa orientar as áreas técnicas do AN com relação a notação final dos arquivos digitais de acordo com seu arranjo pré-estabelecido pelas áreas de custódia do acervo.

Para atender a demanda dos usuários para acesso aos documentos digitais e facilitar a disponibilização destes no SIAN, foi preciso estruturar um ambiente de rede que atendesse aos objetivos propostos, tendo em vista a particularidade de cada contexto e a identificação dos fundos de forma multinível.

Os representantes digitais e natos-digitais estão armazenados em ambientes específicos no *storage* organizados em uma área onde é armazenado todo o acervo permanente digital do Arquivo Nacional: “Ambiente Principal”, “Ambiente Principal – Fundos em Tratamento”, “Área de Trabalho”, “Natos Digitais” e “Representantes Digitais de outras Entidades”.

O “Ambiente Principal”, onde se armazenam os representantes digitais de séries documentais tratadas, possui a estrutura de fundo de acordo com os critérios estabelecidos na Norma Brasileira de Descrição Arquivística, baseada na ISAD (G). As matrizes dos representantes

digitais armazenadas nesse ambiente serão migradas para o repositório digital quando este entrar em produção, para garantir sua preservação e acesso de longo prazo. Caso o acervo de determinado fundo ainda não tenha recebido o tratamento técnico definitivo, os representantes digitais ficam armazenados no “Ambiente Principal – Fundos em Tratamento” aguardando o momento de seu tratamento técnico. É na “Área de Trabalho” onde as áreas técnicas organizam o acervo digital antes da transferência definitiva para o “Ambiente Principal” e posterior associação no Sistema de Informação do Arquivo Nacional para acesso irrestrito via web. É nesse ambiente que as áreas técnicas “buscam” o acervo que saiu da área de quarentena para seu devido tratamento técnico. Os outros dois ambientes que completam o ambiente macro de acervo permanente do Arquivo Nacional são: “Natos Digitais”, que recebe o recolhimento de acervo digital, e “Representantes Digitais de outras Entidades”, que armazena estes representantes nos casos em que, após projeto de digitalização conveniado com o Arquivo Nacional, a instituição custodiadora não possui condições de guarda digital. É importante salientar que qualquer documento digital que seja produzido fora da rede interna da Instituição, antes de entrar nos servidores do Arquivo Nacional, passa obrigatoriamente um período na quarentena para checagem de possíveis vírus.

No Arquivo Nacional os representantes digitais estão identificados em três categorias: matriz digital - o representante digital produzido em alta resolução para fins de preservação, que deve refletir integralmente o original; Matriz processada digital - resultante do processamento técnico de uma matriz original que tem por finalidade oferecer uma melhor qualidade para reprodução e geração de derivadas; e derivada digital - que é o representante digital em baixa resolução para fins de divulgação e acesso. A derivada é gerada a partir da matriz ou matriz processada.

As matrizes e matrizes processadas ficam armazenadas no mesmo diretório, separadamente das derivadas. O Arquivo Nacional tem, considerando dados de maio de 2017, um volume de 451,2 terabytes de documentação arquivística digital, compreendendo 40.216.587 itens.

De acordo com o Manual para Organização dos Representantes Digitais do Arquivo Nacional, todos os documentos digitais devem ser identificados com a notação que reflete seu arranjo, iniciado pelo CODEARQ da instituição, seguido dos códigos de fundo, seção/subseção (quando houver), série/subsérie (quando houver), dossiê, item (quando houver), o identificador de categoria e o número indicando a posição do componente digital dentro do dossiê ou item.

Os formatos de arquivo estabelecidos para os representantes digitais produzidos no Arquivo Nacional a partir de documentos em papel foram TIF para matrizes e em PDF para derivadas. Salvo exceções para documentos de imagem em movimento e sonoro, conforme a Política de Preservação Digital.

A entrada de acervo digital no Arquivo Nacional é regulada pela Política de Preservação Digital e normatizada pela Portaria nº 252 de 30 de dezembro de 2015 e pela Instrução Técnica nº 01/2016. O processo de entrada é realizado em 4 etapas: submissão (ou envio), verificação, validação e aceitação/rejeição. Deverá haver uma etapa preliminar onde os órgãos custodiadores da documentação a ser recolhida e o Arquivo Nacional assinam o termo de entrada estabelecendo responsabilidades das partes, para que se faça um acompanhamento do tratamento técnico preparatório do acervo.

O envio do acervo pode ser realizado por transmissão on-line, mídias de transporte ou mídias de armazenamento móveis originais, quando os documentos arquivísticos digitais são mantidos pelo produtor em mídias de armazenamento móveis e não há possibilidade de o custodiador fazer a atualização do suporte.

Em caso de discos ópticos e similares, as mídias serão destruídas. Em caso de HD's e pendrives, as mídias serão formatadas e devolvidas ao produtor após a emissão do atestado de validação. Após o recebimento, o acervo é colocado em quarentena. Decorrido este período, realiza-se a verificação de conformidade dos formatos com a Política de Preservação Digital, a conferência com a listagem descritiva que acompanhou os documentos na entrada, a verificação da integridade dos arquivos e conferência quanto a restrição de acesso. Somente após esse processo é emitido o atestado de validação, configurando que a partir de tal data os originais passam à custódia do Arquivo Nacional e o produtor tem apenas cópias, que devem ser eliminadas definitivamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Arquivo Nacional Brasileiro é o órgão central do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivos - SIGA da administração pública federal do Brasil e exerce um papel singular e estratégico dentro da esfera governamental, no que se refere às atividades de gestão de documentos, acesso, disseminação e preservação do patrimônio documental arquivístico. O órgão tem como uma de suas atribuições garantir ao cidadão o acesso a documentos probatórios para assegurar seus direitos, bem como servirem de fontes para a pesquisa histórica e científica. Para isto, em se tratando de documentos digitais, é necessário o uso de repositório arquivístico digital confiável a fim de garantir presunção de autenticidade, a preservação e

acesso a longo prazo desses documentos, tanto no que diz respeito aos representantes digitais produzidos na instituição como forma de preservação dos originais em suportes tradicionais, quanto aos originais-digitais recolhidos.

Desde 2010, o Arquivo Nacional do Brasil, através do Programa Permanente de Preservação e Acesso a Documentos Arquivísticos Digitais – AN Digital, vem desenvolvendo estudos e ações para solucionar dilemas que afligem os profissionais de arquivo que lidam com documentos digitais: a obsolescência tecnológica, segurança, armazenagem, preservação e acesso a longo prazo. Inicialmente, foram padronizados procedimentos e configurado um ambiente na rede local que atendessem às especificidades dos acervos, natos-digitais e representantes digitais, a fim de garantir o controle e possibilitar o acesso aos documentos nos espaços de armazenamento (storages). O próximo passo é a entrada em produção do repositório digital confiável, que apoiará a preservação de longo prazo e dará garantias mais robustas na manutenção da autenticidade desses documentos.

Muito já se avançou, mas o caminho é longo e o esforço coletivo. O repositório arquivístico digital confiável tem sido apontado na comunidade internacional como a solução mais eficiente, e traz esperança para as instituições brasileiras e de outros países que correm contra o tempo em busca de soluções para preservação e acesso de seu crescente acervo arquivístico digital. Neste cenário, a troca de conhecimento entre colaboradores tem sido fundamental para o alcance de progressos significativos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). *Diretrizes para a Implementação de Repositórios Arquivísticos Digitais Confiáveis - RDC-Arq.* Arquivo Nacional, Rio de Janeiro: 2015

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). *Manual de procedimentos para organização de representantes digitais.* 2ª versão. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, 2017.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). *Política de Preservação Digital.* (versão 2). Arquivo Nacional, Rio de Janeiro: 2016

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). *Programa Permanente de Preservação e Acesso a Documentos Arquivísticos Digitais – AN Digital.* Arquivo Nacional, Rio de Janeiro: 2010

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). *Relatório de Gestão do Exercício de 2009,* Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, mar/2010

BASS, Jordan. *Getting personal: confronting the challenges of archiving personal records in the digital age.* Winnipeg, 2012. Tese (Mestrado em artes) – Departamento de história (estudos arquivísticos), Universidade de Manitoba/Universidade de Winnipeg.

BRASIL. *Decreto nº 9.150,* de 04 de setembro de 2017. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Justiça e Segurança Pública, remaneja cargos em comissão e funções de confiança e substitui cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTTO, Heloísa Liberalli (Coord.). *Dicionário de terminologia arquivística.* São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 1996.

CONARQ, Conselho Nacional de Arquivos. *Diretrizes para a implementação de repositórios arquivísticos digitais confiáveis – RDC – Arq.* Rio de Janeiro, 2015. Disponível em <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/diretrizes_rdc_arq.pdf>. Acesso em: 29 mar 2016.

CONARQ, Conselho Nacional de Arquivos. *e-ARQ Brasil: modelos e requisitos para sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos.* Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011.

CONARQ, Conselho Nacional de Arquivos. *Glossário.* Versão 7. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/ctde/Glossario/2016_glosctde.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2017.

DURANTI, Luciana. Structural and formal analysis: the contribution of diplomatics to archival appraisal in the digital environment. In: *The Future of Archives and Recordkeeping: A Reader.* London: Facet, 2010.

DURANTI, Luciana; MACNEIL, Heather. The protection of the integrity of electronic records: an overview of the UBC-MAS research project. *Archivaria: ACA,* n. 42, p. 46-67, 1996.

DURANTI, Luciana; PRESTON, Randy. *International research on permanent authentic records in electronic systems (InterPARES) 2: experiential, interactive and dynamic records.* Padova: Associazione Nazionale Archivistica Italiana, 2008.

FLORES, Daniel; ROCCO, Brenda Couto de Brito; SANTOS, Henrique Machado dos. Cadeia de custódia para documentos arquivísticos digitais. *Acervo*, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, v. 29, n. 2, p. 117-132, jul/dez. 2016.

FLORES, Daniel. SANTOS, Humberto Machado dos. *Repositórios digitais confiáveis para documentos arquivísticos: ponderações sobre a preservação ao longo prazo*. Perspectivas em Ciência da Informação, v.20, n.2, p.198-218, abr./jun. 2015

INTERPARES 3 PROJECT. Team Brazil glossary, 2012. Disponível em: <http://www.interpares.org/ip3/ip3_terminology_db.cfm>. Acesso em: 9 mar. 2017.

JENKINSON, Hilary. *A manual of archive administration*. 2. ed. London: Percy Lund, Humphries & Co. Ltd., 1966.

LACOMBE, Claudia; RONDINELLI, Rosely Curi. *Gestão e preservação de documentos arquivísticos digitais: revisitando alguns dos conceitos que as precedem*. *Acervo*, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, v. 29, n. 2, p. 61-73, jul/dez. 2016.

PEARCE-MOSES, Richard. *A Glossary of Archival and Records Terminology*. Chicago: Society of American Archivists, 2005. Disponível em: <<http://www.archivists.org/glossary/>>. Acesso em: 27 set. 2016.

ROCHA, Claudia Lacombe. Repositórios para a preservação de documentos arquivísticos digitais. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 180-191, jul./dez. 2015.

ROGERS, Corinne. A literature review of authenticity of records in digital systems from 'machine-readable' to records in the cloud. *Acervo*, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, v. 29, n. 2, p. 16-44, jul/dez. 2016.

RONDINELLI, Rosely Curi. *O documento arquivístico ante a realidade digital: uma revisão conceitual necessária*. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

ROSA I ESTEVA, Josep Lluís de La; CAÑIZARES, José Antonio Olvera. La preservación digital como asunto social: motivación al archivo personal. *Tabula*, Salamanca, n. 17, p. 135-154, 2014.

Leia o próximo artigo 

ARTIGO

RELAÇÕES ENTRE O VÍNCULO ARQUIVÍSTICO E A AUTENTICIDADE DE DOCUMENTOS NATO DIGITAIS: ALGUNS APONTAMENTOS A RESPEITO DOS METADADOS¹

Karina Veras Praxedes*
Kíssila da Silva Rangel**

63

Resumo

Este artigo tem por objetivo evidenciar que a identificação do vínculo arquivístico e seu registro à luz da definição de metadados mínimos é imprescindível para a presunção da autenticidade em documentos nato digitais. Para tanto, analisou-se os padrões já estabelecidos no e-ARQ Brasil, PREMIS *Data Dictionary for Preservation Metadata*, *Encoded Archival Description Tag Library* e ePMG a fim de apresentar uma seleção de metadados necessários para a manutenção do vínculo arquivístico em documentos nato digitais por todo o seu ciclo de vida. Conclui-se que os metadados relativos ao vínculo arquivístico são essenciais para a presunção de autenticidade, uma vez que evidenciam a substância e a estrutura dos documentos nato digitais o que, conseqüentemente, corrobora para manter a identidade e a integridade desses documentos.

Palavras-chave: vínculo arquivístico – autenticidade – metadados.

Introdução

Este estudo tem por objetivo evidenciar a identificação do vínculo arquivístico e seu registro à luz da definição de metadados mínimos como ações imprescindíveis para a presunção da autenticidade dos documentos nato digitais.

Para tanto foram analisadas produções tecno-científicas publicadas em âmbito nacional e internacional. Especificamente com relação aos metadados, foram estudados os seguintes padrões já estabelecidos: e-ARQ Brasil², PREMIS *Data Dictionary for Preservation Metadata*³, *Encoded Archival Description Tag Library*⁴ e ePMG⁵.

Ressalta-se que a inquietação investigativa se deu mediante participação das autoras em projetos de implantação de Sistemas de Gestão Arquivística de Documentos, onde foi possível perceber que os metadados relativos ao vínculo arquivístico mostram-se imprescindíveis para fomentar a presunção da autenticidade.

¹ Publicado originalmente em ACTAS DEL XII CONGRESO DE ARCHIVOLOGÍA DEL MERCOSUR, tomo II, p. 20-32, pela Red de Archiveros graduados de Córdoba, 2017.

* Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) karina.gagliano@fiocruz.br

** Universidade Federal Fluminense (UFF) rangel_kissila@id.uff.br

² Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos, versão 1.1, de 2011.

³ Versão 3.0, de 2015.

⁴ Versão EAD3, de 2015.

⁵ Padrão de Metadados do Governo Eletrônico, versão 1.1, de 2014.

Isto porque, o surgimento de novas tecnologias tem imposto à Arquivologia uma constante revisita aos seus alicerces teóricos.

A própria concepção de documento arquivístico se remodela a partir da crescente utilização de suportes não convencionais, assim como também se repensam os princípios da Arquivologia a fim de garantir que os documentos gerados em meio digital tenham a mesma validade que os fixados em suportes tradicionais, como o papel. No entanto, apesar dessas mudanças, os documentos arquivísticos continuam sendo gerados com a mesma finalidade administrativa de outrora, sendo “resíduos materiais das ações que lhe deram origem”. (RODRIGUES, 2011, p.13).

Neste sentido, convém salientar que esses documentos, por terem valor de evidência e prova de uma determinada ação, devem ser autênticos, uma vez que a autenticidade, segundo o Glossário de Documentos Arquivísticos Digitais (2016), é a “credibilidade de um documento enquanto documento, isto é, a qualidade de um documento ser o que diz ser e que está livre de adulteração ou qualquer outro tipo de corrupção”. Em acréscimo, Rogers (2016) aponta que o “conceito de autenticidade tem raízes antigas” e que a confiabilidade e a autenticidade de um documento são mais garantidas quando há procedimentos que fortaleçam o vínculo arquivístico. (ROGERS, 2016, p. 26, tradução nossa).

Assim, entendendo que a autenticidade é uma qualidade embasada em alguns elementos que devem ser “adquiridos” pelo documento arquivístico no momento de sua produção e, ademais, que precisa ser mantida ao longo de sua temporalidade, como forma de assegurar que não ocorreram manipulações, alterações ou qualquer tipo de falsificação, torna-se evidente a importância de ferramentas capazes de executar ou, pelo menos, demonstrar o controle exercido sobre os documentos. Para isso, os metadados se revelam como um mecanismo capaz de registrar toda e qualquer ação realizada na produção e manutenção do documento arquivístico nato digital.

Sendo assim, ao extrapolar a fase de inserção de metadados na produção do documento, é imperativo pensar que, junto à facilidade de transmissão no tempo e no espaço, o documento nato digital possui estrutura complexa e está sujeito à rápida obsolescência de formatos, softwares e hardwares, o que torna inevitável a realização de ações preservacionistas contínuas, como as migrações. Quanto a isso, Rondinelli (2002) reforça que

O metadado mapeia as relações administrativa e documentária de um documento eletrônico dentro do sistema de gerenciamento, durante o seu ciclo vital, fornecendo parte do contexto e da estrutura desse documento e, portanto, deve ser preservado. (RONDINELLI, 2002, p.476).

Compreende-se, ainda, que não considerar a preservação dos metadados, impõe ao documento o risco de perda de seu vínculo arquivístico e, portanto, de sua capacidade de ser

presumido autêntico. No entanto, quais metadados servem à finalidade de demonstrar o vínculo arquivístico de um documento e então aferir maior grau de sua autenticidade?

1. As correlações entre o vínculo arquivístico e a autenticidade em documentos nato digitais

O conceito de “archival bond” foi proposto por Luciana Duranti, no âmbito do Projeto InterPares⁶, que tem como objetivo principal desenvolver estudos a respeito da preservação a longo prazo de documentos arquivísticos digitais autênticos. Segundo a autora, “archival bond é a relação que, em virtude das circunstâncias de criação, os documentos têm com seu produtor, com as atividades que eles fazem parte e entre eles mesmos”. (DURANTI, 2002, p. 70, tradução nossa).

Na terminologia arquivística brasileira o termo vínculo arquivístico é atribuído à tradução de “*archival bond*”, contudo cabe clarificar que

Apesar de não constar dos dicionários de arquivologia brasileiros, alguns arquivistas se referem ao conceito de *archival bond* como vínculo arquivístico. Entretanto, existe um outro termo utilizado tradicionalmente pelos arquivistas brasileiros, com o mesmo significado de *archival bond*, que é o de relação orgânica. Este termo utilizado no Brasil é derivado do termo *organicidade*, ao qual *archival bond* está relacionado. O conceito de *archival bond* é compreendido e incorporado na prática arquivística dos países de língua espanhola e portuguesa, mas nem todos têm um termo para este conceito, em outras palavras, nem sempre existe uma palavra especial, com significado específico, utilizada pelos arquivistas para expressar o conceito de *archival bond*. (ROCHA, 2011, p. 85-86).

Conforme Ana Célia Rodrigues, o vínculo arquivístico é parte integrante e essencial do documento, pois determina a sua identidade. A identidade do documento de arquivo se evidencia por intermédio dos elementos que integram sua substância e estrutura. (RODRIGUES, 2011, p.13). De acordo com Bellotto (2011) os

Estudos que levem à identificação e à compreensão plena do lado físico, material, formal (estrutura) e do lado informacional, funcional e finalístico (substância) são imprescindíveis para o perfeito entendimento da existência e da função do documento de arquivo. (BELLOTTO, 2002, p. 25).

Nesse sentido, busca-se reconhecer os metadados capazes de evidenciar o vínculo arquivístico nos documentos nato digitais a partir da identificação dos elementos relacionados à substância e à estrutura desses documentos e, conseqüentemente, permitir presumir sua autenticidade.

⁶ Projeto que pesquisa a preservação de documentos arquivísticos autênticos em sistemas informatizados. Para mais informações acesse < <http://www.interpares.org> >

A presunção de autenticidade dos documentos arquivísticos [...] é fortemente apoiada na análise de sua forma e de seu conteúdo, que nos documentos não digitais estão inextricavelmente ligados ao suporte – isto é, forma, conteúdo e suporte são inseparáveis. (CONARQ, 2012, p.1).

Para Heather MacNeil, a autenticidade de um documento é avaliada em relação à sua identidade e integridade e, para tanto, proteger a autenticidade de um documento implica preservá-las ao longo do tempo.

A autenticidade de um documento é avaliada em relação à sua identidade (ou seja, foi escrito pela pessoa que afirma ter escrito?) e sua integridade (ou seja, tem sido alterada de qualquer forma desde que foi criada pela primeira vez e, se sim, essa alteração mudou seu caráter essencial?) (MACNEIL, 2005, p. 265, tradução nossa).

Margaret Hedstrom (1993) defende que os documentos eletrônicos⁷ são resultantes das atividades e funções realizadas pelas organizações e indivíduos, sendo criados para produzir evidências de suas transações e decisões.

Cabe destacar que analisar a autenticidade de documentos nato digitais evidencia que toda a complexidade envolvida em sua criação, manutenção e preservação pode afetar frontalmente essa capacidade probalística.

Assim sendo, compreende-se que identificar a substância e a estrutura do documento digital, ou seja, seu vínculo arquivístico, é premissa básica para presumir sua autenticidade, uma vez que os elementos que se relacionam ao vínculo arquivístico também se relacionam à identidade. Duranti (2002) identifica que os metadados relacionados ao vínculo arquivístico nem sempre são capturados pelos sistemas em sua totalidade e o fato de não existir registros precisos e explícitos a respeito da identidade e da integridade do documento faz com que haja a necessidade de reconhecer tais qualidades a partir da análise de uma grande quantidade de dados e documentação. (DURANTI, 2002, p.8).

Portanto, ratifica-se a imprescindibilidade de serem estabelecidos metadados suficientemente capazes de registrar o vínculo arquivístico no ato de produção e manutenção do documento nato digital, bem como ao longo de sua temporalidade.

De acordo com Rondinelli (2002), metadado é um “importante elemento de autenticidade para o documento eletrônico, uma vez que descreve como a informação foi registrada”. Ou seja, os documentos nato digitais devem ser compreendidos em conjunto com seus metadados, uma vez que

⁷ Na literatura internacional, muitas vezes encontra-se o termo “electronic records” para fazer referência a documentos digitais. Todavia, optou-se por traduzí-lo fielmente para “documento eletrônico”.

Os objetos digitais não são visíveis em uma prateleira. Por sua natureza, exigem um dispositivo intermediário para seu uso e compreensão e são dependentes do meio físico em que são armazenados. Metadados são uma chave para descoberta, acesso, gerenciamento e preservação. (GUENTHER et al, 2016, p. 23, tradução nossa).

No entanto, a necessidade de serem estabelecidas ações voltadas a temporizar os efeitos da rápida obsolescência tecnológica de software, hardware e formatos, tornam imprescindíveis procedimentos estratégicos, como por exemplo, a migração.

Terry Cook entende que

Um registro, portanto, deixa de ser um objeto físico para se tornar um objeto de dados conceituais controlado por metadados, que praticamente combina conteúdo, contexto e estrutura para fornecer evidências de alguma atividade ou função do criador. Além disso, como o contexto do documento e os usos mudam ao longo do tempo (incluindo os usos arquivísticos), os metadados mudam, e o documento e seu contexto continuamente estão sendo renovados. (COOK, 2001, p. 22, tradução nossa).

É importante que os metadados sejam agregados levando-se em conta a necessidade de capturar dados relativos à relação entre criação e uso do documento, assim como sua forma, conteúdo e estrutura. Isto posto, reconhece-se que, embora os documentos nato digitais sejam criados com certas informações registradas em metadados, durante sua trajetória esses documentos podem adquirir novos metadados que devem amparar a manutenção de sua autenticidade.

Metadados são dados estruturados que descrevem objetos de informação, como livros, imagens e mapas, mas também outros objetos. Eles são um veículo chave para acessar, gerenciar e entender esses objetos. As propriedades que eles descrevem são cuidadosamente escolhidas para que elas sejam mais úteis para as tarefas que eles precisam suportar. (DAPPERT et al, 2016, p.1, tradução nossa).

Os documentos nato digitais evidenciam a inevitabilidade de gerir não apenas os próprios documentos, mas também seus metadados. Isso justifica a exigência de estudos para o estabelecimento de metadados mínimos que precisam ser incorporados, explicitados e que se mantenham persistentemente vinculados ao documento nato digital ao longo do seu ciclo de vida.

2. Apresentação e análise dos Padrões de Metadados

Para este estudo foram escolhidos quatro padrões de metadados já consolidados: Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos (e-ARQ Brasil), PREMIS *Data Dictionary for Preservation Metadata*, *Encoded Archival Description*

Tag Library (EAD) e Padrão de Metadados do Governo Eletrônico (ePMG). A escolha dos padrões de metadados se deu em virtude da necessidade de analisar instrumentos capazes de, conjuntamente, abarcar todo o ciclo de vida do documento. Por esse motivo escolheu-se o e-ARQ Brasil, que direciona suas recomendações a sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos (SIGAD) e contempla metadados, embora apenas conceituais, relativos à gestão de documentos.

A partir da destinação final, etapa da gestão de documentos em que os documentos podem ser descartados ou mantidos, pode existir a necessidade de garantir a preservação a longo prazo de documentos com valor histórico, probatório ou informativo. Portanto, deu-se a escolha do padrão PREMIS *Data Dictionary for Preservation Metadata*, voltado à definição de metadados para repositórios de preservação.

Já a opção pelo *Encoded Archival Description Tag Library* (EAD) justificou-se por ser um padrão dirigido aos metadados relativos à descrição arquivística, visto que ele foi desenvolvido para aprimoramento e ampliação do acesso às informações inerentes a esses documentos.

Finalmente, a definição do ePMG como um dos instrumentos da análise se tornou relevante por se tratar de um padrão de metadados elaborado especificamente para o contexto do governo eletrônico brasileiro, devendo ser utilizado por todos os órgãos públicos que o constituem.

Desta forma, com vistas a reconhecer quais são os metadados mínimos relacionados ao vínculo arquivístico que contribuem à presunção de autenticidade, optou-se por analisar os elementos caracterizados pelos próprios instrumentos como: “obrigatórios” e “obrigatórios, se aplicável”. Além disso, dentro deste universo de pesquisa, foram selecionados os elementos julgados capazes de evidenciar a substância e a estrutura dos documentos nato digitais.

2.1 Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos (e-ARQ Brasil)

O e-ARQ Brasil foi elaborado no âmbito da Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos (CTDE) do Conselho Nacional de Arquivos (Conarq), com objetivo de estabelecer requisitos mínimos relativos às atividades e operações técnicas da gestão de documentos, desde a produção, tramitação, utilização e arquivamento até a sua destinação final (eliminação ou recolhimento) para sistemas com estes fins.

Dentre as quatro etapas expostas na metodologia adotada para a elaboração deste esquema de metadados, aponta-se a identificação dos metadados relacionados às etapas de gestão arquivística e aos aspectos de funcionalidade do SIGAD, referidos no e-ARQ Brasil e a

complementação desses metadados a partir de normas e referências bibliográficas das áreas de arquivologia e diplomática.

Nesse esquema foram definidos metadados para as entidades: Documento (refere-se aos documentos arquivísticos que são gerenciados pelo SIGAD), Evento de gestão (refere-se às ações de gestão que ocorrem com os documentos arquivísticos ao longo de seu ciclo de vida), Classe (refere-se aos diversos níveis de agregação do plano de classificação: classes, subclasses, grupos e subgrupos, que são organizados de forma hierárquica), Agente (refere-se aos usuários que acessam o SIGAD), Componente digital (refere-se aos objetos digitais que compõem o documento arquivístico digital) e Evento de preservação (refere-se às ações de preservação realizadas nos documentos arquivísticos digitais). Cabe salientar que as duas primeiras entidades possuem três níveis de agregação: processo/dossiê, volume e documento, no entanto, optou-se por analisar apenas os relativos ao terceiro nível, documento.

No total, este esquema apresenta 97 elementos, dentre os quais, ao considerar o escopo delineado, 74 são considerados de valor “obrigatório” ou “obrigatório, se aplicável”. Destes, 51 são relativos à substância e 23 à estrutura, conforme Quadro 1, a seguir.

Quadro 1 – Análise de metadados estabelecidos pelo e-ARQ Brasil

e-ARQ Brasil	
Substância	Identificador do documento; Número do documento; Número do protocolo; Identificador do processo/dossiê; Identificador do volume; Título, Autor; Destinatário; Originador; Redator; Procedência; Identificador do componente digital; Identificação de anexos; Relação com outros documentos; Níveis de acesso; Data da produção; Classe; Destinação prevista; Prazo de guarda; Captura; Tramitação; Transferência; Recolhimento; Eliminação; Desentranhamento; Classificação_sigilo; Desclassificação_sigilo; Reclassificação_sigilo; Descrição de classe; Classe_nome; Classe_código; Classe_subordinação; Registro de abertura; Registro de desativação; Reativação de classe; Registro de mudança de nome de classe; Registro de deslocamento de classe; Registro de extinção; Indicador de classe ativa/inativa; Temporalidade associada à classe; Prazo de guarda na fase corrente; Evento que determina a contagem do prazo de guarda na fase corrente; Prazo de guarda na fase intermediária; Evento que determina a contagem do prazo de guarda na fase intermediária; Destinação final; Registro de alteração; Autorização de acesso; Credenciais de autenticação; Relação.
Estrutura	Tipo de meio, Status; Identificador de versão; Localização; Nome; Identificador; Status do agente, Identificador do componente digital; Características técnicas; Formato de arquivo; Armazenamento; Ambiente de software, Ambiente de Hardware; Dependências; Fixidade; Compressão; Decifração; Validação de assinatura digital; Verificação de fixidade; Cálculo de Hash; Migração; Replicação; Verificação de vírus; Validação.

Fonte: o autor, com base em CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (2011).

Ao analisar o e-Arq Brasil observou-se a proeminência de metadados relacionados à substância. Presume-se, desta forma, que tal fato se deve a este padrão estar voltado à gestão

de documentos, principalmente, ao contexto de produção dos mesmos. Muito embora a gestão de documentos se encerre na destinação final (eliminação ou guarda permanente) este padrão conceitua metadados referentes à preservação de documentos, tais como: compressão, validação e migração; o que corrobora para um entendimento de que a preservação de documentos nato digitais deva ser planejada e executada ao longo da gestão de documentos.

2.2 PREMIS *Data Dictionary for Preservation Metadata*

O grupo de trabalho PREMIS (*Preservation Metadata: Implementation Strategies*), constituído por especialistas internacionais no uso de metadados voltados a apoiar as atividades de preservação digital, foi criado em 2003.

Um dos instrumentos desenvolvidos por esse grupo foi o “PREMIS *Data Dictionary for Preservation Metadata*”, construído baseado no Modelo de Referência *Open Archival Information System (OAIS)* (ISO 14721:2012). Nele é estabelecido um núcleo de metadados a serem implementados em repositórios com fins de preservação digital, tendo como um de seus objetivos, manter a autenticidade e a identidade de objetos digitais em um contexto de preservação.

Nesta pesquisa foi analisada a versão 3.0 do referido Dicionário de Dados, publicado em 2015. Cabe destacar que os metadados relativos à proveniência e aos relacionamentos, especialmente relacionamentos entre diferentes documentos dentro do repositório de preservação, foram incluídos nesta última versão. Isso demonstra a atenção dada às informações produzidas ao longo do ciclo de vida do documento, as quais os repositórios provavelmente precisam saber para apoiar sua preservação.

Por causa da ênfase nessa necessidade de saber, ao invés da necessidade de registrar ou representar de forma particular, o grupo preferiu usar o termo "unidade semântica" em vez de "elemento de metadados".

Neste Dicionário foram definidas unidades semânticas para as seguintes entidades: Objeto (refere-se à unidade de informação sujeita à preservação digital), Ambiente (refere-se à tecnologia (software ou hardware) que suporta um objeto digital de alguma forma (por exemplo, renderização ou execução)), Evento (refere-se a uma ação que envolve ou afeta pelo menos um Objeto ou Agente associado ou conhecido pelo repositório de preservação), Agente (refere-se à pessoa, organização ou programa/sistema de software associado a eventos na vida de um Objeto ou com direitos anexados a um Objeto) e Declaração de direitos (afirmação de um ou mais direitos ou permissões pertencentes a um Objeto e/ou Agente).

Ressalta-se que a entidade Objeto possui quatro subcategorias: Entidade intelectual (*Intellectual entity*), Representação (*Representation*), Arquivo (*File*) e *Bitstream*, e que todas

foram analisadas, visto a consideração de que cada uma delas integra o todo documental quando se trata da preservação de documentos nato digitais, conforme esquema conceitual do OAIS.

No total, este esquema apresenta 196 unidades semânticas, dentre os quais, ao considerar o escopo delineado, 77 são considerados de valor “obrigatório”. Destes, 48 são relativos à substância e 29 à estrutura, conforme Quadro 2, a seguir.

Quadro 2 – Análise de metadados estabelecidos pelo PREMIS

PREMIS	
Substância	objectIdentifier; objectIdentifierType; objectIdentifierValue; objectCategory; reservationLevelValue; signatureEncoding; signer; signatureValue; signatureValidationRules; relationshipType; relationshipSubType; relatedObjectIdentifier; relatedObjectIdentifierType; relatedObjectIdentifierValue; relatedEventIdentifierType; relatedEventIdentifierValue; linkingEventIdentifierType; linkingEventIdentifierValue; linkingRightsStatementIdentifierType; linkingRightsStatementIdentifierValue; linkingObjectIdentifierType; linkingObjectIdentifierValue; linkingRightsStatementIdentifierType; linkingRightsStatementIdentifierValue; rightsStatementIdentifier; rightsStatementIdentifierType; rightsStatementIdentifierValue; rightsBasis; copyrightStatus; copyrightJurisdiction; copyrightDocumentationIdentifierType; copyrightDocumentationIdentifierValue; licenseDocumentationIdentifierType; licenseDocumentationIdentifierValue; statuteJurisdiction; statuteCitation; statuteDocumentationIdentifierType; statuteDocumentationIdentifierValue; otherRightsDocumentationIdentifierType; otherRightsDocumentationIdentifierValue; otherRightsBasis; act; startDate; startDate; linkingObjectIdentifierType; linkingObjectIdentifierValue; linkingAgentIdentifierType; linkingAgentIdentifierValue;
Estrutura	objectCharacteristics; messageDigestAlgorithm; messagedigest; format; formatName; formatRegistryName; formatRegistryKey; inhibitorType; environmentFunctionType; environmentFunctionLevel; environmentName; environmentRegistryKey; eventIdentifier; eventIdentifierType; eventIdentifierValue; eventType; eventDateTime; linkingAgentIdentifierType; linkingAgentIdentifierValue; agentIdentifier; agentIdentifierType; agentIdentifierValue; linkingEventIdentifierType; linkingEventIdentifierValue; linkingEnvironmentIdentifierType; linkingEnvironmentIdentifierValue, linkingEnvironmentRole

Fonte: o autor, com base em PREMIS EDITORIAL COMMITTEE (2015).

No PREMIS optou-se por considerar os metadados relativos ao formato, fixidade, características do objeto e captura enquanto reveladores da estrutura do documento, uma vez que reconhecem a configuração física e as informações sobre o suporte e o ambiente tecnológico em que o documento é capturado, executado, renderizado e preservado.

Por outro lado, os metadados que identificam os direitos (de acesso, cópia, uso etc) foram considerados enquanto substância, pois tais características derivam da função para qual o objeto é criado e mantido.

2.3 Encoded Archival Description (EAD)

O *Encoded Archival Description* (EAD) teve sua primeira versão desenvolvida em 1998, por um Grupo de Trabalho criado pela Sociedade de Arquivistas Americanos (SAA), com a finalidade de ser um padrão internacional de transmissão de metadados para descrições hierárquicas de documentos de arquivo, em conformidade com a Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística (ISAD(G)). Essa iniciativa se deu em função do reconhecimento da necessidade de que as descrições arquivísticas pudessem ser divulgadas e compartilhadas mais amplamente com certo grau de qualidade e padronização.

O *Encoded Archival Description Tag Library* versão EAD3, lançado recentemente em 2015, foi fruto da necessidade de adequação dos atributos e elementos definidos anteriormente por esse padrão à evolução de ferramentas tecnológicas relativas à descrição arquivística, como o ICA-Atom, por exemplo, para as quais, até então, não havia atendimento pleno.

A escolha deste padrão teve em vista o fim a que se destina, quer seja, permitir compartilhamento da identificação e explicação do contexto e do conteúdo de documentos de arquivo, com o fito de difundir e promover o acesso aos mesmos. Visto que este padrão tem por normas basilares instrumentos utilizados por outras áreas, optou-se por averiguar, exclusivamente, os elementos que são obrigatórios no desenvolvimento da descrição arquivística com base na ISAD(G).

Este padrão de metadados possui 175 elementos, além dos 85 atributos que os qualificam. Considerando que, em apreciação àqueles que têm correlação com os elementos de descrição da ISAD (G), tem-se um panorama com 35 elementos, dos quais, 13 foram selecionados para análise, por corresponderem aos elementos obrigatórios da referida Norma Geral Internacional. Destes, 11 são relativos à substância e 2 à estrutura, conforme Quadro 3, a seguir.

Quadro 3 – Análise de metadados estabelecidos pelo EAD

EAD	
Substância	<agencycode> and <recordid> within <control>; <unitid> with @countrycode and @repositorycode; <unittitle>; <unitdate>,<unitdatstructured>; <archdesc> and <c> @level; <origination>; <accessrestrict>
Estrutura	<physdesc>, <physdescstructured>

Fonte: o autor, com base em SOCIETY OF AMERICAN ARCHIVISTS (2015).

Este padrão, por ser voltado somente à disseminação de documentos, a partir da descrição, tem seu escopo limitado frente aos demais. Contudo, ressalta-se que os metadados

relativos à substância demonstram a necessidade de exposição e, conseqüentemente, manutenção de elementos relativos à identidade atribuídos ao documento em seu contexto de produção e gestão.

2.4 Padrão de Metadados do Governo Eletrônico (ePMG)

O ePMG foi desenvolvido com o objetivo de assegurar que as pessoas que pesquisam as informações do governo brasileiro na *web*, sejam elas de natureza arquivística, biblioteconômica ou museológica, consigam localizar facilmente os recursos que precisam, mesmo sem possuir conhecimento detalhado da localização ou da entidade responsável pelos mesmos. Este padrão estabelece metadados mínimos para acesso às informações públicas oficiais dos órgãos do governo pela *web*.

A primeira versão foi publicada em 2010 e essa iniciativa faz parte do rol de documentos voltados a consolidar o programa “Governo Eletrônico” brasileiro que tem por objetivo democratizar o acesso à informação nos sites e portais governamentais, reduzir custos e melhorar a qualidade dos serviços prestados à sociedade. Para fins desta pesquisa, foi analisada a versão 1.1, de 2014.

Dentre as vantagens relacionadas ao uso do ePMG, destaca-se a possibilidade de compartilhamento de informações e serviços entre órgãos governamentais e entre governo e sociedade. Para tanto, ele deve ser adotado por todos os órgãos públicos brasileiros.

Neste padrão são definidos 20 elementos que, somando-se aos seus qualificadores, totalizam 72 elementos de metadados passíveis de registros, dos quais 35 são “obrigatórios” ou “obrigatórios, se aplicável” aos documentos arquivísticos⁸. Destes, 33 são relativos à substância e 2 à estrutura, conforme Quadro 4, a seguir.

Quadro 4 – Análise de metadados estabelecidos pelo ePMG

ePMG	
Substância	abrangência.espacial; abrangência.temporal; assunto.categoria; criador.autor; criador.produtor; data.aceitação; data.alteração; data.criação; data.capturado; data.disponibilidade; data.publicação; data.frequenciaDeAtualização; data.próximaVersão; data.recebimento; data.sudbmissão; data.validade; destinação.ação; destinação.prazoDeGuarda; destinação.condições; destinação.data; destinação.responsável; destinação.nota; destinação.localDeDestinação; destinatário; destinatário.cópia; direitos.direitosAutorais; direitos.classificaçãoDoGrauDeSigilo; direitos.dataDeExpiraçãoDoGrauDeSigilo; identificador.idDoSistema; identificador.codigoDeClassificação; identificador.versão; publicador; título
Estrutura	Destinação.estágioDeExportação; tipo

Fonte: o autor, com base em GOVERNO BRASILEIRO (2014).

⁸ O metadado obrigatório “destinação.dataDeAuto-Remoção” é proibido para documentos arquivísticos.

O ePMG, por ser um padrão voltado para definição de metadados que otimizam o acesso a informações constantes em documentos existentes nos bancos de dados de órgãos públicos brasileiros e não se direciona ao estabelecimento de metadados voltados aos sistemas em si, prioriza o registro de elementos relativos à substância desses documentos (função e proveniência) em detrimento aos metadados identificadores da estrutura.

Considerações Finais

Esta pesquisa teve como objetivo identificar os metadados mínimos que podem evidenciar o vínculo arquivístico em documentos nato digitais e, conseqüentemente, contribuir para presunção de autenticidade, uma vez que o vínculo arquivístico se materializa na substância e estrutura do documento e a autenticidade na identidade e integridade dos mesmos. Assim, foi possível estabelecer relações entre o binômio substância e estrutura, com identidade e integridade.

A análise dos padrões de metadados selecionados para esta pesquisa revelou que os documentos nato digitais exigem uma remodelação do entendimento ao que tange as suas estrutura e substância. Isto porque, percebeu-se a indispensabilidade de que esses elementos sejam observados a partir de uma visão que extrapole o limite de averiguação direcionada somente ao documento e ao seu contexto de produção. Parte-se, dada a necessidade de readequação da teoria/prática atuais, para uma visão ampliada que abranja os contextos, o ambiente tecnológico e os agentes, eventos e direitos envolvidos em sua manutenção a longo prazo.

Diante disso, expõe-se que a partir das análises empreendidas nesta pesquisa foi possível identificar, conceitualmente, metadados mínimos que, ao mesmo tempo que registram a substância e a estrutura dos documentos nato digitais, suportam sua presunção de autenticidade. Ressalta-se que os metadados voltados à expressão da substância desses documentos foram identificados a partir daqueles que registram a proveniência e a função, sendo que se compreende a classificação como um desdobramento da função, e a proveniência entendida a partir dos agentes criadores do documento. Além disso, considera-se como metadados mínimos os relativos aos direitos e aos eventos de gestão e de preservação dos documentos nato digitais. Quanto à estrutura, observou-se a possibilidade de evidenciá-la mediante registro de metadados relativos às características físicas e ao ambiente tecnológico em que se encontram os documentos nato digitais.

Finalmente, salientando a imprescindibilidade de que toda e qualquer implementação de metadados seja precedida da realização de uma análise robustamente estabilizada, é viável

afirmar que após o estudo por ora apresentado, torna-se possível avançar para a aplicação prática desses metadados nos ambientes digitais institucionais nas quais as autoras atuam.

Referências

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo**. Arquivo do Estado, 2002.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos - CTDE. Glossário de Documentos Arquivísticos Digitais. **7ª versão**. 2016. Disponível em <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/ctde/Glossario/2016_glosctde.pdf> Acessado em 14 mar. 2017.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos - CTDE. **Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos (e-ARQ-Brasil)**. Rio de Janeiro. 2011.

COOK, Terry. **Archival science and postmodernism: new formulations for old concepts**. Archival science, v. 1, n. 1, p. 3-24, 2001.

DURANTI, Luciana et al. **Preservation of the integrity of electronic records**. Springer Science & Business Media, 2002.

GOVERNO BRASILEIRO. Comitê Executivo de Governo Eletrônico. **Padrão de Metadados do Governo Eletrônico – ePMG**. Versão 1.1. 2014. Disponível em: <https://www.governoeletronico.gov.br/documentos-e-arquivos/PMG%20Versao%201_1.pdf> Acesso em 12 jun. 2017.

GUENTHER, Rebecca Squire; DAPPERT, Angela; PEYRARD, Sébastien. An Introduction to the PREMIS Data Dictionary for Digital Preservation Metadata. In: **Digital Preservation Metadata for Practitioners**. Springer International Publishing, 2016. p. 23-36.

HEDSTROM, Margaret. **Descriptive practices for electronic records: Deciding what is essential and imagining what is possible**. Archivaria, v. 36, 1993.

MACNEIL, Heather. Picking our text: archival description, authenticity, and the archivist as editor. **The American Archivist**, v. 68, n. 2, p. 264-278, 2005.

PREMIS EDITORIAL COMMITTEE et al. PREMIS data dictionary for preservation metadata. **Version 3.0**. 2015. Disponível em: <<http://www.loc.gov/standards/premis/v3/premis-3-0-final.pdf>> Acesso em: 12 jun. 2017.

ROCHA, Cláudia Lacombe. Glossário multilíngue do Projeto InterPARES 3. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, p. 76-90, 2011.

RODRIGUES, Ana Célia. Identificação arquivística: subsídios para a construção teórica da metodologia na perspectiva da tradição brasileira. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 4, n. 1, 2011. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/a/12404>>. Acesso em: 22 Maio. 2017.

ROGERS, Corinne. A literature review of authenticity of records in digital systems: From “machine-readable” to records in the cloud. **Acervo**, Rio de Janeiro, v.29, n. 2, p.16-44, jul/dez.2016.

RONDINELLI, Rosely Curi. **Fidedignidade e autenticidade do documento eletrônico: uma abordagem arquivística**. In: INTEGRAR - Congresso Internacional de Arquivos, Bibliotecas, Centros de Documentação e Museus. São Paulo: Imprensa Oficial, 2002. p. 471-483.

SOCIETY OF AMERICAN ARCHIVISTS. **Encoded Archival Description Tag Library: versão 3.0**. Chicago. 2015. Disponível em: <<http://loc.gov/ead/EAD3taglib/index.html#d0e73>>. Acesso em: 12 jun. 2017.

Leia o próximo artigo 

ARTIGO

O USO DA TECNOLOGIA NOS ARQUIVOS: EDUCAÇÃO, DIFUSÃO, IDENTIDADE E PESQUISA

Lucia Maria Velloso de Oliveira*

Leandro Jaccoud**

Priscila Vaisman***

77

Resumo

O presente artigo analisa o uso da tecnologia para a promoção dos arquivos numa perspectiva de aproximação com a sociedade, considerando a experiência com o projeto de criação do sítio *Escravidão, abolição e pós-abolição*, desenvolvido pela Fundação Casa de Rui Barbosa. O texto explora a possibilidade de instituições criarem um produto voltado para a disponibilização de cópias digitais de imagens, manuscritos e periódicos, mas também que permita a formação de um novo público para os arquivos, que pode ser constituído pelo cidadão comum e pelo jovem.

Palavras-chave: Arquivo e tecnologia, Educação patrimonial, Arquivo e sociedade.

Abstract

This article analyzes the use of technology for the promotion of archives in a perspective of approaching society, considering the experience with the project of creation of the site *Slavery, abolition and post-abolition*, developed by Fundação Casa de Rui Barbosa. The text explores the possibility for institutions to create a product that will provide digital copies of images, manuscripts and journals, but also to allow the formation of a new audience for the archives, which can include ordinary people and young people.

Keywords: Archive and technology, Cultural heritage education, Archive and society.

1. Introdução

O texto discute a importância do uso da tecnologia para incentivar o interesse do jovem pelos documentos de arquivo, para alimentar o vínculo entre a sociedade e os arquivos, por meio de experiências virtuais que propiciam a identificação do indivíduo com a história do país, e para oferecer ao pesquisador cópias digitais de imagens, manuscritos, periódicos ou textos para uso e também para reprodução. Ao longo do texto vamos explorar esses três grandes

* luciemarie@gmail.com

** leandro.jaccoud@gmail.com

*** priscilavaisman@gmail.com

objetivos tendo como referência o projeto de construção de um sítio *Escravidão, abolição e pós-abolição*, coordenado por Lucia Maria Velloso de Oliveira e lançado em 23 de novembro de 2015 pela Fundação Casa de Rui Barbosa/MinC, instituição responsável por ele.

2. Escravidão, Abolição e Pós-Abolição

A proposta de construção do sítio *Escravidão, abolição e pós-abolição* privilegiou a promoção de acervos e estudos sobre a escravidão e a pós-abolição por meio de sítio composto por objetos digitais (textos e imagens), produtos informacionais e de *links*. A Fundação Casa de Rui Barbosa possui rico acervo arquivístico sobre os temas entre os diferentes arquivos e coleções que estão sob custódia do Serviço de Arquivo Histórico e Institucional (SAHI).

Os arquivos pessoais sob custódia do SAHI perpassam por um período importante para a história dos afrodescendentes no Brasil. Seu acervo evidencia o papel desses personagens no cotidiano da sociedade e na trajetória política brasileira, e as transformações sociais que ocorreram no período do final do Império e a primeira República. Destacamos, nesse sentido, o **arquivo de Rui Barbosa** e a **coleção Família Barbosa de Oliveira**.

O **arquivo de Rui Barbosa**, que recebeu em 2011 a nomeação no *Registro Nacional do Brasil* do Programa Memória do Mundo da UNESCO, é formado por documentos textuais e iconográficos que retratam a vida familiar, social e pública de seu titular do período de 1849 a 1923. Rui Barbosa possuiu um papel relevante para o fim da escravidão e para a implantação da República. Seus documentos representam o seu pensamento abolicionista e o seu anseio por um país republicano. A **coleção Família Barbosa de Oliveira** consiste em documentos textuais e iconográficos que retratam a vida familiar, política e econômica de famílias de destaque na vida do país.

Os documentos selecionados registram aspectos da escravidão, da vida dos escravos, da organização da produção nas fazendas, do pensamento do proprietário de escravo, da substituição gradativa da mão-de-obra escrava pelo trabalho dos imigrantes, da criação de movimentos pelo fim da escravidão e das ideias divulgadas na imprensa. No sítio, foram disponibilizados também artigos de jornais de época sob custódia da biblioteca da instituição. Procuramos reunir documentos relacionados com esse período de transição do Brasil, já que os documentos arquivísticos produzidos em um mesmo período histórico oferecem a possibilidade de um retrato de época e são indicadores do pensamento e comportamento dos grupos sociais que convivem entre si. Paralelamente, a imprensa foi um veículo essencial para apresentar algumas características do funcionamento de uma sociedade escravocrata e a difusão das ideias abolicionistas.

É grande a demanda no Serviço de Arquivo Histórico e Institucional por documentos em torno desses temas. Assim, a produção de cópias digitais dos mesmos e sua disponibilização para o uso *on-line* do pesquisador é estratégica para a rotina de pesquisa dos usuários e também para a preservação dos originais.

Na programação do SAHI existem ações voltadas para o fortalecimento do vínculo entre o cidadão e os documentos. A digitalização de documentos e sua disponibilização no sítio institucional é uma ação contínua, além da organização de mostras de documentos em consonância com a agenda institucional da cidade, do estado ou do país. Por exemplo, anualmente, no mês de maio, é realizada uma mostra de documentos sobre escravidão ou abolição. Mas somente os visitantes ou moradores da cidade do Rio de Janeiro podem se beneficiar dessa oportunidade.

Um ponto sensível no campo dos arquivos é a questão da educação patrimonial. Diferentemente do museu e da biblioteca, não temos a tradição de estimular as crianças ou jovens a se aproximarem do “mundo dos arquivos”. Em parte, esta prática vincula-se à questão da preservação do documento arquivístico, que é único. E aí, mais uma vez, percebemos uma oportunidade de uso da tecnologia. Com ela, é possível manusear as cópias digitais de originais, virtualmente transformar um documento (sua cópia) em um quebra-cabeça, iluminar trechos de textos e tantas outras que, ao final, abrem as portas dos arquivos para os jovens.

As iniciativas de educação patrimonial devem ser cada vez mais estimuladas no Brasil. A partir delas é possível colocar os jovens em contato com as narrativas produzidas sobre a história de seu país. Paralelamente, essas iniciativas criam oportunidades significativas de conscientizá-los sobre a relevância dos arquivos para a sociedade, enquanto instituições responsáveis pela organização, pela guarda, pela conservação e pelo acesso ao patrimônio documental (BARBATHO; JACCOUD, 2017). O desafio reside, entretanto, na formulação de atividades que sejam atrativas aos mais jovens, cada vez mais atraídos pela diversidade de conteúdos disponíveis no mundo digital (FRATINI, 2009).

Para a realização do projeto, foi constituída uma equipe com dupla formação (História e Arquivologia) e, para o desenvolvimento técnico, foi contratada equipe de tecnologia de informação por meio do Laboratório (LAMBDA) da PUC-RJ.

O sítio se divide em diferentes áreas: Exposições, Jogos; Estante digital; Vocabulário controlado; Sítios correlatos; Quem somos; e Fale conosco. A apresentação da equipe está na área *Quem somos* e, em *Fale conosco*, oferecemos um canal de comunicação com o usuário do sítio. As demais áreas serão sucintamente descritas adiante.

3. O que queremos quando expomos documentos?

A área de exposições do sítio *Escravidão, abolição e pós-abolição* é um espaço facilitador da comunicação entre os arquivos e a sociedade. Para isso, são utilizados como matéria-prima os arquivos pessoais e conjuntos de documentos, já mencionados anteriormente.

Atualmente, estão disponíveis no sítio as exposições *O registro da escravidão na vida privada (volumes 1 e 2)* e *A abolição e seus registros na vida privada*. Como os próprios títulos já sugerem, essas propostas expositivas buscam congrega a temática referente à escravidão africana, abolicionismo e pós-abolição da escravatura no Brasil com a utilização de arquivos pessoais, numa tentativa de aproximar o conhecimento histórico mais tradicional de um público que não necessariamente é especializado.

As três exposições disponibilizadas são apresentadas no formato de catálogos compostos por arquivos digitais de documentos, com as respectivas descrições, notas de pesquisa e transcrições paleográficas. Este conteúdo adicional, elaborado especificamente para as exposições, auxilia tanto na compreensão da informação contida nos documentos quanto na apresentação do contexto histórico dos mesmos.

Com a proposta de tornar esta área mais dinâmica, os catálogos simulam o manuseio e o movimento de um impresso em papel, além de organizarem visualmente os documentos selecionados. Os catálogos possuem um índice de navegação sugerido, mas também permitem a visualização livre, sem a obrigatoriedade de seguir um percurso expositivo pré-estabelecido. O visitante que acessa o espaço igualmente possui a opção de clicar e ampliar os documentos, que são em sua maior parte manuscritos, facilitando a leitura. Ainda como um recurso facilitador da leitura, determinados documentos são acompanhados por sua respectiva transcrição paleográfica. Também é possível realizar o *download* das cópias digitais de qualquer documento que seja parte integrante dos catálogos.

Ao disponibilizar as cópias digitais dos documentos de arquivo para *download*, esta área do sítio propõe uma ampliação das possibilidades de uso dos documentos de arquivo e incentiva que os mesmos sejam ressignificados.

As exposições como formas de ressignificação dos acervos arquivísticos representam, também, uma ampliação do papel do arquivista, evidenciando as atividades de pesquisa, de curadoria, de transcrição paleográfica e preservação de documentos, e de produção de uma agenda cultural programada (VAISMAN; SOUZA, 2016, p. 139).

4. É possível brincar?

A área destinada aos jovens entre 14 e 18 anos foi criada para desenvolver em tal público o interesse pelos temas da escravidão e da abolição, por meio do contato com cópias digitais de

documentos originais e com a dinâmica dos jogos interativos. Esta iniciativa educativa se apresenta em 4 (quatro) atividades diferentes - caça-palavras; desafio paleográfico; jogo da memória e *quiz* associativo - que serão detalhadas em seguida.

Caça-palavras:

Trata-se de um passatempo tradicional que consiste em um conjunto de letras distribuídas numa grade, aparentemente desordenada, cujo objetivo é o jogador circular as palavras pré-definidas no menor tempo possível.

Para esta atividade, serão utilizadas fontes primárias textuais manuscritas ou datilografadas, selecionadas no acervo da Fundação Casa de Rui Barbosa, que tratem do tema da escravidão, da abolição ou do período pós-abolicionista.

Para além de seu apelo voltado para a disciplina histórica, trata-se de um exercício que permite a percepção da transformação na escrita ao longo do tempo e o estímulo à apropriação de conceitos/significados de termos desconhecidos. Em alguns documentos, encontram-se palavras grafadas de maneira completamente diferente daquela que conhecemos atualmente. Por exemplo, em uma carta assinada por Rui Barbosa, em 1881, a palavra “omitir” aparece grafada como “ommittir”.

Desafio da Transcrição Paleográfica

Atividade em que o participante terá diante de si um documento textual manuscrito do século XIX ou do início do século XX, também selecionado a partir do acervo da FCRB. O desafio é compreender a escrita do produtor do documento, transcrevendo o trecho selecionado. A mesma atividade pode aparecer de forma mais direcionada, na qual o usuário escolhe, entre três alternativas, a transcrição paleográfica correta.

O jogo permite que o participante tenha maior contato com a realidade na época em foco. Adiante, a atividade aproxima o jovem de algumas das etapas constitutivas da pesquisa científica, quais sejam a leitura atenta e a interpretação das fontes primárias produzidas em contextos estilísticos e linguísticos distintos.

Jogo da Memória

Trata-se de um passatempo tradicional em que um conjunto de figuras é duplicado em peças diferentes e disponibilizado com as imagens escondidas para que o participante do jogo, ao virá-las, tente encontrar imediatamente o par adequado.

Para a confecção dessa atividade, foram utilizadas fotografias que integram o banco de imagens da FCRB e charges presentes nas coleções de revistas também pertencentes à instituição.

O passatempo permite que o participante reconheça personagens importantes no conflito entre o grupo que defende a manutenção da escravidão e o grupo que defende

o seu fim. Além disso, as charges utilizadas capturam os principais acontecimentos daquele momento histórico (embates políticos, aprovação de leis etc.). A atividade é capaz, ainda, de estimular a capacidade de concentração, o raciocínio lógico e a memória fotográfica dos jovens que se dedicarem a interagir com ela por algum tempo.

Quiz Associativo

A proposta do jogo é que o participante, a partir da observação de uma imagem ou da leitura de um documento textual selecionados no acervo da FCRB, responda 5 (cinco) perguntas que se sucedem. O jogo permite testar a capacidade do participante de observação aos detalhes, assim como de memorizar informações relevantes presentes na fotografia, charge ou documento.

5. Construindo a ponte com o usuário

O uso da tecnologia na sociedade contemporânea, para a execução de uma série de ações e atividades, influenciou de certa forma a metodologia de pesquisa dos usuários, em especial, na forma como buscam a informação. Cada vez mais, as instituições investem em ferramentas tecnológicas para atender o usuário remoto, o marketing em torno do uso da tecnologia cria a expectativa de que a mediação será pacífica e os problemas de atendimento ao usuário serão sanados. É necessário, no entanto, analisar alguns aspectos.

Temos realizado pesquisas para acompanhar o uso dos arquivos, o perfil do usuário e suas pesquisas. Os resultados sempre apontam para um usuário que busca a autonomia, a rapidez e um maior interesse em realizar suas pesquisas remotamente. O historiador, por exemplo, em nossas pesquisas

considera o atendimento remoto como um serviço de alta relevância (97% dos historiadores) e que deve ser oferecido pelos arquivos, o que vem a corroborar as expectativas e demandas contemporâneas de uso e acesso aos acervos arquivísticos. (OLIVEIRA; BARBATHO, 2016, p. 232)

Os dias dos pesquisadores que pesquisavam longos meses nos arquivos parecem que estão deixando de existir:

Os pesquisadores da nova geração digital esperam serviços cada vez mais avançados e ágeis, o que, para a arquivística, implica a necessidade de uma contínua atualização das ferramentas de busca e de recuperação da informação, assim como de disponibilização dos acervos em versão digital e on-line, sendo a ausência deste, inclusive, apontada pelos historiadores como um dificultador no momento da pesquisa. (OLIVEIRA; BARBATHO, 2016, p. 234)

Mas assegurar a disponibilização de cópias digitais *online* não significa que o usuário irá encontrar o que está procurando. Pareceu-nos fundamental investir na linguagem, porque é por meio dela que o processo de recuperação da informação está baseado. É preciso promover a

comunicação entre o usuário e o sistema que está viabilizando o acesso às informações sobre os acervos ou às cópias dos documentos. Nesse sentido, identificar os pontos de acesso que podem ser utilizados como mecanismos de encontro entre o usuário e o que ele busca e padronizar a linguagem de forma a melhorar o processo de recuperação da informação são ações que ampliam a assimilação do usuário do ambiente onde estão as informações e documentos em cópia e promovem a sua autonomia.

Entendemos que o processo de definição dos pontos de acesso é mecanismo fundamental para que o usuário possa atingir seus objetivos e executar sua pesquisa em uma base de dados. Mas harmonizar a linguagem, estabelecer os conceitos dos termos usados e definir um vocabulário para basear a comunicação oferecem os meios de se evitar questões de ordem terminológica que podem levar ao equívoco ou a resultados de buscas inconsistentes para o usuário.

Foi realizado trabalho de pesquisa para a produção de uma publicação eletrônica que reúne termos em torno da Escravidão, Abolição e Pós-Abolição, e a mesma se encontra acessível no [sítio](#)¹. O levantamento dos termos considerou o Guia Brasileiro de Fontes para a história da África negra e do negro na sociedade atual, bases de dados do Arquivo Nacional, banco de teses da CAPES, o catálogo de terminologia da Biblioteca Nacional, os inventários da Fundação Casa de Rui Barbosa e sua base de dados de terminologia, a legislação e um conjunto de obras.

Cabe ressaltar que o vocabulário não buscou ser exaustivo, mas sim refletir o contexto político, social, cultural e econômico de uma época – o início da escravidão no Brasil até a segunda década do século XX, dialogando com a contemporaneidade. Dessa forma, alguns termos escolhidos, que não comporiam normalmente um vocabulário controlado de temas, como termos de tipologia documental, ou mesmo nomes de instituições, estão presentes nesta obra. (OLIVEIRA; 2015, p. 6)

A padronização da linguagem e o nivelamento dos conceitos facilitam a comunicação e inserem o usuário no contexto de preparação dos materiais para a sua consulta.

Outro aspecto relevante no trabalho do pesquisador é o tempo destinado ao levantamento de fontes. Apesar de existirem ferramentas de busca capazes de apresentar uma lista a partir de um termo, os resultados podem ser aleatórios. Dentro do conceito de construir um ambiente onde quem estiver pesquisando sobre Escravidão e Abolição pudesse navegar e realizar sua pesquisa, foram criadas duas áreas - a *Estante digital* e *Sítios correlatos* - onde o pesquisador pode baixar textos, documentos ou entrar em *links* de sítios relacionados ao tema, e encontrar teses, dissertações, projetos ou grupos de pesquisa.

¹ Disponível em: <<http://www.memoriaescravidao.rb.gov.br/pdf/VocabularioControlado.pdf>>.

O cenário que apresentamos, de construção de um ambiente para o usuário realizar suas pesquisas remotamente, implica em um esforço da equipe em considerar suas necessidades e suas expectativas, bem como assumir como pressuposto que o investimento na mediação deve partir da instituição custodiante do acervo e responsável pela disponibilização de um ambiente onde não existe a relação usuário-arquivista presencial.

Conclusão

Durante a etapa de concepção do sítio *Escravidão, abolição e pós-abolição*, a equipe envolvida no projeto teve a preocupação com a captação do comportamento do usuário frente ao produto a ser disponibilizado. Nesse sentido, além de conhecer a possibilidade de utilização do *Google Analytics* para a produção de relatórios, a equipe solicitou à empresa desenvolvedora a criação uma ferramenta semelhante que ajudasse a traduzir o alcance dos jogos perante seu público-alvo. Esses relatórios têm demonstrado, de maneira geral, o sucesso da iniciativa.

Desde sua disponibilização ao público, em novembro de 2015, o sítio *Escravidão, abolição e pós-abolição* foi visitado por 12.863 usuários.² Ao todo, foram visualizadas 46.901 páginas e inicializadas 16.935 sessões.³ Os usuários gastaram em média 3 minutos para cada uma dessas sessões.

O Brasil foi o país que concentrou o maior número de usuários visitantes (11.053), seguido pelos Estados Unidos (485) e pelo Reino Unido (174). Nesse *ranking*, devem ser considerados, ainda, os acessos provenientes de Portugal (122) e da Alemanha (80).

A taxa de rejeição do sítio é, atualmente, de 57,59%. A taxa de rejeição é o indicador que mede a porcentagem de sessões que foram iniciadas e abandonadas sem qualquer interação com a página. Uma análise mais apressada pode sugerir que não há, por parte dos visitantes, a aceitação do conteúdo selecionado. Especialistas, entretanto, indicam que, para sítios de conteúdo, como é o *Escravidão, abolição e pós-abolição*, a taxa de rejeição pode variar entre 40 a 60%,⁴ o que confere relevância ao conteúdo disponibilizado no sítio.

² Os dados disponibilizados foram obtidos a partir dos relatórios emitidos pelo *Google Analytics* e pelo ambiente de relatórios do próprio módulo educativo do sítio *Escravidão, abolição e pós-abolição*, entre os dias 1 de novembro de 2015 e 26 de janeiro de 2018.

³ Há uma distinção entre visualização de páginas e inicialização de sessões. Enquanto a visualização de páginas se refere ao total de páginas efetivamente vistas, incluindo as repetições, a inicialização das sessões se refere ao ato de interagir com o sítio, passando de uma página a outra, ao longo de um mesmo acesso.

⁴ No texto *Taxa de Rejeição: saiba como compreendê-la e evite erros em sua análise*, disponível no sítio *Marketing de Conteúdo*, Renata Santiago aponta os seguintes parâmetros de aceitação de taxas de rejeição para cada tipo de sítio: a) Varejo – 20 a 40%; b) *Landing pages* simples – 70 a 90%; c) Portais (exemplo: MSN, G1) – 10 a 30%; d) Sites de serviço/FAQ – 10 a 30%; e) Venda de Serviços (geração de leads) – 30 a 50%; f) Sites de conteúdo – 40 a 60%; e g) Blogs – 70 a 98%. Disponível em <<http://marketingdeconteudo.com/taxa-de-rejeicao/>>. Acesso em: 1 dez. 2016.

A *home* do sítio foi, de longe, a página mais visualizada (12.945) pelos usuários. A *Estante digital*, por sua vez, ocupa, até o presente momento, o segundo lugar nesse *ranking*, com 4.701 visualizações, seguida bem de perto pelo módulo educativo com 4.611 visualizações. Deve-se destacar, também, o desempenho da página das exposições, que obteve quase 3 mil visualizações. Por fim, terminam a lista a página do vocabulário controlado (1.693) e o ambiente de sítios correlatos (1.394).

Os relatórios permitem afirmar que o módulo de jogos *online* possui uma importante participação na interação do público com o sítio. O *Quiz* é a modalidade de jogo mais apreciada, com 3.033 partidas iniciadas desde a inauguração do sítio. Em seguida, destacam-se, respectivamente, o jogo da memória (2.338), o caça-palavras (1.812) e, por fim, o jogo da transcrição paleográfica (1.579).

O projeto do sítio comprovou que iniciativas de utilizar a tecnologia para a promoção da aproximação entre o cidadão e os arquivos são interessantes como parte do processo educacional e de identificação. Nesse sentido as instituições de preservação de acervos devem fomentar ações semelhantes porque o fortalecimento da cidadania depende também da vinculação entre o indivíduo e a sua história.

7 Referências bibliográficas

BARBATHO, Renata Regina Gouvêa; JACCOUD, Leandro de Abreu Souza. Da educação formal à informal: o uso de jogos online na educação patrimonial. In: ANDRADE, Ana Célia Navarro de (org.). *Arquivos: entre a tradição e a modernidade*. 2ª ed. v.2, São Paulo: ARQ-SP, 2017. p.151-160.

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. *Escravidão, abolição e pós-abolição*. 2015. Disponível em: <<http://www.memoriaescravidao.rb.gov.br>>. Acesso em: 26 jan. 2018.

FRATINI, Renata. Educação patrimonial em arquivos. *Histórica: revista eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo*, São Paulo, n. 34, p. 39-49, 2009. Bimestral. Disponível em: <<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/assets/publicacao/anexo/historica34.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

GATT, Mathew. The digital age archivist. *Comma International Journal on Archives*. p. 97-102, 2012

OLIVEIRA, Isabel Cristina Borges de. *Vocabulário controlado sobre escravidão, abolição e pós-abolição: a representação dos conceitos*. Coordenado por Lucia Maria Velloso de Oliveira. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2015. 49 p.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de; BARBATHO, Renata Regina Gouvêa. Como os historiadores realizam suas pesquisas: uma perspectiva contemporânea. *Acervo*, v. 29, n. 1, jan-jun, p. 223-235, 2016.

SANTIAGO, Renata. *Taxa de rejeição*: saiba como compreendê-la e evite erros na sua análise. Disponível em: <<http://marketingdeconteudo.com/taxa-de-rejeicao/>>. Acesso em: 1 dez. 2016.

YAKEL, Elizabeth et al. The economic impact of archives: surveys of users of government archives in Canada and the United States. *The American Archivist*, Chicago, v. 75, n. 2, p. 297-325, 15 nov. 2012.

_____. Thinking inside and outside the boxes: archival reference services at the turn of the century. *Archivaria*, The Journal of the Association of Canadian Archivists, Ottawa, n. 49, p. 140-160, Spring 2000. Disponível em: <<http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/article/viewFile/12742/13927>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

VAISMAN, Priscila Soares; SOUZA, Vanessa Rocha de. As exposições da Fundação Casa de Rui Barbosa na internet. In: OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de; PANISSET, Bianca Therezinha Carvalho; OLIVEIRA, Isabel Cristina Borges de (Org.). *Arquivos pessoais e cultura: o direito à memória e à intimidade*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2016. p. 130-140.

Leia o próximo artigo 

ARTIGO

A implementação de repositórios digitais e os requisitos dos usuários: o caso do Instituto Hercule Florence

Roberto Fray da Silva*
Francis Melvin Lee**
Edson Satoshi Gomi***

87

Resumo

A digitalização de acervos culturais e históricos é essencial para preservar o patrimônio e permitir o acesso de gerações contemporâneas e futuras a itens de grande importância para o país. Neste artigo são apresentados os passos efetuados para a implementação do repositório digital do Instituto Hercule Florence, com foco nos requisitos identificados e na disponibilização aos usuários. Outro objetivo deste trabalho é possibilitar a utilização dos requisitos identificados em outros projetos de digitalização, sejam estes de acervos de arquivos, bibliotecas ou museus. Esta avaliação para os gerenciadores de conteúdo e para os usuários finais considerou quatro classes de requisitos: acessibilidade, facilidade de uso, qualidade dos dados e adequação à organização atual do acervo. Na parte final do artigo são apresentados aspectos de implementação, focando principalmente no *layout* da plataforma e nas dificuldades encontradas em seu *design*, que esperamos que possam auxiliar outros projetos de digitalização.

Palavras-chave: Acervos. Repositórios digitais. Requisitos.

Abstract

The digitization of cultural and historical collections is essential to preserve and improve the accessibility of very significant documents. In this paper, we will present the steps that were taken to implement the digital repository of the Instituto Hercule Florence. We will focus on requirements identification and the availability of collection for the different types of users. Another objective is to provide a list of requirements that can be used on digitization projects for archives, libraries, and museums. Our evaluation considered both content managers and final users, and four classes of requirements: accessibility, ease of use, data quality, and

* Gerente de projetos da Mercúrio Digitalizações. Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica da Escola Politécnica da USP.

** Superintendente do Instituto Hercule Florence.

*** Professor Doutor do Departamento de Engenharia de Computação e Sistemas Digitais da Escola Politécnica da USP.

adequacy of the organization's current collections. At the end of the paper we will present aspects related to the implementation itself, focusing on the repository's layout and design. We believe that this can help in the implementation of other digitization projects.

Keywords: Collections. Digital repositories. Requirements.

1. Introdução

O Instituto Hercule Florence é uma instituição cultural sem fins lucrativos voltada para a coleta, organização, preservação e divulgação de fontes relativas aos viajantes estrangeiros que percorreram o Brasil nos séculos XVI a XIX, às suas narrativas e a detalhes da vida e obra de Hercule Florence (Nice 1804 - Campinas, SP 1879). De origem franco-monegasca, Hercule Florence aportou no Brasil em 1824, participou da Expedição Langsdorff (1826-1829) e se radicou em Campinas, cidade onde desenvolveu vários projetos (entre eles, a zoofonia, fotografia, poligrafia e pulvografia) e viveu até a sua morte.

A dispersão de seus desenhos, aquarelas, pinturas, e experiências fotográficas e manuscritos em coleções brasileiras e europeias, além do conhecimento parcial sobre a Expedição Langsdorff, motivaram o IHF a definir como política institucional o uso da tecnologia da informação para coletar todas as informações possíveis sobre o assunto, e para efetuar a preservação, documentação e divulgação do acervo arquivístico reunido.

O principal objetivo deste artigo é descrever os passos utilizados na implementação do projeto de digitalização e criação do repositório digital do IHF, focando nos requisitos dos gerenciadores de conteúdo, que dizem respeito principalmente à administração do repositório e preservação digital dos itens, e dos usuários finais, que se concentram em acessibilidade e layout. O software de repositório digital utilizado neste projeto foi a Plataforma Papaya (PLATAFORMA PAPAYA, 2017).

A Plataforma Papaya é um software *open source* desenvolvido pelo Laboratório de Engenharia do Conhecimento (KNOMA) do Departamento de Engenharia de Computação e Sistemas Digitais da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. Este é baseado no software *open source* DSpace (DURASPACE, 2018). Suas principais características são: ser reconfigurável, permitindo o uso em diferentes tipos de acervos; ser atualizável, permitindo a edição e inserção de novos itens; e ser interoperável com outros sistemas de acervos digitais (LEE, GOMI, SILVA, 2017).

As ferramentas de Tecnologia da Informação e Computação (TIC) possuem grande importância para os bens históricos e o patrimônio cultural em cinco principais áreas: (i) auxílio

à pesquisa científica; (ii) preservação e manutenção; (iii) melhoria da educação relacionada ao patrimônio cultural; (iv) aumentar a difusão dos acervos; e (v) melhorar o acesso por parte do “não-público” de museus e de usuários que não tem acesso às bibliotecas e arquivos (OTT, POZZI, 2011; DAWSON, 2002).

A implementação de TICs também permite aumentar a acessibilidade dos materiais a pessoas com deficiência ou que estão geograficamente distantes, através da disponibilização de imagens, textos, áudios e vídeos (OTT, POZZI, 2011; DAWSON, 2002). Aspectos de acessibilidade devem ser considerados em todos os projetos de implementação de TICs para a difusão de bens culturais. Análises de exemplos de implementações bem sucedidas podem ser consultadas em Ott e Pozzi (2011) e Guccio et al. (2016).

Este artigo se encontra organizado da seguinte forma: o capítulo 1 contém a introdução e os principais tópicos necessários para seu entendimento; o capítulo 2 contém uma descrição dos passos da metodologia utilizada; o capítulo 3 contém uma análise dos resultados do projeto, focando nos requisitos levantados para os gerenciadores de conteúdo e usuários finais; e o capítulo 4 contém as considerações finais deste.

2. Metodologia

A implementação do projeto de digitalização do IHF seguiu a metodologia descrita em Silva et. al (2014), com a adição de um passo adicional (passo 6). É importante notar que esta metodologia, também implementada em outros projetos, se adapta tanto a arquivos quanto a bibliotecas e museus, com algumas mudanças relacionadas às características e objetivos da instituição, especificidades do material e do acervo e recursos disponíveis para implementação.

O projeto realizado no IHF abrangeu seis passos:

1. Identificação dos requisitos dos gerenciadores de conteúdo e dos usuários finais, através de levantamento de dados diretamente com estes usuários. Estes requisitos foram divididos em quatro classes: acessibilidade, facilidade de uso, qualidade dos dados e adequação à organização atual do acervo;
2. Elaboração de um *workflow*, contemplando as atividades de: seleção do material, catalogação, digitalização, processamento de imagens, criação de PDFs, reconhecimento de caracteres dos documentos (OCR, do inglês *optical character recognition*), inserção no repositório digital, disponibilização aos usuários finais, e

gerenciamento do repositório digital. Mais detalhes do workflow podem ser consultados em Silva et. al (2014);

3. Desenvolvimento e implementação da Plataforma Papaya, uma modificação do software DSpace desenvolvida com base nos requisitos de gerenciadores de conteúdo anteriormente testados pela equipe. Mais detalhes sobre o desenvolvimento da plataforma podem ser encontrados em Silva et. al (2017) e Lee, Gomi e Silva (2017);
4. Implementação do *workflow* do passo 2 e criação do repositório digital da instituição;
5. Implementação de modificações no *workflow* no decorrer do projeto, visando aumentar a eficiência no uso de recursos, notadamente do equipamento de digitalização do tempo da equipe envolvida;
6. Gerenciamento do repositório digital, com avaliações relacionadas à: acessibilidade, responsividade da plataforma, tempo de carregamento das imagens, relatórios de visitação, inserção e revisão dos documentos neste.

Oliver, Chawner e Liu (2011) estudaram a implementação de repositórios digitais de arquivos do ponto de vista dos gerenciadores de conteúdo e dos profissionais de TICs. Estes autores ressaltam a importância da colaboração destes profissionais tanto no desenho dos projetos quanto em sua implementação, o que permite problemas futuros relacionados, dentre outros, ao acesso da plataforma e de sua manutenção ao longo do tempo.

Desta forma, para o desenvolvimento do projeto, a interlocução foi sempre interdisciplinar, envolvendo equipes técnicas de diferentes áreas do conhecimento, diferentes habilidades e pontos de vista.

3. Resultados

Os resultados do projeto serão descritos em maior profundidade em 4 subseções: 3.1, contendo os requisitos dos gerenciadores de conteúdo e como estes foram atendidos; 3.2, contendo os requisitos dos usuários finais e como estes foram atendidos; 3.3, contendo o número de documentos digitalizados e inseridos no sistema e os principais problemas encontrados no andamento do projeto; e 3.4, contendo as principais limitações observadas no projeto e sugestões para trabalhos futuros.

Tanto na seção 3.1 quanto na seção 3.2 serão descritas as justificativas para as decisões tomadas, visando proporcionar mais informações para outras equipes em fase de planejamento ou implementação de projetos de digitalização de acervos históricos e culturais.

Com relação aos requisitos identificados, estes foram classificados em quatro classes, visando facilitar não só o desenvolvimento e implementação de soluções como a avaliação de

atendimento a estes requisitos: Acessibilidade, Facilidade de uso, Qualidade dos dados e Adequação à organização atual do acervo. Estas quatro classes foram avaliadas do ponto de vista dos gerenciadores do conteúdo e dos usuários finais e serão descritas nos próximos dois itens.

Após a avaliação destes requisitos e das soluções disponíveis para supri-los em termos de software, optou-se pelo uso da Plataforma Papaya para o repositório digital da instituição.

3.1. Requisitos de gerenciadores de conteúdo

Os requisitos dos gerenciadores de conteúdo foram levantados diretamente com profissionais da instituição nas etapas iniciais do projeto. Estes se encontram descritos nos subitens a seguir.

É importante notar que este levantamento envolve tanto a experiência obtida em projetos anteriores pela equipe de desenvolvimento e implementação do projeto de digitalização e desenvolvimento do repositório digital, quanto a experiência dos gerenciadores de conteúdo.

3.1.1. Acessibilidade

Os requisitos identificados relacionados à acessibilidade do ponto de vista dos gerenciadores de conteúdo foram os seguintes:

- As informações devem ter acesso aberto ao público, sem necessidade de realização de *login* pelos usuários, com exceção das informações consideradas internas (envolvidos na digitalização e catalogação, quando estas foram realizadas, dentre outras) ou de segurança (localização dos originais);
- O software a ser utilizado para o repositório digital deve ser *open source*, o que diminui a dependência da desenvolvedora deste software. Isto também é extremamente importante em termos de preservação digital;
- O repositório digital deve possuir links para o site da instituição;
- O repositório digital deve ser acessível em diferentes tipos de hardware, como desktops, notebooks, tablets e smartphones, para poder englobar o máximo possível de usuários finais.

3.1.2. Facilidade de uso

A facilidade de uso, no caso dos gerenciadores de conteúdo, diz respeito principalmente a aspectos de gerenciamento do repositório, como inserção, edição e remoção de documentos e coleções, além de aspectos de busca. Estes são essenciais para que os documentos no

repositório sejam devidamente encontrados pelos usuários finais. Os principais requisitos identificados nesta classe foram os seguintes:

- Possibilidade de uso do repositório digital por parte dos gerenciadores de conteúdo com um treinamento mínimo, através de documentos de procedimentos operacionais e que leve o menor tempo possível;
- Facilidade na inserção, edição e remoção de documentos;
- Facilidade na realização de modificações no layout, como inserção de novos banners e figuras, sem necessidade de profissionais especializados;
- Desenvolvimento de documentação que permita facilmente instalar o repositório digital em um novo servidor e importar imagens do banco de dados anterior (portabilidade dos dados).

3.1.3. Qualidade dos dados

A qualidade dos dados para estes usuários equivale a garantir a correta inserção e indexação dos dados no repositório digital, o que impacta diretamente na qualidade dos resultados de busca.

Esta também diz respeito aos processos periódicos de backup (tanto em meio físico quanto na nuvem) para evitar a perda de dados no caso de problemas no servidor. Também considerou-se o desenvolvimento de processos para facilitar a migração dos dados do repositório para outro serviço de nuvem ou para um servidor local, caso necessário no futuro.

3.1.4. Adequação à organização atual do acervo

Esta classe diz respeito à necessidade de que o repositório digital (e também o processo de catalogação e a organização dos arquivos na nuvem) siga uma lógica coerente com a lógica de organização atual do acervo.

Em projetos passados, identificaram-se duas formas básicas de organização dos acervos: o do mundo das bibliotecas e o do mundo dos arquivos. Um dos principais fatores que os diferenciam é a necessidade, no segundo, de se seguir a hierarquia de descrição de um documento, com todos os seus níveis e subníveis. Existem diversos outros fatores que os diferenciam, derivados tanto das teorias de organização do material quanto dos próprios materiais, porém esta discussão foge do escopo deste projeto.

No presente projeto, observou-se a necessidade de se seguir a lógica do mundo das bibliotecas, com os itens individualizados e a criação de coleções de documentos. Com base nesta organização, também foram selecionados os campos de metadados a serem utilizados na descrição de cada documento e quais destes campos seriam pesquisáveis, exibidos ao usuário final e/ou serviriam de filtros para auxiliar nas buscas realizadas.

Apesar da opção pela lógica biblioteconômica, a diversidade dos itens que são disponibilizados levou ao desenvolvimento de uma ficha catalográfica universal que permitisse, através dos mesmos campos, a descrição tanto de publicações como de documentos textuais (manuscritos, mimeografados, datilografados, xerocopiados ou impressos) e iconográficos (desenhos, aquarelas, pinturas, fotografias, mapas originais).

3.2. Requisitos dos usuários finais

Adams (2007) realizou uma análise dos Arquivos Nacionais dos EUA (NARA, em inglês), visando entender quais são os seus usuários e o que estes buscam, tanto no meio físico quanto no meio digital. Uma conclusão importante de seu trabalho foi verificar a existência de duas categorias de usuários com objetivos bastantes distintos.

A primeira, denominada usuários que buscam fatos ou informações (denominados usuários não-pesquisadores no presente artigo), engloba uma gama muito grande de usuários, muitas vezes de grande peso no meio digital. A segunda, denominada pesquisadores, é relacionada a usuários que entendem melhor o funcionamento de processos arquivísticos e possuem objetivos claros no uso e análise dos dados.

No caso deste projeto, os requisitos para ambos os tipos de usuários foram considerados em conjunto, dadas as características do acervo. No caso de acervos com um caráter bastante técnico, torna-se importante separar os requisitos para os dois tipos de usuários, além de realizar diagramas de casos de uso para identificar as buscas e campos de metadados mais relevantes a serem considerados.

Os subitens a seguir descrevem os requisitos para os usuários do Papaya IHF.

3.2.1. Acessibilidade

Pruulmann-Vengerfeldt e Aljas (2009) estudaram os principais desafios relacionados à implementação de repositórios digitais e websites relacionados a patrimônio cultural na Estônia, com ênfase em museus e arquivos. Estes autores enfatizaram a importância de se entender os

usuários que visitam os diferentes websites e repositórios, para definir como melhor atendê-los.

Segundo Pruulmann-Vengerfeldt e Aljas (2009), dois aspectos essenciais para o sucesso de implementação de websites e repositórios digitais voltados à cultura são: a facilidade para que o usuário encontre as informações que busca (ou para que consiga explorar o acervo), e o tempo para filtrar apenas as informações relevantes ao usuário. No que diz respeito à experiência do usuário, estes também observam que páginas carregadas com banners e animações possuem um impacto negativo.

Considerando estes aspectos, os principais critérios relacionados à acessibilidade por parte dos usuários finais neste projeto são:

- *Design* intuitivo, que permita que o usuário navegue pela plataforma sem a necessidade de treinamento;
- *Design* atrativo e responsivo, permitindo o acesso utilizando diferentes tipos de hardware e que seja visualmente atraente;
- *Design* compatível com os navegadores mais utilizados atualmente: Mozilla Firefox, Google Chrome, Microsoft Edge, Microsoft Internet Explorer e Opera.

Estão sendo estudados atualmente formas de se aumentar a acessibilidade do repositório para públicos com deficiência visual em diferentes graus, incorporando-se leitura dos textos dos diferentes campos de metadados e páginas de busca, e do aumento de fontes e contraste de cores. Estas modificações serão implementadas em versões futuras da plataforma.

3.2.2. Facilidade de uso

A facilidade de uso, no caso de usuários finais, está ligada diretamente à acessibilidade. Porém, decidimos separá-las para permitir melhor avaliar o seu cumprimento após a implementação do repositório digital. Nesta classe, consideramos os seguintes requisitos:

- Possibilidade de busca nos campos de metadados relevantes, para todos os tipos de usuários;
- Existência de filtros que auxiliam nas buscas;
- Existência de visualizadores online de documentos, o que permite que usuários com diferentes configurações de sistemas operacionais e navegadores possam acessar os itens na web, sem necessidade de download.

Atualmente, está sendo analisada a implementação de páginas com textos que permitam fornecer material de apoio a usuários não-pesquisadores, para guiá-los na exploração do acervo. Acredita-se que estes textos auxiliarão de forma importante na disseminação e democratização do acervo.

3.2.3. Qualidade dos dados

Os principais requisitos à qualidade dos dados do repositório digital para os usuários finais dizem respeito a:

- Permitir a busca em todos os campos de metadados considerados relevantes sem a ocorrência de falhas ou erros;
- Resultados corretos e consistentes para as buscas;
- Possibilidade de busca nos textos extraídos dos documentos (OCR).

3.2.4. Adequação à organização atual do acervo

Esta classe para os usuários finais se aplica principalmente aos usuários pesquisadores, que conhecem a organização física dos acervos e/ou teorias utilizadas para a organização de acervos seja de bibliotecas, museus ou arquivos.

O principal requisito identificado é relacionado a respeitar as teorias aceitas atualmente e adotar as melhores práticas de repositórios digitais já existentes. Para isso, foi realizada uma busca nos principais repositórios digitais de bibliotecas virtuais, aplicando-se no presente projeto a mesma lógica do repositório digital da Biblioteca do Congresso Americano (LIBRARY OF CONGRESS, 2017).

3.3. Resultados do projeto

A digitalização dos documentos e implementação do repositório digital do IHF se iniciou em 2011. Em 2016, foi iniciada transição para a Plataforma Papaya. Mais informações relacionadas ao projeto podem ser encontradas em Lee, Gomi e Silva (2017).

Atualmente, a plataforma conta com 293 documentos, todos descritos em profundidade utilizando os seguintes campos de metadados:

Este projeto segue em andamento. Por esta razão, alterações em termos de layout e quantidade de documentos ocorrem frequentemente. A Figura 1 ilustra o visual atual da página inicial da plataforma, e a Figura 2 ilustra a página de resultado de buscas para a busca "fotografia" (uma busca muito realizada neste repositório).

Com relação à visualização dos itens, existem dois tipos de visualizadores na Plataforma Papaya: o visualizador de imagens (que permite zoom e se adapta tanto a imagens pequenas quanto de grandes dimensões) e o visualizador de documentos (que possui ferramentas para facilitar sua exploração). A Figura 3 ilustra a página de um item específico de tipo “imagem”, utilizando o primeiro visualizador. A Figura 4 ilustra a página de um item de tipo “livro”, utilizando o segundo visualizador.

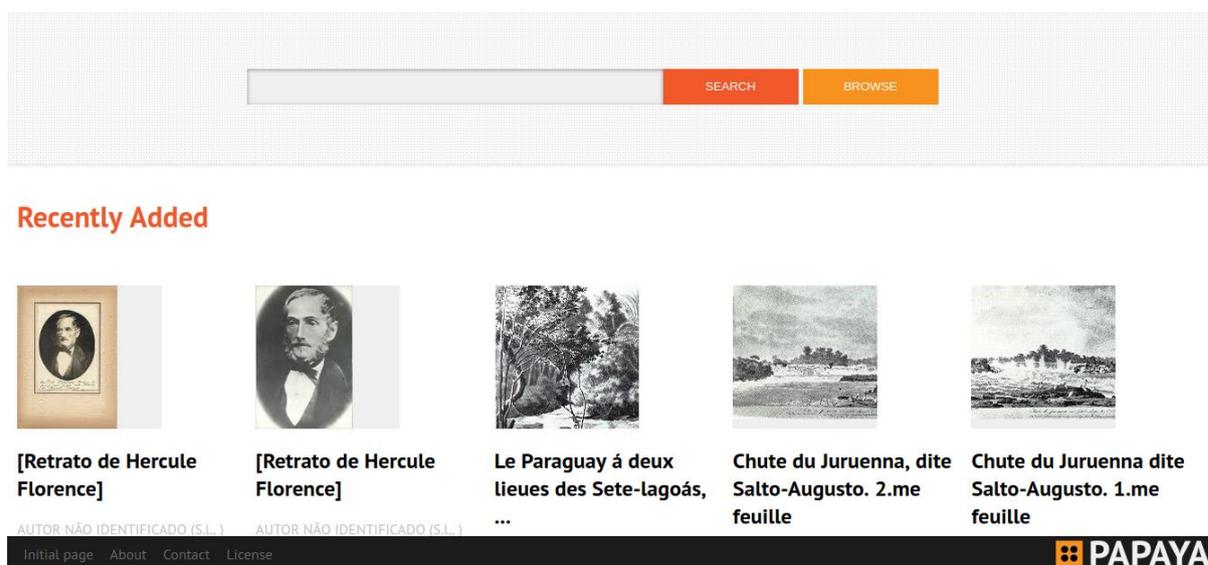


Figura 1. Página inicial do repositório



Figura 2. Página de resultados de busca



Figura 3. Página de item utilizando o visualizador de imagens

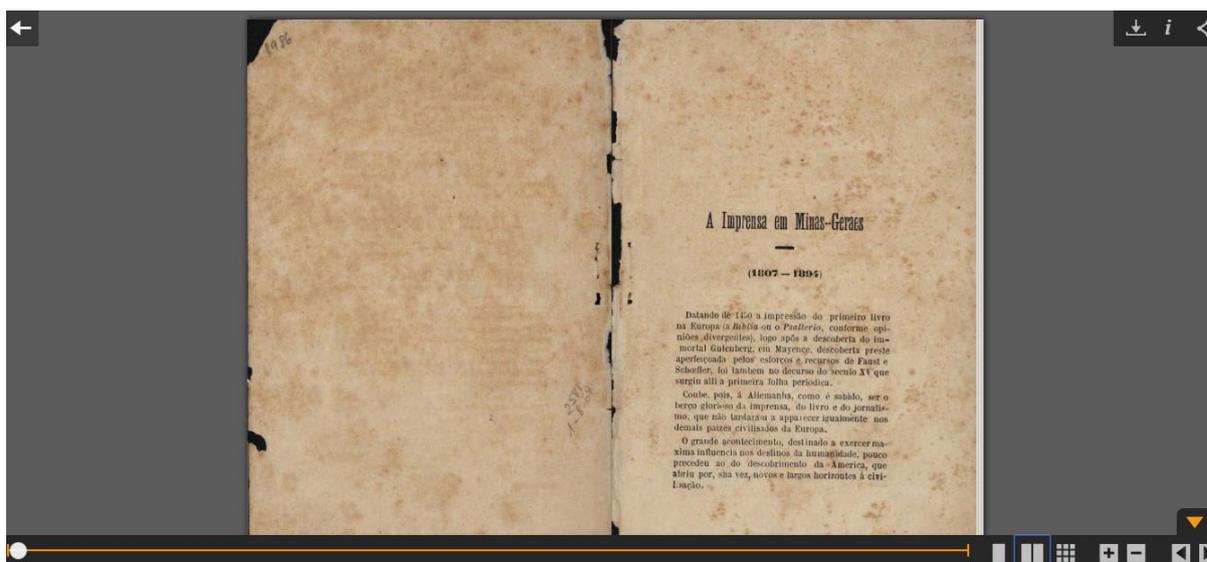


Figura 4. Página de item utilizando o visualizador de documentos

Os principais problemas encontrados na realização deste projeto são similares a problemas observados em outros projetos de digitalização e implementação de repositórios digitais (como no exemplo de Silva et al, 2014):

- A necessidade de colaboração entre as equipes de gerenciamento de conteúdo e de desenvolvimento do repositório digital;
- Dificuldades relacionadas à criação do plano de catalogação a ser utilizado no repositório, que deve refletir a organização da instituição;

- Dificuldades relacionadas à seleção dos campos de metadados a serem utilizados, buscando ao máximo se adequar a padrões internacionais. No caso deste projeto, o padrão selecionado foi o Dublin Core (DCMI, 2018);

- Necessidade de treinamento para a utilização e correta interpretação dos relatórios de acesso do Google Analytics, que possui ferramentas muito interessantes para auxiliar no gerenciamento do repositório digital.

Outra particularidade sobre esta biblioteca virtual é reunir itens não somente de acervo próprio, mas também selecionados em outras instituições, desde que sejam pertinentes aos assuntos de interesse do IHF. Algumas das instituições parceiras – e públicas – são o Museu Paulista da Universidade de São Paulo, a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, a Bibliothèque National de France e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Observa-se que, desta forma, o Papaya IHF funciona como um amplificador da esfera de alcance destas instituições arquivísticas públicas, beneficiando ambos os lados e, principalmente, o público, que pode encontrar reunidos em um único lugar várias informações pertinentes a um mesmo assunto.

Foram necessários, portanto, estudos preliminares para verificar a interoperabilidade de diferentes dados catalográficos, cada um com seus próprios critérios e normatizações, com o objetivo de reuni-los em uma interface comum para consulta.

Após estes estudos, verificou-se que a opção mais viável era proceder à recatologação dos itens provenientes de instituições parceiras, adaptando-os (sem perda de conteúdo e com as devidas autorizações) aos formatos do Papaya IHF.

Foram incorporados, quando existentes, os vocabulários associados aos itens provenientes de instituições parceiras. Isso permite que um usuário familiarizado com o *thesaurus* de um determinado arquivo encontre o mesmo item também na biblioteca virtual Papaya IHF – seja através do vocabulário controlado, seja através da descrição do item.

Avaliações realizadas após a implementação do repositório digital, tanto com gerenciadores de conteúdo quanto usuários finais, demonstram que os requisitos identificados nos itens 3.1 e 3.2 foram cumpridos com sucesso. Na seção seguinte, serão descritas as principais limitações identificadas e os trabalhos futuros a serem realizados com base neste projeto.

3.4. Limitações e trabalhos futuros

Como a preservação digital é um campo do conhecimento relativamente novo e que está em constante evolução, a falta de conhecimento nesta área foi um limitante no início do projeto. Para reduzir este problema, os envolvidos no projeto buscaram capacitação tanto em termos de eventos e discussões com outros pesquisadores quanto em visitas a instituições que possuem práticas bem estabelecidas para que esta seja realizada de maneira consistente e eficiente, como o Arquivo Público do Estado de São Paulo (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2017).

Outra limitação do projeto é que a plataforma, como foi concebida, não possui até o momento visualizadores para outros meios que não textos e imagens. Desta forma, arquivos de áudio e vídeo ainda não foram inseridos no repositório digital implementado neste projeto.

Os principais trabalhos futuros, por sua vez, envolvem tanto aspectos tecnológicos (desenvolvimento de visualizadores para áudio e vídeo, inserção dos metadados do item nas próprias imagens e planificação automática das imagens de itens como livros) quanto aspectos de gerenciamento (revisão e busca de erros nos campos de catalogação de forma facilitada e tradução de campos de metadados de acordo com o navegador do usuário) e de divulgação do repositório digital.

A equipe de desenvolvimento da Plataforma Papaya vem trabalhando nos últimos anos no desenvolvimento de funcionalidades que permitam uma maior acessibilidade dos repositórios digitais nos quais foi implementada, focando principalmente em deficientes visuais. Dentre as funcionalidades adicionais que serão implementadas, é interessante citar: aumento do tamanho de fontes do site (sem que isso impacte negativamente na experiência do usuário); aumento do contraste de cores; e o uso de áudio para auxiliar o usuário a navegar no acervo.

4. Considerações finais

Este trabalho buscou demonstrar aspectos importantes no planejamento e implementação de repositórios digitais de acervos culturais e históricos, focando principalmente na identificação dos requisitos dos diferentes tipos de usuários e em aspectos que impactam o acesso destes usuários à informação. Também foram abordados os passos utilizados na implementação do projeto, que podem ser de grande utilidade para outras instituições. Outras etapas da implementação foram descritas em maior profundidade em Lee, Gomi e Silva (2017).

As novas tecnologias multiplicaram as possibilidades de divulgação e interação dos acervos, permitindo que a biblioteca virtual IHF fosse não somente apenas um endereço de consulta de informações pré-existent mas, principalmente, uma plataforma de interação

entre público e instituição, e de construção de novos conhecimentos. Uma vez publicada a versão digital do acervo físico, o endereço *web* torna-se uma coleção em si.

As avaliações da implementação do repositório do IHF, ao longo dos anos de 2016 e 2017, demonstram que os requisitos levantados no projeto foram atendidos. Porém, a equipe continua trabalhando no desenvolvimento de novas funcionalidades, como os visualizadores para áudio e vídeo e a inserção dos metadados do item nas próprias imagens, e em novos procedimentos operacionais, que facilitem a revisão dos itens e a correção de erros na catalogação, bem como na melhor divulgação do repositório. O conhecimento desenvolvido neste projeto pode ser utilizado na implementação de repositórios digitais de acervos tanto de bibliotecas quanto de arquivos e museus.

REFERÊNCIAS

ADAMS, Margaret O'Neill. Analyzing archives and finding facts: use and users of digital data records. *Archival Science*, v. 7, n. 1, 2007, p. 21-36.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Arquivo Público do Estado de São Paulo. 2017, Disponível em: <<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/>>. Acesso em: 10/02/2018.

DAWSON, David. Inclusion and ICT: the challenge. *Museum International*, v. 54, n. 3, 2002, p. 59-63.

DCMI. Dublin Core Metadata Initiative. Disponível em: <<http://dublincore.org/>>. Acesso em: 10/02/2018.

DURASPACE. DSpace. 2018. Disponível em: <<http://www.dspace.org/>>. Acesso em: 10/02/2018.

LEE, Francis Melvin; GOMI, Edson Satoshi; SILVA, Roberto Fray. Parcerias institucionais em bibliotecas virtuais: estudo de caso do Instituto Hercule Florence. In: *Memórias digitais: o estado da digitalização de acervos no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV Direito Rio Editora, 2017, p. 157-170.

GUCCIO, Calogero; MARTORANA, Marco Ferdinando; MAZZA, Isidoro; RIZZO, Ilde. Technology and public access to cultural heritage: the Italian experience on ICT for public historical archives.. In: *Cultural heritage in a changing world*. Springer, 2016, p. 55-75.

LIBRARY OF CONGRESS. Library of Congress Digital Collections. 2018. Disponível em: <<https://www.loc.gov/collections/>>. Acesso em: 10/02/2018.

PLATAFORMA PAPAYA. Plataforma Papaya. 2017. Disponível em: <<https://github.com/Knoma-lab/Papaya>>. Acesso em: 10/02/2018.

PRUULMANN-VENGERFELDT, Pille; ALJAS, Agnes. Digital cultural heritage – challenging museums, archives and users. *Journal of Ethnology and Folkloristics*, v. 3, n.1, 2009, p. 109-127.

OLIVER, Gillian; CHAWNER, Brenda; LIU, Hai Ping. Implementing digital archives: issues of trust. *Archival Science*, v. 11, n. 3-4, 2011, p. 311-327.

OTT, Michela; POZZI, Francesca. Towards a new era for cultural heritage education: discussing the role of ICT. *Computers in Human Behavior*, v. 27, n. 4, 2011, p. 1365-1371.

SILVA, Roberto Fray; HATTORI, Fernando; AGARIE JUNIOR, Carlos Alberto; DINIZ, Kollontai Cossich; GOMI, Edson Satoshi. Plataforma Papaya: desafios na implementação de bibliotecas e arquivos digitais. *Bibliocanto*, v. 3, n.1, 2017, p. 105-123.

SILVA, Roberto Fray; VILLELA, Maria Cristina ; REIS, Manuella ; CINTRA, Jorge Pimentel ; GOMI, Edson Satoshi. A methodology to manage digital preservation projects considering both librarians and end users needs - a case study of the Memory of the Engineering School of the University of São Paulo Project. In: *Proceedings of the World Library and Information Congress 80th IFLA General Conference and Assembly*, 2014, Lyon. p. 1-1.

[Leia o próximo artigo](#)



ARTIGO

SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE ACERVOS NO ARQUIVO DO INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS: O AMPLO ACESSO AOS DOCUMENTOS E AS DÚVIDAS DOS PESQUISADORES

102

Denise de Almeida Silva*

Resumo

O presente texto apresenta o Sistema de Gerenciamento de Acervos do Arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, suas funcionalidades internas na descrição dos documentos e sua utilização pelos pesquisadores. Foi a partir do desenvolvimento do sistema que, em 2010, o processamento de documentos foi facilitado e, conseqüentemente, o número de acesso aos documentos e o número de pesquisadores aumentaram. Para os pesquisadores a ferramenta tecnológica possibilitou o amplo acesso ao acervo e também novas possibilidades de realizar a pesquisa; ao mesmo tempo, dúvidas relacionadas a reprodução de documentos e uso de documentos digitalizados são recorrentes. A intermediação entre o sistema e o acervo ressalta a importância dos profissionais de arquivos.

Palavras-chaves: Sistema de Gerenciamento de Acervos; Arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros; pesquisadores.

Abstract

The following essay presents the Collections Management System of the Institute for Brazilian Studies Archive, of the University of São Paulo, showing its internal functionalities in documents description and its use by researchers. It was through the system's development that, in 2010, document processing was facilitated and, consequently, the number of access to documents and of researchers increased. For these, the technological tool made possible a broader access to the collection, and also new possibilities to carry out their research. At the same time, doubts related to the reproduction of documents and usage of scanned documents are recurrent. The intermediation between the system and the collection underscores the importance of archival professionals.

* Atua profissionalmente no Arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo. Mestre em Ciência da Informação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. Graduada em História pela Universidade de São Paulo. e-mail: das@usp.br

Keywords: Collections Management System; Institute for Brazilian Studies Archive; researchers.

1. O Acervo

O acervo do Arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (Arquivo IEB/USP) é constituído por fundos pessoais, coleções e documentação resultante de pesquisa, que são doados ou comprados pela instituição. A primeira coleção foi incorporada em 1962, sendo seu titular Yan de Almeida Prado; e a primeira aquisição de um fundo foi em 1968, o de Mário de Andrade.

Atualmente o acervo conta com 48 fundos, 63 coleções e 39 conjuntos de documentação resultante de pesquisa, em diferentes etapas de descrição. O processamento mais sucinto, que também pode ser chamado de pré-classificação é a identificação nas etiquetas das caixas de acondicionamento de tipos documentais e funções. A descrição mais completa é aquela que identifica e descreve a unidade documental.

Os últimos fundos pessoais incorporados foram os de Aracy Abreu Amaral, Ivan Lins, Gilda de Mello e Souza e Antônio Cândido, sendo os dois últimos no ano de 2017. Todos os conjuntos documentais encontram-se em processo de descrição, sendo que o primeiro teve sua conclusão em janeiro de 2018.

A forma de acesso aos documentos por pesquisadores externos à instituição foi iniciada no ano de 2006, com a direção da professora Ana Lúcia Duarte Lanna. Até então, o acesso aos documentos era prioritariamente reservado aos pesquisadores da casa, conforme Ata do Conselho Administrativo da instituição, do ano de 1974¹; pesquisadores externos tinham

¹ Sobre o acesso aos documentos: “3. Utilização: 3.1 Os documentos que constituem o setor de Arquivos do IEB estão abertos à consulta de professores, pesquisadores, especialistas e interessados, desde que devidamente credenciados e ressalvadas as condições impostas pelos depositários de Coleções ou pela Diretoria do IEB, ouvido o Conselho de Administração. 3.2 O pesquisador poderá requerer do conselho de Administração do Instituto a prioridade de consulta de determinado material, estabelecido, nesse caso, um prazo de execução da pesquisa e divulgação dos resultados. 3.3 A obtenção de cópias parciais ou totais depende da autorização do Conselho de Administração do IEB, observado o seguinte: 1º expressa indicação da fonte; 2º direitos autorais, se ainda vigentes, cabendo, nesse caso, consulta a ser feita aos herdeiros pelo IEB; 3º prioridade de divulgação total do documento pelo IEB, independentemente ou em co-edição. 3.4 Os Arquivos só poderão ser visitados com expressa autorização da Diretoria do IEB, cabendo a cada consulente conhecê-lo pelo catálogo ou por descrição do responsável imediato. 3.5 A quantidade de documentos a ser usada durante a pesquisa fica a critério do responsável imediato de setor. 3.6 Enquanto não estiverem terminados os trabalhos de catalogação, a consulta de interessados estranhos ao IEB deverá ser feita sob a orientação de um pesquisador deste instituto, perante a área de interesse da pesquisa. 3.7 Conforme entendimentos com a família Mário de Andrade, é prioridade do IEB a preparação da edição crítica das obras de Mário de Andrade, sujeita a planejamento geral do Conselho de Administração, que deverá compor uma comissão especial para esta finalidade”. (Arquivo-IEB/USP, Fundo IEB, código de referência: IEB-001-01-0073).

acesso aos documentos pelos instrumentos de pesquisa fruto de projetos de professores, que obedeciam aos recortes relacionados ao objeto estudado.

Retomando-se o ano de 2006, foi o momento em que professores e pesquisadores de universidades brasileiras comprometeram-se com a adoção de uma política comum de acesso irrestrito aos acervos de escritores, artistas e intelectuais, em documento assinado em 27 de novembro de 2006².

Ao final da gestão da professora Ana Lúcia Duarte Lanna, em 2010, o Arquivo havia sido reestruturado e as divisões existentes foram centralizadas; ao mesmo tempo foi desenvolvido o Sistema de Gerenciamento de Acervos (SGA), que uniu em um único instrumento eletrônico e on-line, informações sobre todos os fundos, coleções e DRPs existentes. Esta ferramenta tecnológica foi produto da implementação da política de acesso irrestrito aos documentos, carregando o valor simbólico de democratização à pesquisa, por modificar uma tradição existente, e por ser de fácil acesso e uso a todo e qualquer pesquisador.

Apresentado o contexto de desenvolvimento do SGA, este texto se deterá a descrever o sistema, de forma a legitimá-lo como ferramenta potencializadora do acesso irrestrito aos documentos, e analisar o seu uso pelo pesquisador no cotidiano das atividades da Sala Consulta, não perdendo de vista o importante papel desempenhado pelos profissionais da área dos Arquivos, tanto no processo de descrição dos documentos, quanto no apoio a pesquisa.

2. O Sistema de Gerenciamento de Acervos (SGA)

Até o ano de 2009 o acesso dos pesquisadores aos documentos do Arquivo do IEB/USP era feito pelos instrumentos de pesquisa existentes, dentre eles o guia do IEB, as cronologias estratificadas, os catálogos e banco de dados individualizados, ou seja, cada fundo, coleção ou mesmo séries documentais tinham os seus instrumentos. Contudo nem todos os fundos possuíam instrumentos de pesquisa, priorizando-se aqueles que eram objetos da pesquisa de professores da casa, que desenvolviam projetos que previam a elaboração de instrumento de pesquisa. Os resultados desses trabalhos eram colocados à disposição do pesquisador, neste sentido "(...) explorando o potencial de estudo gerado por essas fontes primárias, a pesquisa desvenda o conteúdo do acervo, ao mesmo tempo que realiza uma catalogação acurada, pronta

² Transcrição do documento assinado em 27 de novembro de 2006, publicado posteriormente no Guia do IEB, em 2010: "... os pesquisadores abaixo-assinados comprometem-se a adotar como política comum a permissão de acesso irrestrito à documentação existente em acervos de escritores, artistas e intelectuais, sob guarda de instituições de pesquisa e ensino, como forma de democratizar a produção de conhecimento e preservar a memória intelectual do país". (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2010, p. 31).

para o uso de novos estudiosos.” (BATISTA, 1997, p. 8).

O desenvolvimento do SGA, na linguagem SQL-SERVER, em 2009, possibilitou que os múltiplos instrumentos de pesquisa, elaborados desde a década de 1960, fossem consolidados em um único instrumento, eletrônico e on-line. Para os pesquisadores externos, em sua grande maioria de perfil acadêmico, foi possibilitada uma nova forma de realizar seus trabalhos, pois o sistema permitiu realizar a tradicional busca por fundo ou tipologia documental, como também a pesquisa transversal dos conjuntos documentais por palavra-chave, data, nome de pessoa/instituição. O SGA promoveu uma nova forma dos pesquisadores tomarem contato com a documentação existente no Arquivo IEB/USP, menos direcionada pelos instrumentos até então existentes, tornando amplo acesso aos documentos e possibilitando rastrear por todos os conjuntos documentais os temas de pesquisa, as tipologias documentais, os registros existentes em determinados períodos, e nomes de pessoas e instituições presentes, realizando uma grande varredura em todos os documentos descritos no sistema.

O SGA foi idealizado por Elisabete Marin Ribas e Frederico Antonio Camillo Camargo, com apoio da direção do Instituto. Como ressalta Elisabete, o sistema teve a particularidade de ser desenvolvido por um profissional da informática que também entendia as questões do acervo e este mesmo profissional vivenciou a rotina das atividades do Arquivo IEB/USP: “(...)o programador foi alocado dentro do próprio Arquivo, acompanhando, diariamente os processos internos do setor, a fim de transplantá-los para a linguagem do computador.” (RIBAS, 2013, p.102). Além dos instrumentos encadernados, Elisabete Marin Ribas, relata que conjuntos documentais como os de Pierre Monbeig, a Correspondência de Mário de Andrade, Anita Malfatti, Ernani Silva Bruno e a Correspondência de Aracy de Carvalho Guimarães Rosa contavam com base de dados resultantes de projetos de pesquisa e que apesar de minuciosamente construídas de acordo com as particularidades do titular:

(...) a multiplicação de bases para o Arquivo acarreta num problema óbvio: o consulente é obrigado a realizar buscas individuais em cada um desses instrumentos de pesquisa caso seu interesse extrapole as especificidades dos conjuntos documentais que cada um deles, em si, engloba (RIBAS, 2013, p. 101).

Considerando o contexto do processamento documental e da pesquisa, o SGA foi projetado para conter basicamente duas interfaces: a que vai para o catálogo eletrônico disponibilizado no site da instituição e que também é usada no atendimento ao pesquisador; e a de gerenciamento das atividades com os documentos do acervo, e que possui funcionalidades distintas, dependendo do perfil do usuário. Posteriormente foi desenvolvida uma terceira interface, dedicada a consulta presencial.

Na edição de 2010 do “Guia do IEB: o acervo do Instituto de Estudos Brasileiros”, há uma parte dedicada ao SGA, em que se destaca:

Tecnologicamente, a construção do catálogo eletrônico exigiu a modelagem e implementação de um banco de dados relacional para o armazenamento das informações dos acervos, unidades constitutivas e seus agrupamentos, e de uma aplicação *web* que constituísse o *front-end* desse banco de dados dividido em dois módulos: a) o módulo de manutenção e gerenciamento de acervos, de uso interno; b) módulo de consulta, para ser disponibilizado aos consulentes via *internet* (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2010, p.49).

Na sua utilização na Sala de Consulta o SGA permite para o consulente o cadastro, a pesquisa, a solicitação de documentos e acesso aos documentos que se encontram digitalizados, além de manter um histórico de pesquisa que pode ser acessado em qualquer momento. Para os atendentes o sistema possibilita visualizar os pedidos de documentos, relacionando-os a forma de acondicionamento e sua localização, como também o acompanhamento dos documentos que são acessados pelos consulentes.

Na interface voltada para o gerenciamento interno dos documentos de arquivo, as principais funcionalidades do SGA são: processamento documental; controle da saída de documentos para exposições e restauro; elaboração de relatório de consulentes; histórico de consulta dos documentos; e contabilização diária de documentos descritos e documentos pesquisados

3. A descrição documental no SGA como potencializadora do acesso

A configuração do SGA facilita o processamento de documentos por não haver obrigatoriedade de preenchimento de todos os campos e também por ter padronizadas as tipologias documentais, possuir vocabulário controlado e referências onomásticas e índices de pessoas e localidades previamente cadastrados. Para o campo das datas o sistema permite colocar data completa ou apenas ano, como também data presumida, ou ainda, não colocar data. O campo “nota de pesquisa” permite que sejam colocadas informações de onde foram coletadas informações que contribuem para contextualização do documento, por exemplo.

Para cada documento descrito é atribuído um código que funciona como o “RG” do documento. Nenhum outro documento terá o mesmo código no universo atual de 500 mil documentos do acervo do Arquivo IEB/USP. O código é atrelado a unidade de acondicionamento e esta fica relacionada ao mobiliário do acervo, especialmente no caso das mapotecas. Por este código o documento também pode ser relacionado a outros documentos descritos, evidenciando as relações que os documentos de arquivo possuem entre si. Para Menne-Haritz

(1999) é na relação do documento de arquivo com os outros documentos que se encontra o valor probatório, pois funções são explicitadas fora do documento. Por esta percepção, é possível inferir que o documento de arquivo é prova, principalmente, de algo externo a ele, que se traduz na atividade ao qual está relacionado.

A otimização do processo de descrição, que ocorre na interface interna do SGA, além de promover o acesso aos documentos do acervo, que se dá na interface voltada para pesquisa, repercute diretamente nos números de documentos consultados e números de pesquisadores na sala de consulta. Na tabela abaixo, estão os dados que demonstram a evolução do processamento de documentos e do número de documentos consultados e consulentes atendidos:

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Processamento documental	57.289	71.065	89.769	92.975	120.287	123.876	128.751	137.545
Consulentes	166	162	243	236	113	165	223	258
Documentos consultados	2.815	2.668	9.862	11.197	8.227	10.011	15.320	22.444

4. O uso do SGA pelos pesquisadores

O catálogo disponibilizado no site do IEB (www.ieb.usp.br) permite que as pessoas verifiquem se os documentos que buscam se encontram no Arquivo-IEB/USP sem a necessidade do deslocamento físico. Encontrados os registros, muitas vezes a descrição on-line atende as necessidades dos usuários, em outros casos, se necessária a consulta aos originais, o pesquisador já terá em mãos os códigos dos documentos que procura, otimizando o tempo de pesquisa na sala de consulta.

Dos fundos/coleções que não estão no Catálogo Eletrônico, no site do IEB o pesquisador pode consultar o guia dos acervos digitalizado e também notícias sobre a incorporação de novos acervos. Independentemente do estágio de processamento, a partir do momento que acervos são incorporados pelo Arquivo IEB/USP, todos os documentos podem ser acessados. Aquilo que irá variar é o tempo para o pesquisador encontrar aquilo que busca, uma vez que utilizando o SGA, fará com exatidão seu pedido de consulta, diferente de ter que percorrer as caixas do acervo, por mais que tenham a relação dos tipos documentais e funções descritas em suas etiquetas.

Durante o atendimento presencial é pelo SGA que o pesquisador faz seu cadastro para a consulta aos documentos. Ao finalizar esse passo o sistema o leva para a interface do catálogo que está on-line, mas agora com a possibilidade de selecionar os documentos que pretende pesquisar. Neste momento o sistema funciona como um carrinho de compras da Internet: à medida que o pesquisador seleciona os documentos, eles são armazenados em “documentos selecionados”, ao concluir a seleção, a relação de documentos segue para os atendentes que pegarão no acervo as caixas correspondentes, ou no caso de grandes formatos, buscarão os documentos nas mapotecas. Caso o documento esteja digitalizado, o pesquisador terá acesso imediato, não precisando concluir a seleção, pois o próprio sistema já terá contabilizado seu acesso ao registro. Os documentos vistos pelos pesquisadores, sendo originais ou digitalizados, ficam registrados no histórico de pesquisa individual dentro do SGA.

Na escolha dos documentos que pretende analisar, o pesquisador também pode se deparar com uma lista de documentos, mostrada pelo SGA, e que estão relacionados a aqueles que ela já selecionou. O SGA permite no processo de descrição dos documentos que estes sejam relacionados, evidenciando para os pesquisadores aquilo que caracteriza o documento de arquivos: as relações que os documentos de arquivo possuem uns com os outros e seu contexto de produção.

5. As dúvidas dos pesquisadores na interação com o SGA

A particularidade do Arquivo-IEB/USP em tratar de acervos privados de interesse público gera distintas interpretações quanto ao uso que se faz dos documentos. Uma vez diante de um documento original ou digitalizado, algumas dúvidas mostram-se recorrentes e estão compartilhadas aqui:

Para as questões de reprodução de documentos que estão presentes diariamente no atendimento ao pesquisador, há o conhecimento da **Lei de Direitos Autorais** (Lei no. 9610/98) pelos atendentes e que é repassada ao pesquisador em seus questionamentos, porém o pedido de reprodução deve ser avaliado documento a documento. A consulta a esses documentos é livre, isto é, todo documento pode ser acessado, mas a utilização das informações e a reprodução obedecem à Lei dos Direitos Autorais. Os detentores dos Direitos Autorais, salvo autores falecidos há 70 anos ou mais, são os próprios autores (se vivos), seus familiares, ou pessoas físicas ou jurídicas devidamente autorizadas pelos titulares.

Questões que se vinculam à lei de Direitos Autorais e que se mostram recorrentes pelo fato do SGA possuir imagens digitalizadas dos documentos na interface da Sala de Consulta são: sobre as imagens dos documentos não aparecerem no catálogo disponibilizado no site da

instituição e a ideia de que aquilo que está digitalizado está público. Ambas as dúvidas perpassam por explicações sobre as permissões de reprodução da Lei de Direitos Autorais e a conservação de documentos. Se o titular não está em domínio público, se não há autorização do titular ou herdeiros, se o documento não tem caráter público, a instituição não pode colocar imagens de documentos na Internet. Se documentos foram digitalizados devido ao estado avançado de deterioração ou que são solicitados com muita frequência, isso não quer dizer que ele se tornou público. A digitalização foi adotada como medida preventiva e obedece aos mesmos critérios colocados pela lei de Direitos Autorais.

Assim, não se pode fornecer cópia de **documentos digitalizados** apenas por esta característica. Como também, não é permitido ao pesquisador fazer imagens da tela do computador que exhibe documentos digitalizados. Por isso, há um grande investimento por parte dos atendentes junto ao pesquisador em explicar que todos os documentos custodiados pelo Arquivo-IEB/USP são protegidos pela Lei de Direitos Autorais. Deste modo, sejam as pesquisas de finalidade acadêmica ou comercial, há necessidade da autorização registrada do titular do fundo ou de seus herdeiros para a reprodução dos documentos. Essa autorização só não é necessária para acervos que estão em domínio público, ou seja, passados 70 anos da morte do titular; documentos em que o titular exerce uma função pública e documentos já publicados, como por exemplo artigos de periódico e jornais, folhetos e programas.

Como o SGA possui documentos digitalizados que podem ter cópias fornecidas aos pesquisadores, percebeu-se que os mesmos faziam pedidos de um grande número de imagens, mesmo que não fossem utilizadas na totalidade. Por isso, no ano de 2017 foi instituída a cobrança de R\$ 1,00 por imagem para a solicitação de reprodução com finalidade acadêmica para os documentos permitidos. A arrecadação, além de subsidiar a permanência de estagiário para a equipe do atendimento, permitiu que pesquisadores priorizassem seus pedidos, não fazendo grandes solicitações que acabavam onerando o tempo de trabalho da equipe do Arquivo-IEB/USP. De toda forma, a reprodução de documentos permitidos, pode ser realizada na Sala de Consulta pelos pesquisadores com equipamento próprio, novamente obedecendo-se a legislação vigente.

Para todos os documentos reproduzidos é assinado pelo pesquisador o “Termo de uso dos documentos do Arquivo-IEB/USP” pelo qual ele se torna responsável pelo uso que fará dos documentos que reproduziu e que estão elencados no termo.

O SGA também comporta **documentos sonoros, audiovisuais e fotografias**. Muitas vezes os pesquisadores entendem que pelo fato de uma música estar digitalizada, ou então, por

uma fotografia da década de 30 ter sido digitalizada, que eles podem ter a cópia digital dos documentos que necessitam para sua pesquisa. Mais uma vez é necessário que os atendentes enfatizem que a mudança de suporte e a facilidade em ter acesso aos documentos por uma ferramenta tecnológica não implica em deixar de lado o **Direito de Imagem**, estabelecido como um direito de personalidade estabelecido pelo Código Civil (VALENTE, 2017, p.26), e os **Direitos Conexos**, que são relativos aos direitos de artistas intérpretes ou executantes, produtores fonográficos e empresas de radiodifusão:

Esses detentores de direitos não são autores e não criam obras originais; os intérpretes de uma canção, por exemplo, estão interpretando uma canção de um autor; a partir do momento que passam a ser gravados, transmitidos pela rádio e fonogramas passam a ser vendidos, reivindicaram uma compensação por sua interpretação (VALENTE, 2017, p. 35).

6. Acesso aos documentos pelos pesquisadores: interação entre o sistema e a profissional da área de Arquivos

Diante da ferramenta tecnológica que se tornou a porte da entrada para os conjuntos documentais do Arquivo IEB/USP, a partir de 2010 até os dias atuais, um trabalho cuidadoso com as equipes que descrevem documentos e com a equipe que atende os pesquisadores é realizado.

Treinamentos periódicos são ministrados para que se realize descrição dos documentos. Em encontros de formação, que ocorrem uma vez por semana, são discutidas questões da área de arquivos que vão desde a higienização dos documentos, políticas de incorporação de acervos, reprodução de documentos, formas de utilização do SGA. Profissionais especializados são convidados para conversar com toda a equipe, promovendo troca de experiências que levam a melhoria da qualidade dos serviços do Arquivo.

Para o entendimento do que é o documento de arquivo a fim de que esse conhecimento seja compartilhado com os pesquisadores, buscando fornecer-lhes ferramentas que promovam o entendimento de como os documentos são acumulados, tem-se que:

Como resultado natural e necessário do processo que lhes deu origem, os documentos de arquivo obedecem a uma lógica puramente instrumental, ligada às demandas imediatas do ente produtor. Dessa condição decorrem postulados que afetam, de modo similar, arquivos de instituições e pessoas: a necessidade de preservar a integridade do fundo e o sistema de relações que os documentos mantêm entre si e com o todo; o respeito à proveniência; a primazia do contexto sobre o conteúdo (ou do valor probatório sobre o valor informativo), nas operações de arranjo e descrição; e a impermeabilidade do arquivo em

face de seu uso secundário (CAMARGO, 2009, p. 29).

A base conceitual dos atendentes é determinante para que na Sala de Consulta os pesquisadores usufruam em plenitude do SGA. É na utilização do SGA como intermediador entre o pesquisador e o acervo, que os profissionais do Arquivo, podem contribuir com a pesquisa realizada informando sobre as características dos documentos de arquivo, a importância do contexto de acumulação dos documentos e as relações que os documentos possuem entre si e também com documentos de titulares distintos.

Além disso, os atendentes são responsáveis por dirimir dúvidas, especialmente vinculadas aos documentos digitalizados, que o uso de ferramentas tecnológicas não implica, necessariamente, em resoluções destes questionamentos.

Considerações

Dentro de um contexto de mudanças administrativas e culturais do Instituto de Estudos Brasileiros, o SGA possibilitou o processamento de documentos em massa e o amplo acesso aos documentos do Arquivo do IEB-USP, modificando a forma de pesquisar até então vigente, direcionada pelas tipologias documentais ou pelos instrumentos de pesquisa disponíveis. Essa ferramenta tecnológica foi desenvolvida num momento que em a democratização do acesso aos documentos era o norteador das discussões institucionais.

Facultar o acesso aos documentos por meio de ferramentas tecnológicas foi opção escolhida pelo Arquivo-IEB/USP, para transformar uma tradição de acesso aos documentos existente. Desenvolvido o sistema, investiu-se na formação dos profissionais do Arquivo uma vez que estes são fundamentais para que o pesquisador tenha o entendimento sobre o que é o documento de arquivo, as relações que os documentos possuem entre si e a importância de se entender o contexto de acumulação dos documentos, além de dirimir dúvidas impostas pela própria tecnologia, como as colocadas pela reprodução de documentos.

O fato do Arquivo-IEB/USP ser constituído por arquivos de pessoas e, por isso, obedecer a Lei de Direitos Autorais e Direito de Imagem, no tocante à reprodução de documentos, configura para profissionais do Arquivo-IEB/USP a devida orientação aos pesquisadores sobre as leis vigentes e que não cessam com a utilização da ferramenta tecnológica, como também pelo uso do SGA, pois no trabalho cotidiano com os pesquisadores, entende-se que é na interação entre tecnologia e o conhecimento dos profissionais do Arquivo-IEB/USP, que o acesso aos documentos pelos pesquisadores é potencializado.

Referências

BATISTA, M. R. **ABC do IEB: Guia Geral do Acervo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.

CAMARGO, A. M. Arquivos pessoais são arquivos. **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Belo Horizonte: Minas Gerais. Disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/2009-2-A02.pdf> Acesso em: 26 mar. 2018.

MENNE-HARITZ, A. Thoughts on the latency of time in administrative work and the role archives play to make it visible. Tradução do artigo Die Verwaltung und ihre Archive. Überlegungen zur Latenz von Zeit in der Verwaltungsarbeit in: **Verwaltung & Management**, v.5,p.4-10,1/1999. Disponível em: <<http://www.staff.uni-marburg.de/~mennehar/publikationen/latency.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2008

RIBAS, E. M. O Sistema de Gerenciamento de Acervos do IEB USP. **Seminário Internacional de Arquivos de Museus e Pesquisa: Tecnologia, informação e acesso**. São Paulo, Brasil, 16 a 17 de novembro de 2011. São Paulo: Grupo de Trabalho Arquivos de Museus e Pesquisa, 2013; 99-105.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Instituto de Estudos Brasileiros. **Guia do IEB: o acervo do Instituto de Estudos Brasileiros**. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 2010.

VALENTE, M. G. **Manual de direito autoral para museus, arquivos e bibliotecas** [recurso eletrônico]. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/19038/Manual%20de%20direito%20autoral%20para%20museus%2c%20arquivos%20e%20bibliotecas.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 26 mar. 2018.

Leia o próximo artigo 

ARTIGO

CAMADAS DE AUSÊNCIA NO CINEMA DE ARQUIVO: A PRODUÇÃO DE SENTINDO NA ERA DIGITAL

Andréa França*
Nicholas Andueza**

Resumo

Propomos a noção de camadas de ausência para lidar com a constância das lacunas no embate com as imagens de arquivo. A partir do curta *Passeio público*, feito com restos do filme *A cidade do Rio de Janeiro* (1924), de Alberto Botelho, exploramos momentos de ausência – de imagens, de informações, de dados históricos – de modo a revertê-los em produção de sentido. Entendemos a lacuna como elemento que não para de se modificar, que nunca se esgota no trabalho de montagem com imagens do passado. A noção de fotogenia (Jean Epstein) norteou o processo de montagem do curta e a reflexão aqui apresentada sobre a natureza e a história das imagens sobreviventes. Este processo prático-teórico só foi possível devido à acessibilidade e à maleabilidade do arquivo digital.

Palavras-chave: documentário; fotogenia; imagem digital.

Abstract

We propose the idea of layers of absence to deal with the recurrence of gaps and oblivion in the contact with archive images. Through the short film-experiment *Passeio público* (*Public Sidewalk*), based on remains of the film *A cidade do Rio de Janeiro* (1924), by Alberto Botelho, we explore moments of absence – of images, information, historic data – reverting them towards creation of sense. We understand the gap as an element that keeps changing itself, that never exhausts itself in the montage process with images of the past. The notion of *photogénie* (Jean Epstein) guided the editing of the short film and the thoughts we present here about the nature and history of the surviving images. Such practical-theoretical process was only possible because of the accessibility and malleability of the digital archive.

* Andréa França Martins é doutora em Comunicação e Cultura pela UFRJ. Realizou pós-doutorado na Universidade de Reading (Inglaterra), entre 2016 e 2017. É professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da PUC-Rio e pesquisadora do CNPq. Tem artigos e livros publicados na área de Comunicação com ênfase em cinema contemporâneo, documentário, imagens de arquivo.

** Nicholas Andueza é doutorando em Comunicação e Cultura na UFRJ, com pesquisa focada em cinema de arquivo e fotogenia. É mestre em Comunicação Social pela PUC-Rio. É professor de cinema em cursos de curta duração em Nova Friburgo – RJ. Além de artigos na área de Comunicação, publicou também artigos e resenhas sobre artes plásticas na revista *Dasartes*. Email: nicholasandueza@gmail.com.

Keywords: documentary; photogénie; digital image.

Introdução

Este artigo revisita momentos em que, durante a realização de *Passeio público*¹ (2016), os vãos históricos provocados pela ausência de imagens (do cinema, sobretudo) e/ou de informações sobre filmes passados se fizeram particularmente sensíveis, e analisa de que maneira estas *camadas de ausência* afetaram a confecção do curta e se fizeram presentes. A hipótese que acompanha essas reflexões é a de que a lacuna abre espaço a um tipo específico de produção de sentido que não encobre a falta, mas joga explicitamente com ela, dando a ver de que são feitos os arquivos: de camadas de ausência e zonas de sombra. E esse gesto de “dar a ver” e relatar tais camadas, de fazer as imagens circularem a partir de sua natureza lacunar, conecta o cinema de arquivo a uma possibilidade de acessibilização não só dos arquivos, mas da própria ausência como motor de reflexão e possibilidade de inventar “outros lugares” – de fala, de entendimento, de percepção da história e da natureza da imagem. Trata-se de um gesto potencializado pela digitalização dos arquivos, que os torna mais acessíveis e maleáveis.

Durante a realização do curta que, sob a luz da teoria de Jean Epstein acerca da *fotogenia*,² retoma antigas imagens da cidade do Rio de Janeiro feitas por Alberto Botelho, Silvino Santos e Augusto Malta, nos deparamos com uma série de lacunas nos arquivos audiovisuais brasileiros. Essa é certamente a experiência de qualquer um que entre em contato com os arquivos de imagem, seja como pesquisador, preservador ou realizador, dado que apenas sete por cento dos quase quatro mil filmes feitos no Brasil até 1930 sobreviveram.³ Devido aos períodos de crise e de escassez de recursos para recuperação das obras sobreviventes, a Cinemateca Brasileira, por exemplo, inacessibiliza algumas cópias analógicas de filmes, mesmo

¹ Curta com duração de 14 minutos, dirigido por de Andréa França e Nicholas Andueza. Já foi recebido em alguns festivais em 2017, entre eles: 12^o CineOP (Ouro Preto – MG), FIDBA (Buenos Aires – Argentina), ISFF (Kolkata – Índia), Arquivo em Cartaz (Rio de Janeiro – RJ) Curta acessível em: <<https://vimeo.com/176409696#at=5>>.

² Talvez o termo “teoria” seja inadequado devido à falta de sistematização dos escritos de Jean Epstein acerca da noção de fotogenia, como aponta Leo Charney (2004, p.324). Acreditamos, porém, que a falta de uma descrição definitiva torna a noção ainda mais potente para novos usos, como esse que propomos no artigo.

³ Estimativa apresentada por Carlos Roberto Souza no libreto que contém a coleção *Resgate do Cinema Silencioso Brasileiro*, editada pela Cinemateca Brasileira, s/a.

para pesquisadores, de modo a retardar o processo de deterioração dos materiais fílmicos.⁴ No caso da realização de *Passeio público*, a constatação de tal escassez, como veremos, permitiu experimentar as imagens do Rio antigo na sua forma precária, incompleta, uma história em construção cujo tecido não é jamais inteiramente capturado.

Frente ao interesse demonstrado por Hernani Heffner, Conservador-Chefe da Cinemateca do MAM-RJ, em relação à primeira versão do curta (feita em 2015, com apenas 3'35" de duração),⁵ tivemos a motivação necessária para desenvolver a ideia do experimento cinematográfico. Para a segunda versão (que veio a ser a versão final), realizamos pesquisas mais extensas e contamos, também, com a contribuição da pesquisadora Patrícia Furtado (PUC-Rio) e de pesquisadores do cinema silencioso, tais como Eduardo Morettin (USP), Flávia Cesarino Costa (UFSCAR), Rosângela Sodré (CTAv) e Hernani Heffner (MAM-RJ). Foi então que a ausência como elemento constitutivo dos arquivos (audiovisuais, impressos) se fez mais sensível, passando a figurar neles como uma de suas principais questões.

Interessa-nos, inicialmente, descrever algumas camadas de ausência com as quais nos deparamos ao longo da confecção do curta. Em seguida, apontaremos de que forma lidamos com essas camadas no trabalho de montagem – como a lacuna se fez filme. Posteriormente, trataremos da problemática da memória e do esquecimento, da visibilidade e da invisibilidade, em relação à natureza específica da imagem cinematográfica como arquivo, e do seu processo de digitalização. Como trabalhar com arquivos nos momentos e nos lugares em que já deixaram de existir? Como trabalhar a falta constituinte do arquivo por meio da montagem (de temporalidades diversas, textos, imagens, depoimentos), de modo a tornar essa lacuna visível, sensível, no próprio “embate com a abundância de documentos” (FARGE, 2009, p.58)? Como lidar com imagens de outrora, das quais, se não são as próprias imagens que faltam, faltam informações ou mesmo os tempos e espaços que a integram, que há muito deixaram de existir? O que se perde e o que se ganha na digitalização de materiais analógicos?

Camadas de ausência

⁴ A preservação de filmes na Cinemateca tem como uma de suas ações a análise do estado de conservação dos materiais do acervo, a duplicação, a restauração e a guarda em depósitos adequados, respeitando os tipos de material e seu estado físico. Devido às frequentes crises econômicas vividas pela instituição, a análise desses materiais é descontínua.

⁵ *Passeio público* nasceu e se manteve como um experimento cinematográfico. Sua primeira versão veio a partir de uma dinâmica didática que se iniciou em sala de aula, na matéria de Teoria e Crítica realizada em 2015, no curso de Comunicação Social da PUC-Rio.

A partir do contato frequente com a Cinemateca do MAM-RJ e com o Centro Técnico Audiovisual (CTAv), tivemos acesso ao que restou do filme *A cidade do Rio de Janeiro* (1924), do cinegrafista Alberto Botelho, que era nosso objeto de pesquisa – teórico, metodológico, estético. Além da cópia digital desse filme, acessamos também outros dois filmes da mesma época: *O que foi o carnaval de 1920!* (1920), também de Botelho, e *Terra Encantada* (1923), de Silvino Santos e Agesilau de Araújo – usados de modo secundário no curta. Foi a partir dessas cópias digitais que baseamos a montagem do experimento – dado que nosso projeto não dispunha de recursos para realizar a digitalização apropriada.⁶

Nestes primeiros passos de pesquisa, a obtenção do material original (os filmes na íntegra) para a futura edição mostrou ser uma tentativa fadada ao fracasso e, portanto, uma das primeiras camadas de ausência com a qual nos deparamos. Boa parte dos filmes de Botelho não existe mais, são considerados “desaparecidos”, dentre os quais *O Centenário da Independência* (1922), *O arrasamento do Morro do Castelo* (1922) e *Passeio público* (1915). Mantivemos o título do nosso experimento como “Passeio público” em memória ao filme de 1915 que, provavelmente, exibia imagens do parque municipal homônimo situado no Rio de Janeiro, antiga Capital Federal. Esse mesmo parque aparece em *A cidade do Rio de Janeiro* (seriam imagens retomadas do filme de 1915?), e ganha destaque na montagem do curta.

Uma segunda camada de ausência se revelou, e nos surpreendeu, durante as investigações do percurso histórico do filme *A cidade do Rio de Janeiro*. Tudo leva a crer que o filme foi confeccionado para ser oferecido como presente a um membro da realeza italiana em visita ao Brasil, o príncipe Umberto di Savoia, em 1924. Um detalhe que evidencia o percurso do filme é que todos os letreiros estão em italiano. No final do século XIX e no começo do XX, era comum presentear autoridades políticas e artistas com cartões postais de cidades e lugares exóticos e/ou sedutores; filmes eram mais raros por seu custo de produção. Além disso, à época em que ocorreu a visita da realeza, desenrolava-se na capital e em São Paulo uma série de rebeliões militares que acabaram por modificar o roteiro do hóspede: impedido de conhecer o Rio de Janeiro, o príncipe vai para Salvador, na Bahia. Alberto Botelho integrou o grupo de autoridades e personalidades a acompanhar a visita de Umberto a Salvador.⁷ *A cidade do Rio de Janeiro* teria sido ofertada ao nobre para cobrir essa falta: mesmo que o corpo do príncipe não tenha podido estar no Rio, o Rio-imagem estaria na sua memória. O cinema como meio de conhecer e recordar

⁶ Uma telecinagem (filme) ou scan (fotografia) que levasse em conta as características materiais das mídias e preservasse a maior quantidade de informações possível.

⁷ Como mostram as imagens do filme de Botelho, *O Príncipe herdeiro da Itália em terras do Brasil* (1924), de 40 minutos de duração.

a antiga Capital Federal mesmo sem tê-la visto, de lembrá-la pela ausência. O filme deixa, portanto, o país, cruza o Atlântico e fica esquecido, permanecendo ausente dos arquivos brasileiros até ser recuperado na década de 1970.⁸

Há ainda uma terceira camada: a materialidade com que trabalhamos – e aqui frisamos a falta de recursos para executarmos um processo ideal de digitalização e preservação do material. Numa transmutação de imagem que acusa as disparidades entre a película e o suporte digital, a proporção da janela de *A cidade do Rio de Janeiro* foi alterada no processo de digitalização. De 4:3 (formato vigente à época de Botelho, anterior à televisão) para 16:9 (que é o formato digital HD mais comum), e o efeito produzido é uma espécie de “anamorfização” do material originalmente produzido por Botelho (além da perda de qualidade da imagem). Sintomaticamente, no entanto, a distorção não é sentida pelo espectador contemporâneo, já tão acostumado à janela mais comum do digital (16:9) – nas várias exhibições que fizemos de *Passeio público*, ninguém comentava essa questão.⁹ Trata-se de uma distorção que só fica evidente quando aparecem trechos de *O que foi o carnaval de 1920!* ou de *Terra Encantada*, cujos respectivos processos de digitalização e replicação não envolveram alteração da janela, mantendo-a em proporção 4:3. Além desse fator, há ainda outra camada de ausência que permeia a materialidade de tais imagens: a falta de som.



Imagem 1: Frame de *A cidade do Rio de Janeiro* (em proporção 16:9)

⁸ O filme é recuperado pelo pesquisador Cosme Alves Netto, na época diretor da Cinemateca do MAM-RJ, de acordo com Hernani Heffner.

⁹ Como apontado na primeira nota de rodapé, o curta foi exibido em alguns festivais, mostras e exhibições em salas de aula.



Imagem 2: Frame de *Terra Encantada* (em proporção 4:3)



Imagem 3: mesmo frame de *A cidade do Rio de Janeiro* (com “correção” para proporção 4:3)

Por fim, o último elemento de falta que é substancial à presente discussão figura na própria imagem presente (aquela que não está perdida ou desaparecida), na sua condição intrinsecamente fantasmagórica, carregada de tempos e espaços desaparecidos. Essa camada de ausência talvez seja a mais fundamental por explicitar o próprio funcionamento do cinema de

arquivo. As ruas do Rio, inclusive as que continuam existindo com outros nomes, já não são mais as mesmas, assim como a forma com que as pessoas se vestem, andam e se relacionam com a câmera – de cinema ou de fotografia. Ainda era novidade o traçado retilíneo de uma cidade recém-modernizada à força, o fervilhar de carroças, automóveis, mercadorias, passantes. Vemos uma cidade pulsante, uma cidade-imagem, filmada por uma câmera entusiasmada com essa nova cidade.

E mais que dizer respeito somente ao cinema de arquivo, essas camadas de ausência talvez digam respeito à própria natureza da imagem, apresentando-se ao espectador como a face visível de uma alteridade ausente (MONDZAIN, 2009, p.25-26): a imagem como imagem da falta – mas paradoxalmente presente, enquanto imagem. Neste ponto, assim como o Rio-imagem se fixou na memória do príncipe que não pôde vê-lo, nós, espectadores, compartilhamos a lembrança de um lugar que nunca vimos e nunca veremos. Como destaca Georges Didi-Huberman, a imagem é sempre não toda, não diz tudo de um evento e nem o todo desse evento, porque é de sua natureza ser lacunar, indecifrável e sem sentido enquanto não for trabalhada na montagem (2003, p.85).

Enfrentar essas camadas de ausência na relação com o arquivo audiovisual, embate já explicitado por historiadores e cineastas como Georges Didi-Huberman, Marie-José Mondzain, João Moreira Salles, Jean-Luc Godard, Rithy Panh, Harum Farocki, entre tantos outros, foi compreender que o trabalho de montagem opera não apenas com os achados, mas sobretudo com as lacunas: através da falta *de* imagens, *nas* imagens e *em torno* delas. Assim, quando observada com cautela, essa relação intrínseca entre presença e ausência, memória e esquecimento, visibilidade e invisibilidade se complexifica. Em nossa função de realizadores (e não de preservadores), não é suficiente ou produtivo colocar um sinal positivo na presença (na imagem que existe e que está lá) e um sinal negativo na ausência (na imagem desaparecida, que talvez nunca vejamos) – Andreas Huyssen nos alerta para a superficialidade dessa oposição historicamente mantida pela filosofia ocidental (2014, p.157). Certamente lamentamos o desaparecimento de tantas imagens e filmes do cinema silencioso brasileiro; no entanto, frente a tal constância de faltas, mais produtivo foi considerar, na montagem, *as lacunas como elemento que não para de se modificar*, que nunca se esgota porque acontece no próprio embate com outras imagens, documentos, textos e sentidos.

Da falta à imagem

Durante a montagem de *Passeio público*, um dos momentos mais marcantes em que experimentamos o elemento de ausência que habita o centro da imagem se deu quando nos deparamos com a passante desconhecida que encara a câmera de Botelho e vem em sua direção. Uma cena curta, de poucos segundos. Um corpo de outrora, que hoje é fisicamente ausente; um corpo anônimo, e, portanto, sem história, sem nome, que simplesmente passa ante o cinematógrafo, sai de quadro e some – para todo o sempre. Corpo-ausência, imagem incompleta. Trata-se de uma jovem acompanhada por uma mulher mais velha (seria sua mãe? Uma amiga?) que transita pela calçada; o caminho que fazem aproxima seus corpos da objetiva de Botelho e, nesse percurso, a jovem lança à câmera (e portanto ao espectador) um olhar dúbio que mistura dúvida e firmeza, pudor e curiosidade. O que se vê no plano é o cruzamento de olhares: da passante, da câmera, dos espectadores, dos montadores do curta. “Quando trabalhamos com imagens, nós olhamos repetidamente para elas – e elas nos olham de volta”, pontua a narração. No processo de montagem, perguntávamo-nos sobre a relação da noção de *fotogenia* de Epstein – da qual já tratamos em outro artigo (FRANÇA e ANDUEZA, 2017) – com o gesto de revisitar imagens do passado e retomá-las, remontá-las, e essa jovem passante foi a resposta mais potente que as imagens nos deram: presença intensa de um corpo e de um olhar, olhar e corpo de uma pessoa ausente, já ida.



Imagem 4: A passante desconhecida

A fotogenia, que segundo Epstein nomeia a especificidade do meio cinematográfico – sendo para o cinema “o que a cor é para a pintura, o volume para a escultura” (EPSTEIN, 1974, p.145) –, viria como uma espécie de revelação. Uma abertura para a quintessência das coisas, abertura possível por meio do cinema (GUNNING, 2016, p.18-19). Há um forte tom animista nessa noção epsteiniana, como assume o próprio autor (EPSTEIN, 1974, p.390), e esse “excesso” foi evocativo e estimulante para o trabalho de montagem de *Passeio público*. O filme se inspira no arcabouço teórico relacionado à noção de *fotogenia* e, ao fazer isso, trata as imagens não somente como exemplos de eventos históricos, mas como imagens antes de tudo. Desse modo, há ressonância entre a nossa abordagem e o tom animista de Epstein: a imagem que cria vida própria e atravessa temporalidades distintas, a imagem que arrebatava, que atinge, que reverte. É nesse sentido que se delinea a fantasmagoria do cinema de arquivo: a passante desconhecida não é apenas uma jovem que deixou de existir; é também uma imagem que continua existindo e que nos confronta com o fato de que nós, espectadores, é que iremos envelhecer e passar diante da imagem. A imagem permanecerá – apesar de nós.

Assim, deparamo-nos com o trabalho de montar a partir da falta que constitui a própria imagem, de lidar com a imagem como superfície a ser lida (DOANNE, 2003, p.94), de observar a singularidade de cada frame, de evitar reduzir a ambivalência da imagem ao colocá-la como “ilustração” de uma época ou evento. Cada plano, seja de longa ou curta duração, é, *em si*, um evento singular e, como tal, não é redutível ao contexto histórico em que foi produzido – mesmo que certamente se vincule a esse contexto. É a essa irredutibilidade da imagem que Georges Didi-Huberman se refere quando defende o anacronismo das imagens (2000, p.16): elas são complexas, repletas de tempos distintos, misturados, impuros; as imagens são transtemporais e essa natureza afronta os limites históricos que lhes tentamos impor. Trata-se de uma irredutibilidade que, no campo do cinema ensaístico, foi explicitada por diretores como Agnès Varda e Chris Marker.

Há ainda outro tipo de ausência que habita a imagem: aquela que não se refere ao vazio da materialidade do evento histórico (aquilo que um dia foi), mas sim aos processos de “visibilização” e “invisibilização” (aquilo que a imagem se esforça por exibir ou tirar do campo de visão). Em nosso experimento, lidamos com tais processos por meio da identificação de trabalhadores braçais pobres que lá estavam, quase invisíveis, no fundo ou nas bordas da imagem. A lírica visual de Botelho é baseada na exuberância e não na escassez, no fascínio pela cidade moderna e não nos remanescentes de outros tempos e classes sociais; no entanto, por conta da especificidade

não somente icônica, mas indexical do cinema, algo do mundo fugiu ao controle do cineasta e sobrou nas imagens. Na montagem de *Passeio público*, logo depois de exibirmos três planos panorâmicos mostrando os espaços públicos cariocas (Passeio público, Quinta da Boa Vista e Avenida do Mangue, hoje Av. Francisco Bicalho), voltamos atrás e repetimos esses mesmos *takes*: dessa vez, porém inserimos uma máscara escura para destacar os trabalhadores pobres (pardos e negros). Eis a face libertária do realismo cinematográfico, como já propunha Siegfried Kracauer: mesmo que o realizador tente controlar o que está no campo da objetiva, o mundo não é efetivamente controlável – e o cinema é capaz de mostrar esse descontrole por meio de reminiscências e resquícios na imagem (1997, p.306); uma espécie de “risco de real” (COMOLLI, 2008, p. 169).



Imagem 5: Passeio Público



Imagem 6: Passeio Público com ambulante em destaque

Esses processos tomam formas ainda mais dramáticas quando transpassam a produção de imagens para chegar à produção e modelação da própria cidade moderna. O caso da derrubada do Morro do Castelo é gritante no sentido de um processo físico (e não apenas simbólico) de apagamento. Trata-se da produção de ausências. O morro histórico, que abrigou o início da cidade do Rio de Janeiro, passa cada vez mais a ser considerado um “empecilho” à modernização do Rio desde antes do século XX, tendo sido derrubado por fim em 1922. Talvez, como no caso da passante desconhecida, o desaparecimento do Castelo o torne mais fantasmagórico em sua presença imagética. E além disso, a essa camada de ausência se acrescenta uma outra: o filme de Botelho sobre *O arrasamento do morro do castelo* está desaparecido. Há, como dissemos, ausência *nas* imagens e ausência *das* imagens. Para fazer de tais lacunas um motor de reflexão, convocamos as fotografias de Augusto Malta e excertos de jornais e revistas da época da destruição do morro. Na montagem, junto à inserção da primeira foto de Malta que utilizamos, a narração em off introduz a temática do Castelo: “dois anos antes, Alberto filmava a derrubada do Morro do Castelo...”. Informação conflitante: falamos que Botelho filmou a derrubada, mas exibimos fotos, e não filmes.

O trabalho de reenquadramento das fotografias de Malta foi fundamental assim como trechos de comentários sobre o arrasamento do morro reproduzidos pela mídia impressa da época (repetindo a grafia original). Ao fundo, inserimos o som digitalmente adulterado de obras,

britadeiras (atuais), ruídos de cidades contemporâneas. Formam-se, com isso, contrapontos sonoros, visuais e verbais, sem que nenhum deles sirva de ilustração ao outro. É assim que o comentário de jornal sobre a população do morro ser um “populacho desordeiro” é seguido pelo reenquadramento da foto de crianças anônimas, brincando, com destaque para seus rostos. Crianças sem pais porque eles tinham descido o morro para trabalhar. Ao fim da sequência, num quarto contraponto (oral, verbal-sonoro), a narração volta: “o filme de Botelho sobre o Castelo está desaparecido”. Neste momento, entende-se por quê se assistia a fotografias e trechos escritos, e não ao filme que havia sido citado. Por meio de um breve comentário da narração, portanto, a presença daquelas fotos e excertos é revertida em ausência: em rastros da perda de um filme, da destruição do morro que abrigou parte importante da história da cidade.

A presença de imagens alheias às de Botelho, de Augusto Malta ou de Silvino Santos e Agésilau de Araujo, vem, portanto, não apenas diversificar o material tratado por *Passeio público*, mas escancarar uma falta. Esse é o mesmo procedimento que usamos para tratar as camadas de ausência material que mencionamos anteriormente (alteração da janela e ausência de som). Para o som, embora sempre tenha sido clara a ideia de ruídos de cidade na composição da trilha sonora, não queríamos inserir sons que aderissem facilmente à imagem de outrora. Ao contrário, buscamos uma tensão temporal à medida que escolhemos ruídos de cidades contemporâneas para sustentar a mudez das velhas imagens. Uma tensão estendida à textura sonora, dado que adulteramos digitalmente os sons para terem uma natureza sintética, computadorizada, que se contrapõe a uma idealização nostálgica do passado, cuja tendência é fetichizar o analógico.

Buscamos produzir uma sonoridade menos servil à imagem e ao senso comum, mais anacrônica do que sincrônica, de modo que a falta de som original nas imagens tornou-se um elemento produtivo e catalisador de novos sentidos. De modo semelhante, não alteramos a janela do material que tínhamos para recompor uma “janela original” baseada na proporção 3:4. Se a imagem é também uma superfície a ser lida, as informações dadas pela narração são uma mera fração daquilo que o curta proporciona ao espectador em termos de experiência estética e histórica. São as imagens que dizem ao serem remontadas e associadas com os contrapontos colocados. Nesse sentido, um filme de 1924 digitalizado com janela 16:9 expressa, por si mesmo, conflito e complexidade temporal.

Por fim, é importante ressaltar o caráter digital das imagens com que trabalhamos. O debate sobre a digitalização de arquivos fílmicos tende a enfatizar a acessibilidade em dois sentidos: o digital viabiliza uma circulação de facilidade e eficiência impossíveis para a mídia analógica e também poupa o manuseio desta última, que poderia representar risco de desgaste

ou deterioração. Trata-se de um debate relevante para a sobrevivência da memória do mundo: sem a possibilidade de visitá-la, ela perde a razão de ser. Nessa esteira, propomos uma expansão da noção de acessibilidade, já que todo o esforço prático e teórico que envolve *Passeio público* só foi possível porque obtivemos acesso a mídias anteriormente digitalizadas.

O suporte digital nos permitiu assistir e reassistir as imagens indefinidamente, procurando nelas detalhes que passavam despercebidos. Além disso, possibilitou o manuseio ostensivo daquilo que víamos – uma montagem não só de cortes e encaixes, mas de transformações no interior da imagem (como o *slow*, o reenquadro, o congelamento ou a máscara). Ou seja, a acessibilidade viabilizada pela digitalização diz respeito não só a uma circulação extensiva (quantas pessoas acessam e em quantos lugares diferentes o acesso ocorre), como a uma circulação intensiva (quantas vezes é possível assistir à mesma imagem sem ferir sua integridade); diz respeito não só a poupar a mídia analógica de manuseio excessivo, como a permitir total maleabilidade da cópia digital pelo pesquisador.

A mídia digital traz ainda um hibridismo de suportes que multiplica suas possibilidades estéticas, potencializando cruzamentos diversos entre fotografias, vídeos, filmes, sons, narrações (FATORELLI, 2013, p.63). Por outro lado, ela pode excluir sutis gradações de cor e do estado físico da imagem analógica (LUNDEMO, 2014, p. 33), podendo também produzir ruídos e interferências inexistentes no original. Assim, se os meios de se catalisar momentos fotogênicos da imagem multiplicam-se com a digitalização, tese elementar de *Passeio público*, também importa considerar a seleção feita pelo próprio processo digital (LUNDEMO, p. 36): atentar portanto para continuidades, descontinuidades, acréscimos e exclusões na constituição desta nova imagem. Uma reflexão que se faz necessária porque o digital está no cerne da recente expansão do cinema de arquivo.

Ruínas de imagens, nostalgia e acessibilização da ausência

Em *Passeio público*, num dado momento, a voz off fala de “ruínas de imagens”, se referindo a tudo que desfila diante dos espectadores: fragmentos de filmes, trechos remanescentes, sobrevivências. Andreas Huyssen (2014, p.91) aponta que, “no corpo da ruína, o passado está presente nos resíduos, mas ao mesmo tempo não está mais acessível, o que faz da ruína um desencadeante especialmente poderoso da nostalgia”. Segundo Huyssen, a nostalgia é um sentimento comumente ligado à concepção de um passado glorioso e autêntico, superior ao presente, o que levaria a uma construção discursiva de tom regressista e reacionário. O autor aponta que essa abordagem perde de vista a dubiedade implícita em qualquer ruína: o da transitoriedade de toda forma de poder. Por isso o autor postula, contra a suposta autenticidade

de um passado ideal, uma autenticidade da própria ruína como produto da modernidade, desviando a direção da nostalgia: “só podemos falar da autenticidade moderna das ruínas se olharmos para a ruína, estética e politicamente, como uma cifra arquitetônica das dúvidas temporais e espaciais que a modernidade sempre teve sobre si mesma” (2014, p.98).

A ruína-arquivo também é o corpo paradoxal em que se encontram memória e esquecimento. Quanto a estes dois conceitos, é importante entendê-los para além do maniqueísmo que comumente os relaciona. Huyssen aponta que o esquecimento, ao longo da história do pensamento ocidental, tendeu a ter um valor negativo de perda, de desconfiança moral, enquanto a memória tendeu a ser vista como esforço necessário e salutar para manter a coesão histórica e social (2014, p.91). Seria preciso ir além de reconhecer o esquecimento como elemento paradoxalmente constitutivo da memória: ele “precisa ser situado num campo de termos e fenômenos como silêncio, desarticulação, evasão, apagamento, desgaste, repressão” (HUYSSSEN, 2014, p.158) – e aqui acrescentaríamos os termos seleção, predileção, invisibilização. Relacionado a esses tropos, o esquecimento traria “um espectro de estratégias tão complexo quanto o da memória” (*idem*).

Por meio da noção de *camadas de ausência*, convocamos ao campo do cinema silencioso brasileiro justamente o “espectro de estratégias” do esquecimento. Ao abordar o arquivo sob a ótica da ausência, do desaparecimento, do esquecimento, nosso objetivo é explicitar que modalidades de falta operam na produção de sentido, de acontecimento. Nessa esteira, o entendimento da imagem-arquivo como superfície a ser lida (e não somente como referência a algum evento histórico), conecta nosso ponto de vista à noção de “autenticidade da ruína” em seu teor autorreflexivo, viabilizando uma abordagem mais ampla e nuançada acerca dos processos de memória e esquecimento.

Além disso, foi na lacuna que encontramos a potência da fotogenia epsteiniana aplicada às imagens de arquivo. Dado que a lacuna favorece um trabalho de montagem do filme capaz de explorar problemas formais, históricos e técnicos, ela mobiliza relações de tempo jamais vistas na percepção ordinária. Epstein argumenta que a fotogenia é a possibilidade de experimentação do presente e, ainda, que ela se relaciona com a presença da imagem (CHARNEY, 2004, p.326). Ao convocarmos, portanto, os escritos de Epstein para pensar o cinema de arquivo, acreditamos que o elemento fotogênico está latente na imagem e que, quando ativado – via sobreposição, parada, desaceleração, reenquadramento etc. –, concretiza uma espécie de “presentificação” daquilo que vemos. A passante desconhecida que caminha na avenida pode então ser experimentada como documento e objeto de sonho.

A fotogenia se relaciona igualmente com a alteridade e com a transformação das formas de ver (AUMONT, 1998, p.102). A câmera lenta, por exemplo, produz mundos visuais e sensoriais desconhecidos até antes da invenção do cinema; a inversão temporal de um filme altera a ordem dos eventos no mundo. Assim, a fotogenia não viabiliza somente uma absoluta presença, mas a absoluta presença de uma alteridade que expande a percepção – formando uma ponte entre o estético e o epistemológico (GUNNING, 2012, p.17). É por isso que Tom Gunning (2012, p.18-19) aponta que, frente à divisão proposta por Bazin entre aqueles que acreditam na imagem e aqueles que acreditam na realidade, Epstein parece traçar uma terceira via: a de um realismo possível somente através da imagem cinematográfica, um realismo criativo que desafia as noções do senso-comum. Em suma, a fotogenia “presentifica” a dimensão ausente da imagem, sua latência, e, nesse sentido, favorece uma expansão perceptiva e sensorial. Presentificação da ausência. Um funcionamento que, como foi visto, é potencializado a partir do hibridismo e da maleabilidade da mídia digital. A imagem torna-se acessível em sentido amplo: não apenas relativo a quantas pessoas podem vê-la, mas a quantas vezes cada um pode revisitá-la e alterá-la via manuseio e montagem, apropriando-se dela e cruzando-a com outras fontes de imagem, texto e som.

Quando aborda o esquecimento, Huyssen cita o célebre personagem de Jorge Luis Borges, “Funés, el memorioso”, que tinha a patologia da memória total e, portanto, era incapaz de criar. Funés é uma parábola para se reconhecer que “esquecer não apenas torna a vida vivível, como constitui a base dos milagres e epifanias da própria memória” (HUYSEN, 2014, p.158). Entre essas epifanias está, por exemplo, a imagem relâmpago descrita por Walter Benjamin em suas *Teses sobre o conceito de história*: a real possibilidade de conhecer o passado viria no sobressalto da memória, no evento efêmero e singular de um vislumbre (BENJAMIN, 2012, p.243) – vislumbre esse, no caso do audiovisual, possibilitado pelo tratamento fotogênico do arquivo. E se os procedimentos de memória e esquecimento se tocam e se infundem, não há aqui nenhuma crítica ao gesto, necessário, de preservar e zelar pelo cinema silencioso brasileiro. Quanto mais arquivos tivermos, mais lacunas existirão, porque a lacuna é própria do arquivo e se multiplica junto com ele, assim como as perguntas na medida em que o conhecimento se amplia.

Referências bibliográficas

AUMONT, Jacques. Cinégénie, ou la machine à re-monter le temps. In: Collectif e AUMONT, Jacques. *Jean Epstein*: cinéaste, poète, philosophe. Paris: Éditions de la Cinémathèque française, 1998.

BENJAMIN, Walter. Magia, técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 2012.

CHARNEY, Leo. Num instante: o cinema e a filosofia da modernidade. In: _____ e SCHWARTZ, Vanessa R. (orgs.). O cinema e a invenção da vida moderna. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

COMOLLI, Jean-Louis. *Ver e poder*: – A inocência perdida: cinema, televisão, ficção. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *Devant les Temps*. Paris: Les Éditions de Minuit, 2000.

_____. *Images malgré tout*. Paris: Les Éditions de Minuit, 2003.

DOAN, Mary Ann. The Close-Up: Scale and Detail in the Cinema. *Differences: A Journal of Feminist Cultural Studies*. Brown University, 2003.

EPSTEIN, Jean. *Écrits sur le cinéma*: tome 1. Paris: Édition Seghers, 1974.

FARGE, Arlete. *O sabor do arquivo*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

FATORELLI, Antonio. *Fotografia contemporânea*: entre o cinema, o vídeo e as novas mídias. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2013.

FRANÇA, Andréa e ANDUEZA, Nicholas. Presente que irrompe: fotogenia e montagem. *Revista Eco Pós*, Rio de Janeiro: ECO UFRJ v.20, N.2, p.145-160, 2017.

GUNNING, Tom. Preface. In: KELLER, Sara e PAUL, Jason N. (orgs.). *Jean Epstein*: critical essays and new translations. Amsterdã: Amsterdam University Press, 2012. p.13-21.

HUYSSSEN, Andreas. *Culturas do passado presente*: modernismos, artes visuais, políticas da memória. Rio de Janeiro: Contraponto; Museu de Arte do Rio, 2014.

KRACAUER, Sigfried. *Theory of film*: the redemption of physical reality. Londres; Nova York: Oxford niversity Press, 1997.

LUNDEMO, Trond. Archives and technological selection. *Attrait de L'archive*, v. 24, n. 2-3, 2014, p.17-39.

MONDZAIN, Marie-José. *A imagem pode matar?*. Lisboa: Nova Vega LTDA, 2009.

Leia o próximo artigo 

ARTIGO

CINEMA E POLÍTICAS PÚBLICAS DE DIGITALIZAÇÃO NO BRASIL

Ingrid Rodrigues Gonçalves*

129

RESUMO

O cinema, como um lugar político, figura nas agendas de políticas públicas. A mudança do suporte padrão, da película fílmica para os formatos digitais, tem alterado diversos aspectos da cadeia audiovisual brasileira, da produção à preservação. Nesse trabalho, pensaremos acerca de aspectos das etapas de distribuição, exibição e preservação. Primeiro trataremos de algumas articulações que culminaram na aproximação do cinema brasileiro à informática. A seguir, de políticas públicas catalisadoras do processo de digitalização do parque exibidor nacional, o qual, exigiu uma readaptação de todo mercado cinematográfico. No entanto, se por um lado essa mudança tecnológica possibilita mudanças substanciais na produção e difusão de materiais audiovisuais; por outro, é preciso atentar aos processos de obsolescência inerentes às tecnologias digitais.

Palavras-chave: cinema, digitalização, políticas públicas

ABSTRACT

Cinema, as a political place, figures on the agenda of public policies. The standard format changed from 35mm film to digital formats, and it has altered many aspects of the Brazilian audiovisual chain, from production to preservation. In this work, we will consider aspects of the distribution, exhibition and preservation stages. First, we will deal with some articulations that culminated in the approximation of Brazilian cinema to computing. Next, about public policies that catalyze the process of digitization of the national exhibition park, which required a readaptation of the entire film market. However, if on the one hand, this technological change allows substantial changes

* Mestranda em Educação - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo - USP. Professora do curso de Serviços Públicos - ETEC Cepam Gestão Pública. Bacharela em Gestão de Políticas Públicas - Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo - EACH, USP. São Paulo, SP – Brasil. E-mail: ingrid.goncalves@usp.br

in the production and diffusion of audiovisual materials; on the other, it is necessary to be attentive at the processes of obsolescence inherent to digital technologies.

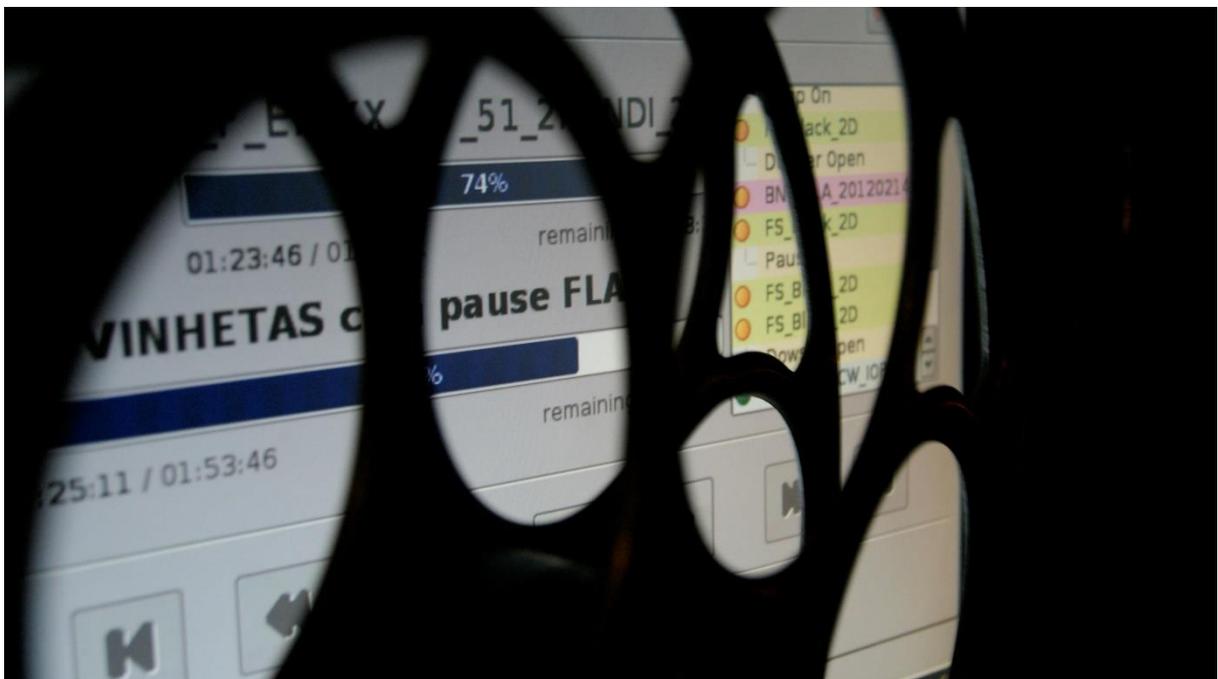
Keywords: cinema, digital technology, public policy

1. Introdução

eis o que coloca o cinema em um lugar político [...] política é a cena que se faz-desfaz a relação do indivíduo com o grupo [...]; como é política também a relação, frágil, que se estabelece entre o isolamento do espectador na sessão de cinema e a implicação, fora da sala, do sujeito na arena social.

Jean-Louis Comolli

IMAGEM 1 – A luz dos vaga-lumes, 01



Fonte: [nosso acervo (A LUZ, 2015)]

O cinema, como um lugar político, figura nas agendas de políticas públicas. Assim, a mudança do suporte padrão, da película fílmica para os formatos digitais insere-se como um assunto relevante também na agenda pública, pois é notório como a informática e as tecnologias da informação e comunicação têm produzido novos modos de fazer e pensar as imagens na contemporaneidade. Os manejos imagéticos e sonoros coparticipam de nossas vidas, compondo e reconfigurando nossos corpos diariamente, por meio de celulares inteligentes, microcomputadores, televisões interativas, telas de caixas bancários e de autoatendimento, etc. Vivemos portanto, em um mundo no qual as pessoas cada vez mais interagem com, e, por telas; como na novela de Ballard, citada por Le Breton (2003), “em que todas as relações sociais, mesmo as mais íntimas, são efetuadas por intermédio de imagens” (p. 210).

As tecnologias da informação e comunicação afetam os modos de produzir, armazenar e difundir as informações de diferentes áreas dos saberes e fazeres humanos com velocidades equivalentes à obsolescência dos equipamentos de produção e processamento desses materiais digitais. A ligeireza dessas novas perspectivas propicia janelas de oportunidades instigantes, porém, noutros turnos, produz sérias preocupações em áreas profundamente impactadas. Uma dessas áreas é a arquivística, tendo em vista as interferências em princípios norteadores, carregadas pela mudança dos suportes padrões para formatos digitais, e, relativas sobretudo, à proveniência e às perspectivas de preservação de longo prazo dos documentos (BELLOTTO, 2017). Os materiais digitais podem ser copiados inúmeras vezes, expandindo assim suas possibilidades de produção e replicação, entretanto, o acesso às informações neles contidas depende de equipamentos técnicos e softwares compatíveis, e, “esta dependência tecnológica torna-o vulnerável à rápida obsolescência a que geralmente a tecnologia está sujeita” (FERREIRA, 2006, p. 18). Todavia, apesar das intermitências das vidas úteis inerentes às tecnologias digitais, a inserção dessas tecnologias em terrenos cinematográficos tem um grau de ruptura elevado, transmutando modos de fazer e pensar, e, por conseguinte, metamorfoseando processos e procedimentos, saberes e conhecimentos, além de recursos humanos e materiais.

Para seguirmos, é importante precisarmos alguns termos. O termo *audiovisual* sumariza um amplo espectro de atividades que acoplam imagens em movimento e gravações sonoras, sendo utilizado também para designar arquivos e associações profissionais da área. Como exemplo, a *arquivística audiovisual*, área que reúne atividades de “guarda e recuperação de documentos audiovisuais, a administração dos locais onde eles são guardados e das organizações responsáveis pela execução dessas tarefas” (EDMONDSON, 2017, p.19). Entendemos por

documentos, os registros de informações em suportes. Desse modo, nos *documentos audiovisuais* as inscrições sonoras e/ou visuais são realizadas em suportes específicos para esses tipos de informações (películas fílmicas, fitas magnéticas, discos, mídias digitais, etc.). Por sua vez, um *documento digital* diz respeito a um “documento codificado em dígitos binários, acessível por meio de sistema computacional” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 75). Também nos convém mencionar a recomendação do Conselho Nacional de Arquivos diferenciando os arquivos produzidos originalmente em formato de arquivo digital (*born digital*), daqueles que dizem respeito a representações em formato digital de documentos que não nasceram digitalmente (*representante digital - digital surrogate*) (CONARQ, 2010, p. 4). “A preservação digital combina políticas, estratégias e ações para assegurar o acesso a conteúdos convertidos ou produzidos digitalmente, a despeito dos desafios de falhas de mídias ou de mudanças tecnológicas” (EDMONDSON, 2017, p. 24, destaque nosso). Portanto, preservar e, por conseguinte garantir o acesso a documentos audiovisuais digitais (principalmente no que concerne a perenidade do acesso, da garantia da perpetuação de tais documentos a longo prazo), trata-se de um dos grandes desafios contemporâneos da arquivística audiovisual.

Os fazeres audiovisuais podem se tratar de produções culturais (experimentais, amadoras ou caseiras que não visam ao lucro como objetivo) e/ou mercadorias (produzidas visando distribuição e exibição), e estas, por sua vez, estão sujeitas às oscilações, interesses e desinteresses do público e do mercado (BORDE, 1984).

A digitalização dos modos de fazer e pensar o audiovisual brasileiro está imbricada num relevante momento de transformações na contemporaneidade, entrecruzado por questões políticas, sociais, mercadológicas, industriais, estéticas, tecnológicas, etc. Nesse ínterim, a atividade cinematográfica aparece comumente disposta em três grandes blocos: produção, distribuição e exibição. Instituições como museus, arquivos e cinematecas inserem a preservação como mais uma etapa dessa cadeia, amplificando a trajetória formal dos materiais fílmicos para além das salas de cinemas. O *Plano de diretrizes e metas para o audiovisual: o Brasil de todos os olhares para todas as telas* (PDM 2013), propõe um outro modo de pensar esse desmembramento das etapas produtivas cinematográficas: “atividades de produção, agregação (programação, empacotamento, formação de catálogos) e difusão (distribuição de cinema, exibição, comercialização e transmissão)” (ANCINE, 2013, p. 90).

Os processos de digitalização cinematográficos imiscuíram-se a tais etapas, remodelando significativamente os modos de feitura de um filme, desde os procedimentos mais simples aos mais complexos. Por exemplo, ao captar imagens tendo a película como suporte, a duração

máxima das tomadas condiciona-se ao tempo do rolo de filme carregado na câmera, de modo que se o suporte finda, é preciso aguardar o recarregamento para retomar a captura imagética. Com o digital, é possível ampliar esse tempo de captação, alterando os ritmos de um set de filmagem. Ademais, a visualização da imagem no momento de sua captação não é mais algo restrito ao operador de câmera, pois, com a conexão de alguns cabos é possível posicionar um ou mais monitores para que toda a equipe acompanhe o andamento da gravação.

Passando ao momento da exibição, os modos também são outros. Os filmes em película adentram as cabines das salas de cinema fracionados em diversos rolos, e estes, por sua vez, são acondicionados em estojos. Os operadores cinematográficos - ou projetionistas, profissionais responsáveis pelo manuseio, cuidados e projeção dos materiais fílmicos -, devem montar, projetar e desmontar os rolos de película para posterior devolução. Com os arquivos digitais em cena, os procedimentos são efetuados por intermédio de telas, por meio das quais os projetionistas visualizam *playlists* para acionar os materiais audiovisuais. As películas, latas de filmes, coladeiras, lentes, bobinas e todo o aparato da projeção mecânica saem de cena, imprimindo assim, outros modos de fazer e pensar o expediente de uma cabine de projeção. Além disso, os problemas relacionados à preservação de materiais fílmicos em suporte digital ainda se constituem como grandes desafios aos arquivos e cinematecas, pois nessa etapa da vida de um filme, os processos e rotinas também cambiaram substancialmente.

Nesse trabalho, pensaremos em alguns aspectos das etapas de distribuição, exibição e preservação. Primeiro trataremos de algumas articulações que culminaram na aproximação do cinema brasileiro à informática. A seguir, do *Programa Cinema Perto de Você* (CPV), política pública catalisadora do processo de digitalização do parque exibidor nacional, visando a expansão do acesso ao cinema e também a organização da cadeia produtiva ao utilizar-se de mecanismos como o *Recine*, que por meio da desoneração de impostos ou de investimentos do BNDES e das linhas de crédito do Fundo Setorial do Audiovisual, pode facilitar a compra de equipamentos, acelerando assim o ritmo do processo de digitalização do parque exibidor cinematográfico brasileiro. Nas considerações finais sinalizaremos questões acerca de possíveis efeitos da obsolescência, peculiares às tecnologias digitais.

2. Aproximação do cinema à informática

Por que digitalizar as salas de cinema? Quais movimentos antecedem essa mudança dos modos de fazer e pensar a exibição no país?

A história do cinema brasileiro tem sido permeada por movimentos de atração e repulsão no diálogo entre cinema, televisão e publicidade. Para Nestor Garcia Canclini, é necessário “se reposicionar a indústria cultural – cinema, televisão e vídeo – numa política multimídia, que inclua também publicidade e outros derivados comerciais das práticas simbólicas de massa” (CANCLINI, 1995 apud MARSON 2012, p. 90). Nessas mesmas linhas, Marson (2012) atribui à década de 90 o caráter de espectadora de integrações estéticas e técnicas, pois “não houve a elaboração de uma política multimídia que reposicionasse a indústria cultural brasileira” (MARSON 2012, p. 90).

Entre as décadas de 60 e 80, os profissionais do cinema consideravam a televisão e a publicidade como práticas “menores”, delimitadas à busca do lucro e alijadas da busca artística dos cineastas. Por conseguinte, “os profissionais desses dois campos também procuraram se distanciar do cinema, muitas vezes visto como atividade desenvolvida por profissionais do ‘mal feito’, da falta de cumprimento de prazos, da indisciplina e do artesanato” (MARSON, 2012, p. 94).

O pesquisador Arthur Autran Franco de Sá Neto, analisa o desenvolvimento do cinema brasileiro e latino americano a partir das perspectivas política e industrial, ao considerar que “o mercado cinematográfico não é algo natural e nem se constituiu ao acaso: ele foi conformado como um produto da indústria” (SÁ NETO, 2012, p. 17). De tal modo que Haag (2009) inicia o texto sobre a pesquisa de Arthur Autran com uma frase de Millôr Fernandes, com a qual sumariza esse impasse: “Se ganha dinheiro, o cinema é uma indústria. Se perde, é uma arte” (p.94).

O movimento de *Cinema da Retomada* caracterizou-se pela constituição de parcerias entre profissionais dos três campos. Dentre elas, foram efetivadas parcerias com redes televisivas como a TV Cultura e a TV Globo (que viria posteriormente a criar a Globo Filmes), incitando mudanças tanto estéticas quanto políticas no porvir.

A Globo Filmes trouxe ao campo cinematográfico o chamado padrão Globo de qualidade, dada sua capilaridade territorial consolidada por meio de suas telenovelas. O professor de cinema Ismail Xavier, caracteriza esse movimento do Cinema de Retomada, como pragmático e permeado pela “ausência de debates, que contribuiu para transformar o fazer cinematográfico em uma atividade cada vez mais profissional e comercial” (MARSON 2012, p. 105-106), descolada do fervor político do *Cinema Novo*, o qual propunha um projeto de país. Tal contexto espelhava a tópica relacional vigente entre comunidade profissional e Estado, tendo em vista o contínuo

desestímulo ao “filme político, inovador, ou mesmo revolucionário” e, o enaltecer do filme “interessante ao investidor” (MARSON, 2012, p. 112).

Em junho de 2000, foi realizado o *III Congresso Brasileiro de Cinema* em Porto Alegre, RS. Neste evento, ocorreram intensos debates acerca: da identidade brasileira nos filmes, da dependência do Estado, dos entrecruzamentos com televisão e publicidade e, da necessidade de políticas audiovisuais mais consistentes. No segundo semestre do mesmo ano, a Secretaria para o Desenvolvimento do Audiovisual do Ministério da Cultura (Minc), preparou o documento *Diagnóstico Governamental da Cadeia Produtiva do Audiovisual*, no qual sobrealça problemas das etapas produtivas do audiovisual brasileiro, tais como a concentração da distribuição por poucas empresas, pequena expressividade quantitativa do parque exibidor nacional, custos elevados de produção, além do destaque apontando para a necessidade de articulações urgentes entre cinema, televisão, publicidade e internet. A partir disso, é proposta uma agenda que inclui dentre seus temas a incorporação do audiovisual à informática:

O documento [...] sugere uma agenda mínima para o audiovisual, com as seguintes propostas: revisão do conceito de audiovisual brasileiro, **incorporando a informática**; [...] articulação com outros setores industriais; investimento na formação de mão de obra especializada; apoio governamental à distribuição por meio de fundos de investimentos; [...] incentivos à abertura de salas de exibição populares; estímulo à integração com a televisão [...]; além da volta de mecanismos regulatórios. (MARSON 2012, p. 153, grifo nosso).

É notória uma vontade da época de que a despeito das diferenças, outrora tidas como empecilhos, ocorram articulações entre diferentes setores da cadeia produtiva do audiovisual nacional. Nessas imbricações de forças, também é perceptível um desejo de aproximação do audiovisual à informática, tida como um dos elementos facilitadores da agenda sugerida.

Além desses fatores supracitados, o mercado cinematográfico brasileiro passa por pressões externas constantes, tanto ao que se refere à aquisição de equipamentos, quanto aos produtos em circulação. É necessário citar brevemente aqui nesse trabalho, a existência da legislação de “cota de tela”, a qual compele a exibição de uma determinada quantidade de filmes nacionais nos complexos cinematográficos do país. Há legislações como essas existentes no Brasil e em outros países no mundo, como: Argentina, Bolívia, China, Colômbia, Coreia do Sul, Egito, Espanha, México, Venezuela. Não nos deteremos nessa legislação, mas é importante frisar que sua argumentação a defende como uma medida protecionista, com o intuito de evitar que a indústria hollywoodiana tome conta dos mercados e culturas, inviabilizando as produções nacionais. Aqui, temos um fato concreto na legislação, acerca da pressão externa sobre o

mercado de distribuição e exibição versus a produção nacional, a qual solicita proteção estatal para não minguar frente à força estadunidense.

É notória a discussão que aborda a etapa de distribuição dos filmes para exibição no Brasil, como um momento problemático e dispendioso. Para se ter uma noção de como é visto esse revés, Sá Neto (2012) nomeou a segunda parte do seu texto de “A distribuição: onde começa o inferno” (p. 17).

O IV Congresso Brasileiro de Cinema, realizado no Rio de Janeiro em 2001, “selou a paz entre as duas categorias” (ARAUJO, 2001 apud SA NETO, 2012, p. 24). A marca das discussões contemporâneas, tem sido traçada pelo diálogo entre distribuidores estrangeiros, empreendedores brasileiros, Estado, televisão e o setor de produção. Nesse diálogo há uma confluência desigual de forças entre o lobby político das emissoras de TV com o poder público, e, as reivindicações dos profissionais produtores e exibidores, os quais mantêm forte dependência dos subsídios públicos.

Tendo em vista que a exibição é uma prática majoritariamente de mercado, ou seja, as salas de cinema privadas são as grandes difusoras dos filmes exibidos no Brasil, tais fazeres sempre foram de certo modo apartados das etapas anteriores da produção audiovisual, ou seja, distanciados dos saberes praticados antes das portas do set se fecharem. Acerca dos exibidores, Sá Neto destaca a atuação de Adhemar de Oliveira, proprietário de diversas salas de exibição no Brasil, inclusive o *Espaço Itaú de Cinemas* em São Paulo, pois em seus cinemas, entram em cartaz “não apenas filmes nacionais distribuídos por *majors* e com maior apelo de público” (Sá Neto, 2012, p. 24 – itálico do autor), mas também filmes nacionais que não possuem ampla distribuição.

Ademais, algumas movimentações políticas visaram políticas públicas protecionistas à distribuição e exibição de filmes nacionais. Instituições extintas como a Embrafilme e a Riofilme, buscavam justamente proteger e fomentar esta etapa, tendo em vista os elevados custos e dificuldades logísticas.

Com a digitalização dos modos de pensar e fazer cinematográficos, seriam precisos outros movimentos políticos, ou seja, viabilizar a digitalização das salas de cinema de modo a assegurar a exibição dos filmes nesse novo suporte. Mas, como convencer os exibidores a arcarem com tais custos, tendo em vista o oneroso dispêndio financeiro necessário a tal empreitada?

3. Digitalização das salas de cinema e as políticas públicas

Um grande percalço do processo de digitalização das salas de cinema brasileiras, refere-se a seus elevados custos. Com a mudança da película fílmica para os formatos digitais, a expectativa é que os custos de produção e distribuição caiam. Fatores relacionados à produção de cópias, transporte, armazenamento, bem como as características dos recursos humanos envolvidos mudam substancialmente. Em tese, os agentes envolvidos nesse processo, antes do filme chegar às salas, diminuem consideravelmente seus custos, mas, uma grande discussão pairou sobre a exibição, pois para exibir os filmes, as salas de cinema precisariam investir em adaptações estruturais, capacitação da mão de obra e em equipamentos adequados à nova tecnologia.

Para o exibidor não seria vantajoso realizar investimentos tão altos sem algum tipo de contrapartida. Nesse contexto, o Brasil adotou o *Virtual Print Fee* (VPF), modelo aplicado também em outros países. Para se ter uma ideia da importância do assunto, no dia 25 de abril de 2014, a Ancine publicou em seu site uma *Notícia Regulatória sobre a digitalização e distribuição de cinema* no Brasil, demonstrando o desejo de “disciplinar situações observadas no processo de digitalização da projeção cinematográfica e na atividade de distribuição de obras audiovisuais para exibição em salas de cinema” (ANCINE, 2014b). Para debater e organizar tal discussão, a Ancine instituiu pela Portaria 143, uma Câmara Técnica, com 13 participantes, considerando “o seu conhecimento técnico e representatividade profissional em um dos segmentos do mercado audiovisual – produção, distribuição ou exibição” (ANCINE, 2014). A primeira reunião ocorreu em 29 de maio de 2014. Em 19 de dezembro de 2014, foi publicado um relatório com análises e propostas para encaminhamentos dos temas abordados na Notícia Regulatória e os contratos de VPF tiveram destaque.

De modo geral, a lógica do VPF circunda tentativas de responder questões importantes para os envolvidos, como por exemplo: quem paga a conta da digitalização? Ou ainda: como organizar essa cadeia dialogando com pressões externas, fomentando mercado interno e protegendo a produção nacional? Tal qual enunciado na própria nomenclatura, o *Virtual Print Fee* constitui-se como uma “taxa virtual”, correspondente à uma impressão não realizada da cópia. Ou seja, o custo que seria endereçado pelos distribuidores para a produção de cópias em película dos filmes, é convertido em uma taxa que, a longo prazo, teoricamente cobrirá os valores despendidos pelos exibidores na compra de projetores digitais para suas salas de cinema.

A discussão é ampla e repleta de detalhes complexos, como a questão das cláusulas contratuais que desconsideram peculiaridades, por exemplo, dos pequenos lançamentos estrangeiros nos quais a mesma cópia recebida pela distribuidora era utilizada para a exibição

análoga não incorrendo em custos de cópiagem, de modo que, nesse caso, o VPF passa a onerar cópias virtuais, as quais não possuiriam correspondências com cópias físicas, pois se a tecnologia vigente fosse a película 35mm, estas não seriam produzidas, incidindo assim custos sobre a distribuição e não reduzindo. Outro caso é o da distribuição de filmes nacionais, os quais nem sempre eram lançados simultaneamente em vários cinemas e localidades, pois ao invés de um amplo lançamento nacional, com exibições simultâneas, que demandaria a produção de muitas cópias em película, eram realizados vários lançamentos em diferentes datas, utilizando-se das mesmas cópias. O valor do VPF nesse caso, deveria levar em conta essas peculiaridades, pois tratavam-se de planos de distribuição específicos, os quais não produziram o mesmo número de cópias 35mm que um filme internacional com maior amplitude de recursos financeiros para financiar uma estratégia de lançamento simultâneo em um amplo território - nas mesmas datas, e demandando conseqüentemente uma produção de cópias em larga escala, tendo em vista a importância das receitas da semana de estreia para os grandes lançamentos.

Nesse contexto, o *Programa Cinema Perto de Você* (CPV), objetivou agir como um organizador da cadeia produtiva por meio de mecanismos de investimento, desoneração e integração. Como se o Estado brasileiro atuasse como articulador de processos de negociação da digitalização no país por meio da Ancine (conforme enunciado na Notícia Regulatória e nas observações da Câmara Técnica supracitadas). O CPV foi instituído a partir da Lei 12.599/2012 (BRASIL, 2012), promulgada pela Presidenta Dilma Rousseff, como uma política pública que considera a importância do cinema digital para a inclusão, dinamização econômica, redução de custos e simplificação da distribuição dos materiais fílmicos; compreendendo o processo de digitalização como:

um fator fundamental para uma política de inclusão no mercado audiovisual, que promova a diversidade de conteúdos, reduza os desequilíbrios na distribuição e contribua para uma expansão sustentável do parque exibidor. Ela avança em ritmo cada vez mais acelerado no mundo inteiro, mudando a economia do cinema. Neste momento de vigorosa expansão do parque exibidor, a digitalização representa, sobretudo, uma oportunidade de desenvolver a economia audiovisual e de ampliar ainda mais o acesso dos brasileiros ao cinema¹

A primeira diretriz do *Plano de Diretrizes e Metas para o Audiovisual* (PDM), (ANCINE, 2013), destaca os objetivos do setor relativos ao crescimento e à desconcentração do parque

¹ Disponível em: <<http://cinemapertodevoce.ancine.gov.br/digitalizacao>>. Acesso em 18 mar. 2018.

exibidor no território nacional. O Cinema Perto de Você (CPV) é exposto como uma política catalisadora do planejamento dessa expansão descentrada, por viabilizar mecanismos de crédito, investimentos e desoneração de tributos. A digitalização, por sua vez, ressurte como uma tecnologia estratégica para simplificar a multiprogramação e aquecer os circuitos com menor número de salas, os quais, em tempos de película, tenderiam a adotar estratégias de recepção das cópias após o período dos grandes lançamentos em circuitos maiores, tornando diminutas as possibilidades de captação de receitas com a exibição dos filmes.

As políticas públicas de fomento à atividade do setor audiovisual têm se concentrado historicamente na etapa de produção, de modo que o Cinema Perto de Você se constitui como uma relevante política pública no que tange ao acesso ao cinema no Brasil. Essa concentração na etapa de produção não significou ampliações substanciais nas bilheterias de produções nacionais, pois “a distribuição e a exibição concentraram-se durante a década de 1990 sob o controle do capital estrangeiro, com a implementação de um novo modelo de negócio no setor de exibição, os multiplexes” (CARVALHO, 2015, p. 52). Esse modelo de negócio ampliou número de salas no país, pois, se em meados da década de 90 haviam pouco mais de mil salas, em 2014, apesar da elevada concentração de cinemas em shoppings e cidades com número de habitantes acima dos 500 mil, o número de salas dilatou para quase três mil.

No entanto, apesar da ampliação numérica do número de salas e dos investimentos na produção de filmes nacionais, apenas alguns filmes brasileiros obtinham bons resultados nas bilheterias. Estão entre esses casos isolados, filmes como “*Carandiru* (4,7 milhões de espectadores) e *Lisbela e o prisioneiro* (3 milhões), em 2003, *Tropa de elite 2* (11 milhões) e *Nosso Lar* (4 milhões), em 2010, e *Minha mãe é uma peça* (4,6 milhões), *De pernas pro ar 2* (3,8 milhões) e *Meu passado me condena* (3 milhões), em 2013” (CARVALHO, 2015, p. 54). A autora apresenta tal cenário para demonstrar a vulnerabilidade das políticas públicas relativas às etapas de distribuição e exibição da produção de filmes nacionais, justificando assim, sua escolha de estudo do CPV, como uma política pública que visou promover a inclusão de espectadores ao audiovisual brasileiro ampliando a quantidade de salas no território por meio de empréstimos, investimentos e desoneração tributária, além de atacar alguns desequilíbrios observados, como por exemplo, a concentração de salas em determinados pontos do território nacional.

Na atual conjuntura do mercado de distribuição cinematográfica, a digitalização da projeção é fator fundamental para uma política de inclusão no mercado audiovisual que contribua para uma expansão sustentável do parque exibidor, por conta da redução de custos e da potencial eliminação das barreiras para a distribuição física dos filmes. A digitalização torna-se um imperativo para a manutenção dos exibidores no mercado, porém o alto custo

da importação de projetores digitais dificulta a modernização das empresas financeiramente mais vulneráveis (CARVALHO, 2015, p. 59)

Esses elevados custos de importação demandaram articulações estratégicas efetivas. Acerca da desoneração tributária, os Artigos 12 a 16 da Lei 12.599/2012, tratam do *Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica (RECINE)*, que desobriga pessoas jurídicas beneficiárias do programa, do pagamento de diversos impostos, conforme detalha o Artigo 14:

Art. 14. No caso de venda no mercado interno ou de importação de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, novos, para incorporação no ativo imobilizado e utilização em complexos de exibição ou cinemas itinerantes, bem como de materiais para sua construção, fica suspensa a exigência:

I - da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS incidentes sobre a receita da pessoa jurídica vendedora, quando a aquisição for efetuada por pessoa jurídica beneficiária do Recine;

II - da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins- Importação, quando a importação for efetuada por pessoa jurídica beneficiária do Recine;

III - do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI incidente na saída do estabelecimento industrial ou equiparado, quando a aquisição no mercado interno for efetuada por pessoa jurídica beneficiária do Recine;

IV - do IPI incidente no desembarço aduaneiro, quando a importação for efetuada por pessoa jurídica beneficiária do Recine; e

V - do Imposto de Importação, quando os referidos bens ou materiais de construção, sem similar nacional, forem importados por pessoa jurídica beneficiária do Recine. (BRASIL, 2012).

Acerca dos efeitos quantitativos de tais movimentações, em 2014, cerca de 40% das salas brasileiras estavam digitalizadas. No final de 2015, segundo dados divulgados pela Agência Nacional do Cinema (Ancine), o número já chegava em 80%. Em 2016, a porcentagem divulgada atingiu 99,6%, ou 3.148 salas digitalizadas (OCA/ANCINE, 2016, p. 25).

Contudo, além da discussão acerca da transição tecnológica para os atores supramencionados, Gonçalves (2013, 2016), destacou um problema consequencial do processo de digitalização do parque exibidor cinematográfico brasileiro, ao sobrelevar alguns efeitos na comunidade profissional dos operadores cinematográficos, “mais conhecidos como ‘projecionistas’, profissionais responsáveis pela operação de todo o aparato técnico de projeção

das salas de cinema” (GONÇALVES, 2014); frente às mudanças disruptivas dos paradigmas operacionais oriundas da implantação do cinema digital nas cabines de exibição do Brasil e do mundo.

IMAGEM 2 – A luz dos vaga-lumes, 22



Fonte: [nosso acervo (A LUZ, 2015)]

Toda a lógica processual do trabalho em uma cabine de projeção mudou significativamente com a alteração do suporte padrão cinematográfico da película fílmica para os formatos digitais. O processo de trabalho dos operadores cinematográficos, o qual outrora vindicava uma miríade de saberes e conhecimentos para manejar os materiais audiovisuais (mecânica, elétrica, fotografia, montagem, desmontagem, manejos de diferentes tipos de películas fílmicas, etc.), agora realiza-se por meio das telas dos computadores plugados aos projetores digitais, demandando profissionais com outras trajetórias. “Seus saberes têm sido desterritorializados, em muitos casos até invalidados e demissões em massa têm acontecido, por muitos desses profissionais ou não saberem, ou mesmo em alguns casos, recusarem-se a operar cabines de projeção com o digital como corpo-suporte” (GONÇALVES, 2016, p. 852).

Além das significativas alterações nos processos de exibição, também mudam os modos de fazer e pensar a preservação cinematográfica, dado que a lógica dos acervos e cinematecas

tende a passar “da ‘preservação’, para a ‘manutenção’, pois, a partir do momento em que não se tem mais objetos para preservar, mas sim dados (pixels), as preocupações práticas e teóricas alteram-se substancialmente” (GONÇALVES, 2016, p. 843). Acerca dessa preocupação, da preservação e acesso das obras audiovisuais a longo prazo nesse novo contexto, destacamos duas importantes publicações: os livros *O Dilema Digital I* (AMPAS, 2009) e *O Dilema Digital II* (AMPAS, 2015), produzidos respectivamente, pela Cinemateca Brasileira e pelo Instituto Butantã.

4. Considerações Finais

As políticas públicas para digitalização das salas de cinema, visaram atender discussões delineadas processualmente, acerca de soluções capazes de diminuir custos, simplificar a distribuição e propiciar expansão e democratização do acesso aos filmes nacionais, considerando que tais medidas seriam muito complexas e dispendiosas se mantivessem a película como suporte principal. “Assim, se até bem pouco tempo o cinema era realizado somente por uma elite por meio da disponibilidade de uma quantia considerável de recursos financeiros [...] hoje qualquer indivíduo pode se autointitular realizador” (NUDELIMAN e PFEIFFER, 2012, p.108). Somando-se ao espraiamento das possibilidades de produção por conta do barateamento das câmeras digitais, há também outros modos de exibição vigentes, se considerarmos as múltiplas possibilidades de difusão de conteúdos disponíveis na rede mundial de computadores e suas diversas redes sociais de compartilhamento de imagens.

O cinema e, de modo mais geral, o audiovisual, articula arte e indústria a mecanismos técnicos, estéticos, comerciais, industriais, institucionais, etc. Desta feita, seus modos de pensar e fazer trafegam em caminhos construídos processualmente por pessoas que se relacionam e estabelecem processos de negociações. Ademais, algumas perguntas pulsam por estas linhas: seria possível expandir o setor com outra tecnologia, que não fosse o digital atrelado aos saberes da informática e das tecnologias da informação e comunicação? Ainda assim, mesmo considerando a importância do digital, como lidar com os saberes, fazeres e recursos relacionados às películas fílmicas, bem como com os profissionais que constituem e corporificam tais conhecimentos?

O processo de digitalização exigiu uma readaptação de todo mercado cinematográfico. No entanto, se por um lado essa mudança tecnológica possibilita diminuição de custos logísticos e mudanças substanciais na produção e difusão de materiais audiovisuais; por outro, é preciso atentar aos processos de obsolescência inerentes às tecnologias digitais. Afinal, quanto tempo de vida terão os projetores adquiridos pelas políticas públicas que catalisaram a digitalização do

parque exibidor nacional? Por quanto tempo os softwares e formatos digitais vigentes dialogarão, sem que para isso sejam precisos outros vultuosos investimentos para atualizar tais sistemas? Além disso, qual será o prazo de validade dos próprios filmes? Pois, se antes os acervos estavam acostumados a lidar com objetos fílmicos, agora a lógica muda para a manutenção de dados. Os *pixels* digitais requerem, portanto, abrigo e cuidados vitais aos museus, arquivos e cinematecas.

Referências

ACADEMIA DE ARTES E CIÊNCIAS CINEMATOGRAFICAS [AMPAS]. **O dilema digital**: questões estratégicas na guarda e no acesso a materiais cinematográficos digitais. AMPAS: Estados Unidos, 2007. Tradução produzida pela Cinemateca Brasileira a partir da 2.ª impressão digital, de fevereiro de 2008, com autorização da Academia de Artes e Ciências Cinematográficas (AMPAS), São Paulo: Cinemateca Brasileira, 2009.

ACADEMIA DE ARTES E CIÊNCIAS CINEMATOGRAFICAS [AMPAS]. **O dilema digital 2**: perspectivas de cineastas independentes, documentaristas e arquivos audiovisuais sem fins lucrativos. AMPAS: Estados Unidos, 2012. Traduzido por Millard Schisler; Osvaldo Emery e Patricia de Filippi. São Paulo: Instituto Butantan, 2015.

ANCINE. (2013). **Plano de diretrizes e metas para o audiovisual**: o Brasil de todos os olhares para todas as telas. 1ª edição, julho, 2013. Rio de Janeiro: Agência Nacional do Cinema.

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivo**: Estudos e Reflexões. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017.

BORDE, Raymond. **Avatares de un arte vulnerable**. In: El Correo de la Unesco. - Año XXXVII, n. 8. p. 4-6. - París: Unesco. 1984.

CARVALHO, Milena Times de. (2015). **Políticas Culturais de Acesso ao Cinema no Brasil**: Os Desafios do Programa Cinema Perto de Você. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade de Brasília/ UnB. Linha de Pesquisa: Políticas de Comunicação e de Cultura. Orientadora: Profa. Dra. Elen Cristina Gerales.

COMOLLI, Jean-Louis. **Ver e poder**: a inocência perdida. Cinema, televisão, ficção, documentário. Belo Horizonte: Editora da UFMG. 2008.

CONARQ – Conselho Nacional de Arquivos. Ministério da Justiça. Arquivo Nacional. **Resolução nº 31, de 28 de Abril de 2010**. Dispõe sobre a adoção das Recomendações para Digitalização de Documentos Arquivísticos Permanentes. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/Recomendacoes_digitalizacao_completa.pdf>. Acesso em 12 mar. 2018.

EDMONDSON, Ray. **Arquivística audiovisual**: filosofia e princípios. Trad. de Carlos Roberto Rodrigues de Souza. Brasília: UNESCO, 2017.

FERREIRA, Miguel. **Introdução à preservação digital**: Conceitos, estratégias e actuais consensos. Guimarães, Portugal: Escola de Engenharia da Universidade do Minho, 2006.

GONÇALVES, Ingrid Rodrigues. **Artesãos da imagem**: os projecionistas e suas geografias. In: Anais III Colóquio Internacional “A educação pelas imagens e suas geografias”. Vitória - Espírito Santo, 2013.

GONÇALVES, Ingrid Rodrigues. (2014). **Artesãos da Imagem**: cultura visual, cartografias e representações na trajetória dos operadores cinematográficos - Resumo. XIV Colóquio Ibérico de Geografia - Cartografia, Cultura Visual e Representações do Mundo. Disponível em: <http://www.lasics.uminho.pt/conferences/index.php/CEGOT/XIV_ColoquioIbericoGeografia/paper/view/1495>. Acesso em 10 jan. 2016.

GONÇALVES, Ingrid Rodrigues. **Uma dança dos corpos fílmicos**. ETD - Educação Temática Digital, Campinas, SP, v. 18, n. 4, p. 835-856, nov. 2016. ISSN 1676-2592. Disponível em: <<http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8646440>>. Acesso em: 16 nov. 2016. doi: <http://dx.doi.org/10.20396/etd.v18i4.8646440>

HAAG, Carlos (2009). **Luz. Câmera. Onde está a ação?** As muitas dificuldades para o cinema nacional se transformar numa indústria. Revista Pesquisa FAPESP. ED. 157 | MARÇO 2009. Disponível em: <<http://revistapesquisa.fapesp.br/2009/03/01/luz-camera-onde-esta-a-acao/>>. Acesso em: 02 dez. 2015.

LE BRETON, David. (2003). **Adeus ao corpo**: Antropologia e sociedade. Trad. Marina Appenzeller. Campinas, SP: Papyrus.

MARSON, Melina Izar. **Cinema e Políticas de Estado**: da Embrafilme à Ancine. Melina Izar Marson; Alessandra Meleiro, organizadora – São Paulo: Escrituras Editora. Vol I. 2012.

NUDELIMAN, Sabrina; PFEIFFER, Daniela. (2012). **Novas janelas**. In: MELEIRO, Alessandra (org.). Cinema e mercado. São Paulo. Escrituras Editora. Vol III.

OCA/ ANCINE. Observatório Brasileiro do Cinema e do Audiovisual/ Agência Nacional do Cinema. Informe Anual 2016 - 01 de janeiro a 31 de dezembro. **Segmento de Salas de Exibição**: Informe de Mercado. Disponível em: <<https://oca.ancine.gov.br/informe-anual-exibi%C3%A7%C3%A3o-2016-0>>. Acesso em 02 set. 2017.

SA NETO, A. A. F. (2012). **O Pensamento Industrial Cinematográfico Brasileiro**: Ontem e Hoje. In: Cinema e Mercado. Alessandra Meleiro (org.). São Paulo: Escrituras Editora. Vol III. (p.15 – 35)

Websites

ANCINE. (2014). **ANCINE instala sua primeira câmara técnica para discutir a digitalização e a distribuição de cinema.** 20 mai. 2014. Disponível em: <<http://www.ancine.gov.br/sala-imprensa/noticias/ancine-instala-sua-primeira-c-mara-t-cnica-para-discutir-digitaliza-o-e-distr>>. Acesso em 03 nov. 2014.

ANCINE. (2014b). **ANCINE publica Notícia Regulatória sobre digitalização e distribuição de filmes para cinemas.** 25 abr. 2014. Disponível em: <<http://www.ancine.gov.br/sala-imprensa/noticias/ancine-publica-not-cia-regulat-ria-sobre-digitaliza-o-e-distribui-o-de-filmes>>. Acesso em: 20 nov 2015.

A LUZ dos vaga-lumes. [Fotografia]. Ingrid Rodrigues Gonçalves. Brasil. 2015. Disponível em: <<https://www.flickr.com/photos/balemecatronico/albums/72157665898001032>>. Acesso em: 20/08/2016.

BRASIL. Lei Nº 12.599, de 23 de março de 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12599.htm>. **Portal do Planalto.** Acesso em: 09 mar. 2018.

A seguir, leia a seção **INTÉRPRES DO ACERVO** 

INTÉRPRETES DO ACERVO

Mundos do trabalho e o mundo dos arquivos

John French fala de suas experiências nos arquivos

147

Apresentação

A Seção Intérpretes do Acervo foi desenhada para divulgar as pesquisas e o conhecimento produzidos com base no acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo. Nossa proposta é estreitar a relação com os pesquisadores que realizam suas investigações na instituição. Afinal, quem são esses pesquisadores? Qual o perfil das suas pesquisas? Quais as dificuldades encontradas? E, mais do que isso, quais documentos eles buscam, e sob quais perspectivas analisam esses documentos? Sabemos que são inúmeras as abordagens possíveis.



Nosso entrevistado e intérprete nesta edição é o pesquisador e professor da Universidade de Duke (EUA), **John D. French**, brasileiro, especialista em História Social do Trabalho, com vasta publicação acadêmica nos temas Brasil, globalização, trabalho e política na América Latina, trabalho, raça, e gênero entre outros. Destacamos duas dessas publicações em língua portuguesa: *O ABC dos operários: conflitos e alianças de classe em São Paulo (1900-1950)* [1] e *Afogados em Leis: a CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros* [2]. Inveterado pesquisador em arquivos desde o início de sua carreira acadêmica, realizou várias de suas pesquisas no APESP e publicou artigo sobre arquivos de organizações de trabalhadores [3].

Para mais informações curriculares de French, ver: <https://history.duke.edu/people/john-d-french>. Ali, algumas de suas publicações acadêmicas podem ser baixadas na íntegra.

[1] FRENCH, John . **O ABC dos Operários: Conflitos e Alianças de Classe em São Paulo, 1900-1950**, São Paulo, Hucitec/Prefeitura de São Caetano do Sul, 1995.

[2] FRENCH, John. **Afogados em leis: a CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros**. Trad. Paulo Fontes. São Paulo, Ed. Fundação Perseu Abramo, 2001.

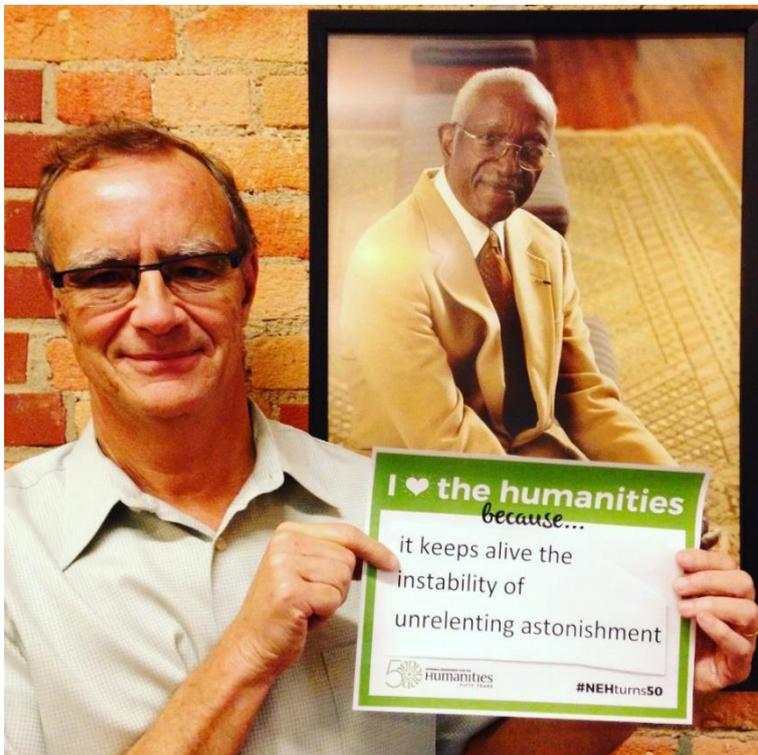
[3] FRENCH, John. "[Os Trabalhos Arquivísticos Voltado ao Mundo dos Trabalhadores: Avanços e Desafios em América Latina desde 1992.](#)" In **O mundo dos trabalhadores e seus arquivos**, editado por Antonio José Marques e Inês Terezinha Stampa, 83-101. Rio de Janeiro e São Paulo, Brasil: Arquivo Nacional/CUT, 2010.

Intérpretes do Acervo

Mundos do trabalho e o mundo dos arquivos

John French fala de suas experiências nos arquivos

Foto: Arquivo pessoal



John French. Ao fundo, imagem de John Hope Franklin, historiador

John, desde quando você vem pesquisar aqui no arquivo? O que motivou a sua pesquisa sobre o Brasil e, especificamente, aqui no Arquivo Público do Estado?



Quando entrei no programa de doutorado em história de Yale, em 1979, pretendia realizar pesquisas sobre o mundo de Benito Juárez, a Guerra da Reforma e a Intervenção Francesa no México do século XIX. Em nosso primeiro encontro, minha orientadora, Emília Viotti da Costa, me perguntou o que mais eu achava interessante, e mencionei as manchetes sobre greves dramáticas no subúrbio industrial da grande São Paulo, especificamente, na região do ABC (Santo André, São Paulo Bernardo do Campo e São Caetano do Sul). De minhas muitas dívidas a Emília, admito que eu devo minha carreira à sua decisão nessa ocasião. Eu me inscrevi para estudar Língua Portuguesa e seis semanas depois escrevi minha primeira proposta de bolsa de viagem que me levaria, pela primeira vez, a São Paulo em 1980. Ainda lembro da minha primeira visita ao Arquivo Público do Estado de São Paulo - APESP,

que estava localizado em um prédio que fora uma antiga fábrica de tapetes. Naturalmente, recebi uma calorosa recepção de seu diretor, o conhecido historiador José Sebastião Witter (1933-2014), que também conhecia Emília. Na época, no entanto, o Arquivo Público do Estado era pouco explorado para pesquisas diretamente relacionadas à história do trabalho, então fui em busca dos “arquivos mortos” de instituições ainda em atividade no ABC e do arquivo do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo.

Os historiadores têm uma relação muito peculiar com os arquivos. Qual a importância do uso dos arquivos para a escrita da história?



Dizem que os historiadores têm dois amores. Primeiro, os jornalistas que escrevem "o primeiro rascunho da história" e, segundo, os arquivistas profissionais que são encarregados não só de preservar os jornais nos quais os jornalistas escrevem, mas também toda a documentação imaginável que serve de base para a busca de nossa vocação: compreender e explicar o passado em diálogo com o presente.

“Apesar de todas as queixas dos brasileiros quanto à negligência nacional pela história, pela experiência que tive, só posso elogiar os servidores públicos responsáveis pelos arquivos ativos das muitas instituições em que pesquisei em 1981-82”

Fale da sua experiência no contato com documentos de arquivos e o reflexo disso nos resultados de suas pesquisas. Você teve muita dificuldade para pesquisar nos arquivos que guardam registros da organização e luta dos trabalhadores?

No meu primeiro livro, notei que o êxito de qualquer pesquisa histórica depende da preservação e acessibilidade das fontes primárias relevantes. Apesar de todas as queixas dos brasileiros quanto à negligência nacional pela história, pela experiência que tive, só posso elogiar os servidores públicos responsáveis pelos arquivos ativos das muitas instituições em que pesquisei em 1981-82. É comum se ouvir que o Brasil não tem e não respeita a história, mas o que eu diria, olhando para trás, para 1980, é que no Brasil ainda não tinha sido feita a transição para a profissionalização da prática arquivística. E aqui as transformações que ocorreram em São Paulo - especialmente no APESP com seu novo edifício – são, de fato, impressionantes!

Como você enxerga a abordagem historiográfica sob a perspectiva dos mundos dos trabalhadores?



Meu envolvimento com a profissão começou no final da década de 1960, quando se assistiu a uma revolução na prática historiográfica, que ficou conhecida como *história social*. No entanto, eu nunca separaria a escrita da história dos trabalhadores ou dos sindicatos da história política. Na introdução a uma edição de 1985 de seus ensaios sobre o Império brasileiro, Emília Viotti observou que uma mudança visando estudar os oprimidos e escrever a história de “baixo para cima” traria seus próprios riscos. Segundo ela:

Eles geralmente nos dão uma imagem fragmentada da sociedade e muitas vezes nos fazem perder de vista as interconexões entre as instituições e estruturas econômicas, sociais, políticas e ideológicas. Mais importante, eles nos fazem esquecer que, nas sociedades modernas, muito mais do que no passado, a política está no centro da vida humana. Essa centralidade da política é resultado tanto da incorporação de um número crescente de pessoas na economia de mercado quanto da presença irresistível do estado moderno na vida das pessoas (...) A vida de um camponês em uma aldeia perdida no sertão, as condições de trabalho de um trabalhador em uma fábrica, o *status* de uma mulher em uma sociedade, as oportunidades negadas ou abertas a uma pessoa negra, tudo depende não apenas da própria luta ou da lógica fria do mercado, mas também das decisões tomadas por aqueles que detêm o poder. É impossível entender a história dos “sem poder” (*powerless*) sem entender a história dos poderosos (e, claro, o contrário também é verdadeiro.) A história de baixo para cima pode ser tão sem sentido quanto a história de cima para baixo.¹

Aqui no Brasil, de uma maneira geral, os arquivos são negligenciados pelos gestores públicos e cidadãos em geral. Em rápida pincelada, como você avalia a organização e preservação dos arquivos em geral nos Estados Unidos?



Todos os anos, a organização de historiadores profissionais nos EUA, a *American Historical Association* (similar à ANPUH no Brasil), faz *lobby* junto ao Congresso e ao Poder Executivo, a fim de sensibilizar funcionários públicos e administradores quanto à importância da preservação e conservação dos documentos que são necessários para que o nosso país, eventualmente, possa entender como estamos mudando (ou não) e por quê. Esta é uma tarefa diária, semanal e mensal de conscientização, porque é difícil para os responsáveis pelos orçamentos restritos enxergarem por que eles deveriam gastar dinheiro em coisas “inúteis”, como se preocupar com a história quando há outros problemas urgentes a serem atendidos com os recursos públicos (para não mencionar grupos de interesse mais poderosos que buscam acesso ao dinheiro público para os seus fins, ajudado pelo fato que podem fazer doações para campanhas políticas).

1 Emília Viotti da Costa, *The Brazilian Empire: Myths and Histories* (Chicago: University of Chicago Press, 1985), xvii.

Os historiadores, neste sentido, são um grupo de interesse em desvantagem, exceto quando nos articulamos, de maneira convincente, porque a história é importante para os vários grupos que são influenciados pelas decisões tomadas pelo governo. A este respeito, mesmo o apelo à vaidade dos políticos ou ao respeito pelos heróis míticos nacionais é uma moeda válida de luta para defender e ampliar o financiamento para preservação e acesso aos documentos arquivísticos. Atualmente, nesse sentido, o maior desafio enfrentado pelos arquivistas no mundo - nos países mais ricos, como os EUA - é como lidar com o imenso volume de documentação digital que é gerada nas esferas do governo e da política. O imenso e incessante volume de materiais na rede *web*, mesmo se pensarmos no que é produzido só no Twitter, é de tal magnitude que precisamos de recursos mais amplos e em constante expansão para garantir que esta parte da história não seja perdida.

Há alguma política ou diretriz para guarda e preservação de arquivos empresariais de organizações já inativas nos Estados Unidos?



As regras relativas à preservação e ao acesso público nos Estados Unidos aplicam-se apenas a entidades governamentais e isso é uma enorme limitação, quando buscamos contar a história completa de nossas sociedades, na qual corporações e entidades privadas, com e sem fins lucrativos, desempenham papéis importantes. Nem sempre as soluções adequadas são encontradas quando se trata de preservar os registros da empresa, mas quando acontece é por causa das iniciativas dos arquivos privados e públicos.

O melhor exemplo que me vem à mente é o da *Duke University*, uma universidade privada de elite que em 2011 adquiriu - em acordo com a empresa - todo o acervo da *North Carolina Mutual Life Insurance Company*, uma das maiores e mais duradouras de *Black-owned businesses*² nos EUA. Caso a Duke não estivesse disposta a gastar recursos em termos de espaço e pessoas, seria improvável que essa parte fundamental da história dos afro-norte-americanos fosse preservada. Coisas assim são parte da missão pública de todos os envolvidos com a escrita da história ou de quem contribui para isso, e devem ser levadas muito a sério.

Fazendo um paralelo, como você avalia a situação dos arquivos brasileiros, de uma maneira geral?

² <https://blogs.library.duke.edu/rubenstein/2011/09/09/north-carolina-mutual-archives/> *Black-owned businesses* são empreendimentos gerenciados por negros, surgidos desde o pós-abolição nos EUA, 1865.



Em geral, sou otimista com os progressos realizados no Brasil, apesar de que ainda há muito a ser feito. Eu mencionei as transformações espetaculares que o APESP sofreu com a mudança para sua nova casa em 1997. Quando comecei minha pesquisa em São Paulo em 1981, um dos arquivos fundamentais com os quais trabalhei foi o Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), da UNICAMP, que, na época, mantinha uma preciosa coleção de jornais das primeiras publicações operárias. Na minha primeira visita, o AEL - um gigante no campo de arquivos - consistia em duas pequenas salas e a expansão durante cada visita subsequente foi surpreendente, incluindo o novo edifício. O AEL também se distinguiu com a aquisição de registros de empresas e de sindicatos, o que é de vital importância. E, finalmente, São Paulo possui agora uma gama completa de arquivos administrados profissionalmente, vinculados a universidades como a PUC e a UNESP, além de outras entidades, como o Museu da Imigração.

Tendo feito pesquisas durante um ano em Sergipe, em 2000, chamou-me a atenção o fato de que outras regiões do país com economias mais fracas e governos com menos recursos estão mais atrasadas em relação a São Paulo, embora esses estados também estejam 100% melhores em termos de preservação e acesso do que eram há poucas décadas. Gostaria que houvesse mais políticas governamentais no plano nacional de distribuição de riqueza, por assim dizer, para permitir a construção de arquivos e maior profissionalização da infraestrutura arquivística em regiões mais pobres, que são, afinal, algumas das mais antigas e mais importantes para a trajetória histórica do que se tornou o Brasil que conhecemos hoje.

Em artigo de sua autoria você afirma que *“A ampliação e a profissionalização das atividades arquivísticas são uma necessidade para cumprir quaisquer metas ambiciosas, independentemente da vontade dos indivíduos comprometidos com a missão, em termos da recuperação, preservação e organização da documentação sobre o passado dos trabalhadores”*. Você poderia elucidar um pouco mais essa sua afirmação para os leitores desta Revista?

“Gostaria que houvesse mais políticas governamentais no plano nacional de distribuição de riqueza, por assim dizer, para permitir a construção de arquivos e maior profissionalização da infraestrutura arquivística em regiões mais pobres, que são, afinal, algumas das mais antigas e mais importantes para a trajetória histórica do que se tornou o Brasil que conhecemos hoje”.



A citação em questão vem de uma publicação relacionada a uma das iniciativas maravilhosas que é fruto de apoio governamental a projetos de arquivos nos últimos quinze anos. Uma grande variedade de projetos foi realizada com o apoio dos arquivos nacional, estaduais, e locais e entidades privadas (como a CUT) que investiram na preservação histórica. As iniciativas para aprofundar o recolhimento de materiais do movimento social foram bem-vindas, bem como a preservação e o aumento do acesso público aos arquivos de repressão, tanto antes quanto depois da ditadura militar de 1964. Neste sentido, o processo da Comissão da Verdade baseou-se nisso. A este respeito, louvarei particularmente o APESP pelo seu papel brilhante em disponibilizar e divulgar amplamente as riquezas oferecidas pela documentação do DEOPS, que se tornou uma fonte fundamental para entender tantas dimensões da vida e da política brasileira. A recente abertura do arquivo do Serviço Nacional de Informações (SNI) no Rio de Janeiro é outro exemplo expressivo.

Você orienta e estimula os seus alunos a seguirem seu caminho de pesquisador em fontes primárias? Quando estes vêm pesquisar no Brasil, que orientações você passa para eles?



Ainda mais importante, eu encorajo os meus estudantes norte-americanos a reconhecer que eles são convidados em um país estrangeiro e precisam de uma sensibilidade e compreensão adequada, tanto em relação a sua própria posição, quanto como lidar com as limitações que, muitas vezes, enfrentam os responsáveis pelos arquivos; sejam elas deficiências e recursos financeiros, níveis de eficiência aquém do ideal, ou falta de pessoal bem treinado e assim por diante. Como em qualquer parte da vida, é vital fazer amigos e valorizar aqueles que fazem o trabalho e conhecem os arquivos melhor do que ninguém, mas cujas contribuições são invisíveis nas teses, livros e artigos que produzimos como historiadores. Um pouco de paciência é necessário em uma situação na qual não se pode, muitas vezes, comparar com os arquivos que eles podem estar acostumados aqui nos EUA. Nunca é uma estratégia eficaz reclamar sobre o tempo que leva para que os documentos sejam entregues, as restrições a cópias ou a indisponibilidade de registros completos de coleções e fundos documentais (descrições pouco detalhadas do conteúdo das pastas). E, claro, nada disso se aplica ao APESP.

Como em qualquer parte da vida, é vital fazer amigos e valorizar aqueles que fazem o trabalho e conhecem os arquivos melhor do que ninguém, mas cujas contribuições são invisíveis nas teses, livros e artigos que produzimos como historiadores.

Como foi a sua experiência no APESP, sentiu dificuldades no atendimento e na pesquisa no salão de consultas?



Nunca tive grandes dificuldades. Este é um dos melhores arquivos organizados que conheço e com uma equipe bem capacitada e atenta. Espero apenas que o governador e os legisladores do Estado apreciem tudo o que vocês fazem pelos arquivos e que compreendam o que poderia ser feito por eles, se esses governantes garantissem os recursos necessários para permitir que as chefias e suas equipes se dediquem ao ideal compartilhado de alcançar o público em geral, incluindo o ensino fundamental e médio, e assim por diante. Temos que atrair as pessoas para a história desde a juventude. É por isso que temos competições de história nacional como parte da educação K-12 nos EUA.³

154

Os seus trabalhos acadêmicos refletem íntima relação das culturas dos mundos do trabalho com a política geral. Como você está enxergando as organizações dos trabalhadores neste contexto tumultuado e “confuso” da política brasileira atual?



O historiador está com frequência "fora do lugar" quando trata das questões políticas contemporâneas, ainda mais em se tratando de um brasileiro estrangeiro como é meu caso. Ao mesmo tempo, sempre acreditei que todos os povos do mundo têm o direito de acertar e errar na condução de sua própria vida política e suas práticas públicas.

“Este é um dos melhores arquivos organizados que conheço e com uma equipe bem capacitada e atenta. Espero apenas que o governador e os legisladores do Estado apreciem tudo o que vocês fazem pelos arquivos”.

³ O sistema de ensino obrigatório nos EUA tem duração de 13 anos englobando a elementary school, que corresponderia ao ensino fundamental no Brasil e no qual o aluno ingressa com cinco anos (no kindergarten) e fica até a 8ª série, e a *high school*, que corresponde ao ensino médio no Brasil, e engloba da 9ª à 12ª série.

Sendo estadunidense, dado a última eleição aqui, preciso falar com humildade, uma vez que nosso exemplo mostra que sabedoria e equilíbrio político não andam em paralelo com os níveis de riqueza, educação, ou poder de um determinado país.⁴

A situação é difícil em ambos os países, sem dúvida, e a mudança de Obama e Lula para Trump e Temer é um desafio que não oferece boas perspectivas para o futuro imediato. Mas, novamente, o otimismo que eu sinto

tem a ver com minha convicção absoluta de que, como se diz, você pode enganar algumas pessoas o tempo todo ou todas as pessoas durante algum tempo, mas você não pode enganar todas as pessoas o tempo todo. Tenho confiança em meus compatriotas e nos brasileiros para alterar o futuro no sentido da esperança, longe do medo e do ódio.

“Eu a vi pela última vez em maio passado em São Paulo e estou pensando muito sobre a Emília Viotti, junto com seus muitos alunos, já que estou coordenando a redação de seu obituário para a revista norteamericana.”

Fale um pouco de suas últimas pesquisas realizadas aqui no Brasil.



Em maio de 2017, pouco antes da minha penúltima visita ao APESP, entreguei a metade da biografia do presidente Luís Inácio Lula da Silva: *A política de astúcia de Lula: do sindicato à presidência*. Junto com vários historiadores brasileiros, tenho trabalhado cada vez mais no modo biográfico de análise histórica em um nível empírico,⁵ em termos de reflexão teórica⁶ e como forma de alcançar um público mais amplo.⁷

4 Para uma reflexão mais profunda veja: John D. French, "A Abolição da Miséria: André Rebouças e Os Desafios do Brasil Contemporânea." E-Legis [Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados] 10, no. 24 (2017): 86-98. <http://e-legis.camara.leg.br/cefor/index.php/e-legis/article/view/370>

5 John D. French, "Como os não tão fracos prevalecem: a demanda no mercado de trabalho industrial e os contornos da militância na São Paulo de meados do século XX, Brasil," *Cadernos AEL* Vol. 18 #30 (2014/2011), 204-255.

6 John D. French, "Social History and the Study of 'Great Men'? The *Hispanic American Historical Review*, William Spence Robertson (1872-1956), and the Disciplinary Debate about Biography," *Anuario Colombiano de Historia Social y de la Cultura*, Vol. 40 Supplement 1(2013), 99-138. <http://www.revistas.unal.edu.co/index.php/achsc/article/view/46972>

7 John D. French Alexandre Fortes, "Jacobins, Bolsheviks, and the Dream of Revolution: October 1917 in the Trajectory of a Brazilian Metalworker of African Descent," *Labor: Studies in Working Class History of the Americas* Vol 14 #3 (September 2017), 23-34. Em Português: <http://www.nocaute.blog.br/brasil/jacobinos-bolcheviques-e-o-sonho-da-revolucao.html>

Você poderia fazer um breve comentário sobre a nossa Emília Viotti da Costa, que nos deixou recentemente? Falar um pouco sobre o seu contato com ela, como professora e orientadora acadêmica?



Eu a vi pela última vez em maio passado em São Paulo e estou pensando muito sobre a Emília Viotti, junto com seus muitos alunos, já que estou coordenando a redação de seu obituário para a revista *Norteamerican Hispanic American Historical Review*. Meu colega Alexandre Fortes e eu debatemos a contribuição dela para a história do trabalho em um artigo, há alguns anos,⁸ e tudo o que eu diria aqui - com base na minha experiência pessoal - era que ela combinava um intelecto poderoso e penetrante com uma força de urgência moral sem nunca cair em um sentimentalismo barato que faz crer que seus desejos para o mundo coincidam com o que está ao seu redor. Você deve trabalhar duro, coletivamente, se você quiser mudar o mundo para o que deseja, enquanto reconhece isso, e mesmo que a mudança seja para melhor, ela nunca se assemelhará com seus sonhos.

O Brasil ainda tem despertado muito interesse de pesquisa histórica nas universidades dos Estados Unidos?



Historicamente, o México sempre foi o país mais popular na América Latina para se estudar na academia dos EUA, mas isso já não é verdade hoje. Na última década e meia, vemos um aumento promissor de interesse nas pesquisas sobre as mudanças

que ocorreram no Brasil a partir da década de 1990, uma vez que o país embarcou em um caminho mais independente e esperançoso. As matrículas para estudar a Língua Portuguesa estão aumentando, embora ainda sejam insignificantes para a importância do país. E o Brasil é um campo de estudo fértil em muitas disciplinas, com muitas universidades, incluindo esta onde trabalho, tendo dedicado iniciativas universitárias voltadas especificamente para a construção de laços e fomento de pesquisa, ensino e difusão sobre o Brasil.

“Você deve trabalhar duro, coletivamente, se você quiser mudar o mundo para o que deseja, enquanto reconhece isso, e mesmo que a mudança seja para melhor, ela nunca se assemelhará com seus sonhos.”

⁸ Alexandre Fortes and John D. French. "Sobre Encantadores e Filósofos: Fazendo História do Trabalho no Brasil." In *Cruzando Fronteiras: Novos Olhares Sobre a História do Trabalho*, edited by Alexandre Fortes [et al], 17-28. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo 2013. Para a versão em inglês: "When the Plumber(S) Com to Fix a Country: Doing Labor History in Brazil." *International Labor and Working Class History*, no. 82 (2012): 85-91.

Na sua opinião, o que precisa ser feito para incentivar a preservação de documentos de entidades voltadas para a organização dos trabalhadores e de movimentos sociais?



O único caminho possível, na minha opinião, é que organizações, sindicatos e movimentos sociais encontrem formas de pôr seus arquivos - de uma forma ou de outra – sob o cuidado de arquivistas profissionais e instituições com maiores recursos financeiros. Houve algumas perdas terríveis que poderiam ter sido evitadas no Brasil se isso tivesse sido feito.

“Foram aqueles que trabalham nos arquivos do Brasil, por mais modestos que sejam seus empregos, que fizeram uma grande diferença na minha vida e entendimento de um país que eu tenho e que amo.”

157

Fique à vontade para comentar algo que aches interessante ou curioso nessa sua experiência com os arquivos no Brasil.



Quer seja aprendendo sobre as dificuldades do transporte público para aqueles que se esforçam para alcançar seus empregos; quer seja conversando com profissionais que tentam entender como uma burocracia governamental funcionou muito antes de nascermos, foram aqueles que trabalham nos arquivos do Brasil, por mais modestos que sejam seus empregos, que fizeram uma grande diferença na minha vida e entendimento de um país que eu tenho e que amo.

A seguir, leia a seção PRATA DA CASA 

PRATA DA CASA

Registros documentais da imigração

Certidões e memórias

158

Ó mar salgado, quanto do teu sal
São lágrimas de Portugal!
Por te cruzarmos, quantas mães choraram,
Quantos filhos em vão rezaram!
Quantas noivas ficaram por casar
Para que fosses nosso, ó mar!

Valeu a pena? Tudo vale a pena
Se a alma não é pequena.
Quem quer passar além do Bojador
Tem que passar além da dor.
Deus ao mar o perigo e o abismo deu,
Mas nele é que espelhou o céu.

“Mar português”, **Fernando Pessoa** (1934).

Apresentação

O **Prata da Casa** desta edição joga luz sobre um dos setores mais dinâmicos do Arquivo, por ser dos mais demandados por prestação de serviços da instituição, e revela uma das muitas faces de um arquivo público.

O **Núcleo de Assistência ao Pesquisador (NASP)** é o setor responsável pelo atendimento aos pesquisadores que usam como fonte os documentos textuais e também **pelo atendimento àqueles que buscam certidões para prova de cidadania** e outros fins específicos. Este último serviço do NASP é o destaque desta seção.

Foto: Editoria/APESP



Vista da sala de certidões, no térreo do prédio principal

De lágrimas e documentos

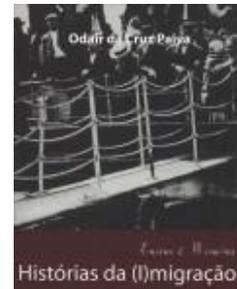
Os deslocamentos populacionais são fenômenos constatados desde os primórdios da formação das sociedades humanas. As motivações para esse fato são as mais variadas.

Segundo o especialista no tema, Odair Cruz Paiva,

“...a mobilidade humana no tempo não se resume apenas às determinações estruturais mais amplas. Por vezes (e muitas vezes) ela é resposta a questões e

problemas que estão no cotidiano, na subjetividade, nos sonhos e utopias dos indivíduos e dos grupos sociais que optam pelo deslocamento”.¹

Na perspectiva dos indivíduos, a migração é fenômeno alimentador de esperanças e sonhos, mas que deixa rastros de lágrimas e dores. Todos nós, certamente, já experimentamos a dolorosa sensação de deixar para trás o seu “lugar”, histórias e entes queridos. Não à toa os poetas se referem ao mar como “lágrimas de sal” deixadas como rastros daqueles que o enfrentaram em busca de esperança de vida nova.



Entretanto, nesta edição do nosso *Prata da Casa*, convidamos o leitor à reflexão sobre outro tipo de “rastro” deixado por imigrantes, sobre o qual só refletimos quando dele necessitamos: **os registros documentais** deixados por aqueles que um dia, por ato de vontade ou por força das circunstâncias, tiveram que deixar o seu “lugar” que, independente de nacionalidade, é a sua pátria, no sentido dado por Guimarães Rosa:

Mas não quero ir para mais longe,
desterrado,
porque a minha pátria é a minha memória.
Não, não quero ser desterrado,
que a minha pátria é a memória...
(*Revolta*, Guimarães Rosa)

O setor de certidões de imigração no APESP

Foto: Editoria/APESP



Aparecido Oliveira, diretor do NAsP

O setor do APESP voltado para a pesquisa e produção de certidões baseadas na documentação de imigrantes é muito movimentado. Mensalmente, cerca de 800 pessoas, em média, buscam esse serviço no Arquivo.

Aparecido de Oliveira é o diretor do NAsP e trabalha há 25 anos no Arquivo do Estado. Ele já passou pelos setores da microfilmagem, de paleografia, do arquivo permanente e de atendimento ao público.

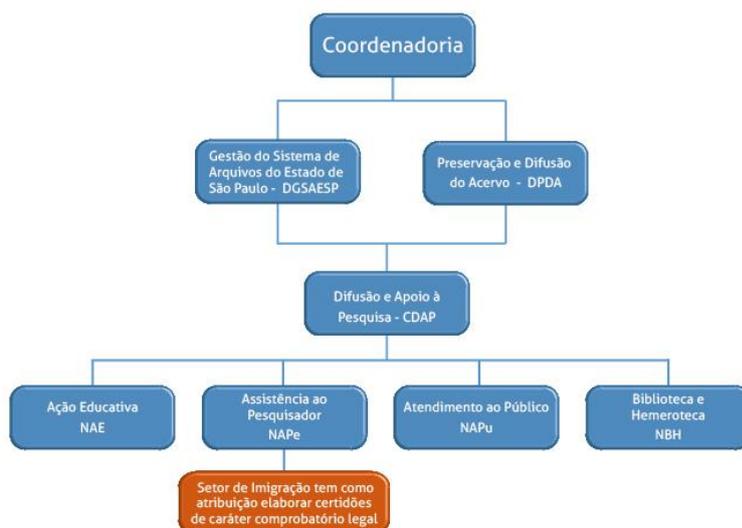
Assim ele se refere ao público que demanda os serviços do setor atual sob sua responsabilidade:

¹ Odair da Cruz Paiva. **Histórias da (I)migração: Imigrantes e Migrantes em São Paulo entre o final do século XIX e o início do século XXI**. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2013, p. 9 e p 14, respectivamente. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/assets/publicacao/anexo/historias_da__i__migracao.pdf

A maior parte das pessoas que vêm aqui é interessada em adquirir dupla cidadania para os filhos, netos ou para si. Muita gente faz a busca para fins de naturalização. Tem estrangeiros que estão aqui no Brasil que precisam regularizar sua situação comprovando que estão há mais de quinze anos no país. Então, este público aparece por saber que quem ele procura tem registro na delegacia especializada de estrangeiro, ou que tem registro da chegada no desembarque em Santos e alguns que sabem que passaram pela hospedaria dos imigrantes. Alguns buscam informações até para processo de aposentadoria.

Como podemos perceber, o Arquivo é procurado em grande parte, por pessoas em busca de documentos probatórios para finalidades de seus interesses. Mas, Aparecido ressalva: *somos demandados também por historiadores e pesquisadores de outras áreas, mas é em número bem menor.*

No organograma do APESP o Núcleo de Assistência ao Pesquisador é vinculado ao Centro de Difusão e Apoio à Pesquisa, conforme ilustração a seguir:



Na verdade, a gente faz parte do setor de Difusão, mas temos interface muito grande com o setor que faz o tratamento arquivístico da documentação textual, complementa Aparecido.

São expedidas certidões baseadas em três diferentes fontes: certidão com base nos **livros de matrícula da hospedaria** dos Imigrantes; produzimos certidão a partir dos dados da **lista de desembarque do Porto de Santos**; e temos a certificação produzida com base na **Delegacia Especializada de Estrangeiro**; além de outros documentos que possam ajudar a pessoa que pleiteia cidadania; ou quando esta precisa da comprovação de nomes de imigrantes; ou, ainda, para fins de inventário, Enfim, são diversas as motivações que nos levam a produzir certidões com base nas informações que se encontram nos documentos custodiados pelo APESP.

Quando há emissão de certidão, cobra-se taxa com valor único (consultar: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/institucional/servicos>)

Além dos documentos que podem gerar certidões probatórias, há aqueles com potencial de informações para localização/identificação de pessoas: documentos dos núcleos coloniais; processos protocolados na Secretaria de Agricultura; documentos de relações de trabalho entre outros.

Trajatória da documentação até o Arquivo

O processo de acumulação de documentos produzidos por órgãos do Estado de São Paulo no Arquivo é bem tortuoso, como costuma acontecer com toda documentação pública na história administrativa.

Em decorrência do fim da escravidão, desde o último quartel do século XIX o Estado paulista montou enorme mecanismo institucional para viabilizar o deslocamento de imensas quantidades de trabalhadores para São Paulo, com criação de estruturas administrativas, elaboração de legislação e montagem de equipamentos. O destino dessa força de trabalho era o complexo produtivo agrário do café e em menor grau as empresas urbanas e também colônias agrícolas. As estruturas administrativas voltadas para a imigração foram vinculadas à então poderosa Secretaria de Agricultura e Obras Públicas.

Imagem do prédio da Hospedaria dos Imigrantes na Mooca, em São Paulo, provavelmente, dos anos 10 do século XX.

Núcleo
Iconográfico/Acervo
APESP



A Hospedaria dos Imigrantes teve suas atividades encerradas em 1978 e em 1993, no mesmo prédio, é criado museu dedicado à memória da imigração. A documentação acumulada durante o seu funcionamento como órgão voltado para abrigar e distribuir o fluxo migratório ficou na instituição.

Com as reformas no prédio na antiga hospedaria, a documentação arquivística guardada no museu foi recolhida ao Arquivo Público do Estado e, a partir de então, passou a receber tratamento arquivístico para viabilizar melhores condições para recuperação da

informação e disponibilização para o grande público interessado em provas ou pesquisa histórica.

Para Aparecido, *essa documentação está no lugar certo, pois ela compõe o Fundo Secretaria de Promoção Social e não é recomendável a dissociação desse Fundo. Os documentos foram acondicionados e se encontram guardados sob a custódia do APESP, que agora é responsável pelo atendimento ao público e emissão de certidões. Segundo o diretor do Núcleo, essa transição não foi nada fácil e implicou em estruturação de espaço e de equipe de atendimento para a crescente demanda de pedidos de certidões.*

Durante o período de mudança da instituição de custódia e o tempo de adaptação do APESP, houve um período sem atendimento, por isso, quando este foi retomado, com a disponibilização no sítio eletrônico do Arquivo Público do Estado, o número de pesquisas e de interessados era muito grande, pois havia uma demanda represada. Conforme depoimento de Aparecido, *no começo, o atendimento era só presencial, depois passou-se a atender por e-mail, mas sempre orientando para que a pessoa viesse presencialmente para preencher o formulário e formalizar esse pedido. Eram demandas do país inteiro e de outras partes do mundo.*

O inventário dessa documentação já está disponível em nosso guia, descrito na Secretaria de Promoção Social (ver: <http://icaatom.arquivoestado.sp.gov.br/icaatom/index.php/secretaria-da-promocao-social;isad>).

Rastros documentais legados

Imagine-se o universo de documentos produzidos na primeira metade do século XX para registrar as várias etapas de processo migratório legal de um indivíduo da Europa até o Brasil! Eventuais atualizações dos registros civis do cidadão em seu país; solicitação/pedido de autorização para deixar o país; emissão/regularização de passaporte; registros consulares; tíquetes de viagem; registros dos pertences do viajante; a documentação produzida pela empresa de transporte e também pelo órgão do Estado concessionário dos portos e navios, órgãos de controle, como a polícia; fiscalização e registro do imigrante no Brasil; alocação do trabalhador nas lavouras, colônias ou fábricas; registros de reclamações e denúncias, os documentos pessoais e objetos pessoais e de familiares como livros, jornais, correspondências particulares e tantos outros registros.

Feito esse esforço imaginativo sobre registros documentais decorrentes do processo migratório, vejamos o que o diretor Aparecido nos diz sobre tipos documentais que efetivamente restou sob a guarda e custódia do APESP, necessários para fins de comprovação.

Posso listar alguns dos tipos de documentos que guardamos aqui: pedidos de ressarcimentos de passagens, cartas de chamada, livros de matrículas, processos protocolados na Secretaria de Agricultura e Obras Públicas, listas gerais de passageiros, livros de matrícula da Hospedaria de Imigrantes, registro de chegada de vapores no porto de Santos, livros de matrícula da Inspeção de Imigração, correspondências de

imigrantes, declarações para chamada de imigrantes e certificados de autorização de desembarque, ofícios, relatórios, livros de registro das famílias assistidas, boletins de registro de movimento dos assistidos, fichas e prontuários de assistidos, documentos de comprovação de identidade, fichas de registro de imigrantes e refugiados, fichas de concessão de auxílio financeiro e recibos de pagamento de auxílio a assistidos e tantos outros.

Geraldo e Aparecida

Maria Aparecida e Geraldo José de Almeida, com ascendência italiana, dirigiram-se ao Arquivo em busca de documentação do seu bisavô para fins de dupla cidadania.

Preciso de um documento oficial onde conste a data de nascimento do meu bisavô. Já fomos em vários lugares, estivemos no Arquivo Municipal, na Tiradentes, mas lá há somente documentos de óbitos e lá eles indicaram este arquivo. E aqui foi onde conseguimos mais informações. Identificamos o navio que aportou, quem veio foi meu bisavô com minha bisavó e 3 filhos. Aos poucos vamos obtendo mais informações pra montar o quebra cabeça, porque na cidade de origem deles, que é Orsogna, na província de Chieti, na Itália, eles não te dão informação se não fornecer a data de nascimento. Nós passamos pra lá um e-mail informando o ano, mas eles devolveram dizendo que não têm nada, mas, na verdade, eles não procuram se não informarmos a data certa. Fui no consulado da Itália hoje de manhã, mas eles não falam nada, por ser de 1860, eles não têm essas informações, disseram para procuramos nas paróquias de Orsogna. Aqui no Arquivo é o primeiro lugar que estamos sendo bem atendidos, a Daniele [da equipe deste arquivo] passou informações de grande valia, e vamos continuar procurando, porque é um quebra cabeça que não é fácil não. E aqui foram abertas algumas outras possibilidades de pesquisa, inclusive me informaram que existe um arquivo de possíveis votantes da época.

Foto: Editoria/APESP



Geraldo José de Almeida Júnior e Maria Aparecida Brianezi de Almeida. sendo atendidos por Daniela. no APESP

O cidadão não faz ideia das dificuldades para se pesquisar informações básicas de algumas gerações passadas não tão longínquas. É nessas horas que nos deparamos com a necessidade de encontrar arquivos organizados.

Por este motivo, o cidadão é acolhido no Arquivo e orientado a abrir outras possibilidades de pesquisa, como por exemplo: buscar registros profissionais, registros eleitorais, instituições de saúde e registro policial, principalmente àquela época em que os estrangeiros eram vistos com desconfiança por órgãos do estado e, conseqüentemente, produziam-se registros sobre a vida dos cidadãos.

O dia a dia no setor

Recepcionar o demandante, presencial ou virtualmente, é ação que desencadeia uma seqüência de tarefas que envolvem procedimentos burocráticos simples, entrevista, pesquisas e produção de certidões. Aparecido assim explica:

A primeira coisa é a pessoa trazer todas as informações sobre o familiar que busca: pai, avó, bisavô, ou aquele responsável pelo grupo familiar no momento do desembarque. Os primeiros registros que buscamos está em um banco de dados dos livros de matrícula da hospedaria, que é indexado pelo nome do imigrante, com o nome do navio. Geralmente, tinha o nome do pai ou nome do chefe do grupo e depois o nome dos demais componentes. Então, às vezes, a pessoa procura uma avó, mas a avó era criança quando chegou, então a gente procura buscar ali naquelas informações primeiro o nome do responsável pelo grupo familiar.

Outra modalidade de pesquisa para localização de imigrantes ocorre nas fichas da Delegacia Especializada de Estrangeiros que, na maioria das vezes, é onde constam informações sobre a chegada do imigrante, sua filiação e outras informações pessoais.

Mas a dificuldade começa com a grafia dos nomes. O nome do antepassado é a chave de entrada para a busca. Entretanto, Amélia pode ser Emília, Vincenzo pode ser Vicente

Foto: Editoria/APESP



Equipe do NASP (a partir da esquerda): Aparecido, Ana Cláudia, Daniela, Rosimeire, Juliana, Valéria e Júnior

ou vice-versa, Bizello, pode ser Bizelo, ou Vizello. A localização de um determinado nome requer cruzamento com informações de outros documentos para se certificar que o nome encontrado nas listas se refere à mesma pessoa que se busca. Um atestado de óbito, documento de votação ou outro. *Porque a gente só certifica da forma que está o original, a certidão é emitida com as informações exatas que constam no documento original. Então, é o interessado que vai juntar este quebra-cabeça a partir das informações que possui, a serem analisadas por quem de direito: consulado, quando para fins de cidadania; polícia federal no caso de naturalização; o INSS quando a finalidade é aposentadoria e assim vai. Estes verificam se é a mesma pessoa, a partir do cruzamento com informações como a data de chegada, a idade, o grupo familiar. Isso é que vai mostrar se Amélia e Emília são a mesma pessoa, que o Vicenzio e o Vicente são a mesma pessoa. Imagine os nomes de iugoslavos, austríacos e japoneses em que a grafia da língua é bem diferente da nossa; aí, tem aquele “ruído” na hora que o funcionário foi registrar lá no livro de matrícula o nome pelo som por ele assimilado! Às vezes, a pessoa não trazia nem documento de comprovação, conclui Aparecido. Por isso, orientamos a pessoa que busca no banco de dados tentar as possíveis variações, letras dobradas, a forma que foi escrita, quer dizer, é tentar colocar partes do nome que ele busca, nomes comuns e ali você pode encontrar, é uma pesquisa mesmo.*

A equipe e divisão de tarefas

Foram muitas as pessoas que atuaram na organização e no atendimento desse setor e deixaram as marcas de suas boas práticas e lembranças. Há que se destacar os nomes de Ângela Timóteo, Luís Felipe Foresti, Kátia Barbosa e Maira Oliveira que atuaram aqui por muitos anos. Porém, atualmente a equipe está composta por Aparecido, que é o diretor do Núcleo, Valéria Santiago, Ana Cláudia Duarte, Rosemeire dos Santos, José Teodoro (Júnior), Juliana de Sousa e Daniela Rafael.

Todos atendem o público e são capacitados igualmente para realizar todas as etapas dos trabalhos do núcleo até a produção da certidão: como gerar o protocolo, atender e orientar o público, pesquisar no acervo e produzir certidões.

Porém, tem parte da documentação que impõe dificuldades na leitura por ser manuscrita em linguagem e estilos de época, que requerem a especialidade da (leitura paleográfica e, então, recorrem à habilidade de Aparecido. *Quando os funcionários precisam de ajuda, eu mesmo faço a transcrição.*²

Valéria explica detalhe importante: *há muito mais pedidos realizados do que certidões emitidas. Esses pedidos geram pesquisa, mas nem sempre resultam em certidões, pois a informação que consta no documento é muito simples, só o nome, por exemplo. Na maioria das vezes a gente explica que é só aquilo que ele vai obter, então, o atendimento para por aí e não é gerada certidão.*

² Sobre leitura paleográfica, ver edição nº 1 da Revista do Arquivo, seção Prata da casa: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista_do_arquivo/01/prata_da_casa_02.php

Ana Cláudia veio de outro setor e está aqui desde janeiro de 2015. Hoje ela se dedica mais à certidão de listas de bordo, ou certidão de desembarque. Conforme ela diz, *aprendi aqui no setor, com a ajuda das colegas. São listas muito procuradas e temos o prazo de 10 dias úteis para entregá-las*, complementa Ana Cláudia. **Juliana** já está há um ano e seis meses no setor o classifica como *bem interessante, parte da história do nosso país. Muita gente de outros estados e do estrangeiro pede informações por e-mail. O atendimento presencial muitas vezes é necessário, porque tem algumas informações que vão além daquilo que está disponível no site*. **Daniela** começou em outubro neste setor e veio do Centro de Arquivo Administrativo. Disse não ter encontrado dificuldades para se adaptar ao serviço. *Não é um trabalho fácil para se fazer, pois temos que fazer pesquisa, trabalhar com dados pessoais e manter o máximo de atenção. A gente pesquisa, tira dúvida com outro colega para ver se é mesmo aquilo e se ajuda bastante aqui*, conclui Daniela.

Já a **Rose** atua mais no registro, mas se precisar diz estar apta a fazer todas as etapas do trabalho. Ela mostra documento da segunda delegacia especializada de registro de estrangeiro, quando a partir 1939 o imigrante passou a ser obrigado a ter o cartão de imigração para gerar o modelo 19/20 da época. *Há descendentes de imigrantes que nos procuram para comprovar que tem residência aqui. Algumas pessoas querem saber a cidade de origem, isso dificilmente consta nos registros, são pouquíssimas as certidões de hospedaria que contêm essa informação sobre o local de nascimento*.

Mas, e quem mora fora de São Paulo e encaminhou seu pedido pela internet, como faz para pegar a certidão? **Junior**, que está há dois anos no setor, assim responde: *quem está aqui em São Paulo tem que vir retirar aqui no Arquivo Público. Enviamos a certidão pelo correio para aqueles que moram no interior mais distante da capital ou em outros estados. Não enviamos pelo correio para outros países, sempre orientamos a pessoa que está fora do país indicar alguém aqui no Estado de São Paulo que tenha um endereço para que possamos enviar a correspondência*.

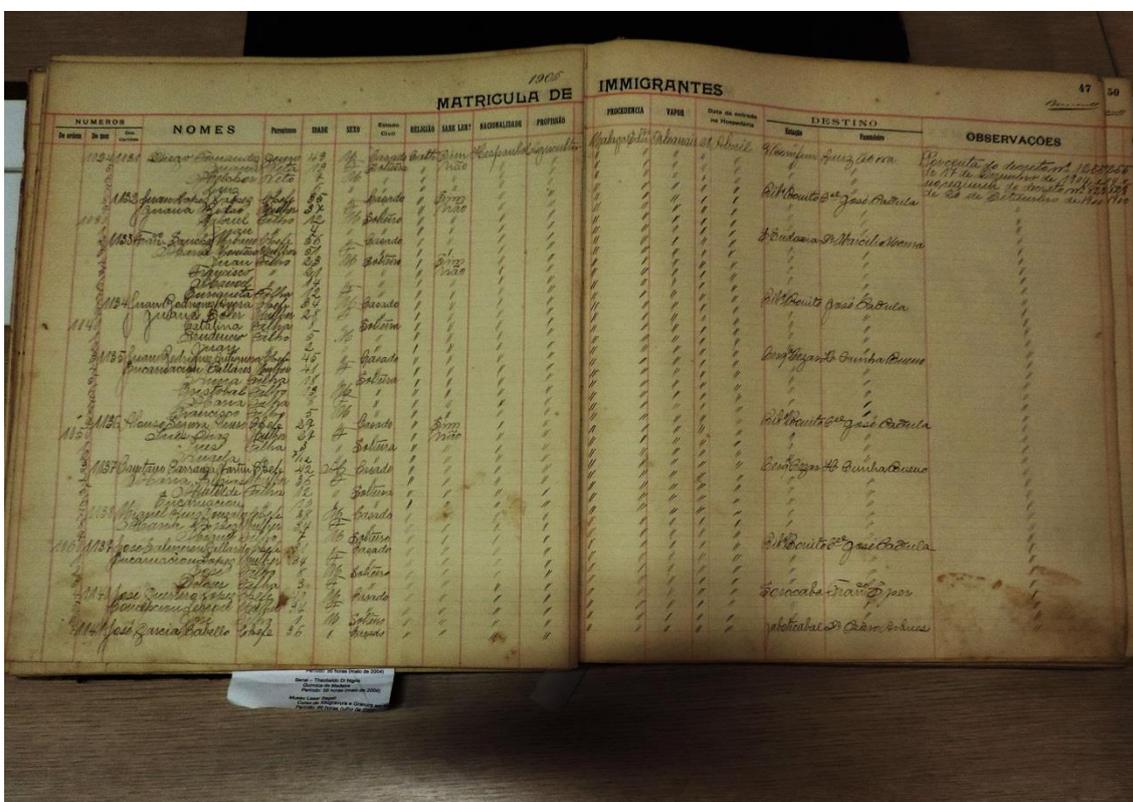
O diretor Aparecido fala de aperfeiçoamento técnico que facilitou muito os trabalhos no setor: *com o auxílio da nossa TI, em 2016 desenvolvemos uma plataforma virtual que agilizou e organizou muito o nosso trabalho, em substituição às planilhas do Excel e do livro de protocolo que era preenchido à mão. Para se ter uma ideia, em um ano e meio a gente acumula 13 mil para 14 mil pedidos de requerimento de pesquisa. São cerca de 800 requerimentos por mês em média*.

Documento de arquivo: prova/direitos e testemunho/memória

Além dessas informações de uso primário, que servem como provas para diversos fins, os documentos registram marcas de uma época que só podem ser recuperadas pelo esforço de memória e por aqueles que se dedicam à produção historiográfica. *Aqui temos imagens da hospedaria com suas baias, onde os funcionários atendiam aqueles recém-chegados, com suas famílias e seus pertences. Tem um relatório de funcionário da hospedaria em que ele se refere ao aglomerado de pessoas, gente falando línguas das mais diversas, grupo de italianos, japoneses, de portugueses e muita gente*

misturada. Pessoas que saíram de lá achando que saíram de um país e quando chegam aqui (Brasil) a geografia da Europa já mudou por alguma razão, seja guerra, revolução ou outras questões políticas. E no mapa, o que era Polônia não é mais Polônia; tem gente que eu já atendi aqui que disse: “olha eu nasci na Polônia, mas hoje não sei o que é, entendeu? Mudou a fronteira”.

Aparecido ainda complementa: aqui a gente ouve relatos, comprovados por documentos que temos da hospedaria, que revelam as propagandas no estrangeiro do que seria a realidade aqui no Brasil, mas quando o imigrante chega, essa realidade é bem diferente, é de muita exploração e sofrimento. Algumas pessoas reclamavam das condições de vida, que se fez uma propaganda e eles vieram para cá, mas não havia estrutura.



Cópia de Livro de matrícula de imigrante na Hospedaria (Acervo APESP)

NOME DO VAPOR	CLASSE	MATERIAL	PROCEDENCIA	NOME DO CAPTÃO	NOME DO MIÉMO	ORGANIZAD. DE VIAGENS	DATA DE SAÍDA	DATA DE CHEGADA AO PORTO	OBSERVAÇÕES
ARAGUAYÁ	3ª								
1	2907	Paulista	Paulista	Paulista	Paulista				
2	2907	Paulista	Paulista	Paulista	Paulista				
3	2907	Paulista	Paulista	Paulista	Paulista				
4	2907	Paulista	Paulista	Paulista	Paulista				
5	2907	Paulista	Paulista	Paulista	Paulista				
6	2907	Paulista	Paulista	Paulista	Paulista				
7	2907	Paulista	Paulista	Paulista	Paulista				
8	2907	Paulista	Paulista	Paulista	Paulista				
9	2907	Paulista	Paulista	Paulista	Paulista				
10	2907	Paulista	Paulista	Paulista	Paulista				
11	2907	Paulista	Paulista	Paulista	Paulista				
12	2907	Paulista	Paulista	Paulista	Paulista				
13	2907	Paulista	Paulista	Paulista	Paulista				
14	2907	Paulista	Paulista	Paulista	Paulista				
15	2907	Paulista	Paulista	Paulista	Paulista				
16	2907	Paulista	Paulista	Paulista	Paulista				
17	2907	Paulista	Paulista	Paulista	Paulista				
18	2907	Paulista	Paulista	Paulista	Paulista				
19	2907	Paulista	Paulista	Paulista	Paulista				
20	2907	Paulista	Paulista	Paulista	Paulista				
21	2907	Paulista	Paulista	Paulista	Paulista				
22	2907	Paulista	Paulista	Paulista	Paulista				
23	2907	Paulista	Paulista	Paulista	Paulista				
24	2907	Paulista	Paulista	Paulista	Paulista				
25	2907	Paulista	Paulista	Paulista	Paulista				
26	2907	Paulista	Paulista	Paulista	Paulista				
27	2907	Paulista	Paulista	Paulista	Paulista				
28	2907	Paulista	Paulista	Paulista	Paulista				
29	2907	Paulista	Paulista	Paulista	Paulista				
30	2907	Paulista	Paulista	Paulista	Paulista				

Cópia de lista de desembarque (Acervo APESP)



Cópia de fichas de imigrantes (Acervo APESP)

Função social

Com a palavra, o diretor prata da casa, Aparecido:

Foto: Editoria APESP



*Eu acho que o nosso trabalho é importante para o **reforço do sentimento de cidadania**. O que aqui fazemos ajuda a pesquisa para composição da genealogia familiar, isso tem a ver com a **busca de identidade** e nós ajudamos, pois essa identidade pode ser alimentada por um registro que precisa ser encontrado aqui no Arquivo do Estado; cidadania que também se revela na **busca pela naturalização**, ou para a pessoa que precisa de prova para sua **aposentadoria**, para ter acesso à saúde; aqui se consegue comprovar com estes documentos que podem garantir a **dupla cidadania**; é um sonho que a pessoa tem e às vezes consegue realizar obtendo uma documentação que ela descobre que está aqui disponível. Mas também, nos sentimos gratificados quando ouvimos **histórias de vidas**, histórias de muitas pessoas que se sentam aqui para falar com a gente, que se emocionam quando encontram uma lista de desembarque, um antepassado que era um bebezinho e que às vezes não chegou com vida, de quem já tinham ouvido falar e está aqui registrado. **Direito à história** dos seus antepassados faz parte dos direitos humanos e parte disso pode estar ali numa lista, num processo de requerimento de lote, ou documentação de núcleo colonial; ele encontra aqui e resgata essa história. Então, isso tudo compensa o trabalho pesado e contínuo que fazemos aqui. É um trabalho duro, mas quando a gente consegue encontrar uma informação, consegue ajudar alguém, é uma coisa emocionante envolvente.*

Pois bem, além de tudo isso citado por Aparecido, o setor de certidões acaba por também promover o Arquivo Público do Estado de São Paulo. Uma instituição estratégica para a garantia de direitos, inclusive o direito à memória, mas que muita gente não conhece e passa a entender a importância da organização dos arquivos ao visitar o setor de certidões.

A seguir, leia a seção VITRINE 

Vitrine

Apresentação

A seção chamada de VITRINE é um espaço aberto para contribuições dos leitores e colaboradores da *Revista do Arquivo*. Serão sempre muito bem recebidas as seguintes tipologias de textos: resenhas de livros da área de arquivos; resenhas de filmes que façam referência a arquivos; crônicas livres; imagens de ambientes de arquivo comentadas; opiniões sobre as atividades da área ou associada a ela; notícias de arquivos; relatos de experiências e saberes nos arquivos. Textos adornados com imagens sempre fazem bem para a imaginação.

170

Nesta edição, apresentamos dois relatos: **Estêvão Luz** faz iluminado relato de experiência sobre sensação febril de quem tem o prazer de usufruir de uma dimensão humana que só o leitor-pesquisador sabe expressar: viagem no tempo e no espaço sem sair do seu lugar.

Leiam o relato de Luz e descubram o remédio inusitado para esse tipo de insônia.

Em outro informe de interesse público, as servidoras da Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano (**Emplasa**), **Adélia, Elsa e Nídia** nos presenteiam com informação não apenas preciosa, mas muito aderente ao perfil desta edição. Observe o leitor o luxuoso exemplo que a Emplasa nos dá ao recuperar, organizar, tratar e disponibilizar a sua filмотeca! É para se aplaudir de pé. BRAVO!!

Leiam o artigo assinado por Nicolas Andueza e Andréa França sobre **cinema de arquivo** e constatem o diálogo com o texto da Adélia, Elsa e Nídia.

Senhoras e senhores, é com muito orgulho que lhes apresentamos mais esta edição do VITRINE.

Continue lendo a seção *Vitrine* 

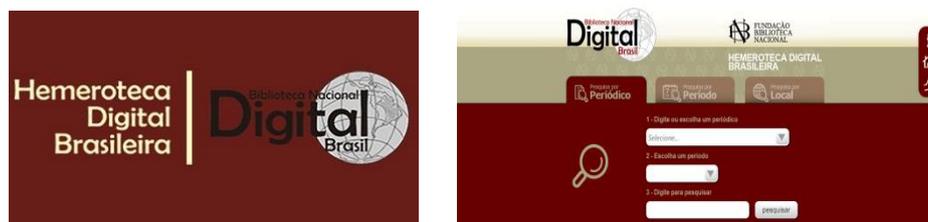
Vitrine

Preciosidades digitalizadas: a *hemeroteca digital brasileira* e a insônia dos pesquisadores.

Estevão de Melo Marcondes Luz¹

171

O ambiente de pesquisa daqueles que se debruçam sobre o passado, independentemente do objeto a ser investigado, das hipóteses e metodologias, vem passando por uma transformação radical e muito significativa. Os pesquisadores de outrora tinham necessariamente que se deslocar, em alguns casos por longas e distâncias, para ter acesso e poder analisar os documentos de seu interesse, mas hoje, com o louvável processo de digitalização de acervos e coleções, os pesquisadores têm a possibilidade de consultar suas fontes a partir do conforto de seus ambientes de trabalho. São muitas as instituições que estão digitalizando os seus acervos e disponibilizando a documentação de forma gratuita em portais e plataformas específicas para consulta. Este é o caso, por exemplo, da *Fundação Biblioteca Nacional* (FBN), sediada no Rio de Janeiro, que tem parte importante de seu acervo já disponível para consulta. E a sua fantástica *Hemeroteca Digital Brasileira* (HDB) é o foco do presente relato de experiência em pesquisa.



Logo da *Hemeroteca Digital Brasileira* e a sua página de busca. Fonte: Portal da *Fundação Biblioteca Nacional* (FBN).

No portal da HDB está disponível para consulta a respeitável coleção de periódicos nacionais da FBN, onde o pesquisador tem acesso a uma infinidade de jornais, revistas, anuários, boletins e outras publicações seriadas. Tive o imenso prazer de trabalhar, durante todo o período de realização do doutorado em História (2012-2016), com periódicos existentes nesse portal, mas acabei sendo “infectado” por uma “enfermidade” que acomete os usuários desse portal: a *insônia de pesquisador*, que causa dependência e tem como sintoma mais perceptível

¹ Doutor em História pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp/Franca) e pesquisador do Grupo *Historiar: narrativas identitárias, conceitos, linguagens* (CNPq). Atualmente é Residente Pós-Doutoral na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Email: estevaoluz@ymail.com

uma vontade louca de navegar um pouco mais, de consultar mais uma edição, de procurar por mais um título e mais, mais e mais... Como consequência, você passa noites a fio colado na tela do computador e olhando atentamente para as páginas do passado.



Jornal Tribuna da Imprensa (edição 05888 de 1969); Revista da Semana (edição 00033 de 1917); O Sexo Feminino (n. 1 de 1873); e Eu sei tudo (n. 1 de 1917). Fonte: Acervo da Hemeroteca Digital Brasileira | Fundação Biblioteca Nacional (FBN).

No meu caso, trabalhei com a imprensa periódica brasileira do século XIX, acompanhando a atuação de um padre *escritor público* e redator de diferentes jornais, especialmente voltado à prospecção e análise dos embates políticos e conceituais travados nas páginas de *folhas* que circularam entre as décadas de 1820 e 1850. O trabalho de pesquisa dentro do portal da HDB tem uma especificidade, se comparada a outros portais, que facilita muito a navegação e que vale destacar. O pesquisador acessa a edição de um periódico de seu interesse e navega pelas suas páginas ininterruptamente, ou seja, da sua primeira página até a última e desta até a primeira página da próxima edição, sem necessidade de voltar até à primeira novamente para conseguir abrir a próxima edição. Isso facilita demais a navegação, pois a torna contínua, muito mais rápida e eficiente. Isto não ocorre, por exemplo, no sistema de pesquisa de periódicos desenvolvido pelo Arquivo Público Mineiro (APM) em seu Sistema Integrado de Acesso (SIAAPM). Neste sistema, ao chegar na última página de determinada edição, o

pesquisador deve retornar à sua primeira página para, então, ter acesso à próxima edição. Para o pesquisador que prefere navegar edição por edição (como é o meu caso), não contando apenas com as buscas por *palavras-chave* para encontrar seus temas, este sistema torna mais lenta e cansativa a pesquisa.

Portanto, não são apenas os usuários do portal da HDB os afetados por esta “enfermidade”. O significativo avanço no processo de digitalização de acervos vem proporcionar cada dia mais “preciosidades digitalizadas”. No que diz respeito às coleções de periódicos, podemos destacar outros exemplos importantes de plataformas de pesquisa. O próprio SIAAPM, mencionado anteriormente, desenvolvido pelo APM, localizado em Belo Horizonte; o portal *Acervo Digital* criado pela *Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin* (BBM), instituição sediada na *Universidade de São Paulo* (USP); o trabalho desenvolvido pelo *Arquivo Público do Estado de São Paulo* (APESP), na capital paulista, com o seu *Repositório Digital*; e o *Arquivo Nacional* (AN), no Rio de Janeiro, que por meio do seu *Sistema de Informações do Arquivo Nacional* (SIAN) permite acesso a uma grande base de dados. São louváveis, portanto, os esforços empreendidos por estas instituições, assim como o de muitas outras, nacionais e internacionais, na luta por digitalizar seus acervos, disponibilizando para consulta livre e gratuita boa parte da memória brasileira e mundial.



Jornal *O Homem de Cór* (1833); dois anúncios na *Revista da Semana* (edições 00033 e 00027 de 1917); e *A Mutuca Picante* (n. 19 de 1834). Fonte: Acervo da *Hemeroteca Digital Brasileira* | *Fundação Biblioteca Nacional* (FBN).

A cura parcial para esta “dependência”, que vem me “sujeitando” há mais de cinco anos seguidos, gerando trabalho intenso de pesquisa e resultados importantes, veio com a finalização da tese de doutorado e com a publicação de meu livro sobre imprensa periódica de meados do Oitocentos.² Este breve relato é fruto de minha experiência pessoal com os referidos portais/sistemas de pesquisa e espero que possa servir de incentivo a outros colegas pesquisadores que, caso iniciem suas pesquisas sofrerão, certamente, da mesma maravilhosa “dependência”. Obviamente, os termos “enfermidade”, “dependência” e “infectado”, empregados no texto, tem apenas efeito figurativo, mas a *insônia de pesquisador* é fato, inclusive relatada por outros colegas, e ocorre durante a realização da pesquisa e da prazerosa navegação pelas páginas do passado. Já a expressão “cura parcial”, que utilizei acima, serve para demonstrar a motivação gerada por estas novas tecnologias da informação no âmbito da pesquisa histórica. Quanto mais se conhece a HDB, por exemplo, mais o pesquisador quer se debruçar sobre ela. Fui parcialmente curado, pois a tese foi finalizada, mas nova pesquisa foi iniciada, também baseada em periódicos da HDB.

Continue lendo a seção **VITRINE** 

² Para maiores informações ver: LUZ, Estevão de Melo Marcondes. *Incendiárias Folhas: ação política, imprensa e instrução pública na trajetória do padre Antonio José Ribeiro Bhering (1829-1849)*. Curitiba: Prismas, 2017.

Vitrine

Memórias de uma metrópole

Adelia Atas*

Elsa Machado Maglio**

Nidia Reis de Paiva***

175

Compartilhar conhecimento sobre o planejamento metropolitano com órgãos públicos, universidades e comunidades é uma das atividades desenvolvidas pela Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano (Emplasa), priorizando sempre a qualidade no atendimento aos usuários.

Quando o Centro de Documentação e Informações Técnicas (CDT) instituiu a Biblioteca Virtual, concedeu acesso total aos projetos desenvolvidos pela Emplasa, incluindo a Filmoteca, tornando-se pioneira no âmbito do Governo do Estado a disponibilizar todo o seu conhecimento técnico sobre a metrópole paulista.

Na década de 1970, aspectos relevantes da urbanização quanto às condições de vida na periferia, como os mutirões de fim de semana e as manifestações populares, entre outros, começaram a ser filmados, conciliando uma diretriz política de aproximação e diálogo entre a sociedade e a gestão do planejamento.

Surpreendentemente, o cinema revelou-se um veículo positivo de informação e debate com a população sobre as carências da metrópole e o interesse do planejamento metropolitano no acompanhamento do cotidiano do cidadão – possibilitando a integração e a participação popular nos destinos das cidades.

Na Filmoteca, encontram-se tombadas, além das produções próprias, as doações de cineastas que reconheceram na Emplasa um instrumento de divulgação de seus trabalhos junto à população. A TV Cultura cedeu o curta **Ônibus**, produzido pelos diretores João Batista de Andrade, Cláudio Cerri e Nilo Mota, que aborda os problemas enfrentados pela população de São Paulo nesse modo de transporte.

* Analista de Desenvolvimento Urbano e Regional

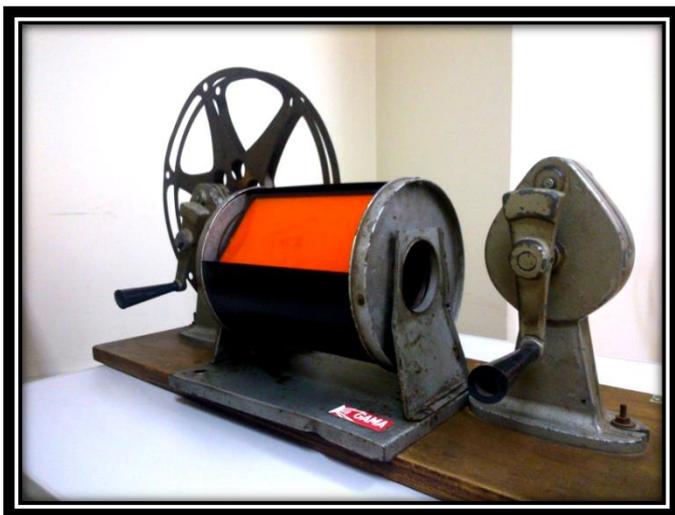
** Coordenadora do Centro de Documentação e Informações Técnicas (CDT)

*** Assistente Técnico

Dirigido por Nilce Tranjan em 1974, o filme **Praça da Sé** revela a dinâmica da área central da cidade com transeuntes, ambulantes, barracas de venda de bilhetes de loterias, além dos ônibus e automóveis em circulação. É uma relíquia histórica que justifica a primeira posição entre os filmes mais acessados (cerca de trezentas mil visualizações até março de 2018).

176

Outros vídeos de grande interesse são: **Fim de semana** (1976), dirigido por Ermínia Maricato e Renato Tapajós; **Paulista ano 88**, documentário produzido pela TV Cultura; **Transportes** (1979), produzido pela Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo (EMTU/SP); e o documentário **Rua São Bento, 405** (1976), do diretor Ugo Giorgetti. O mais antigo deles é **Bexiga ano zero**, de 1971.



Moviola usada na década de 1970 para a exibição dos filmes e mantida no CDT

De 2014 a março de 2018, mais de 620 mil visualizações foram registradas com cerca de 6.700 compartilhamentos. Até março de 2018, os vídeos foram vistos por pesquisadores em mais de cem países, notadamente Brasil, Japão, Estados Unidos, Portugal, Reino Unido, França, Canadá, Espanha, Alemanha, e Itália.

Cineastas, curadores, pesquisadores e jornalistas solicitam autorização de uso de trechos de filmes para integrar seus trabalhos em mostras, documentários, pesquisas e

reportagens. Entre os curtas produzidos pela Emplasa mais assistidos destacam-se: **Geoprocessamento Aplicado ao Planejamento (1986), Morar na Cidade (1987), Indústrias na Grande São Paulo (1986), Plano Metropolitano da Grande São Paulo (1994) e Mapeia São Paulo (2014), entre outros.**

Em 2016, parte da coletânea ganhou destaque na Mostra de Cinema São Paulo Cidade Aberta, organizada pela Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo, alcançando um público de 268 mil pessoas.

Todos esses filmes permaneceram guardados por muitos anos, em condições inadequadas, e certamente seriam esquecidos e descartados não fosse a iniciativa do CDT em 2014 de resgatar a quase totalidade dos originais.

O projeto de recuperação, a cargo da empresa *Tempo Real Produção e Comunicação Ltda*, estabeleceu uma avaliação preliminar do estado físico de cada filme, seguido do processo de telecinagem, que consiste na limpeza da película e sua reprodução em DVD, a partir de uma projeção. Para cada curta, foi elaborada uma ficha técnica, discriminando título, tempo de duração, cromia (colorido ou preto e branco), bitola e o status para ser reproduzido. Um parecer técnico acompanha as matrizes, que se encontram armazenadas em perfeitas condições de climatização na Cinemateca Brasileira, em São Paulo.

Os audiovisuais foram, então, disponibilizados no site da Emplasa em Biblioteca Virtual.

Para acessar a filmoteca é só clicar:

<https://bibliotecavirtual.emplasa.sp.gov.br/Filmoteca.aspx>

A seguir, leia a seção **ARQUIVO EM IMAGENS** 

Arquivo em imagens

Memórias da administração pública, patrimônio do mundo

Imagens de imigração em São Paulo na primeira metade do século XX

178

A seção **Arquivo em Imagens** desta edição convida o leitor a rememorar um tempo determinante para a história do Brasil e para muitos de nós. De uma forma ou de outra, somos todos migrantes. Apresentamos fotografias informativas e com muita força estética, que compõem arquivos acumulados pela administração pública paulista, antes pertencentes à poderosa Secretaria de Agricultura e Obras Públicas, atualmente alocadas no Fundo da Secretaria de Promoção Social. Autênticos documentos de arquivo, pois são registros de atividades desses órgãos no desempenho de suas funções. Porém, note-se, há muito de arquivos pessoais que, por motivações diversas, vieram a compor o acervo dessas Secretarias.

As imagens que se seguem são apenas amostras do enorme e precioso acervo fotográfico sob custódia do Arquivo Público do Estado de São Paulo, tratadas cuidadosamente armazenadas pelo seu Núcleo de Acervo Iconográfico.

Usufuam. Uma a uma. Lentamente.

A seguir, leia a seção **ARQUIVO EM IMAGENS** 

Arquivo em imagens

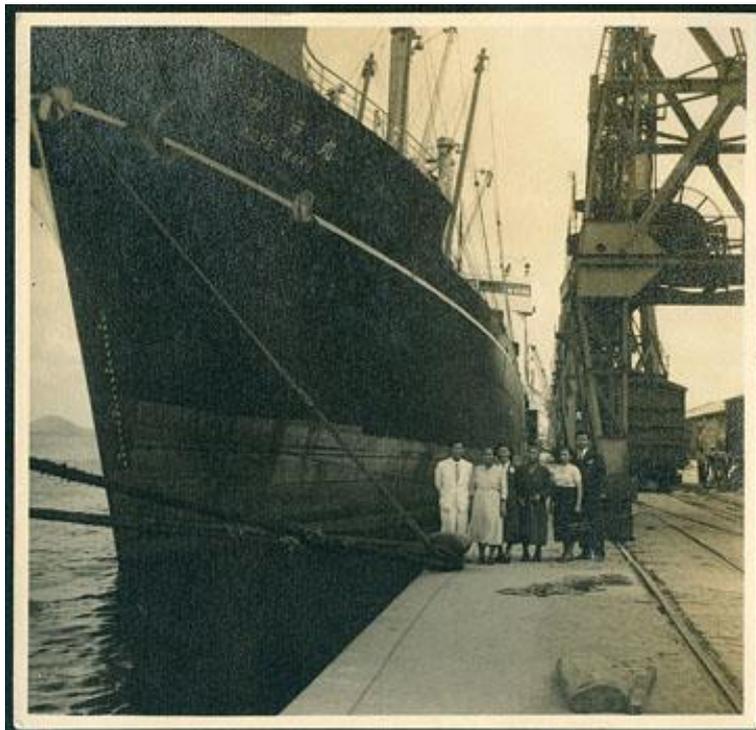


Imagem 1/20: Navio aportado com imigrantes posando para fotografia
Código: MI_ICO_ALB_006_005_001_001



Imagem 2/20: Detalhe de ambiente de navio com imigrantes
Código: MI_ICO_AMP_019_001_020_001



*Imagem 3/20: Fachada da Hospedaria de Imigrantes
Código: MI_ICO_AMP_002_004_032_001*



*Imagem 4/20: Imigrantes esperando o embarque no Porto em 1910
Código: MI_ICO_AMP_022_004_011_001*



*Imagem 5/20: Imigrantes nas dependências da hospedaria
Código: MI_ICO_AMP_038_001-055_001*



*Imagem 6/20: Um dos serviços prestados a imigrantes na Hospedaria
Código: MI_ICO_AMP_046_002_003_001*

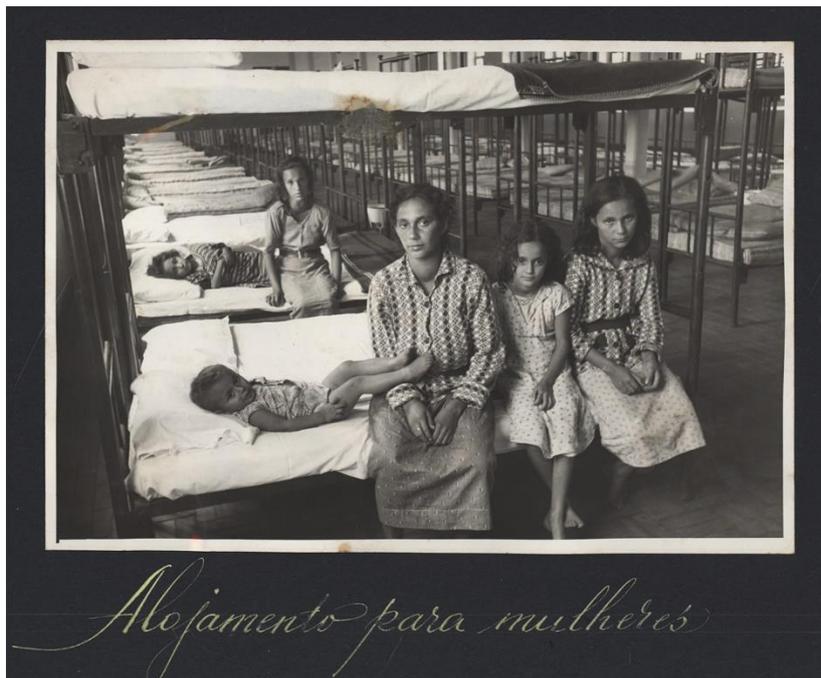


Imagem 7/20: Mulheres e crianças no alojamento da hospedaria
Código: MI_ICO_AMP_046_002_005_001



Imagem 8/20: As famílias cadastradas eram encaminhadas para fazendas, colônias ou núcleos urbanos
Código: MI_ICO_AMP_046_002_011_001



*Imagem 9/20: Banheiro da Hospedaria destinado aos imigrantes
Código: MI_ICO_AMP_046_002_017_001*



*Imagem 10/20: Imigrantes em refeição no refeitório da hospedaria
Código: MI_ICO_AMP_046_002_019_001*



*Imagem 11/20: Setor de cadastro/locação de imigrantes
Código: MI_ICO_AMP_046_002_020_001*



*Imagem 12/20: Imigrantes recebendo cobertores na porta do alojamento dentro da hospedaria
Código: MI_ICO_AMP_046_002_023_001*



Imagem 13/20: Serviço de enfermagem da hospedaria
Código: MI_ICO_AMP_046_003_019_001



Imagem 14/20: Legenda faz referência a imigrante "nortista"
Código: MI_ICO_AMP_046_003_047_001



Imagem 15/20: Família de imigrantes posando para foto com a identificação
Código: MI_ICO_AMP_046_003_062_001



Imagem 16/20: Família de imigrantes com a identificação
Código: MI_ICO_AMP_046_003_107_001



*Imagem 17/20: Imigrantes pousam para fotografia
Código: MI_ICO_AMP_046_003_105_001*



*Imagem 18/20: Imigrantes posando para foto no lado de fora da hospedeira
Código: MI_ICO_AMP_046_003_134_001*



*Imagem 19/20: Imigrantes japoneses nas dependências da hospedaria
Código: MI_ICO_AMP_053_002_001_001*



*Imagem 20/20: Imigrantes junto com padres no quintal da hospedaria
Código: MI_ICO_AMP_053_002_006_001*

A seguir, leia a seção ESPECIAL 

ESPECIAL

Documentos Públicos na era digital

Apresentação

Os editores da *Revista do Arquivo* resolveram oferecer também nesta edição uma seção **Especial**, igualmente ao que se fez no número anterior. O Arquivo Público do Estado realizou alguns eventos nos anos anteriores abordando a temática dos documentos digitais. Escolhemos um deles, o 1º seminário *Documentos públicos na era digital*, realizado em 25 de abril de 2017, que reuniu profissionais de diversas instituições experts no tema.

Com isso, oferecemos um ótimo reforço ao dossiê desta edição e mais uma opção para formação do leitor acerca do tema Tecnologia da Informação aplicada aos arquivos. São 07 vídeos, dois deles com a opção da transcrição: o de autoria do Professor Dr. José Carlos Vaz e a outra é o texto de Ieda Pimenta Bernardes, baseado em seu pronunciamento de encerramento do referido evento.

O terceiro texto é um relato da equipe coordenada pelo APESP que está desenvolvendo uma solução tecnológica corporativa para ser adotado pelo Poder Executivo Paulista como solução para a produção, tramitação e destinação de seus documentos digitais, com o objetivo de substituir, gradualmente, a produção em papel.

Esperamos que esta edição da Revista, com os seus artigos, vídeos e relatos escritos auxiliem os leitores à apropriação de conhecimentos nessa área do saber que é imprescindível para os profissionais dos arquivos e com todas que com ela faz interface.

Acesse aqui a apostila completa do evento 



Continue lendo a seção ESPECIAL



ESPECIAL

Os desafios da gestão e preservação de documentos arquivísticos digitais¹

Ieda Pimenta Bernardes*

E como ficou chato ser moderno.

Agora serei eterno.

Carlos Drummond de Andrade.

Eterno. Fazendeiro do Ar, 1954

190

Na década de 1960, a *microfilmagem* era considerada a técnica mais moderna disponível para a reprodução de documentos, e a grande promessa para se “resolver” o problema de volumosa massa documental acumulada nos órgãos e repartições públicas.

Com a Lei nº 5.433, de 5 de maio de 1968, que regula a microfilmagem no Brasil, a Administração Pública adotou a nova técnica como solução para a crescente produção e para o acúmulo desordenado de documentos públicos. A propósito, vale mencionar que essa é uma das justificativas do PL 960/1968, que deu origem à mencionada Lei, encaminhado pelo próprio Executivo ao Congresso Nacional, e com parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, assinado por seu Presidente, à época, Deputado Ulysses Guimarães.

Numa das emendas ao projeto foi proposto que *os documentos de valor histórico não deveriam ser eliminados*, o que de fato foi aprovado e incorporado ao texto da Lei, em seu artigo 2º. No entanto, como ainda não havia a previsão legal da *gestão de documentos*, introduzida em nosso ordenamento jurídico, muito mais tarde, pela Constituição democrática de 1988 (art. 216, § 2º), não restavam claros quais seriam os “documentos históricos” cujos originais em papel não deveriam ser eliminados após a microfilmagem.

A Lei foi regulamentada pelo Decreto nº 64.398, de 24 de abril de 1969, mas somente vinte e sete anos depois foi aprovado o Decreto nº 1.799, de 30 de janeiro de 1996, que define procedimentos técnicos para a prática da microfilmagem. O longo tempo decorrido causou

¹ Esse texto é uma adaptação do Relatório de encerramento do Seminário “**Documentos Públicos na Era Digital: soluções e desafios da gestão, preservação e segurança da informação**”, realizado em 25 de abril de 2017 pelo Arquivo Público do Estado.

* Ieda Pimenta Bernardes é formada em História e Especialista em Organização de Arquivos pela Universidade de São Paulo. Diretora técnica do Departamento de Gestão do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo -DGS/AESP / Executivo Público e Presidente da Comissão Estadual de Acesso à Informação - CEAI. Membro do Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ e do Conselho da Transparência do Governo do Estado. É autora dos livros "Como avaliar documentos de arquivo" (1998) e "Gestão documental aplicada" (2008).

sérios prejuízos aos arquivos e seus acervos, uma vez que durante esse intervalo temporal, de 1969 a 1996, a microfilmagem foi incorporada pela Administração Pública sem a orientação segura de critérios e procedimentos técnicos. Entretanto, em quaisquer circunstâncias, merece especial destaque a determinação prevista no art. 12 do Decreto regulamentador da microfilmagem:

Art. 12 – A eliminação de documentos, após a microfilmagem, dar-se-á por meios que garantam sua inutilização sendo a mesma precedida de lavratura de termo próprio e após a revisão e a extração do filme cópia.

Parágrafo único – A eliminação de documentos oficiais ou públicos só deverá ocorrer se prevista na tabela de temporalidade do órgão, provada pela autoridade competente na esfera de sua atuação e respeitado o disposto no art. 9º da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991.

A despeito disso, a equivalência jurídica do documento microfilmado ao documento original induziu a administração a eliminar enormes volumes de documentos sem qualquer avaliação técnica de caráter multidisciplinar, ocasionando a destruição de documentos de valor histórico e probatório cujos originais deveriam ser preservados por se constituírem em parte integrante do patrimônio arquivístico público.

Por outro lado, em geral, a conversão de documentos em microfilme manteve a mesma ordem em que eles foram armazenados ou criados; as imagens microfilmadas também não foram tratadas e indexadas, tornando quase inviável a recuperação e uso posterior das informações.

Em decorrência da necessidade de padronização da microfilmagem dos documentos arquivísticos, de acordo com as normas internacionais, o Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ editou a Resolução nº 10, de 6 de dezembro de 1999, que regula a adoção de símbolos ISSO nas sinaléticas a serem utilizadas no processo de microfilmagem.

Contudo, a situação ficou ainda mais dramática porque a preservação de matrizes em sais de prata dos microfilmes exige local climatizado, com temperatura e umidade do ar controladas (temperatura: 19° a 21° e umidade relativa: 20% a 40%), o que a Administração Pública, em geral, não foi capaz de assegurar, ocasionando a deterioração dos microfilmes e a perda total ou parcial das informações ao longo do tempo.

Com a eliminação dos documentos originais, em papel, e a deterioração dos microfilmes em decorrência da omissão ou negligência dos órgãos públicos em implantar políticas de preservação, muitas instituições perderam seus acervos e sua memória.

Na década de noventa, outra onda modernizante surgiu, quase em simultâneo à edição do Decreto nº 1.799/1996, que deu nova regulamentação à Lei da microfilmagem. Desta vez, a tecnologia mais moderna apontada por muitos para acabar com a “papelada” e a burocracia inútil, liberar espaços e reduzir custos era um processo técnico denominado *digitalização*.

A digitalização em massa de documentos acabou provocando o sucateamento progressivo dos laboratórios de microfilmagem das instituições públicas, apesar dos especialistas advertirem que a microfilmagem continuava sendo a melhor opção para assegurar a preservação de longo prazo; e que a possibilidade de preservação do microfilme, mantidas as condições ideais, era de cerca de quinhentos anos!

Com a crescente popularização e redução de custos dos equipamentos, a Administração Pública passou a adotar a digitalização como alternativa para eliminar documentos em papel, reproduzindo os mesmos equívocos cometidos no passado quando da adoção da microfilmagem.

Porém, desta vez, os equívocos praticados foram revestidos de maior gravidade, uma vez que o advento da digitalização em larga escala deu-se no contexto democrático, quando o Poder Público já contava com a obrigação legal de promover a gestão da documentação governamental:

Art. 216, § 2º - Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem. (Constituição Federal)

Art. 1º - É dever do Poder Público a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação. (Lei de Arquivos nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991)

Art. 3º - Considera-se gestão de documentos o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente. (Lei de Arquivos nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991)

A despeito dessas determinações legais, a administração pública perseverou na prática irresponsável de eliminar sem critérios documentos públicos originais, e ainda de promover a digitalização de grandes volumes de documentos que poderiam ser eliminados com a aplicação prévia de tabelas de temporalidade; isso sem contar que a *digitalização selvagem*, realizada sem a correspondente descrição ou indexação das imagens, dificultava ou inviabilizava a recuperação e uso posterior das informações.

A esse respeito, consagrou-se o uso inadequado e antieconômico da digitalização de grandes volumes de documentos públicos, sem o devido processo de avaliação documental, e sem a orientação segura de prazos de guarda e da destinação previstos nas tabelas de temporalidade de documentos.

A grande pressão modernizante para se proceder à “desmaterialização” de papéis à revelia de critérios arquivísticos tem levado à destruição de documentos originais, inclusive daqueles de guarda permanente, de valor histórico e probatório, e que possuem inequívoca proteção da Lei (art. 10 da Lei nº 8.159/1991). De fato, cada momento histórico dispõe de tecnologias consideradas sofisticadas e modernas que, entretanto, rapidamente envelhecem e são superadas por novos lançamentos da indústria.

No campo legislativo, tem sido persistente a atuação de grupos de pressão na busca pela equivalência do valor legal da cópia digitalizada com o documento original em papel, a fim de se conseguir a autorização da eliminação desses originais, inclusive os de valor histórico ou cultural.²

O mais preocupante é que tais iniciativas não buscam definir estratégias e procedimentos para a manutenção dos documentos digitalizados pelo tempo necessário. Nesse cenário trágico, os documentos originais vêm sendo eliminados e os digitalizados desaparecem gradativamente com o tempo, em decorrência da falta de políticas e estratégias de preservação.

Nesse contexto, ficou muito conhecida a manifestação indignada dos profissionais da área arquivística de que a Administração Pública estava “digitalizando a bagunça”. E, de fato, se transferiu para o ambiente digital os acervos desorganizados do mundo físico dos arquivos.

A propósito, observa-se que recursos públicos expressivos foram investidos em digitalização sem o correspondente benefício da preservação e do acesso às informações. Cabe

² A esse respeito, é preocupante a proposta do Projeto de Lei do Senado nº 146/2007, recepcionado na Câmara dos Deputados como PL 7920/2017, que dispõe sobre a digitalização e arquivamento de documentos em mídia óptica ou eletrônica. Os dois principais objetivos dessa iniciativa são equiparar os documentos digitalizados com certificação aos documentos originais, conferindo às cópias digitalizadas o mesmo efeito jurídico conferido aos documentos microfilmados, e autorizar a eliminação de documentos de guarda temporária, que não foram considerados de valor permanente, após a sua digitalização. O CONARQ em suas 86ª e 90ª Reuniões Plenárias, realizadas em 1º/12/2016 e 13/12/2017, respectivamente, debateu amplamente o tema e por decisão unânime de seu Plenário rejeitou a proposta e solicitou o seu arquivamento.

lembrar que o direito de acesso, previsto no art. 5º, XXXIII, da Constituição Federal, foi regulamentado há apenas cinco anos pela Lei de Acesso à Informação nº 12.527/2011.

Importante também registrar que, ainda na década de 1990, com a aprovação da Lei de Arquivos nº 8.159/1991, a eliminação de documentos públicos passou a depender de prévia autorização da instituição arquivística pública, na sua específica esfera de competência, independentemente da eventual reprodução de documentos, quer por microfilmagem ou por digitalização.

Ocorre, porém, que na maioria dos casos, a eliminação de documentos não se constitui em prática administrativa com sustentação técnica e legal, decorrente da aplicação segura de critérios previstos nas tabelas de temporalidade de documentos, mas como consequência indesejável, porém, quase que naturalizada, da omissão do poder público em implantar políticas públicas de gestão documental.

Resta claro aos especialistas da área arquivística que não é a mera reprodução de documentos, por quaisquer meios ou técnicas, que autoriza a sua eliminação, mas a análise criteriosa do valor das informações neles registradas, bem como de legislação específica que define prazos prescricionais e decadenciais, considerando sempre sua importância para a defesa de direitos do cidadão e para a própria memória da Administração Pública.

Os riscos decorrentes da adoção de novas tecnologias precisam ser sempre mitigados com a utilização de soluções tecnológicas de ampla aceitação por organismos oficiais, em âmbito nacional e internacional, e de recursos estáveis e consolidados no mercado, sujeitos à avaliação com base em estatísticas de uso.

Essas exigências são necessárias para se garantir a sustentabilidade de programas no longo prazo, inclusive do ponto de vista orçamentário; do contrário, o aumento progressivo dos custos podem inviabilizar a continuidade das soluções, acarretando nova alteração de rumo, com riscos de perda integral ou parcial das informações e dos recursos já investidos.

A gestão documental de documentos arquivísticos digitais

A organização e tratamento das informações deve antecipar quaisquer iniciativas de reprodução de documentos públicos, seja por microfilmagem, digitalização ou qualquer outra. A gestão documental deve ser aplicada em ambientes convencionais, digitais ou híbridos, independente da forma, gênero ou suporte em que os documentos e as informações foram produzidas e armazenadas.

É preciso prever soluções integradas desde o momento da produção dos documentos até a sua destinação final. Nesse sentido, é necessário adotar ferramentas que controlem tanto a produção e tramitação, quanto o armazenamento, uso e preservação dos documentos ao longo do tempo.

Soluções que prometem armazenamento ilimitado e acesso remoto não resolvem os problemas decorrentes da produção e acumulação desordenadas, que dificulta a recuperação e uso posterior das informações. Resta claro, ainda, que na ausência da gestão documental, não é possível aplicar tabelas de temporalidade e prever sistemicamente o cumprimento de prazos de guarda e eliminação. Nesse caso, todos os documentos, indistintamente, serão armazenados por tempo indeterminado, acarretando custos elevados, tanto no mundo físico (espaço) quanto no mundo digital (*storage*), qualquer que seja a solução adotada.

Por essa razão, é importante avaliar soluções tecnológicas que incorporem os principais instrumentos de gestão documental, os planos de classificação e as tabelas de temporalidade de documentos. A aplicação desses instrumentos deve se dar na origem, no momento de cadastramento dos documentos, inclusive digitais, em sistemas informatizados de gestão (SIGAD – Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos), permitindo o seu armazenamento, eliminação rotineira nos prazos estabelecidos nas tabelas de temporalidade, sua recuperação sempre que necessário, bem como a preservação de documentos históricos ou permanentes ao longo do tempo (RDC-Arq - repositórios digitais confiáveis).

A microfilmagem, digitalização ou quaisquer outras técnicas de reprodução de documentos deve ser orientada por critérios arquivísticos, considerando-se:

- a) Análise de custo-benefício e sustentabilidade da solução ao longo do tempo;
- b) Adoção de soluções de ampla aceitação e reconhecimento por organismos nacionais e internacionais, que oferece relativa segurança com base em estatísticas de uso;
- c) Prazo de guarda e destinação dos documentos, de acordo com as tabelas de temporalidade de documentos, evitando-se a reprodução de documentos cujos originais poderão ser eliminados;
- d) Frequência e intensidade de uso dos documentos;
- e) Necessidade de integração de documentos digitalizados com outros sistemas;
- f) Custo do serviço para a captura da imagem, classificação, descrição e indexação, recuperação e manutenção, incluindo mão-de-obra, infraestrutura lógica e física;

g) Custo de tratamento, armazenagem e acesso aos documentos convencionais a serem submetidos à digitalização.

Em síntese, a eliminação ou preservação de documentos públicos não pode ser reduzida a uma questão tecnológica. Trata-se da aplicação de critérios técnicos construídos num processo multidisciplinar, com sustentação legal e devidamente publicizados. Por isso, independentemente de quaisquer soluções tecnológicas, a eliminação de documentos só poderá ocorrer se estiver prevista na tabela de temporalidade de documentos oficializada, e os documentos considerados de guarda permanente não poderão ser eliminados após a microfilmagem, digitalização ou quaisquer outros métodos de reprodução, devendo ser definitivamente preservados.

A contratação desses serviços deve prever, ainda: a) atividades técnicas prévias de organização, classificação, avaliação e descrição de documentos; b) higienização, desmetalização e pequenos reparos; c) equipamentos e tecnologias que assegurem resolução de imagem compatível com necessidades específicas; d) interoperabilidade com outros sistemas; e) procedimentos de registro e controle de mídias e filmes; f) controle de qualidade das imagens por meio de sua visualização e impressão; g) utilização de sistema de indexação de imagens; h) controle do processo de gravação de imagens digitalizadas; i) digitalização de séries documentais e não somente de documentos isolados, levando-se em consideração o valor probatório ou informativo dos conjuntos; e j) condições ambientais adequadas para guarda e preservação das mídias e filmes.

A preservação de documentos arquivísticos digitais

A respeito dos desafios da preservação digital, há pelo menos duas décadas, organismos internacionais vêm alertando sobre os riscos decorrentes da fragilidade das mídias. Esse amplo movimento internacional foi consequência da grande preocupação com um verdadeiro apagão digital que ocasionaria a perda no todo ou em parte de um patrimônio mundial de inestimável valor.

A preocupação se justificava porque tanto no mundo físico quanto no ambiente digital, os documentos arquivísticos são gerados e mantidos pelos órgãos e entidades públicos para registrar suas atividades e para servirem como fontes de prova e informação.

Em 2004, a UNESCO lançou a “Carta para a preservação do Patrimônio Arquivístico Digital”, com o tema central *Preservar para garantir o acesso*, uma vez que era flagrante um problema urgente que estava atingindo países do mundo todo: o patrimônio arquivístico digital se encontrava em risco de desaparecimento e de falta de confiabilidade.

Nesse sentido, a UNESCO convocou todos os Estados-membros, incluindo o Brasil, a estabelecerem políticas e ações para proteger o patrimônio digital, em benefício das gerações atuais e futuras. Diante da gravidade da situação, a Carta foi aprovada (2004) e traduzida pelo Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ (2005).

O Conselho Internacional de Arquivos - CIA também lançou em 2010 a “Declaração Universal sobre os Arquivos”, estimulando os Arquivos Públicos a contribuírem para que os produtores de documentos criassem e mantivessem **documentos arquivísticos fidedignos, autênticos, preserváveis e acessíveis ao longo do tempo.**

Documentos arquivísticos registram e apoiam as atividades de uma instituição, e servem também de evidência dessas atividades. Para que seja possível assegurar o seu valor probatório, é necessário preservar seus atributos como documentos arquivísticos, em especial a relação orgânica que mantém com o conjunto do qual fazem parte e a sua autenticidade.

Como menciona a Declaração Universal sobre os Arquivos, do Conselho Internacional de Arquivos: *“Documentos de arquivo são geridos desde a criação para preservar seu valor e significado. Arquivos são fontes confiáveis de informação para ações administrativas responsáveis e transparentes”.*

A propósito, o ordenamento jurídico brasileiro é inequívoco sobre o dever do Poder Público em promover a gestão e a proteção especial da documentação governamental, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação, independentemente do suporte em que os documentos são gerados. A matéria foi adequadamente tratada na Carta Magna (artigos 215 e 216) e regulamentada pela Lei Nacional de Arquivos nº 8.159/1991. Registre-se que tanto na teoria arquivística quanto na legislação em vigor, os documentos de arquivo são definidos por suas *características* e não pelo *suporte* de registro da informação. Nesse sentido, todas as operações técnicas de tratamento de documentos em papel continuam válidas para os documentos nativos digitais, digitalizados ou microfilmados, acrescentando-se outras tantas de natureza ainda mais complexa que lhes são específicas.

Ao longo da história da humanidade, os documentos foram gerados em inúmeros suportes – argila, madeira, papiro, pergaminho, papel de trapo, papel de celulose, eletrônico, ótico... sem contudo, deixarem de cumprir as suas finalidades de **prova e testemunho**. No mundo contemporâneo, entretanto, paradoxalmente à dependência social cada vez maior da informação digital, não estão sendo realizados os esforços governamentais necessários para o

seu tratamento, armazenamento, preservação, segurança e disponibilidade pelo tempo necessário.

A eficácia de um documento arquivístico não depende do *suporte* em que é gerado - papel ou digital – e sim da *qualidade e do rigor dos procedimentos* que orientam a sua produção e manutenção, uso e transmissão ao longo do tempo, tanto no mundo físico quanto no ambiente digital.

Tecnologias da informação e os documentos arquivísticos digitais

Os desafios que o mundo contemporâneo nos propõem são os de proteger e preservar documentos diante da rápida obsolescência da tecnologia digital, da incapacidade dos atuais sistemas eletrônicos de informação em assegurar a preservação de longo prazo, da fragilidade do armazenamento digital, dos custos da preservação digital, da complexidade desse processo e da multiplicidade de profissionais necessários.

O documento arquivístico digital é o documento produzido, recebido ou acumulado no curso de uma atividade, como instrumento ou resultado de tal atividade, e retido para ação ou referência, entretanto, diferentemente do documento em papel, é codificado em dígitos binários, acessível e interpretável por meio de sistema computacional (Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos – CTDE/CONARQ, 2014).

Cabe ao Poder Público assegurar a autenticidade desses documentos ao longo do tempo para que eles cumpram as suas finalidades. Segundo a Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos – CTDE/CONARQ (2014), a autenticidade é a “credibilidade de um documento enquanto documento, isto é, a qualidade de um documento ser o que diz ser e que está livre de adulteração ou qualquer outro tipo de corrupção”.

Contudo, o valor de prova dos documentos digitais está permanentemente ameaçado devido à facilidade com que eles podem ser alterados sem deixar rastros. Por isso, o desafio na era digital é manter o documento autêntico ao longo do tempo, ou seja, garantir que os documentos que estão sendo mantidos em sistemas ou repositórios, sejam exatamente aqueles que foram produzidos. E quando falamos "ao longo do tempo", estamos nos referindo à longa duração de séculos e milênios e não ao tempo imediato, que nos é imposto pela indústria tecnológica.

A política de segurança da informação deverá prever controles de acesso, trilhas de auditoria e procedimentos de segurança que garantam a integridade, a confiabilidade e a disponibilidade dos documentos arquivísticos digitais, sua proteção contra perdas, acidentes e intervenções não autorizadas, bem como a sua recuperação e restauração, quando necessário.

O controle de acesso e a recuperação de documentos arquivísticos digitais e seus metadados deve ser implementado por meio de procedimentos de identificação de usuários, com base nas credenciais de segurança e por procedimentos que limitem aos responsáveis o acesso ao ambiente de armazenamento.

Isso somente será possível se o ambiente tecnológico de produção e manutenção dos documentos compreender procedimentos rígidos de controle, e se for assegurada uma *cadeia de custódia* ininterrupta desses documentos, desde o momento de sua produção até o seu ingresso em repositórios digitais confiáveis.

A preservação de documentos digitais requer ações arquivísticas a serem incorporadas em todo o seu ciclo de vida, antes mesmo de terem sido criados, incluindo as etapas de planejamento e concepção de sistemas eletrônicos, a fim de que não haja perda nem adulteração dos registros. O objetivo da preservação é garantir a autenticidade e a integridade da informação, bem como o seu acesso contínuo pelo tempo que for necessário.

Por isso, promover a gestão, preservação e segurança de documentos digitais é trabalho de natureza complexa que envolve várias especialidades do conhecimento, sendo uma ação de natureza multidisciplinar, cuja eficácia depende de compromissos de longo prazo por parte dos governos, com investimentos altos em infraestrutura tecnológica, pesquisa e recursos humanos. Somente a formulação de políticas públicas para a área será capaz de promover a democratização da informação e a preservação da memória, quaisquer que sejam os suportes de registro da informação.

Diante dessas dificuldades, a própria UNESCO recomenda: a) a elaboração de estratégias e políticas, dentre elas um amplo programa de gestão arquivística de documentos; b) o estabelecimento de normas, dentre elas a definição de requisitos funcionais, de estruturas padronizadas de metadados e de segurança da informação digital; e c) a promoção do conhecimento, com a definição de uma agenda de pesquisa, envolvendo instituições de fomento à pesquisa, Universidades e Arquivos Públicos.

Preservação digital

No atual contexto histórico, o avanço das iniciativas de governo eletrônico e de “dados abertos”, a publicação de informações na Internet, e os projetos de “papel zero”, têm levado a uma volumosa produção de informações governamentais em formato digital, inclusive as bases de dados.

A proteção desse patrimônio digital não é necessária apenas para a boa governança ou para a proteção de direitos, mas também para a defesa de negócios estratégicos de governos e empresas e, inclusive, da soberania e independência das Nações.

A promoção da transparência administrativa e do acesso à informação, que vem ganhando impulso a partir da Lei de Acesso à Informação - LAI (Lei nº 12.527/2012), tão cara à consolidação democrática, induz também à produção crescente de documentos digitais. Entretanto, esse processo poderá fracassar se não forem adotadas as medidas necessárias para promover a gestão e a preservação desses documentos arquivísticos digitais. Não podemos nos esquecer de que é preciso promover a gestão documental para preservar; e é preciso, preservar para dar acesso.

Nesse aspecto, vale ainda esclarecer que a gestão documental no ambiente digital é muito mais complexa e exigente que a gestão de documentos em papel, uma vez que além da elaboração de planos de classificação e tabelas de temporalidade de documentos, será necessário enfrentar, também, as várias e permanentes ameaças decorrentes da fragilidade dos suportes digitais, da manipulação indevida e rápida obsolescência tecnológica.

Existe um consenso entre os especialistas da área de preservação digital de que a gestão, preservação e recuperação desses documentos requerem: a) desenvolvimento de sistemas de informação confiáveis para realizarem a gestão dos documentos digitais (SIGAD) e b) repositórios digitais confiáveis (RDC-Arq) para assegurar a preservação de documentos permanentes ao longo do tempo.

Isso porque os documentos arquivísticos digitais precisam de uma *cadeia de custódia* digital arquivística desde a sua produção, no ambiente de gestão, até o seu recolhimento a um repositório digital confiável. Daí a necessidade da interoperabilidade entre sistemas, a fim de se evitar a perda de informação, da integridade e autenticidade dos documentos.

É importante considerar que a crescente produção digital contribuiu para proliferar os sistemas capazes de fazer o gerenciamento eletrônico de documentos (GED). Esses sistemas não atendem às necessidades arquivísticas, pois não estão em conformidade com os requisitos do e-Arq Brasil, não visam gerenciar o ciclo de vida dos documentos, sua temporalidade, destinação e nem a manter sua relação orgânica.

Em âmbito internacional, temos acompanhado, desde 1997, as iniciativas do governo americano e da União Europeia na definição de requisitos funcionais para a gestão de documentos e arquivos eletrônicos. Em 1997, o Departamento de Defesa dos Estados Unidos

criou a Norma DoD 5015.2, que foi incorporada pela Administração Pública Americana e tornou-se um padrão de referência nacional e internacional.

Em 2002, um grupo de especialistas da União Europeia criou o MOREQ (Modelo de Requisitos para a gestão, o acesso contínuo e a retenção de documentos pelo tempo necessário).

No Brasil, em 2006, foi lançada a 1ª versão do e-Arq Brasil, modelo de requisitos baseado na Norma DoD e MOREQ, elaborada pela Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos, aprovada como Resolução nº 25, de 27 de abril de 2007, do Conselho Nacional de Arquivos. Esse conjunto de requisitos deveria, a partir de então, orientar o desenvolvimento de sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos (SIGAD).

A gestão documental é a base para o tratamento de documentos digitais desde a sua produção e para assegurar o seu controle durante as fases corrente e intermediária; para isso é indispensável o desenvolvimento de sistema informatizado de gestão arquivística (SIGAD).

Os documentos arquivísticos em ambientes digitais requerem os mesmos procedimentos de tratamento que os documentos não digitais e, por isso, o sistema responsável por seu gerenciamento deve ter foco na gestão arquivística.

Além disso, é preciso também pensar em mecanismos que garantam o recolhimento de documentos de valor permanente do SIGAD para repositórios digitais confiáveis para que possamos assegurar a sua preservação ao longo do tempo. Nesse sentido, será necessário assegurar a interoperabilidade entre o SIGAD e os repositórios confiáveis, havendo ainda a possibilidade de se reunir os documentos das três idades em um único repositório.

Os repositórios digitais não são meros depósitos de documentos. Um repositório confiável é um ambiente tecnológico complexo capaz de manter autênticos os documentos digitais, de preservá-los e de dar acesso a eles por um tempo muito longo. Em todos os trabalhos que tratam do desafio de se construir repositórios digitais confiáveis, fica claro que *a preservação e o acesso de longo prazo aos documentos digitais não é um problema meramente tecnológico. As normas e diretrizes que orientam o desenvolvimento e a implementação de repositórios digitais confiáveis enfatiza os aspectos organizacionais, políticos e de gestão.*

É irrefutável que a autenticidade dos documentos não pode ser baseada unicamente em recursos tecnológicos, pois é necessário associar as soluções tecnológicas a políticas, procedimentos e informação (na forma de metadados), bem como levar em conta a reputação idônea e a credibilidade da entidade produtora e custodiadora.

Os especialistas também alertam para a necessidade de auditoria e certificação dos sistemas informatizados, tanto os de gestão quanto os de preservação, a fim de se verificar a sua conformidade com os padrões pré-estabelecidos e, conseqüentemente atestar a sua confiabilidade.

Merece destaque a iniciativa do governo americano para a construção de repositórios digitais confiáveis. A NASA desenvolveu ao longo de dez anos o Modelo OAIS (*Open Archival Information Systems*), em colaboração com a comunidade científica internacional; versões do documento foram publicadas em 1999 e 2002, e em 2003 transformou-se na norma ISO 14721:2003; é uma das normas mais importantes para a construção de repositórios digitais confiáveis. No Brasil, a norma OAIS foi publicada pela ABNT: NBR 15425: Modelo de referência para um sistema aberto de arquivamento de informação (SAAI).

Em 2007, o Arquivo Nacional dos Estados Unidos (NARA), em consonância com o modelo OAIS, publicou um conjunto de critérios e um checklist (TRAC) para a certificação de repositórios digitais confiáveis. Esse documento foi a base para a norma ISO 16363:2012.

Projeto InterPARES

Importante também destacar o Projeto InterPARES (1998/2018) - International Research on Permanent Authentic Records in Electronic Systems (Pesquisa Internacional sobre Documentos Arquivísticos Autênticos Permanentes em Sistemas Eletrônicos), coordenado pela Universidade de British Columbia, no Canadá, com o objetivo de produzir conhecimento teórico-metodológico essencial para a preservação de longo prazo de documentos arquivísticos digitais autênticos.

O Projeto de pesquisa InterPARES produziu requisitos para presunção de autenticidade de documentos, diretrizes para produção e preservação de documentos digitais autênticos e um conjunto de estratégias para a preservação de longo prazo.

O Brasil participou das pesquisas do InterPARES, com equipe coordenada pelo Arquivo Nacional. O Arquivo Público do Estado também integrou essa equipe com estudo de caso sobre o sistema SPdoc, mediante termo de cooperação técnica com o Arquivo Nacional. A última fase do projeto iniciou-se em 2013 e vai até 2018 (InterPARES Trust), que pretende apoiar os países na definição de políticas, regras, procedimentos e padrões para os documentos arquivísticos digitais armazenados na Internet.

Os documentos gerados no âmbito do Projeto InterPARES vêm sendo traduzidos pela Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos do CONARQ e disponibilizados no site: Diretrizes para a presunção de autenticidade de documentos arquivísticos digitais (Resolução 37 do

CONARQ); Diretrizes para a implementação de repositórios arquivísticos digitais confiáveis (Resolução 43 do CONARQ); Diretrizes do produtor e do preservador.

Considerações finais

Ainda, cabe reiterar que a gestão de documentos é a base segura para as decisões relacionadas à adoção de novas tecnologias, e que é sempre prudente avaliar as novidades a partir de suas especificações técnicas e da qualidade comprovada de sua aplicação.

A título de conclusão, ainda que o debate apenas tenha começado, é inevitável constatar que a despeito de todos os estudos científicos e recomendações de organismos nacionais e internacionais, bem como de todo o arcabouço legal e normativo vigente, muitos órgãos públicos, em todas as esferas e poderes, continuam buscando soluções próprias para suas dificuldades de armazenamento de documentos, gestão documental e recuperação de informações.

A promessa de redução de custos e a sedução das modernas tecnologias da informação têm levado alguns gestores a adotarem soluções que parecem resolver problemas imediatos, mas que ignoram solenemente as necessidades do futuro, ainda que esse futuro esteja muito próximo.

É incontestável que a tecnologia da informação presta inestimáveis serviços à eficiência e celeridade da administração, e parece claro também que não se pode imputar à tecnologia o eventual mau uso que dela se possa fazer.

Entretanto, decisões administrativas e políticas equivocadas podem representar custos elevados no médio e longo prazos, e podem vir a ocasionar perdas irreparáveis ao patrimônio arquivístico digital, com indesejáveis repercussões na segurança jurídica, no planejamento estratégico, na defesa de direitos e na preservação da memória das instituições.

A propósito, vale lembrar que a “memória” de um governo é um lastro para a boa governança, um insumo estratégico para a tomada de decisões e que o patrimônio arquivístico, em papel ou digital, é um “bem público”, de valor intangível, que o Poder Público tem o dever de proteger e preservar.

Por tudo isso, será necessário um considerável esforço colaborativo entre instituições, órgãos e entidades públicos no sentido de se promover um alinhamento estratégico para a busca de soluções integradas, com sustentação legal e conformidade às normas arquivísticas.

A preservação de documentos permanentes, considerados de valor histórico e probatório é a essência da missão do Arquivo Público do Estado de São Paulo que também

precisa preparar-se para cumprir essa finalidade, inclusive como repositório digital confiável. Para essa instituição centenária, o grande desafio a ser enfrentado é manter preservados e acessíveis para o futuro os documentos digitais de valor permanente que estão sendo produzidos hoje pelos órgãos e entidades estaduais, tal como vem fazendo com o inventário do sapateiro Damião Simões, de 1578.

Os Arquivos sempre aspiram à eternidade...

REFERÊNCIAS

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO (São Paulo). **Política pública de arquivos e gestão documental do Estado de São Paulo**. São Paulo: Arquivo Público do Estado, 2014, 2.ed., rev. e ampl. Acompanha CD-ROM. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/publicacoes/tecnica/ver/politica-publica-de-arquivos-e-gestao-documental-do-estado-de-sao-paulo>. Acesso em: 29 maio 2017.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 15425: Modelo de referência para um sistema aberto de arquivamento de informação (SAAI).

BERNARDES, Ieda Pimenta. *Gestão documental e direito de acesso: interfaces*. **Acervo: Revista do Arquivo Nacional**, volume 28, número 2, jul./dez. 2015, p.164-179. Disponível em: <http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/616>. Acesso em: 29 maio 2017.

BERNARDES, Ieda Pimenta. *Gestão documental e preservação da memória*. Em: **Anais do 5º Encontro Nacional da Memória da Justiça do Trabalho**. Belém: Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, 2010.

BERNARDES, Ieda Pimenta e DELATORRE, Hilda. **Gestão documental aplicada**. São Paulo: Arquivo Público do Estado, 2008, 54 p. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/assets/publicacao/anexo/gestao_documental_aplicada.pdf. Acesso em 29 maio. 2017.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **Declaração Universal sobre os Arquivos**, 2010. Tradução para o português acordada entre o Arquivo Nacional (Brasil) e o Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Portugal). Disponível em: http://www2.iict.pt/archive/doc/ICA_2010_Universal-Declaration-on-Archives_PT_1_1_.pdf. Acesso em 20 maio 2017.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **Carta para a preservação do patrimônio arquivístico digital**, 2005. Tradução da carta publicada pela UNESCO, 2004. Disponível em: http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/Carta_preservacao.pdf. Acesso em 29 maio 2017.

DoD Standard 5015.2, "DoD Records Management Program," March 6, 2000 (hereby cancelled). Disponível em <https://www.archives.gov/records-mgmt/initiatives/dod-standard-5015-2.html>. Acesso em 29 maio 2017.

FLORES, Daniel e ROCCO, Brenda Couto de Brito. *Cadeia de custódia para documentos arquivísticos digitais*. **Acervo: Revista do Arquivo Nacional**, volume 29, n. 2, p.117-132, jul./dez.2016. Disponível em: <http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/717/732>. Acesso em 29 maio 2017.

205

INARELLI, Humberto Celeste. *Preservação digital e seus dez mandamentos*. In: SANTOS, Vanderlei Batista dos. **Arquivística: temas contemporâneos: classificação, preservação digital, gestão de conhecimento**. Distrito Federal: SENAC, 2007.

INTERNATIONAL STANDARDS ORGANIZATION. **ISO 14721:2003**. Space data and information transfer systems. Open Archival Information Systems. Reference model.

INTERNATIONAL STANDARDS ORGANIZATION. **ISO 16363:2012**. Space data and information transfer systems. Audit and certification of trustworthy digital repositories.

MOREQ 2010. **Model Requirements for Records Systems**. DLM Forum Foundation. 2010-2011.

ROCHA, Claudia Lacombe. *Repositórios para a preservação de documentos arquivísticos digitais*. **Acervo: Revista do Arquivo Nacional**, volume 28, número 2, jul/dez.2015, p.180-191. Disponível em: <http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/608>. Acesso em 29 maio 2017.

ROCHA, Claudia Lacombe. *Gestão e preservação de documentos arquivísticos digitais. Revisitando alguns dos conceitos que as precedem*. **Acervo: Revista do Arquivo Nacional**, volume 29, n. 2, p. 61-73, jul./dez.2016. Disponível em: <http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/709>. Acesso em: 29 maio 2017.

The InterPARES Project. Disponível em: <http://www.interpares.org/>. Acesso em: 29 maio 2017.

Referências legislativas:

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em: 04 fev. 2015.

BRASIL. Lei nº 5.433, de 5 de maio de 1968. Regula a microfilmagem de documentos oficiais e dá outras providências.

BRASIL. Lei n. 8.159, de 09 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências (1991). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm>. Acesso em: 04 fev. 2015.

BRASIL. Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do artigo 5º, no inciso II do § 3º do artigo 37 e no § 2º do artigo 216 da Constituição Federal; altera a Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei n. 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências (2011a). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12527.htm. Acesso em 29 maio 2017.

BRASIL. Decreto nº 1.799, de 30 de janeiro de 1996. Regulamenta a Lei nº 5.433, de 8 de maio de 1968, que regula a microfilmagem de documentos oficiais, e dá outras providências.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. Resolução nº 10, de 6 de dezembro de 1999, que dispõe sobre a adoção de símbolos ISSO nas sinaléticas a serem utilizadas no processo de microfilmagem de documentos arquivísticos.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. Resolução nº 25, de 27 de abril de 2007, que dispõe sobre a adoção do Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos - e-ARQ Brasil pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos - SINAR.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. Resolução nº 32, de 17 de maio de 2010, que dispõe sobre a inserção dos Metadados na Parte II do Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos - e-ARQ Brasil.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. Resolução nº 31, de 28 de abril de 2010, que dispõe sobre a adoção das Recomendações para Digitalização de Documentos Arquivísticos Permanentes.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. Resolução nº 37, de 19 de dezembro de 2012, que aprova as Diretrizes para a Presunção de Autenticidade de Documentos Arquivísticos Digitais.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. Resolução nº 36, de 19 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a adoção das Diretrizes para a Gestão arquivística do Correio Eletrônico Corporativo pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos – SINAR.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. Resolução nº 38, de 9 de julho de 2013, que dispõe sobre a adoção das "Diretrizes do Produtor - A Elaboração e a Manutenção de Materiais Digitais: Diretrizes Para Indivíduos" e "Diretrizes do Preservador - A Preservação de Documentos Arquivísticos digitais: Diretrizes para Organizações".

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. Resolução nº 39, de 29 de abril de 2014, que estabelece diretrizes para a implementação de repositórios arquivísticos digitais confiáveis para o arquivamento e manutenção de documentos arquivísticos digitais em suas fases corrente,

intermediária e permanente, dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos - SINAR. [Redação dada pela Resolução nº 43 de 04 de setembro de 2015].

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. Resolução nº 43, de 04 de setembro de 2015, que altera a redação da Resolução do CONARQ nº 39, de 29 de abril de 2014, que estabelece diretrizes para a implementação de repositórios digitais confiáveis para a transferência e recolhimento de documentos arquivísticos digitais para instituições arquivísticas dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos - SINAR.

207

SÃO PAULO (Estado). Decreto n. 22.789, de 19 de outubro de 1984. Institui o Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo – SAESP. Diário Oficial do Estado, 20/10/1984, Seç. I, p. 01-02. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/assets/legislacao/Decreto_22789_de_19_de_outubro_1984.pdf. Acesso em 29 maio 2017.

SÃO PAULO (Estado). Decreto n. 48.897, de 27 de agosto de 2004. Dispõe sobre os Arquivos Públicos, os documentos de arquivo e sua gestão, os Planos de Classificação e a Tabela de Temporalidade de Documentos da Administração Pública do Estado de São Paulo, define normas para a avaliação, guarda e eliminação de documentos de arquivo e dá providências correlatas (2004a). Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/assets/legislacao/Decreto_48897_de_27_de_agosto_de_2004.pdf. Acesso em 29 maio 2017.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO (São Paulo). Instrução Normativa APE/SAESP nº 1, de 10 de março de 2009, que estabelece diretrizes e define procedimentos para a gestão, a preservação e o acesso contínuo aos documentos arquivísticos digitais da Administração Pública Estadual Direta e Indireta. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/assets/legislacao/Instrucao%20Normativa_10_3_2009.pdf. Acesso em 29 maio 2017.

Continue lendo a seção ESPECIAL 

ESPECIAL

As tecnologias da informação e a modernização da gestão pública: gestão e acesso às informações públicas¹

Jose Carlos de Vaz*

208

Bom dia a todos e a todas aqui presentes, muito obrigado ao Arquivo por esta oportunidade de compartilhar algumas perguntas com vocês. Eu tenho uma grande vantagem na minha profissão, pois eu sempre falo, sou pago pra dizer o que penso e para fazer perguntas para as pessoas. Então, é um pouco do que eu quero fazer hoje aqui, fazer algumas perguntas, levantar algumas questões que, de uma maneira, possam contribuir para essa reflexão maior que a gente pretende fazer.

Sou muito grato tanto ao Fernando Padula e à Ieda Pimenta Bernardes pelo convite, pela oportunidade de estar aqui. Eu sou professor do curso de Gestão de Políticas da USP, que fica na Escola de Artes, Ciências e Humanidades, mais conhecida como USP Leste, e a gente já tem um trabalho de colaboração com o Arquivo, com o curso, atividade que temos feito, que tem nos enriquecido muito e para nós é muito importante estar aqui.

Hoje é um dia importante também, porque é dia 25 de abril e se falava há pouco sobre Portugal, um país tão ligado ao Brasil nas questões relacionadas aos arquivos e à história. Hoje é um dia muito importante em Portugal, pois é o dia que marca o fim da ditadura salazarista; é uma festividade que nós como brasileiros também devemos estar comemorando.

Nós vivemos um momento de transformação tecnológica que talvez não esteja sendo percebido por muitos de nós, porque a gente vinha pensando num tipo de transformação tecnológica até agora ainda muito baseado em materialidade, então, nós

¹ Transcrição do vídeo de palestra proferida no Seminário “**Documentos Públicos na Era Digital: soluções e desafios da gestão, preservação e segurança da informação**”, realizado em 25 de abril de 2017 pelo Arquivo Público do Estado.

* Professor Doutor da Universidade de São Paulo, formado em administração, mestre em administração pública e doutor em administração de empresas sistema de informação tem experiência na área de administração pública e nos seguintes temas: governo eletrônico, atendimento ao cidadão, inovação e gestão pública, desenvolvimento local, planejamento estratégico, governança e transparência. E-mail: vaz@usp.br

estávamos simplesmente saindo de um suporte pro outro, de uma mídia pra outra, mas essas mídias todas ainda cabiam nos nossos bolsos, nas nossas gavetas, elas eram todas ainda muito visíveis e palpáveis. Além disso, a emergência de novos artefatos tecnológicos que foram se popularizando ao longo das últimas décadas não produziam, necessariamente, alterações tão significativas na maneira como nós trabalhávamos. Mas, a gente neste momento está vivendo um novo salto - eu não gosto muito de usar este termo “novo salto” - mas, um novo contexto tecnológico, que é um contexto onde a tecnologia assume uma outra dimensão, e a gente entra naquilo que muitos vão chamar de computação ubíqua. Vejam, os recursos computacionais estão por toda parte: podem estar na cadeira onde nós estamos sentados, na forma de um sensor de presença e de peso que comunica quem será a pessoa que está sentada naquela cadeira ou naquela outra cadeira, então, é uma maneira de usar a tecnologia penetrando, muito mais invasiva na vida das pessoas e na vida das organizações e trazendo novas formas de como as pessoas pensam a respeito da tecnologia. E pensar hoje sobre o uso de tecnologia não é igual a como se pensava sobre a tecnologia há dez anos, seguramente. Não é só a tecnologia, os artefatos tecnológicos e as suas aplicações que mudaram, é a maneira como os seres humanos e a vida social pensam na própria tecnologia.

Além disso, nós ainda estamos prisioneiros de formas de decisão que, muitas vezes, consideram um horizonte muito mediato, muito no curto prazo. Eu costumo dizer que a lógica, do ponto de vista gerencial, a lógica de decisão micro econômica, ela é, muitas vezes, muito danosa ao serviço público, porque eu penso na economia que eu farei hoje, neste ano, porque eu preciso cortar meu orçamento. Mas, o impacto dessa decisão ao longo do tempo é muito grande, porque destruir uma capacidade pública é rápido, construí-la leva décadas e esse é um desafio importantíssimo que está colocando hoje sobre as nossas decisões de tecnologia que, de alguma maneira, se relacione à gestão de documentos e gestão de informações. O risco desse imediatismo nas decisões às vezes são muito mais complexas.

Eu pensei em conversar sobre quatro coisas com vocês: a primeira é fazer uma breve reflexão sobre como que a tecnologia é construída pela sociedade, isso parece uma discussão muito teórica ou talvez devaneio sociológico, mas, na verdade, se nós não entendermos como as decisões tecnológicas acontecem, como uma determinada

tecnologia se afirma ou não, se eu não entender porque esse computador tem essa configuração e não uma outra, eu não posso tomar decisões adequadamente. Então, eu preciso entender como a tecnologia se constrói. Vou falar também, relacionado a isso, sobre o contexto tecnológico e os impactos disso, um pouco do que eu já adiantei nesse começo. Depois queria refletir com vocês sobre algumas disputas, conflitos, tensões que este contexto tecnológico está colocando para nós hoje, e os termos que eu estou usando são termos fortes mesmo, em alguns casos são disputas, em alguns casos são conflitos e no melhor do caso são tensões que nós temos que resolver; tensões que podem estar entre organizações e podem estar na cabeça da gente, eu vou nessa direção ou vou para outra, nesse contexto de mudança? E, por fim, como disse, me pagam pra eu dar minha opinião, felizmente o governo do estado e o povo do estado de São Paulo podem contar com uma universidade como a USP, onde a gente pode pensar e refletir, vou, modestamente, apontar umas coisas que eu considero desafios e possíveis caminhos, no sentido de contribuir para a gente melhorar as decisões a serem tomadas.

Começando, então, a falar sobre a construção social da tecnologia, a primeira e mais evidente a dizer é que a tecnologia não cai do céu, ela não aparece do nada e nem aparece como um processo inexorável, ela é fruto de decisões. Um sujeito um dia decidiu que ia vender sistemas de operacionais de uma maneira ou de outra, vender computadores de uma maneira ou de outra; talvez algum de vocês aqui já tenham se defrontado com decisões sobre alternativas tecnológicas na hora de adquirir um produto, e por trás dessas decisões tem atores jogando um jogo, o que é absolutamente legítimo e natural, tem os fabricantes de dispositivos, os produtores de *softwares*, no caso, falando de tecnologias da informação, mas podíamos usar isso para falar de sapatos, bicicletas, o que quiséssemos. A tecnologia ela se constrói a partir das ações daqueles que estão, de alguma maneira, interessados e também das decisões e dos comportamentos daqueles que adotam as tecnologias. Vejam, por exemplo, o que aconteceu com o ícone destes tempos em que vivemos, o nosso amigo *smartphone*, quem construiu o *smartphone*? Quem fez com que o *smartphone* fosse o que é? Há vinte anos atrás, nós sabíamos que isto ia acontecer, era uma questão de tempo; há quinze anos atrás tínhamos as primeiras coisas que pareciam os *smartphones* atuais, agora,

uma boa parte da construção do *smartphone* se deu pelo fato de as pessoas, por exemplo, adorarem usar redes sociais. Vocês já pararam pra pensar sobre o papel da foto do macarrão que fez pro almoço de domingo, sobre a transformação da tecnologia? O fato de as pessoas fotografarem as coisas e quererem compartilhar com os amigos? Fez com que, de uma certa maneira, este dispositivo, que é um dispositivo central na vida moderna, se configurasse como é? E boa parte, ou um dos maiores negócios do mundo hoje, é, por exemplo, o *facebook*, o que é isso? Ele não foi pensando pra ser exatamente o que ele é, ele não é somente um fruto de um planejamento, ele foi sendo experimentado, como toda tecnologia, ela vai sendo experimentada, testada, vai sendo submetida àquilo que a gente chama de contraprovas e a partir dessa interação em que a sociedade também vai transformando a tecnologia, a tecnologia transforma a sociedade, a gente chega numa determinada estabilização.

O que eu quero dizer com isso, gente, é que as decisões tecnológicas elas não são apenas uma resignada aceitação de um determinismo tecnológico, não é isso. Isso é apenas uma maneira de olhar o mundo, que interessa para quem quer, talvez, vender sua tecnologia e diga “olha essa aqui é mais moderna do que a anterior, compre a minha”, mas, não necessariamente será a melhor. Aqueles mais antigos hão de se lembrar de um equipamento chamado vídeo cassete, para os mais jovens eu vou explicar o que era, o vídeo cassete era um dispositivo que você ligava numa TV e ele gravava ou tocava vídeos, numa coisa que era uma fita magnética. No começo, nos anos 70, 80 só tinham duas grandes tecnologias na disputa na indústria do vídeo cassete, a tecnologia a betamax e a tecnologia VHS, qual foi a que se consolidou, que foi a vencedora? Foi a VHS. E o que que os aficionados diziam? Que a betamax era melhor. Então, ganhou a pior? Mas, eu tinha entendendo que a tecnologia é um negócio que sempre melhora, a nova sempre é melhor que a anterior, é igual quando você troca de namorada, “agora que eu estou feliz, agora sim acertei minha vida”. Então, pode não ser. Melhor pra que? Melhor pra qual contexto? Então, a primeira coisa que eu gostaria de marcar aqui com vocês é que é preciso fazer uma certa relativização, para que a gente não mistifique a tecnologia, ela é também produto de uma construção social. Tem o estudo clássico da bicicleta, que vai mostrando como que aquelas bicicletonas, com aquelas rodonas, viram bicicletinhas pequeninhas, e é claro que isso tudo vai depender

de uma série de fatores que não são necessariamente tecnológicos e muitas vezes o nosso caso, o setor público, nós vamos ver confrontado o interesse público e o interesse de setores específicos na tomada decisões. Não estou falando de ninguém mal intencionado aqui gente, tem interesses, tem gente que defende um determinado tipo de tecnologia, um determinado tipo de padrão de arquivos, uma determinada forma de organização das entidades que tratam disso, de organização do governo, são interesses legítimos, eles influenciam, mas não são, necessariamente, fatores tecnológicos.

Portanto, a gente não pode pensar essa evolução da tecnologia como uma coisa linear, a chamada evolução tecnológica ela não é um processo necessariamente inexorável; e existem soluções tecnológicas que envolvem. Por exemplo, há quinze anos atrás eu usava um dispositivo que não era um *smartphone*, eram aqueles paumitoquinhos, os mais antigos devem se lembrar, ele reconhecia minha letra tão bem, eu escrevia; depois eu comprei um *smartphone* que eu tinha antes desse, que vinha com esse negócio de escrever que é uma porcaria pra reconhecer a letra, aquela tecnologia involuiu, porque, provavelmente, alguém tinha uma patente que não seguiu adiante. Então, não necessariamente um artefato novo será melhor e afinal de contas o que que é a tecnologia melhor? Melhor para quem? Quem arbitra isso, quem arbitra? Essa arbitragem também vai ser um objeto de disputa, e as disputas em torno de adoção de tecnologias são disputas, como falei, entre artefatos, padrões tecnológicos, de legitimação, dos tipos de padrões de uso, e, claro, em recursos; e nas burocracias as categorias profissionais também disputam as tecnologias. Porque tecnologia evolui e ela pode afetar a forma como determinada categoria profissional, determinada burocracia construiu o edifício intelectual e organizativo sólido que, de uma certa maneira, pode ser afetada por uma evolução tecnológica, isso neste nosso campo é claro, isso é bastante forte. Muitas vezes as disputas estão em torno dos modelos de negócios, vejam toda a discursão de *software* livre e de *software* proprietário, tem uma disputa aí de modelo de negócios. Tem empresas que têm modelo de negócio baseado na venda de licença sobre propriedade intelectual; têm empresas que têm o modelo de negócio baseado na venda de serviços associados e tem empresas que têm modelos baseados de negócios baseados na ideia de venda de *software* como serviço, são modelos que

estão disputando e, muitas vezes, a tecnologia é apenas a parte, uma parte da estratégia dos atores em disputa mais amplas.

E, é claro, a gente tem as condições de estabilização. Quando é que uma tecnologia estabiliza, quando tem barreiras tão grandes que ninguém consegue entrar, ou uma outra tecnologia não consegue entrar; quando o custo de mudar se torna proibitivo. Essa é uma questão importantíssima para nós, porque os nossos investimentos em tecnologia, especialmente nessa questão de gestão documentos, são investimentos que têm uma autonomia de discernimento, um horizonte de impacto de décadas, e eu não posso trocar isso toda semana. Não são decisões que “ah! ficou ruim, não gostei desse *smartphone* vou comprar um novo” e vou ficar no prejuízo”. Não dá, são décadas de investimentos, muitas vezes o custo de mudança é proibitivo, então, aquela tecnologia se estabiliza. Ou, quando ambos setores aceitam como a mais adequada aos seus propósitos, pensem, por exemplo, no copo, que beleza de tecnologia, que artefato maravilhoso, existe há milênios, eu já tentei inventar um copo assim [mostrou copo invertido] não funcionou, ninguém quis comprar um copo assim. Aqui está uma tecnologia estável

Esse contexto que a gente vive, o que eu gostaria de destacar nele é a ideia de que todo processo de descentralização que se coloca a partir da noção de nuvem, de onipresença de rede, ele vem acompanhando com uma demanda por maior abertura de padrões, ou seja, se tudo está espalhado, tudo está acessível eu preciso ter padrões que permitam essa comunicação. Mas, ao fazer isso, eu abri espaço para uma outra coisa, que é para coprodução da tecnologia. Então, formas de pensar a tecnologia muito proprietárias que nós vivenciávamos até agora, começa a não fazer mais sentido. Ontem mesmo eu estava na banca de um aluno orientando meu mestrado, que está estudando exatamente como que os governos estão fazendo o processo de coprodução da tecnologia. Esse aspecto central, levando pra ideia de governo como plataforma, porque cada vez mais vamos disponibilizar grandes plataformas e onde nós vamos ser responsáveis por partes do que é colocado lá. Mas, outra parte não vai ser o estado que vai colocar, vai ser a sociedade, empresas, os indivíduos e essas coisas vão ter que se conversar de alguma maneira e pra isso nós vamos ter que ser cada vez mais chamados a sermos construtores de padrões, de sermos aqueles capazes de integrar distintos tipos

de documentos de informações que não somos nós que produzimos, não somos nós que necessariamente os mantemos, mas nós temos que ser os arquitetos das condições de integração e de interoperabilidade disso. Isso é uma questão que para a gestão da tecnologia isso é vital hoje; e vai ser cada vez mais vital para gestão de documentos e de informações.

O que eu quis destacar é do contexto mais técnico, agora, se formos pensar em termos dos processos, a gente tem uma mudança da cultura dos padrões de uso, as pessoas estão pensando diferente, as pessoas exigem outras coisas, elas exigem altos padrões de disponibilidade, de interatividade, você já quer interagir com tudo, tudo as pessoas querem curtir e comentar, de integração de dados. E aí, que a gente tem esse paradigma da desmaterialização cada vez mais expandido; a ideia de que cada vez mais eu vou desmaterializar, sem que muitas vezes a gente tenha clareza do que significa esse fim da dependência de acesso físico aos suportes. Além disso, a gente tem uma mudança por uma maior reivindicação a acesso a dados por parte da sociedade, isso não se deve reverter.

Esse contexto nos leva a pensar em algumas disputas, conflitos e tensões que eu gostaria de destacar para vocês. Primeiro, no campo da desmaterialização. Nesse campo, nós temos que pensar é claro, - isso acho que aqui tem muitos especialistas que entendem muito mais que eu – que os riscos estão associados a novos suportes digitais, isso já é uma questão bastante conhecida. Agora, a gente precisa medir melhor esses riscos e transformar essa medição de risco em instrumentos gerenciais para auxiliar na tomada de decisão. Como que a gente quer que um gestor tome decisão se a gente não consegue medir adequadamente risco, se a gente não cria ferramentas de avaliação de riscos, esse é um desafio nosso para subsidiar os processos de decisão.

E a outra disputa/conflito/tensão que está colocado é a questão relacionada à preservação e acesso e à obsolescência dos suportes digitais - que essa também é uma discussão que aqui temos muitos especialistas. E aí, acho que onde a coisa realmente pega, do meu ponto de vista, é que a gente ainda tem uma tensão entre as políticas de gestão de documentos e informação e as políticas de modernização da gestão, pensadas numa base unicamente tecnológica, pensadas apenas na lógica do curto prazo, “bom eu vou aqui modernizar isso, resolver esse processo”, mas não necessariamente fazendo

conexões. Vejam, todas essas políticas que envolvem tecnologia no setor público, elas precisam de um nível muito maior de integração do que o que nós já conseguimos fazer. Isso vale para as políticas de uso tecnologia, para as políticas de acesso à tecnologia. Eu passaria o dia aqui falando; eu começaria com as políticas de gestão de documentos e terminaria com as políticas de acesso a informação e de desenvolvimento local. Essas coisas todas mediadas pela inovação tecnológica, isso cada vez mais vamos ser demandados para isso. Nós vamos aproximar as pessoas destas coisas.

Outra questão importante, outra tensão diz respeito a proliferação das bases de dados como suporte digital predominante. A gente tem e terá cada vez mais grandes massas de dados coletadas pelas mais distintas operações. Um evento destes pode gerar uma massa de dados, por exemplo, muito facilmente, se vocês estivessem todos aqui conectados há algum tipo de dispositivo avaliando cada momento do evento, vocês já estariam gerando aqui uma nova massa de dados. E o que a gente vai fazer com isso? E como é que a gente vai combinar as questões relacionadas a padrões tecnológicos de interoperabilidade? Porque, do ponto de vista tecnológico o eu preciso é eu tenho grandes massas de dados eu preciso interoperar elas nesses sistemas, fazer com que tecnologicamente as chaves sejam comum e eu consiga levar os dados de um lugar pro outro, independente do que ele seja. Como é que eu vou fazer isso sem escapar ou respeitando padrões de gestão documental que sejam necessários e que tem vários termos questões semânticas, de conteúdo, de temporalidade? aqui também temos uma necessidade de aproximação.

Depois, tem uma outra ordem de disputas, tensões e conflitos que diz respeito a desintermediações. Porque a gente tem ouvido falar muito da ideia de acesso direto, que de uma certa maneira, confronta as práticas de gestão da informação que tradicionalmente tinha uma visão mais centralizada; a gente tem ouvido falar de disputa da queda do monopólio dos repositórios e do risco, que é verdadeiro, da fragmentação, em que cada um pode cuidar dos seus dados; é fácil se fragmentar e virar uma confusão. Os riscos, muito bem colocados aqui, de se abandonar padrões de excelência documental em nome da modernidade tecnológica, isso nós já vimos gente; se vocês olharem os anos 90, quando você tem a explosão de microcomputadores o que que acontece nos anos 90, prolifera um monte de aplicações malfeitas. O cara tinha um

“micreiro” da firma e ele ia e fazia aquele sisteminha e que um não conversava com o outro e, no final, você abria mão de coisas melhores e virava uma confusão. Isso já aconteceu na história recente, há uma geração, ou melhor dizendo, dentro da nossa geração. Esse risco aqui está muito colocado, e a gente fala de desintermediação, mas talvez a gente esteja entrando numa era de distantes novos intermediários. Quem são os novos intermediários? Os donos dos algoritmos, aqueles que são capazes de deter algoritmos que permitem a organização e a recuperação de informação, esses passam a contar com poder muito significativos. E os donos de serviços de computação e nuvem. Se a gente vai caminhando pra nuvem, e se vocês forem olhar pelo ponto de vista econômico, esse é um negócio de economia de escalas, então, ele naturalmente, pelo menos nesta etapa, vai se concentrar, e já se concentrou em grandes *players* neste jogo. É muito difícil um órgão público, um governo competir, então, você tem, na verdade, uma re-intermediação, talvez, não exatamente uma desintermediação com a qual nós precisamos preparar pra lidar

E, outra ordem de tensões, está no ritmo de implantação de mudança, acho que isso já está meio claro, não vou me alongar demais, mas aqui a gente tem o problema que é uma tensão que está colocada: o gestor precisa oferecer resultados no curto prazo, pra isso que ele é cobrado; ele está lá pra isso e é legítima essa aspiração do gestor público, ele precisa resolver o problema. Agora, ao mesmo tempo, nós temos que preparar toda uma transição. Então, como é que a gente faz o ritmo adequado, como que a gente constrói resultados intermediários que justifiquem as nossas ações, que não pareça que as coisas não estão acontecendo, mas, ao mesmo tempo, não coloquem em risco os legados positivos que nós temos.

Por fim, para terminar, alguns desafios e possíveis caminhos. Eu gostaria de primeiro olhar pra vocês do ponto de vista da capacidade de gestão e tem uma pergunta: será que é possível descentralizar sem construir capacidades localmente, descentralizadamente? Me parece difícil. Então, a gente tem uma demanda de construir capacidades de gestão de tecnologia e de gestão de documentos e informações descentralizadas nos vários órgãos. E, com isso, a gente consegue ter práticas de melhores qualidades, porque o modelo muito centralizado tende a ser enfraquecido pelo próprio desenrolar da tecnologia.

Junto com isso, vem a demanda por novas capacidades de coordenação. Então, as organizações arquivísticas cada vez mais vão ser chamadas a serem coordenadoras de sistemas e de sistemas cada vez mais complexos, o que traz novos papéis para os profissionais também. Do outro lado a gente precisa construir capacidades tecnológicas nas organizações, porque nós vamos ter uma crescente dependência de fornecedores de serviços neste campo, e o que me parece é que as capacidades tecnológicas que nós vamos reunir são cada vez menos a capacidade do ponto de vista da produção propriamente dita, e cada vez mais capacidades de conseguir construir visões estratégicas sobre o uso da tecnologia no contexto do estado, porque a gente ainda compra serviços de tecnologia como se compra cadeira, a legislação é praticamente a mesma. O que parece um contrassenso. Eu me lembro de uma história no Amapá que eles iam comprar uma cadeiras e falaram eram cadeiras de metal e falaram “não vai comprar isso não, vamos comprar cadeiras de madeira das florestas manejadas do Amapá, porque isso vai fortalecer muito mais o estado”. Quer dizer, a gente compra tecnologia talvez pior do que alguns que comprar cadeiras por aí, isso é uma grande deficiência do estado brasileiro que a gente vai precisar avançar.

E, é claro, como eu falei pra vocês, a gente precisa avançar também nas formas de provimento de soluções tecnológicas e aprender a fazer coprodução com a sociedade. Já tem todo um setor, tem vários grupos de jovens desenvolvedores pressionando e dizendo olha nós estamos aqui, nós queremos fazer coisas, não dá pra deixar essa gente do lado de fora da porta mais, porque nós vamos ficar pra traz se fizermos isso. E precisamos, é claro, preparar os governos para acompanhar este ritmo. Como que a gente combina administração política com rigor técnico; como que a gente faz emergir novos modelos de atuação no campo que a gente precisa, que a própria tecnologia, de uma certa maneira, nos pressiona e como é que combina isto com logica burocrática e com o leviatã no controle que nós temos no Brasil? E acho que, no final das contas, o grande caminho é que a política tecnológica ela precisa estar alinhada à política de gestão de documentos e informações, isso não são duas coisas totalmente independente, elas vão ser cada vez mais gêmeos siameses. Muito obrigado!

Continue lendo a seção ESPECIAL 

ESPECIAL

Gestão de documentos digitais no Estado de São Paulo: SIGA-Doc, uma nova ferramenta

218

Alexandre Realino Alves

Camila Giovana Ribeiro

Elisângela Mendes Queiroz

Igor Blumer Marangone

Letícia Gomes Bacalhau

Rogério Ferraz Garcia de Andrade*

Introdução

Em agosto de 2017 foi constituído um Grupo de Trabalho no Governo do Estado de São Paulo composto por representantes de diversos órgãos, visando à implantação de uma solução tecnológica corporativa que resulte em economia de recursos com papel, postagem, transporte e equipamentos, aumente a celeridade na produção de documentos, reduza o tempo de tramitação, e garanta a gestão e preservação de documentos digitais em longo prazo.

O grupo avaliou e optou, em novembro do mesmo ano, pelo “Módulo de Gestão de Documentos” do “Sistema Integrado de Gestão Administrativa” (SIGA-doc) para ser adotado pelo Poder Executivo Paulista como solução para a produção, tramitação e destinação de seus documentos digitais, com o objetivo de substituir, gradualmente, a produção em papel.

Em dezembro foram selecionados 8 (oito) documentos referentes a três diferentes secretarias, sendo um deles para realização de prova de conceito (PoC) e os demais para realização de testes piloto. O documento selecionado para a PoC foi indicado pela

* Todos são membros do GT/APESP, instituído pela Portaria UAPESP, nº 1, de 04 de janeiro de 2018.

Secretaria de Planejamento e Gestão (SPG), resultante das atividades de Acompanhamento Legislativo na secretaria.

Em 4 de janeiro 2018, a Portaria UAPESP nº1 instituiu temporariamente na Unidade do Arquivo Público do Estado de São Paulo um grupo de servidores (GT APESP) com o objetivo de promover estudos necessários, sob o ponto de vista da Gestão de Documentos, visando a realização da prova de conceito e dos pilotos no ambiente SIGA-doc.

O documento escolhido pela SPG, referente às suas atividades legislativas, foi identificado e analisado pela equipe do arquivo, com base nos exemplos de documentos e informações a respeito do fluxo do processo, concedidos pelos técnicos da SPG que atuam no mesmo. Em tempo, os testes com o documento de acompanhamento legislativo estão em andamento e têm previsão de finalização na segunda quinzena de março.

O Sistema e a aderência ao negócio

O SIGA-doc foi desenvolvido pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2). É uma solução gratuita licenciada como software livre, cujo desenvolvimento observou os principais princípios arquivísticos. Dada sua característica de software livre, com poucas restrições à mudança de seu código e sem a necessidade de se obter autorização do desenvolvedor para utilização, o Estado São Paulo teve condições de realizar alterações ou evoluções no sistema para adequá-lo à realidade estadual.

O acesso ao código fonte e à documentação do sistema é realizado na página do projeto SIGA do GitHub, o que permitiu à equipe de técnicos da Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo (PRODESP) analisá-lo quanto aos aspectos de qualidade do código fonte, à sua robustez e à sua escalabilidade.

Nos testes realizados em 2017, o sistema se mostrou uma opção compatível com as necessidades do Governo; e a equipe técnica do TRF-2, receptiva e disponível desde o momento em que as análises começaram, contribuiu valiosamente para o esclarecimento de dúvidas de ordem técnica. Diante desse cenário, há condições objetivas para o sucesso dos pilotos e da expansão do projeto para a solução corporativa do Governo.

De forma geral, o SIGA-doc demonstrou adesão aos requisitos de negócio, estando capacitado para manter a relação orgânica entre os documentos e assegurar a sua confiabilidade e a sua autenticidade. O sistema se alinha ao arcabouço jurídico e normativo nacional e estadual, atendendo majoritariamente aos requisitos do e-ARQ Brasil. Além disso, prevê a eliminação criteriosa dos documentos, evitando despesas demasiadas com o armazenamento de lixo eletrônico.

O Gerenciamento do projeto

Com a definição de escopo documentada na estrutura analítica do projeto (EAP) realizada em conjunto entre as equipes do Arquivo Público, da PRODESP e da CTIC, foram definidos os responsáveis pelas macro entregas e seus prazos finais.

Durante o mês de janeiro de 2018, sob as orientações do TRF-2, a equipe do Arquivo aprendeu como produzir os modelos, conjuntos de configurações que precisam ser projetadas como forma de modelar os documentos para que possam ser apresentados no SIGA-doc. Os modelos configuram-se como a principal entrega do projeto.

Nesse período em especial contou-se com a contribuição do TRF-2, tanto nos aspectos tecnológicos ligados à instalação e configuração do sistema, quanto às questões de negócio e das diferentes formas de conceber os documentos digitais a partir da análise de suas atuais versões físicas. Ao compartilharmos a experiência do TRF-2, foi possível a definição do processo de trabalho para construção eficiente de modelos, que mais consomem esforços dentre as atividades sob a responsabilidade da equipe do Arquivo. O processo definido possui quatro principais etapas, a saber: a) levantamento do fluxo de trabalho diretamente ligado à produção do documento, que inclui o entendimento de como o documento é produzido e a coleta de exemplos; b) análise do conteúdo dos documentos coletados como exemplos, considerando as informações levantadas sobre a produção e trâmite; c) modelagem das partes que compõem o documento para ser produzido no sistema; d) teste e validação do resultado obtido, isto é, da versão digital do documento que antes era produzido fisicamente. Estas etapas foram chamadas de descoberta, análise, modelagem, e teste e validação, respectivamente (Ver anexo I – Processo de transformação de documento físico em digital).

A equipe do Arquivo pautou-se pela utilização de ferramentas inspiradas nos métodos ágeis de gerenciamento de projetos de desenvolvimento de software, como por exemplo, o quadro *kanban*, que tem sido utilizado para controlar suas atividades no projeto. Neste são registradas as tarefas do escopo oficial, as tarefas de correção de problemas com o software ou necessidades de adaptação, as tarefas não rotineiras do gerenciamento do projeto e as tarefas que naturalmente surgem como escopo extra, geralmente resultado de reuniões com os participantes dos testes.

Como resultado, o trabalho organizado em ferramentas de gestão visual trouxe maior efetividade para a gestão do projeto, notadamente em práticas como as reuniões periódicas curtas, realizadas no intuito de manter constantemente atualizada a visão do projeto, obter *feedback* em ciclos mais curtos, e de investigar a causa raiz de obstáculos que porventura estavam limitando o desempenho das equipes.

Além de usar o *kanban*, todos os dias pela manhã acontecem reuniões breves para falar sobre o que foi feito no dia anterior, o que não pôde ser concluído, o que ainda precisa ser feito para a semana e se algo ainda está dificultando a conclusão de tarefas. Especialmente, na segunda-feira, a reunião tem como foco olhar, em conjunto, para o cronograma geral e quadros *kanban*, tendo como objetivo refletir sobre o que é prioridade e como estão os prazos de entrega. Como conclusão, distribui-se tarefas entre os responsáveis para iniciar a semana. Na sexta-feira ocorre a reunião de status, quando são relatadas as atividades concluídas na semana e as dificuldades que tenham sido vivenciadas.

Com as ferramentas descritas e mantidas em pleno funcionamento, as reuniões periódicas acontecendo regularmente, para cumprir o propósito de repensar constantemente a forma de trabalhar, o gerenciamento do projeto se tornou participativo e mais eficiente.

Perspectiva de próximas ações

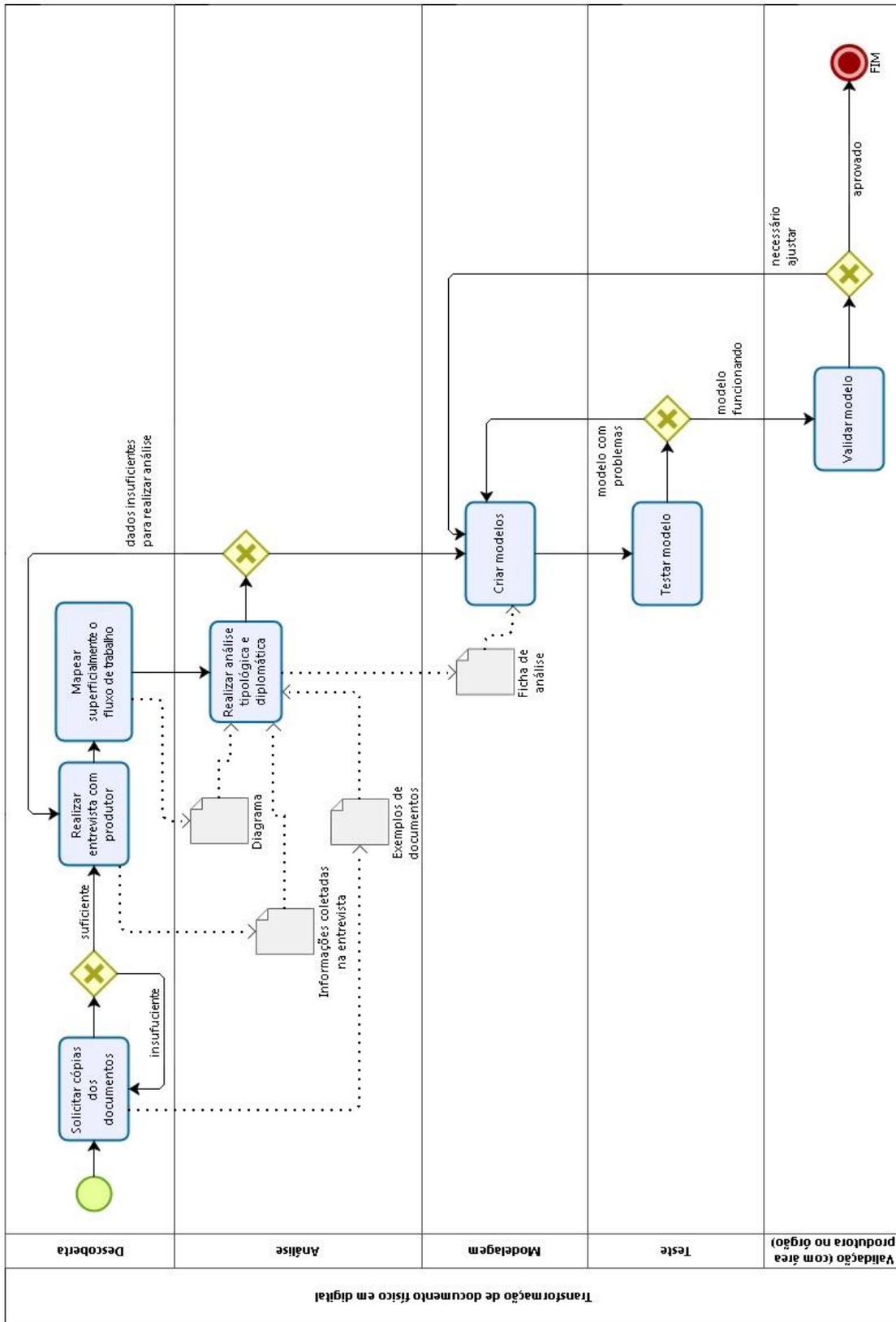
O Governo do Estado de São Paulo deve iniciar a suas comunidades de negócios, de assuntos técnicos e de boas práticas, abertas à participação de todas as instituições que utilizem o SIGA-doc. Com as comunidades, espera-se garantir o uso adequado e

padronizado do sistema por toda a Administração, além da melhoria contínua e atualizações em parceria com o TRF-2.

Um comitê específico deverá ser constituído para atuar em conjunto com os órgãos na compreensão da produção dos documentos e sua transposição ao universo digital, nas ações estratégicas de capacitação em larga escala, na divulgação do sistema e sensibilização de gestores sobre o assunto. Além disso, responsabilizar-se pela governança do SIGA-doc dentre os órgãos e entidades que o utilizarão, prestando apoio técnico na implantação e expansão e auxiliando os usuários com dúvidas de operação.

A participação do Arquivo Público do Estado no comitê é direta, considerando sua competência específica de regular, no âmbito estadual, os aspectos ligados à gestão de documentos, sejam físicos ou digitais, por meio de políticas específicas.

Ao Governo do Estado é imperioso projetar, implementar e manter em funcionamento um repositório digital confiável para seus documentos digitais (RDC-Arq), tendo como garantia a preservação daqueles cuja destinação é a guarda permanente. Viabilizar meios de garantir os direitos dos cidadãos, a proteção aos interesses do Estado e a preservação da memória técnica e administrativa das instituições governamentais, é tão importante quanto viabilizar a própria produção e gerenciamento dos documentos.



ESPECIAL

Vídeos das palestras

Seminário “Documentos Públicos na Era Digital: soluções e desafios da gestão, preservação e segurança da informação”

224

Este seminário, realizado no dia 25 de abril de 2017, teve como principal objetivo estimular o relato e a troca de experiências na administração pública relativas à implantação de sistemas de gestão de documentos e de processos eletrônicos; promover a reflexão sobre aspectos técnicos e teóricos relevantes visando à produção estruturada de documentos digitais, sua preservação de longo prazo, disponibilidade e acesso pleno; contribuir para o desenvolvimento de ações integradas visando à busca de soluções de governo para a gestão, preservação e segurança de documentos arquivísticos digitais.

Mesa de abertura:

Eutálio Porto – Presidente da Comissão Gestora de Arquivo, Memória e Gestão Documental do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Antonio José Marques – Diretor do Arquivo Nacional/Ministério da Justiça.

Célio Fernando Bozola – Diretor-Presidente da Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo – PRODESP.

Jair Zensuke Miyashiro – Presidente do Conselho Estadual de Tecnologia da Informação e Comunicação.

Fernando Padula – Coordenador do Arquivo Público do Estado de São Paulo/Secretaria de Governo.

Vídeo (44:12): <https://www.youtube.com/watch?v=sR34bQR1COY&t=0s&list=PL5TgZxAlv0TMwnKtb5js2YTAydOtzrjwA&index=1>

Palestra de abertura:

“As tecnologias da informação e a modernização da gestão pública: gestão e acesso às informações públicas”, proferida pelo Prof. Dr. José Carlos Vaz – USP como palestra de abertura do Seminário “Documentos Públicos na Era Digital: soluções e desafios da gestão, preservação e segurança da informação”.

Vídeo (34min45s): https://www.youtube.com/watch?time_continue=7&v=nn1HE6s8xkU

Painel 1:

“Os desafios da gestão, preservação e segurança da informação arquivística no setor público” do Seminário “Documentos Públicos na Era Digital: soluções e desafios da gestão, preservação e segurança da informação”.

Participaram do painel os seguintes especialistas:

Humberto Celeste Innarelli – Diretor Técnico do Arquivo Edgard Leuenroth – AEL/Unicamp.

Alexandre Palmeira Mendonça – Agente Fiscal de Rendas/Secretaria de Estado da Fazenda de São Paulo.

Sérgio Anunciação Ortona – Chefe do Departamento de Segurança da Informação e Coordenador da Comissão de Avaliação de Documentos e Acesso – CADA, da Companhia do Metropolitano de São Paulo.

Mediação: Ieda Pimenta Bernardes – Diretora do Departamento de Gestão do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo / Arquivo Público do Estado.

Vídeo (1h31min51s): https://www.youtube.com/watch?time_continue=10&v=5SBOLC5wx8s

Palestra:

“Digitalização de documentos: preservação, eliminação ou difusão?”

Alex Brasil, Diretor do Arquivo do Tribunal Regional Eleitoral/SP, por ocasião de sua participação no Seminário “Documentos Públicos na Era Digital: soluções e desafios da gestão, preservação e segurança da informação”

Vídeo (42min21s): https://www.youtube.com/watch?time_continue=2&v=ltr5XteNSUg

Painel 2:

“Gestão documental e tecnologias da informação: relato de experiências 1” do Seminário “Documentos Públicos na Era Digital: soluções e desafios da gestão, preservação e segurança da informação”. Participaram do Painel os seguintes especialistas:

Elisangela Mendes Queiroz – Diretora Substituta do Centro de Coordenação de Protocolos Estaduais / Departamento de Gestão do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo / Arquivo Público do Estado.

Luiz Roberto Kozikoski – Especialista de Informática da PRODESP/ SPdoc (Sistema Informatizado Unificado de Gestão Arquivística de Documentos e Informações).

Karla Cardoso de Castro Guimarães Monte Mor – Gerente / DATAPREV Carlos Eduardo Amand – Analista / DATAPREV / Solução de Gestão Documental (e-doc) Mediação - Alexandre Palmeira Mendonça – Agente Fiscal de Rendas/Secretaria de Estado da Fazenda.

Vídeo (1h19min02s): https://www.youtube.com/watch?v=_Va-9RMIrk8

Painel 3:

“**Gestão documental e tecnologias da informação: relato de experiências 2**” do Seminário “Documentos Públicos na Era Digital: soluções e desafios da gestão, preservação e segurança da informação”. Participaram do Painel os seguintes especialistas:

Neire do Rossio Martins – Coordenadora do Sistema de Arquivos da UNICAMP.

André Tomiatto de Oliveira – Coordenador de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação da Secretaria de Inovação e Tecnologia da Prefeitura de São Paulo.

Samuel Ralize de Godoy – Analista de Políticas Públicas e Gestão Governamental da Prefeitura de São Paulo.

Rosely Padilha de Souza Castilho – Secretária de Tecnologia da Informação do Tribunal de Justiça de São Paulo.

Mediação: Camila Brandi de Souza Bentes – Diretora do Departamento de Preservação e Difusão do Acervo / Arquivo Público do Estado.

Vídeo (1h23min39s): https://www.youtube.com/watch?time_continue=5&v=atxBLf2oXgE

Encerramento:

Encerramento do Seminário “Documentos Públicos na Era Digital: soluções e desafios da gestão, preservação e segurança da informação” realizado pela diretora do Departamento de Gestão do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo e presidente da Comissão Estadual de Acesso à Informação do Estado de São Paulo, **Ieda Pimenta Bernardes**.

Vídeo (28min25s): https://www.youtube.com/watch?time_continue=5&v=pNyu8mawoHY

Material de Apoio

<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acontece/eventos/ver/documentos-publicos-na-era-digital>

A seguir, leia a seção **IN MEMORIAM** 

IN MEMORIAM

Eterna Emília

Por APESP/Vania Silva

A *Revista do Arquivo* presta homenagem a uma das maiores historiadoras das Américas, falecida aos 89 anos, no dia 02 de novembro de 2017, **Emilia Viotti da Costa**. Emilia produziu obras seminais da historiografia brasileira e disseminou estudos latino-americanos no exterior. Foi professora da Universidade de São Paulo entre 1964 e 1969, quando foi aposentada compulsoriamente, com a implementação do AI-5. Então, exilou-se nos Estados Unidos, onde se tornou professora de História da América Latina, nas universidades de Yale, Tulane e Illinois, entre 1973 e 1999, formando e influenciando gerações de especialistas em estudos brasileiros (os chamados brasilianistas), entre eles, Jonh French, nosso intérprete do acervo desta edição.

Foto: Editoria/APESP



Viotti, em 22/08/2012, no APESP

Emília esteve no Arquivo Público em 22 de agosto de 2012, quando foi homenageada durante o seminário internacional 'Brasileiros e Brasilianistas: novas gerações, novos olhares', organizado pela equipe do Centro de Difusão e Apoio à Pesquisa e que reuniu cerca de 160 pessoas no então recém-inaugurado auditório do Arquivo Público.

O professor James Green, da Brown University, falou na abertura do evento: "'Emília Viotti da Costa formou o que há de melhor em várias gerações de historiadores norte-americanos. Muitas pessoas não imaginam o quanto ela foi importante para o avanço dos estudos sobre o Brasil nos Estados Unidos a partir da década de 1970", afirmou Green.

Os trabalhos apresentados no seminário foram reunidos no e-book 'Brasileiros e Brasilianistas: novas gerações, novos olhares. Uma homenagem a Emilia Viotti da Costa', que pode ser baixado pelo link abaixo:

www.arquivoestado.sp.gov.br/site/publicacoes/memoria_ebook/ver/brasileiros-e-brasilianistas-novas-geracoes-novos-olhares-uma-homenagem-a-emilia-viotti-da-costa

Foto: Editoria/APESP



Mesa do seminário em homenagem à Emília Viotti no APESP, em novembro/2015

Continue lendo a seção IN MEMORIAM 

IN MEMORIAM

Obrigado, Maria Rita

Maria Rita da Rosa Rodrigues Alves, funcionária do Arquivo Público, faleceu na noite de 16 de fevereiro de 2018. Esta é a notícia mais triste que o Núcleo de Comunicação do Arquivo já teve que publicar. Mas, mesmo com toda a dor que sentimos, achamos importante fazer uma nota em memória dessa menina tão querida por todos nós do Arquivo Público do Estado (APESP).

Foto: NCom/APESP



Maria Rita tinha 34 anos e já estava no APESP há 15 anos, sendo uma das funcionárias mais antigas da instituição. O primeiro local onde trabalhou foi na Consulta, depois esteve no Núcleo de Microfilmagem e no Núcleo de Acervo Iconográfico, locais onde fez grandes amigos com sua bondade, carinho, bom-humor, alegria, além de ter realizado um trabalho primoroso, sempre com responsabilidade profissional.

No Núcleo de Comunicação já estava há quatro anos realizando trabalhos importantes como o logotipo dos 125 anos do Arquivo, o livreto para a exposição sobre Júlio Prestes, o layout do *hotsite* do acervo fotográfico Mario Covas e também participando da reformulação do site e do layout da Intranet da instituição e também com esta Revista.

Ela foi a fotógrafa de muitos de nossos eventos e organizou todas as festas juninas, do dia das crianças e de fim de ano do APESP, além de realizar belos trabalhos artesanais para campanhas como 'Outubro Rosa' e 'Novembro Azul', sempre com muita criatividade e carinho.

Maria Rita amava a vida e lutou muito por ela. Nunca desanimou, nem mesmo nos momentos mais difíceis. Por isso, guardaremos na memória e no coração essa lembrança da amiga sempre feliz, com aquele sorriso lindo que contagiava a todos que tiveram oportunidade de conhecê-la.

Sentiremos muito a sua falta, Maria Rita! Aceite essa pequena homenagem de todos nós do Arquivo Público.

É sempre difícil dizer adeus

João Daniel Borges*

Algumas pessoas nascem para ser luz e refletem seu brilho nos caminhos por onde passam.

Carregam um sorriso espontâneo e espalham alegria onde quer que estejam.

Maria Rita era assim, sempre jovial, sempre carinhosa, estampava em seu rosto um brilho e um sorriso singulares.

De quem nasceu para ser luz, para ser feliz, e para levar alegria a quem estivesse ao seu redor.

Jeito de menina e com um coração enorme, ela era feita de doçura e simpatia.

Sempre receptiva, sempre cheia de energia, Maria Rita era de paz, e fazia questão de viver de bem com a vida.

É sempre difícil dizer adeus. Talvez porque sempre fica um pedaço de quem parte dentro de nós. E assim, nunca será um adeus.

Porque quem viveu de verdade, quem fez diferença em nossas vidas, sempre será lembrado, sempre será eterno.

Maria Rita, menina de luz, agora espalha alegria em outros céus.

Em nós o que fica é a saudade, as lembranças e um sentimento enorme de gratidão, por ter conhecido e convivido com alguém assim tão especial.

* João Daniel Borges é Executivo Público lotado no DGSAESP/APESP.



Arquivo Público
DO ESTADO DE SÃO PAULO

